



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA

**COMUNIDADES DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO:
ações de informação no Instituto Federal da Paraíba**

João Pessoa-PB
2022

MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA

**COMUNIDADES DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO:
ações de informação no Instituto Federal da Paraíba**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação (PPGCI - UFPB), em
cumprimento às exigências para obtenção ao título de
Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Ética, Gestão e Políticas de
Informação

João Pessoa-PB
2022

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

L791c Llarena, Marco Antonio Almeida.

Comunidades de prática à luz do regime de informação
: ações de informação no Instituto Federal da Paraíba /
Marco Antonio Almeida Llarena. - João Pessoa, 2022.
223 f. : il.

Orientação: Isa Maria Freire.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Comunidades de prática.
3. Regime de informação. 4. Aprendizagem colaborativa.
5. Instituto Federal da Paraíba. I. Freire, Isa Maria.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 062

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Doutorando MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA como requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (24/03/2022), iniciando às catorze horas e trinta minutos e encerrando às dezesseis horas e trinta minutos, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o candidato ao Grau de Doutor em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o doutorando MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e a Portaria PRPG nº 06/2021, de 02 de dezembro de 2021, a videoconferência da defesa ocorreu com acesso por meio do link: meet.google.com/fid-enhu-gwp. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Isa Maria Freire - PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora); Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire - PPGCI/UFPB (Examinador Interno); Dr. Guilherme Ataíde Dias - PPGCI/UFPB (Examinador Interno); Dra. Suzana Lucena Lira - UFPB (Examinadora Externa); Dr. Francisco Fachine Borges - IFPB (Examinador Externo); Dra. Emeide Nóbrega Duarte - PPGCI/UFPB (Suplente Interna); Dr. Felipe Sá Brasileiro - UFPB (Examinador Externo). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Isa Maria Freire, Presidenta da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: COMUNIDADES DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO: ações de informação no Instituto Federal da Paraíba. Após a apresentação, o candidato foi arguido na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Isa Maria

Freire, Presidenta da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, a Professora Dra. Isa Maria Freire, Presidenta da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da TESE e da defesa de tese do doutorando, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 24 de março de 2022.

Professora Dra. Isa Maria Freire

Presidenta da Banca/Orientador – PPGCI/UFPB

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Martins de Almeida e ao meu pai, César Almeida Llarena (*in memoriam*).

Ademais, dedico a qualquer comunidade acadêmica envolvida com o compromisso diário e ininterrupto de informar e educar para cidadania em comunidade, por meio de boas práticas presenciais e/ou em rede, independentemente dos recursos disponíveis

AGRADECIMENTOS

Colocar e, sobretudo, manter os pés na trilha da pesquisa científica requer flexão do verbo envolver mediante convívio edificante com novas ofertas, partilhas e cumplicidades aos dispositivos e artefatos de informação e aos mais diversos atores sociais em processo de colaboração: é uma caminhada em comunidade. Destarte, ciente do risco de cometer injustiças ao particularizar os agradecimentos, antecipo minhas desculpas à ausência nominal daqueles que, direta ou indiretamente, trilharam comigo.

A todos os atores sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – equipe da coordenação, corpos docente e discente, em especial àqueles partícipes das disciplinas cursadas junto a mim, partilhando saberes nas leituras, nos seminários e nas discussões sob perspectivas dialéticas, bem como os parceiros de produção e/ou publicação de artigos e capítulos de livro – minha gratidão. É um aprendizado para além da academia e para novos laços de amizade.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Isa Maria Freire, pela acolhida e pelos valiosos ensinamentos durante a orientação deste constructo e pela humildade e sabedoria por meio do seu jeito “*crazy*” e encantador de ser e de ensinar. Por conseguinte, pelas valiosas contribuições, agradeço a disponibilidade e subsídios edificantes dos demais membros da banca de defesa de tese: Prof.^a Dr^a Emeide Nóbrega Duarte (UFPB), Prof. Dr. Francisco Fechine Borges (IFPB), Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire (UFF), Fellipe Sá Brasileiro (UFPB), Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias, e Dr^a. Suzana de Lucena Lira.

Agradeço, também, ao Instituto Federal da Paraíba enquanto instituição que se coloca disponível aos seus pesquisadores, bem como da disponibilidade de dados primários e/ou informações *in loco* junto aos atores sociais da instituição, em especial os membros da comunidade acadêmica que responderam ao questionário.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família: à Rose (esposa amada bem como referência na Ciência da Informação); meus filhos Marquinho (minha nora e neta: Isabela e Alice), Ingrid e Francisco; irmãos e irmãs, cunhado e cunhadas. Agradeço também a todos os meus familiares e amigos no Brasil, na Venezuela e na Espanha: apoio sentido à distância.

A todos, o meu muito obrigado pelo apoio direto e/ou indireto, pois sem ele, certamente, teria me perdido nesta caminhada.

“Para articular os conhecimentos e assim conhecer e reconhecer os problemas é necessário a reforma do pensamento”.

Edgar Morin (2002, p. 35-36)

RESUMO

Este estudo voltou-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e sugere à instituição estimular os arranjos grupais análogos às comunidades de prática como recurso informal para dinamizar o fluxo informacional em tomada de decisões e resolução de problemas demandados pelas atividades formais e/ou sinalizados no próprio regime de informação. Objetivou analisar, à luz do regime de informação, os arranjos grupais análogos às “comunidades de prática” no IFPB resultantes de ações de informação na gestão em/entre ensino, pesquisa e extensão; estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação sob o prisma da Ciência da Informação; configurar o Regime de Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por meio de desenho e descrição dos seus elementos: contextos, ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos; mapear os arranjos grupais análogos às comunidades de prática a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição; e, propor, à luz do Regime de Informação da instituição estudada, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico. Seus processos metodológicos se pautaram em pesquisa qualitativa, utilizando-se das pesquisas bibliográfica, documental, exploratória, descritiva, e estudo de caso. Tudo isso sob as técnicas de aplicação de questionário e análise de conteúdo. Resultou em ponderações sobre os olhares múltiplos e abrangentes do regime da Informação e da comunidade de prática, estabelecendo tessituras e vicissitudes da relação entre os termos. Configurou os arranjos grupais da instituição selecionada a partir de registros de ações de informação que podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação voltadas às atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão. O produto final da tese validada foi um modelo de comunidade de prática sob a perspectiva sustentável e dinâmica que acredita contemplar a sua natureza informal na instituição e contribuir em suas demandas formais por meio das ações de informação de gestores do seu tripé acadêmico. Concluiu que o ciclo de funcionamento do modelo representa o início da comunidade de prática na instituição objeto, assim como em outras instituições, bem como o seu cultivo pode acontecer com o uso dos dispositivos de informação acessíveis, qualificando os estágios de desenvolvimento por meio de ações de informação que dinamizem o compartilhamento e integração dos membros do grupo via artefatos de informação. Também concluiu que as boas práticas dos atores sociais envolvidos podem ser facilitadas e potencializadas, evitando a dispersão e/ou possibilitando a inovação a partir da ressignificação dos contextos e domínios considerados inicialmente. E, por último, acredita-se que a proposta de modelo pode servir como orientação e/ou ferramenta de trabalho na instituição em sua estrutura multicampi.

Palavras-chave: Comunidades de Prática. Regime de Informação. Ciência da Informação. Aprendizagem Colaborativa; Instituto Federal da Paraíba.

ABSTRACT

This study focused on the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, and proposes to the institution the promotion of group arrangements analogous to communities of practice as an informal resource to energize the informational flow in decision making and problem solving demanded by the formal activities and/or signaled on the information regime itself. It aimed to analyze, in the light of the information regime, the group arrangements analogous to the "communities of practice" at IFPB resulting from the actions of information in the management between education, research and extension; to establish a conceptual and methodological approach between the ideas of communities of practice and information regime under the prism of Information Science; to configure the Information Regime of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, via the design and description of its elements: contexts, information actions, social actors, devices and artifacts; map the group arrangements analogous to communities of practice based on records of information actions on teaching, research and extension of an institution; and, to propose, in light of the Information Regime of the studied institution, a model of communities of practice that considers its informal nature and contributes to the formal demands of the institution through actions of information of managers of the academic tripod. Its methodological processes were guided by qualitative research, utilizing bibliographical, documental, exploratory, and descriptive research, and a case study. All of this under the techniques of questionnaire application and content analysis. It resulted in ponderings about the multiple and abragent views of the information regime and the community practice, establishing weaves and vicissitudes of the relationship between the terms. It configured the group arrangements of the selected institution through the records of information action that can energize the collaborative learning process mediated by information actions aimed at management activities in teaching, research and extension. The final product of the validated thesis was a model of a community of practice under the sustainable and dynamic perspective that believes it contemplates its informal nature in the institution and contributes in its formal demands through the information actions of managers of its academic tripod. It concluded that the functioning cycle of the model represents the beginning of the community of practice in the selected institution, as well as in other institutions, and also that its growing can happen with the utilization of available information devices, qualifying the stages of development through the information actions that energize the sharing and integration of the group members via information artifacts. It also concludes that the good practices of the involved social actors can be facilitated and optimized, avoiding dispersion and/or enabling innovation via the re-signification of the contexts and domains initially considered. And, finally, it is believed that the proposal of the model can serve as guidance and/or a work tool at the institution in its multicampi structure.,

Palavras-chave: Communities of Practice. Information Regime. Information Science. Collaborative Learning; Instituto Federal da Paraíba.

RESUMEN

Este estudio se volvió al Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Paraíba y sugiere que la institución estimule arreglos grupales análogos a las comunidades de práctica como un recurso informal para impulsar el flujo informacional en la toma de decisiones y la resolución de problemas exigidos por las actividades formales y / o señalado en el propio régimen de información. El objetivo fue analizar, a la luz del régimen de información, los arreglos grupales análogos a las "comunidades de práctica" en IFPB resultantes de acciones de información en la gestión en/docencia, investigación y extensión; establecer una aproximación conceptual y metodológica entre las ideas de las comunidades de práctica y el régimen de información desde la perspectiva de la Ciencia de la Información; configurar el Régimen de Información del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Paraíba, a través del diseño y descripción de sus elementos: contextos, acciones de información, actores sociales, dispositivos y artefactos; mapear los arreglos grupales análogos a comunidades de práctica a partir de registros de acciones de información sobre gestión docente, investigación y extensión de la institución; y, proponer, a la luz del Régimen de Información de la institución estudiada, un modelo comunitario de práctica que contemple su carácter informal y contribuya a las demandas formales de la institución a través de acciones informativas de gestores del trípode académico. Sus procesos metodológicos se basaron en investigaciones cualitativas, utilizando investigaciones bibliográficas, documentales, exploratorias, descriptivas y de casos de estudio. Todo ello bajo las técnicas de aplicación de cuestionarios y análisis de contenido. Dio lugar a consideraciones sobre las múltiples y completas visiones del régimen de información y la comunidad de práctica, estableciendo tesis y vicisitudes de la relación entre los términos. Configuramos los arreglos grupales de la institución seleccionada a partir de registros de acciones informativas que puedan impulsar el proceso de aprendizaje colaborativo mediado por acciones de información centradas en actividades de gestión en docencia, investigación y extensión. El producto final de la tesis validada fue un modelo comunitario de práctica desde una perspectiva sostenible y dinámica que considera que contempla su carácter informal en la institución y contribuye a sus demandas formales a través de las acciones de información de los gestores de su trípode académico. Concluyó que el ciclo de funcionamiento del modelo representa el inicio de la comunidad de práctica en la institución objeto, así como en otras instituciones, así como su cultivo puede ocurrir con el uso de dispositivos de información accesibles, calificando las etapas de desarrollo a través de acciones de información que promuevan el intercambio e integración de los miembros del grupo a través de artefactos de información. Asimismo, concluyó que las buenas prácticas de los actores sociales involucrados pueden ser facilitadas y potenciadas, evitando la dispersión y/o posibilitando la innovación a partir de la resignificación de los contextos y dominios inicialmente considerados. Y, finalmente, se cree que la propuesta modelo puede servir como guía y/o herramienta de trabajo en la institución en su estructura multicampus.

Palabras clave: Comunidades de Práctica. Régimen de información. Ciencias de la Información. Aprendizaje Colaborativo; Instituto Federal de Paraíba

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AACR-2	Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição
ACATE	Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
AC	Análise de Conteúdo
ANT	<i>Actor Network Theory</i>
APL's	Arranjos Produtivos Locais
ARS	Análise de Redes Sociais
Art.	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CA	Categorias de atribuições
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDC	Conselho Diretor dos <i>Campi</i>
CdPs	Comunidades de Prática
CDU	Classificação Decimal Universal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
CG	Campina Grande
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Ciência da Informação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODIR	Colégio de Dirigentes
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUPER	Conselho Superior
CoPs	Comunidades de Prática
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CSC	Carta de Serviço ao Cidadão
CVP	Comunidade Virtual de Prática
DDE	Direção de Desenvolvimento de Ensino
DG	Direção Geral
DGCOM	Diretoria-Geral de Comunicação e Marketing
DGT	Diretoria de Gestão de Tecnologia
DGTI	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EAAPB	Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba
EAD	Educação à Distância
EBTT	Ensino Básico, técnico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EPI	Educação Permanente em Inovação
ETFPB	Escola Técnica Federal da Paraíba

ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Médio
ENANPAD	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
EUA	Estados Unidos
FIC	Formação Inicial e Continuada
GRH	Gerência de Recursos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação
IES	Instituto de Educação Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IM/NCE	Instituto de Matemática /Núcleo de Computação Eletrônica
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LTI	Laboratório de Tecnologias Intelectuais
MEC	Ministério da Educação
MES	<i>Mathematics Education and Society</i>
MG	Minas Gerais
MIRAR	Mediar, investigar, refletir, aprender, renovar
NEP	Núcleo de Educação Profissional
NTICs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OTICS	Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação em Sistemas e Serviços de Saúde
PLANEDE	Planejamento Estratégico Decenal
PDA	Plano de Dados Abertos
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE	Pernambuco
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPL	Participação Periférica Legítima
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação ambiental
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
R	Respondentes
PROPAD	Programa de Pós-Graduação em Administração
Q-acadêmico	Sistema de Gestão Acadêmica Integrado
RAG	Relatório Anual de Gestão
RECIIS	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde
RFEPCT,	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RG	Regimento Geral
RI	Regime de Informação
RIG	Relatório Integrado de Gestão
RN	Rio Grande do Norte

RS	Representação Social
RS	Rio Grande do Sul
SCESGO	Sindicato dos Contabilistas do Estado de Goiás
SEGeT	Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISCOBI	Sistema de Controle Bibliográfico
SP	São Paulo
SPD	Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento
SUAP	Sistema Unificado de Administração
SUAP-Edu	Sistema Acadêmico de Administração Educacional
TAR	Teoria Ator-Rede
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TI	Tecnologia de Informação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TCLE	Termo de Conhecimento Livre Esclarecido
TCU	Tribunal de contas da União
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
TV	Televisão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIPÊ	Centro Universitário de João Pessoa
URSS	União Soviética
VCoPs	Comunidades de prática virtuais/ <i>Virtual Communities of Practice</i>
V&A	Valença & Associados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Subáreas da Ciência da Informação	32
Figura 2:	Relações entre elementos do RI	43
Figura 3:	Modalidades de ações de informação no LTI	48
Figura 4:	Intersecção teórica na construção do conceito de CoP	61
Figura 5:	Temáticas de aprendizado nas CoPs	63
Figura 6:	Elementos estruturantes de uma Comunidade de Prática	69
Figura 7:	Níveis de PPL em CoP	72
Figura 8:	Tipos de atividades em uma CoP	77
Figura 9:	Atividades típicas em Comunidade de Prática	79
Figura 10:	Cultivar Comunidade de Prática	80
Figura 11:	Atividades típicas X estágios de desenvolvimento da CoP	81
Figura 12:	Estágios de desenvolvimento da CoP	82
Figura 13:	Fases do ciclo de vida: perspectiva linear	83
Figura 14:	Ciclo de vida do e-moderador em CoP	87
Figura 15:	RI e CoP: aproximação dos elementos estruturantes	126
Figura 16:	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	131
Figura 17:	IFPB: histórico das denominações e marcas	132
Figura 18:	Prédios de funcionamento do “IFPB”	133
Figura 19:	Abrangência do IFPB no Estado após a Expansão III	134
Figura 20:	Macrossistema Organizacional do IFPB	136
Figura 21:	IFPB: perspectivas e abordagens do mapa estratégico	137
Figura 22:	Ambiente de Atuação Organizacional do IFPB	138
Figura 23:	Macro Organograma do IFPB	139
Figura 24:	Organograma institucional e acadêmico do IFPB	140
Figura 25:	Organograma institucional e acadêmico: Pró-Reitorias do IFPB	141
Figura 26:	Localização da atuação do IFPB	142
Figura 27:	IFPB em números	143
Figura 28:	Sistemas de Informação IFPB	146
Figura 29:	Legenda da representação gráfica do modelo de Regime de Informação	149
Figura 30:	Atores Sociais do RI do IFPB	150
Figura 31:	Ações de Informação do RI do IFPB	151
Figura 32:	Dispositivos de Informação do RI do IFPB	153
Figura 33:	Artefatos de Informação do RI do IFPB	155
Figura 34:	Modelo de comunidades de prática à luz do regime de informação do IFPB	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos		
1 e B:	Gênero e Faixa Etária	161
Gráficos		
3A, 3B e 3C:	Formação acadêmica e tempo de trabalho	162
Gráficos		
4A, 4B e 4C:	Vínculo, cargo e função	163
Gráfico 5:	Como ocorrem os arranjos grupais	164
Gráfico 6:	Ambiente de funcionamento dos arranjos	165
Gráfico 7:	Objetivo principal dos arranjos grupais	166
Gráfico 8:	Características dos participantes dos arranjos grupais	167
Gráfico 9:	Afinidades nos arranjos grupais	167
Gráfico 10:	Manutenção dos arranjos grupais	168
Gráfico 11:	Classificação dos arranjos grupais conforme percepção dos respondentes	170
Gráfico 12:	Frequência de uso dos arranjos grupais como fonte	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Relação arranjos/características conforme percepção dos respondentes	169
Tabela 2:	Frequência de uso e habilidades nos arranjos grupais	172
Tabela 3:	Benefícios nos arranjos grupais análogos às CoPs	173
Tabela 4:	Dificuldades nos arranjos grupais análogos às CoPs	174
Tabela 5:	Indícios de boas práticas nos arranjos grupais no segmento	176
Tabela 6:	Boas práticas nos arranjos grupais entre os segmentos	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estrutura e delimitação dos elementos de pesquisa	26
Quadro 2:	Classificação da Informação de Braman	34
Quadro 3:	Políticas de Informação: definições e aplicações no contexto de um RI	37
Quadro 4:	Propósito das ações de informação	44
Quadro 5:	Dissertações e teses nacionais sobre Regime de Informação de 2013 a 2021	46
Quadro 6:	Aplicações do Conceito de RI	47
Quadro 7:	Exemplos de Aplicações de Regime de Informação	48
Quadro 8:	Estudos de casos sobre Comunidades de Prática – 2004 a 2018	55
Quadro 9:	Teses nacionais sobre Comunidades de Prática de 2004 a 2018	57
Quadro 10:	Teses internacionais sobre Comunidades de Prática de 2009 a 2017	58
Quadro 11:	Definições de Comunidades de Prática	65
Quadro 12:	Evolução do conceito de CoPs segundo Etienne Wenger-Trayner	67
Quadro 13:	Comunidade de Prática e outros arranjos grupais em organizações	75
Quadro 14:	Estágios e característica da Comunidade de Prática	82
Quadro 15:	Competências e habilidades para moderar aprendizagem social	89
Quadro 16:	Fatores de difusão de uma inovação nas CoPs	98
Quadro 17:	Eixos temáticos e suas problematizações	103
Quadro 18:	Participantes/amostra de pesquisa	106
Quadro 19:	Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 1	107
Quadro 20:	Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 2	108
Quadro 21:	Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 3	109
Quadro 22:	Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 4	111
Quadro 23:	Procedimentos utilizados para coleta de dados	112
Quadro 24:	Roteiro para a aplicação do questionário	114
Quadro 25:	Síntese dos procedimentos da Análise de Conteúdo	117
Quadro 26:	RI e CoP: elementos comuns de aproximação	124
Quadro 27:	Categorização dos elementos do Regime de Informação	129
Quadro 28:	Síntese de indícios de atividades típicas de CoP no IFPB (I)	158
Quadro 29:	Perfil socioinstitucional dos sujeitos de pesquisa	159
Quadro 30:	Síntese de indícios de atividades típicas de CoPs no IFPB (II)	180

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO.....	29
2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO.....	30
2.1.1 Reflexões sobre a Informação na Ciência Informação: olhares múltiplos e abrangentes com vistas ao Regime da Informação.....	34
2.1.2 Regime de Informação: conceitos e abordagens na Ciência Informação.....	38
2.2 COMUNIDADES DE PRÁTICA: TESSITURAS E VICISSITUDES.....	51
2.2.1 Abordagens sobre os principais estudos.....	52
2.2.2 Conceitos e discussões.....	59
2.2.3 Elementos estruturantes.....	68
2.2.4 Identificação nas organizações.....	73
2.2.5 Atividades, desenvolvimento e ciclo de vida.....	76
2.2.6 Desafios, inovação e sustentabilidade.....	86
2.2.6.1 Desafios e ciclo de atuação do e-moderador.....	86
2.2.6.2 CoP como ambiente para inovação.....	92
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	102
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	103
3.1.1 Desenho metodológico	104
3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DE PESQUISA.....	106
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	107
3.3.1 Procedimentos para coleta de dados.....	111
3.3.2 Procedimentos para análise de dados e apresentação dos resultados ..	115
3.3.3 Aspectos éticos.	119
4 COMUNIDADE DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO: resultados, análises e discussões no contexto das ações de informação no IFPB.....	121
4.1 COP E RI: APROXIMAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA.....	121
4.1.1 RI e CoP: justificando a aproximação.....	122
4.1.2 Aproximação de definições.....	124
4.1.3 RI e CoP: aproximação dos elementos estruturantes.....	126
4.1.4 RI e CoP: aproximação na aplicação e desenvolvimento.....	128
4.2 IFPB: MEMÓRIA SECULAR E DESENHO DE REGIME DE INFORMAÇÃO.....	129
4.2.1 Contextos institucional e informacional.....	130

4.2.1.1 Contexto institucional.....	131
4.2.1.2 Contexto Informacional.....	143
4.2.2 Atores Sociais.....	148
4.2.3 Ações de Informação.....	150
4.2.4 Dispositivos de Informação.....	152
4.2.5 Artefatos de Informação.....	154
4.3 TIPIFICAÇÃO DE ARRANJOS GRUPAIS ANÁLOGOS ÀS COMUNIDADES DE PRÁTICA.....	156
4.3.1 Índícios nos relatórios anuais de atividades.....	156
4.3.2 Índícios e/ou evidências nas repostas dos gestores do tripé acadêmico.....	160
4.3.2.1 Como ocorrem e em que tipo de ambiente.....	164
4.3.2.2 Particularidades: objetivo, participantes, afinidades e duração.....	166
4.3.2.3 Frequências de uso, habilidades, benefícios e dificuldades.....	171
4.3.2.4 Índícios de boas práticas nos e entre arranjos grupais análogos às CoPs.....	176
4.4 PROPOSTA DE MODELO DE COMUNIDADE DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO DO IFPB.....	181
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICES.....	212
ANEXOS.....	220

1 INTRODUÇÃO

Os processos comunicacionais potencializados pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação (TICs) na sociedade contemporânea afirmam, cada vez mais, o crescimento de comunidades colaborativas da informação e do conhecimento, com particular relevância para o domínio e desenvolvimento de novas aprendizagens (DIAS, 2001).

É nesse momento histórico que a sociedade se caracteriza por um estágio de desenvolvimento que detecta o valor estratégico da informação e do conhecimento e o utiliza como sustento de sua competitividade, dedicando esforços significativos para a criação de novas informações e de novos conhecimentos, preferencialmente, em colaboração. Nesse sentido, a informação e o conhecimento passam a ser os ativos mais importantes, os recursos-chave que integram novo paradigma de desenvolvimento: o da colaboração, da interatividade, da participação ativa e sustentável (VÁSQUEZ EGUSKIZA, 2002).

Esse paradigma está fortemente baseado na responsabilidade social corporativa das organizações/instituições, cujos princípios estão fundados na comunicação em rede, nas comunidades de práticas e de aprendizagens ou comunidades de conhecimento. Tal processo pode ocorrer, por exemplo, por meio de representações distribuídas no âmbito dessas comunidades a partir de ações de informação realizadas por seus atores sociais. Nesse sentido, as comunidades de prática, pautadas pelas aprendizagens colaborativas, favorecem ambientes multidimensionais, flexíveis, de informações e conhecimentos, de narrativas hipertextuais e de comunicação em rede, para atender aos desafios contemporâneos que ora emergem nos distintos âmbitos sociais (DIAS, 2001).

Para Dias (2001), no âmbito educacional não é diferente. É exigência dos paradigmas contemporâneos que os processos e estratégias colaborativos integrem os que Latour (1999) classifica como actantes (atores, personagens) educacionais. Estes são encorajados a trabalhar em conjunto, com uso de tecnologias, desenvolvendo e construindo conhecimento, promovendo participação dinâmica nas atividades e na definição de objetivos comuns. Isto porque é a partir das interações e colaborações realizadas que a comunidade promove o desenvolvimento de competências, de gestão de processos individuais e colaborativos de aprendizagem e de acesso às representações de conhecimento compartilhadas.

Nesse sentido, a comunidade colaborativa (GRAY, 1989), comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991) ou comunidade de conhecimento (DIAS, 2001), podem ser consideradas como aquelas que buscam encontrar soluções para um problema complexo comum em processos horizontais de colaboração e de aprendizagens a partir de diferentes contextos, pessoas e pontos de vista. Não obstante, elas procuram se conectar às relações e interesses de seus atores por meio de práticas informacionais e de conhecimento.

No caso específico desta pesquisa, os objetivos das comunidades de prática (CoPs) e/ou dos seus arranjos grupais, foram aproximados aos do regime de informação (RI) que traçam políticas de informação com o intuito de contribuir para a aquisição e compartilhamento do conhecimento destacando elementos “[...] das relações diretas e indiretas das e entre as comunidades, instituições, organismos do público ao privado, no que tange às ações de informação” (DELAIA, 2008, p. 37). Este fato torna o RI importante ferramenta para análise das relações de seus atores em busca de práticas de informação e de conhecimento. Outrossim, o RI tem como principal objetivo a gestão de políticas de informação voltada, especificamente, para ações de informação e considera como elementos essenciais os sujeitos, as tecnologias, a cultura organizacional, suas abordagens e as relações que propiciam o compartilhamento, a construção do conhecimento e a efetividade dos processos da organização (BEZERRA *et al.*, 2016).

Esses aspectos balizam, portanto, o fator de confluência entre CoPs e RI: a efetividade de redes de informação “[...] gerada intersubjetivamente em processos acionais e comunicativos sociais, e que vai constituir processos de geração de conhecimento e aprendizagem” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a, p.26), no caso dessa pesquisa, por meio da gestão de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É neste contexto que se insere o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) enquanto instituição pública de ensino que abarca diferentes níveis de educação médio e superior. A instituição oferece ensino, pesquisa e extensão, cursos de graduação (Tecnológicos, Bacharelados e Licenciatura), pós-graduação *strictu* e *lactu sensu*. Em funcionamento sob o prisma da Educação Profissional desde 1909, tendo seis denominações anteriores, o IFPB, assim denominado a partir de 2009, é uma instituição centenária e complexa sob diversas perspectivas, entre elas a administrativa, a acadêmica e a executora de políticas públicas de educação profissional com responsabilidade social. À partida de tal complexidade, diferente da registrada antes de 2009, atua nos três níveis prescritos pela Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), Decreto nº. 2.208/1997, revogado pelo Decreto nº.

5.154/2004: básico, técnico e tecnológico. Como parte de uma estrutura nacional, precisa ser entendida no contexto socioeconômico e das políticas de governo e/ou de Estado para educação por meio da informação, seus fluxos e políticas a fim de que se justifique as ações de construção e compartilhamento de informação e de conhecimento, em especial, sob o recorte dessa pesquisa, para atender as demandas da gestão do tripé acadêmico da instituição selecionada.

Sob vigência de um RI mais amplo (BRAMAN, 2006) e, como membro de uma rede nacional, o IFPB funciona também sob um RI próprio exposto a certas possibilidades e condições (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) o qual foi desenhado e descrito como um dos resultados desta pesquisa. Ademais, a natureza educacional da instituição contempla a existência de vários arranjos grupais (WENGER; SNYDER, 2001) nos quais seus membros/atores sociais realizam práticas coletivas, podendo ser ou não análogos às CoPs (WENGER, 1998). Estes foram identificados, mapeados e categorizados como outro resultado desta pesquisa.

Outrossim, a exemplo da realidade acadêmica, cada comunidade apresenta suas especificidades de compartilhamento e de sustentabilidade da informação e do conhecimento, assim como práticas sustentáveis de responsabilidade e função social próprias da instituição. Não obstante, ao apresentar dificuldades (falta e/ou falhas) de comunicação e compartilhamento no que concerne ao processo que envolve os projetos e atividades de gestão dos segmentos do tripé acadêmico, a instituição poderá estimular os arranjos grupais análogos às CoPs como recurso informal para dinamizar o fluxo informacional em tomada de decisões e resolução de problemas demandados pelas atividades formais e/ou sinalizados no RI da instituição.

No caso do IFPB, o termo “comunidades de prática” está contemplado no mapa estratégico do Planejamento Estratégico Decenal (PLANEDE), no período de 2015 a 2025, e registrado no Relatório Integrado de Gestão (RIG) do IFPB (BRASIL, 2017, 2018; 2019e; 2020) sob perspectiva da inovação e aprendizagem com viés de responsabilidade social. Todavia, ainda não há registro e apropriação do termo refletido na prática da comunidade acadêmica, embora haja indícios correspondentes às ações de informação de atividades de gestores dos segmentos que compõem o tripé acadêmico da instituição. Os indícios de possíveis arranjos grupais análogos às CoPs existentes no IFPB baseado, inicialmente, em registro no mapa estratégico da instituição, sinalizou a necessidade de identificá-los e sistematizá-los à luz do RI do IFPB.

Nesse sentido, a problematização desta pesquisa foi pautada na articulação da natureza de dois problemas de pesquisa: um de ordem teórico-epistemológica - aproximação conceitual e metodológica dos termos “regime de informação” e “comunidades de prática” sob o prisma da Ciência da Informação. Outro de ordem empírica, por meio de estudo de caso, é relativo às ações de informação das atividades de gestão de ensino, pesquisa e extensão do IFPB. A reflexão da articulação dessas duas ordens norteou a construção dos quatro pressupostos teóricos.

O primeiro pressuposto foi ajustado na ideia de que aproximação conceitual e metodológica entre “regime de informação” e “comunidades de prática” sinaliza um melhor entendimento sobre a necessidade de emergência de um RI próprio, flexível, identificado, entendido e caracterizado por meio da descrição dos seus elementos principais (atores, dispositivos, artefatos e ações de informação) junto aos arranjos grupais análogos às comunidades de prática. Desse modo, acredita-se que se pode buscar melhor visualização do funcionamento desses arranjos, bem como dos sistemas de informação da instituição, face à importância das ações de informação e seus respectivos processos de construção, aquisição e compartilhamento de informação e de conhecimento. De outro modo, acredita-se que CoPs balizadas por um RI podem contribuir para a identificação de entraves informacionais que dificultem a melhor interação produtiva sustentada e sustentável da comunidade acadêmica: sustentada pelos recursos financeiro, humano e tecnológico oriundos e mantidos pelo Ministério da Educação (MEC); e sustentável, no sentido de evitar, por exemplo, o retrabalho por falta de disponibilidade de informação nos meios endógenos como no seu Portal na *web* e nos sistemas de tecnologia de informação criados e mantidos pela instituição, principalmente o Sistema Unificado de Administração (SUAP).

O segundo pressuposto pautou-se no entendimento que um RI bem desenhado e com a descrição dos seus elementos principais pode representar importante meio contribuinte para a superação dos desafios educacionais, informacionais, de conhecimento e de compartilhamento. Sendo assim, vislumbrou-se que seu entendimento serviria de luz aos indícios de atividades de arranjos grupais análogos às CoPs. Firma-se, também, na necessidade em destacar os três tipos de ações de informação (mediação, formativa ou relacional) praticadas no RI para fazer melhor leitura e possível intervenção, no processo de interação e/ou inovação do IFPB, em especial as atividades de gestão do tripé acadêmico. Ademais, entendeu-se que, com o desenho do RI da instituição, seria possível evidenciar indícios de arranjos grupais análogos às CoPs por meio das ações de

informação de seus membros, os atores sociais da instituição, por meio da produção articulada e/ou cíclica da informação e, portanto, do conhecimento.

Partindo do registro do termo “comunidade de prática” em um dos objetivos do mapa estratégico (BRASIL, 2018), bem como da experiência do pesquisador como docente, com experiência de gestor da instituição, o terceiro pressuposto foi refletido na relevância da tipificação dos arranjos grupais análogos às CoPs do IFPB visando contribuir com as atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, ciente e admitindo nesta pesquisa a natureza informal das CoPs, a tipificação foi baseada em indícios de atividades registradas nos relatórios anuais de gestão, típicas de CoPs, de acordo com Wenger (2009) e Álvares (2010). Por conseguinte, entendeu-se que além das informações indiciárias, uma consulta aos atores envolvidos seria igualmente importante para evidenciar os indícios de existência dos arranjos grupais análogos às CoPs no cotidiano da comunidade acadêmica como um todo. Os atores envolvidos são os gestores do tripé acadêmico numa perspectiva de interação prática de suas ações pautadas no princípio de “[...] indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição” (BRASIL, 2015a, p. 3).

O quarto e último pressuposto foi baseado na inexistência de um padrão nos arranjos grupais do IFPB, por isso a propositura de um modelo adequado e exequível de comunidade de prática à luz do Regime de Informação do IFPB, entendendo-o como recurso baseado nas ações de informação com potencial de dinamizar os sistemas de tecnologia da informação e de conhecimento acadêmico da instituição em processo inovativo de aprendizagem colaborativa, resultante de atividades articuladas de gestão sobre ensino, pesquisa e extensão.

Concomitantemente, esses pressupostos nos levaram a quatro questionamentos (problemática) norteadores desta investigação: Quais as contribuições da aproximação conceitual e metodológica entre os termos Regime de Informação e Comunidades de Prática sob o prisma da Ciência da Informação? Qual a importância de se configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos principais? De que forma a tipificação dos arranjos grupais análogos às comunidades de prática pode contribuir com as atividades de gestão de ensino, pesquisa e extensão? Há viabilidade de se propor um modelo híbrido (informal/ formal; presencial/virtual) de Comunidades de Prática baseado nas ações de informação no IFPB à luz do seu Regime de Informação?

Por conseguinte, as questões norteadoras nos levaram à questão central da pesquisa: **Como os arranjos grupais análogos às Comunidades de Prática à luz do regime de informação do IFPB podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação sobre atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão da instituição?** A hipótese de pesquisa é fundamentada no contexto de que os arranjos grupais análogos às Comunidades de Prática à luz do Regime de Informação do IFPB podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação sobre atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão da instituição.

A análise da hipótese foi explicada baseada em uma pesquisa com desenho tripartite: bibliográfico, do recorte teórico, enfatizando a aproximação conceitual e metodológica dos termos RI e CoP; documental, do funcionamento da instituição selecionada e a possibilidade de desenhar e descrever seu RI; e de estudo de caso, aprofundando o objeto por meio estudo empírico, considerando a observação do pesquisador como docente e ex-Diretor de Desenvolvimento de Ensino, mas sobretudo, na análise das respostas do questionário de 21 gestores de ensino, pesquisa e extensão, contemplando também atores sociais da reitoria e dos 21 *Campi* do IFPB.

Em face do exposto e considerando a delimitação da questão central e da hipótese de pesquisa, o **objetivo geral** versa sobre analisar à luz do regime de informação, os arranjos grupais análogos às “comunidades de prática” no IFPB resultantes de ações de informação na gestão em/entre ensino, pesquisa e extensão. Destarte, considerando a concatenação dos pressupostos, questões norteadoras que culminaram na questão central e na hipótese, quatro **objetivos específicos** foram apresentados: **1.** Estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação sob o prisma da Ciência da Informação; **2.** Configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos: ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos; **3.** Tipificar os arranjos grupais análogos às comunidades de prática, a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição; **4.** Propor, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico. Ressalta-se que o modelo foi porque não encontrado um modelo que contemple as ações de informação nos arranjos grupais da

pesquisa. De outro modo, esses objetivos e outros elementos da pesquisa estão esboçados no Quadro 1.

Quadro 1: Estrutura e delimitação dos elementos de pesquisa

ESTRUTURA	DELIMITAÇÃO
Problema	Como os arranjos grupais análogos às Comunidades de Prática à luz do regime de informação do IFPB podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação sobre atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão da instituição?
Hipótese	Os arranjos grupais análogos às Comunidades de Prática à luz do Regime de Informação do IFPB podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação sobre atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão da instituição.
Objetivo geral	Analisar à luz do regime de informação, os arranjos grupais análogos às “comunidades de prática” no IFPB resultantes de ações de informação na gestão em/entre ensino, pesquisa e extensão.
Objetivo Específico 1	Estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação sob o prisma da Ciência da Informação;
Objetivo Específico 2	Configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos: ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos;
Objetivo Específico 3	Tipificar os arranjos grupais análogos às comunidades de prática, a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição;
Objetivo Específico 4	Propor, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico..

Fonte: Adaptado de Brasileiro (2017)

Dadas as informações do quadro 1, defendemos a tese de que, **à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal, pode contribuir com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico.** Acreditamos que a tese é original e inédita pelo fato de que não se sabe, até a presente data, sobre estudos semelhantes ou publicações com propostas de estudos similares.

A relevância da escolha e desenvolvimento do tema se justificou a partir de três elementos essenciais. O primeiro, de contribuição epistemológica, por meio da possibilidade de aproximação conceitual e metodológica dos termos regime de informação e comunidades de prática sob a perspectiva da Ciência da Informação. O segundo volta-se à aplicação do resultado desta aproximação ao caso selecionado (IFPB). O terceiro elemento essencial foi relativo à possibilidade de ganho institucional resultante de sugestão de possível intervenção por meio do modelo aqui proposto como um dos resultados de pesquisa.

Acreditamos que esse entendimento são passaportes essenciais para a inovação e gestão eficiente do poder público, sobretudo quando se trata de uma organização complexa com vários *campi*, envolvendo pessoas, demandas variadas, funções e sistemas de tecnologia de informação.

No que tange a aplicação do resultado desta aproximação, também acreditamos que, enquanto docente-pesquisador envolvido com o Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), ensino superior, projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de ter ocupado cargos de gestão, temos a responsabilidade social de contribuir com a caracterização continuada de aprofundamento das experiências teórico-práticas da instituição. Este imperativo nos levou à oportunidade de identificar a natureza dos fluxos comunicacionais com base na construção de informações e conhecimento que levem às inovações e ao entendimento do Regime de Informação da instituição, em especial, as ações de informação. Destarte, desenhar seu fluxo organizacional de funcionamento e efetividade e estabelecer um modelo teórico-prático que atenda as especificidades do IFPB, em especial, as direcionadas aos arranjos grupais análogos às CoPs nos termos propostos, pode constituir norte qualitativo para essa e outras organizações que possuem propostas semelhantes.

Entendemos que a análise de todas essas questões à luz das ciências sociais aplicadas, essencialmente a Ciência da Informação cujo objeto de estudo é a informação, pode contribuir com inúmeras funções da informação e do conhecimento em novos e diferentes suportes. Sua estrutura como força motriz de desenvolvimento e superação de desafios sociais contemporâneos voltados para a gestão, sobretudo, a gestão pública com responsabilidade social, tem a informação e o conhecimento como o grande capital sustentável com maior credibilidade num cenário mundial globalizado.

Destarte, acreditamos que estes vieses de justificativas tornam esta investigação inédita e inovadora. Inédita por desenvolver a aproximação conceitual e metodológica entre RI e COP e, também, por sugerir um modelo teórico-prático para atender a relação supracitada, voltada para especificidades de uma instituição de educação profissional que apresenta organizações em rede e gestão complexas. Inovadora porque poderá contribuir para que, tendo o seu RI configurado, entendido e em funcionamento, a instituição possa identificar, compreender, organizar e compartilhar ideias em benefício comum numa escala intra e interinstitucional por meio de arranjos grupais análogos às CoPs não somente voltados à gestão do tripé acadêmico, mas com possibilidades de aplicação às várias demandas da instituição.

Portanto, visando responder aos questionamentos da pesquisa, por meio do alcance dos objetivos propostos, esta tese está estruturada em cinco seções. Inicia-se com esta introdução que contempla a contextualização da pesquisa, seus pressupostos e questões norteadoras, o problema, a questão proposta e os objetivos, além do interesse, das justificativas e da originalidade da tese que se defende.

A seção seguinte trata da fundamentação teórica que embasa a pesquisa na ciência da informação, nos construtos da informação, do regime de informação e em comunidade de prática com suas tessituras e vicissitudes. Em seguida, na seção 3 apresenta-se o percurso metodológico trilhado para alcançar os objetivos. A seção 4 apresenta a descrição dos resultados, a análise e as discussões da pesquisa **no contexto das ações de informação no IFPB**. Por conseguinte, são apresentadas as considerações finais, seguidas das referências, apêndices e anexos.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

Esta seção trata de três termos interdependentes tendo a informação como ponto, ora híbrido, ora como de partida, de trânsito e/ou de chegada. Trata de perceber o lugar do RI na CI, ambientando-o e tentando compreender suas concepções teórico-metodológicas num cenário político e socioeconômico capitaneado pela economia informacional. É informacional porque “[...] os agentes nessa economia [...] dependem, basicamente, de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento” (CASTELLS. 1999a, p. 87).

Para Santos (2006) em concordância com Castells (1999a), foi com a Revolução Técnico-científico-informacional ou Revolução Tecnológica da Informação que os elementos foram gerados pela sociedade em uma rede global de interação. Isto consolidou a quarta fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, denominada capitalismo informacional, cognitivo ou do conhecimento, classificada por Castells no livro “A Sociedade em Rede” (1999a).

No entanto, o processo dessa fase capitalista já existia antes do termo ser norteadado pelo autor. Pode-se sinalizar seu início com a crise da terceira fase do capitalismo (financeira) e a consequente quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 ou no período do pós Segunda Guerra Mundial (1945-1949). Ou até mesmo da década dos anos 1980 em diante (CASTELLS, 1999a; SANTOS, 2006; AZEVEDO, 2007).

No entanto, embora não haja consenso, a atual fase do capitalismo representa “[...] a saída do modo de produção fordista que se daria a partir dos anos 1970, quando começaram a ocorrer transformações que modificaram radicalmente o perfil da produção, que foi deixando de ser de bens e foi se tornando de serviços” (RODRIGUES, 2010, p. 71). O autor afirma que, independentemente das controvérsias, se observa que o capitalismo informacional ganhou força na virada do século XX e que vem sendo consolidado nas duas primeiras décadas do XXI.

Destarte, sob estrutura do capitalismo informacional, as TICs estão integrando o mundo em redes globais e a comunicação sendo mediada por computadores, smartphones, *tablets*, entre outros aparelhos. Nesse caso, observa-se a geração de uma gama exponencial de comunidades virtuais destacando o papel da informação na sociedade contemporânea. Isto se dá por via das redes estabelecidas entre as suas

características sociais, econômicas e políticas, ligadas pela tecnologia e pela informação (CASTELLS, 1999a).

É nesse cenário de construção/evolução de sociedade da informação em rede que surge a CI e seu objeto de estudo, a informação. Ela é relativamente recente e está ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do pós Segunda Guerra Mundial, dando seus primeiros passos durante a vigência da Ordem Mundial Bipolar (1945-1991), pautada na disputa entre capitalismo [liderado pelos Estados Unidos (EUA)], e socialismo [liderado pela então União Soviética (URSS)]. Naquele contexto, se acreditava que a informação e seu regime de fluxos atendiam uma regência de verdade que cada sociedade tinha, ou seja, segundo Foucault (1979, p. 9), um “[...] regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

No contexto atual, o regime de verdade tende a ser mais flexível conforme as novas configurações econômicas, políticas e sociais, além das novas tecnologias de informação e comunicação, tendendo a novos regimes de informação. Todo esse processo será melhor entendido nas linhas que seguem.

2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

Mesmo diante do fato que a representação de certa área do saber seja muito difícil e complexa, admite-se que a aceção e construção da CI enquanto área do conhecimento ocorre mediante diferentes olhares para a extensão e a diversidade de campos de sua atuação (SOUZA; STUMPF, 2009).

Para Souza e Stumpf (2009) é comum afirmar que a produção do conhecimento científico perpassa por contribuições e experiências de áreas distintas formando campos, disciplinares, multidisciplinares, pluridisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, que contribuem com as reflexões e entendimentos acerca dos diferentes objetos de estudos.

Na CI não é diferente. Considerada uma ciência em evolução, a fundamentação do seu objeto de estudo (a informação) está pautada em pesquisadores contemporâneos de diversas áreas que contribuem para o embasamento de teorias informacionais, provocando grandes mudanças nos significados de seus termos e ampliando abordagens com grande nível de interação. Sobre esse processo, Saracevic (1996, p. 18) destaca que,

[...] a compreensão histórica da Ciência da Informação está necessariamente ligada às características ou razões que constituem sua tríade: natureza originalmente interdisciplinar; fundamento na tecnologia da informação e o seu papel ativo na evolução da sociedade da informação.

Por vezes disciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e até transdisciplinar, a Ciência da Informação utiliza-se de interações metodológicas que caracterizam suas discussões, categorizando-a nessas modalidades.

Embora a literatura científica a caracterize, mais fortemente, como uma ciência interdisciplinar, a Ciência da Informação apresenta propriedades das outras modalidades ou níveis de articulação entre disciplinas em diversos momentos da construção de sua história e evolução, traçando um caminho que firma sua identidade como uma grande área que localiza a informação em lugares distintos.

Este olhar múltiplo sobre a interação entre as diferentes áreas do conhecimento permite que se abranja a complexidade crescente do mundo pós-moderno, o que, segundo Nicolescu (1999), justifica a definição da transdisciplinaridade como um fluir de ideias. Nesse sentido, o autor destaca que esta abordagem científica vem modificando a forma como o homem social se volta para si mesmo e procura entender seu papel no mundo com o conhecimento adquirido, buscando a própria compreensão da interação do ser humano com o universo.

Para Japiassu (1976) a interdisciplinaridade pode ser considerada como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, a reciprocidade nos intercâmbios, de modo que, ao final, cada disciplina seja enriquecida. Não obstante, “[...] as ciências humanas e sociais (das quais a Ciência da Informação faz parte) têm como uma de suas principais características a convivência de diferentes correntes ou modelos teóricos” (ARAÚJO, 2014, p. 70) os quais estão em constante desenvolvimento.

Segundo Araújo (2009, p. 193),

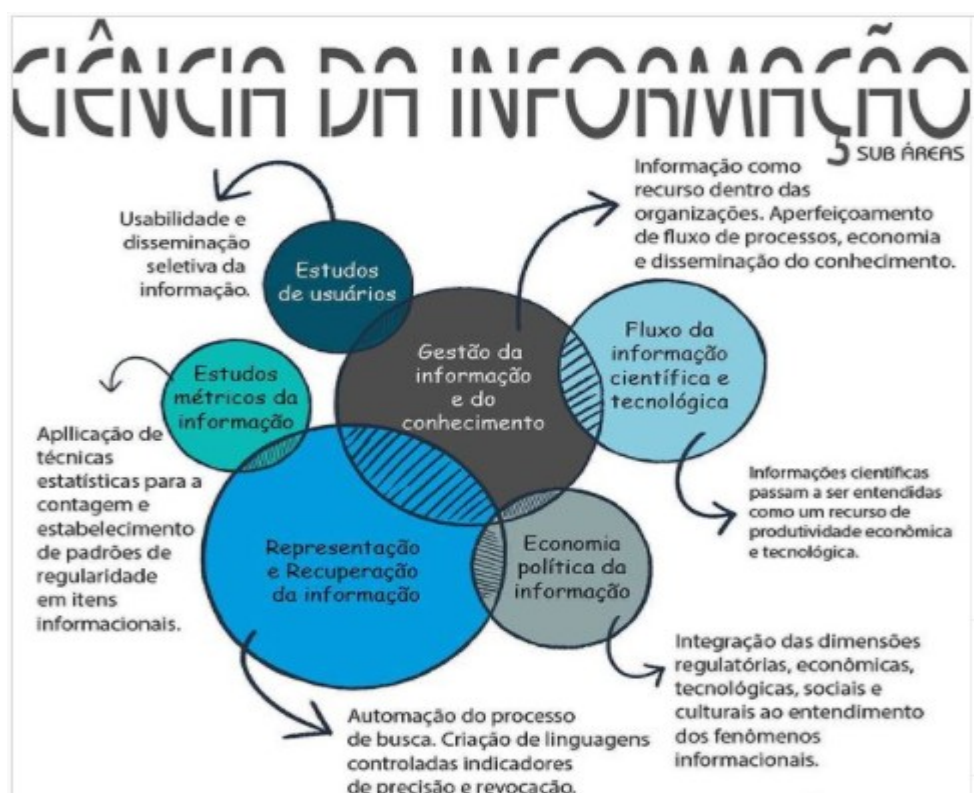
ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (CI) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes.

Nesse sentido, a CI enquanto área interdisciplinar encontra alguns desafios ao definir o conceito básico que determina a informação como seu objeto de estudo. Esses

desafios decorrem os múltiplos olhares oferecidos pelas relações interdisciplinares e pelas subáreas que a CI oferece (MATHEUS, 2005).

A história das primeiras sete décadas de pesquisa no campo da CI, seus fundamentos e subáreas, concatenados com os diferentes entendimentos sobre a informação enquanto seu objeto de estudo, vem sendo contada por Araújo (2009; 2010; 2014) entre outros autores. A figura 1 abaixo demonstra uma síntese do resultado desse processo.

Figura 1: Subáreas da Ciência da informação



Fonte: Fluxoinfo (2020) baseado em Araújo (2014)

Araújo (2009) apresentou, em seus estudos sobre a CI, seis correntes teóricas ou subáreas que refletem os conceitos de seu objeto (a informação): o estudo dos fluxos de informação científica; representação e recuperação da informação; os estudos de usuários da informação; a gestão da informação e do conhecimento; economia política da informação; estudos métricos da informação. Mais tarde, em 2014, Araújo ressalva que o mapeamento realizado em seus estudos sobre a temática supracitada, nos últimos dez

anos, permitiu perceber “[...] que a própria identificação de subáreas não é canônica: em outros momentos, outras divisões foram propostas; autores participam de uma perspectiva num momento, depois se encontram em outra; conceitos são trocados e reutilizados em diferentes âmbitos” (ARAÚJO, 2014, p. 71).

Não obstante, o autor deixa explícito que não intenciona determinar consenso unificador para o campo. No mais, sinaliza uma proposição para se ter consistência dos elementos relacionados aos fenômenos informacionais. Nesse sentido, aponta que:

Há, pois, uma homogeneidade que estrutura o campo, lhe concede uma ‘espinha dorsal’. Ao mesmo tempo, há uma diversidade, saudável e dinâmica, expressa nas diferentes perspectivas e correntes teóricas que ora se misturam, ora se fundem, ora se distanciam (ARAÚJO, 2014, p. 72).

Para atendimento do escopo do presente estudo, dentre as seis subáreas apresentadas por Araújo (2014), duas estão aqui representadas neste estudo: economia política da informação, que contempla estudos sobre um dos seus termos estruturantes: o RI; gestão da informação e do conhecimento, que proporciona estudos e reflexões acerca da CoP a qual será abordada na segunda subseção. Antes, trataremos sobre economia da informação no objeto do regime de informação. No entanto, não se exclui as demais, visto que o caráter interdisciplinar da CI, sob o princípio do pensamento complexo (MORIN, 2007), visa superar dificuldades e/ou estabelecer aprimoramento teórico-metodológico do campo.

Para Araújo (2014, p. 65), as dificuldades pertinentes à subárea economia política da informação “[...] têm sido estudados, recentemente, a partir do conceito de regime de informação, que busca integrar as dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais”. Mais adiante, buscando uma melhor fundamentação, serão tratados os desdobramentos da apresentação e análise do conceito de RI em outros contextos teóricos e diante de outras problemáticas.

2.1.1 Reflexões sobre a Informação na Ciência Informação: olhares múltiplos e abrangentes com vistas ao Regime da Informação

De origem latina, o termo “informação” significa dar forma, moldar, construir uma ideia ou noção sobre algo, dado ou posto, podendo ser uma atribuição de significado ou um processo de representação que tenha como objetivo a comunicação desse significado. Desse modo, a informação seria uma prática social que envolve atribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b).

A sistematização dos conceitos de informação presentes na CI foi realizada por autores por meio de várias abordagens. González de Gómez (2003b) desenvolveu um escopo teórico-conceitual para a delimitação e compreensão do objeto da CI, que entende a informação como pragmática de ações de informação. Ou seja, ação de informação é a “informação em si”, uma mediação semântico-pragmática (FREIRE, 2017).

Entre os que procuraram assinalar definições simplificadas de informação na CI, Buckland (1991) definiu três: informação como processo (ato de informar); informação como conhecimento (que é percebido); informação com coisa (que designa objetos, como dados e documentos). Ademais, trabalhando a distinção variável da informação como entidade e processo, o autor criou uma quarta definição: processamento da informação.

González de Gómez (2015), baseada em Braman (2006), destaca que no alicerce de muitos dos debates sobre as políticas estariam as variações em volta da conceituação da informação. Nesse sentido, apresentamos, no quadro 2, a seguir os conceitos trabalhados por Braman (2006a) e citados por González de Gómez (2015):

Quadro 2: Classificação da Informação de Braman

Informação como...	Entendida quando...
Recurso	trata-se de um insumo em qualquer tomada de decisão, de produção ou processo burocrático (BRAMAN, 2006, p. 12).
<i>Commodity</i>	é algo que se vende e que se compra (BRAMAN, 2006, p. 13).
Padrão	discursos acadêmicos e populares [...] reconhecem a diferença entre "informações apilhadas" e "informações organizadas" - de maneira que elas afetam o modo como o mundo é conhecido ou entendido (BRAMAN, 2006, p. 15).
Agente	o seu poder é claramente reconhecido [...] Cada vez mais [...] a política de informação deve levar em conta a forma como as tecnologias de informação e a informação estão agora completando, suplantando e substituindo a tomada de decisão humana (BRAMAN, 2006, p. 17).
"Junção de possibilidades"	é aplicável a toda a gama de processos sociais e em todos os níveis da estrutura social (BRAMAN, 2006a p 17).

Força constitutiva da sociedade	é aplicável aos efeitos cumulativos de múltiplas ações e fluxos. A informação não é apenas afetada pelo seu ambiente, mas também afeta seu ambiente (BRAMAN, 2006, p.19).
---------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, baseado em Braman (2006)

Sendo assim, González de Gómez (2015, p. 14) infere que “[...] a taxonomia da informação de Braman pareceria traçar um arco entre as pressuposições metateóricas e os múltiplos fluxos e ações de informação que aquelas contribuiriam a entender e a prognosticar”, podendo ser importante contribuinte para CI.

Não obstante, Araújo (2014) afirma que Capurro e Hjørland (2007) se destacam ao identificarem o conceito na CI,

[...] quatro conceitos principais: o da teoria da informação (formulada por Shannon e Weaver); o da visão cognitiva (proposta por Brookes e desenvolvida por Belkin); o de Buckland (que, ao propor a ideia de “informação como coisa”, reintroduz o conceito de documento na área); e um quarto, relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias como a análise de domínio, o sociocognitivismo, a hermenêutica e a semiótica (ARAÚJO, 2014, p. 67).

Para Araújo (2010), Capurro em 2003 e, sobretudo, em coautoria com Hjørland, em 2007, trouxeram para a CI uma das sistematizações mais ricas sobre o conceito de informação, apresentando modelos, identificando a constituição histórica da informação, suas características e limites. Por este e outros motivos, Capurro tem sido muito citado na CI, servindo como fonte de reflexão e novas tentativas de sistematização epistemológica, no Brasil e no exterior. Sua influência justificou e motivou as reflexões sobre as abordagens na área após sua apresentação na conferência de abertura do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no ano de 2007.

Nessa perspectiva, diversos autores da área concentram-se em discutir o conceito de informação por meio de abordagens mutuamente exclusivas. Entre eles, segundo Matheus (2005) está Rafael Capurro, que adota argumentos de abordagem histórica e epistemológica que podem ajudar a CI na percepção de sua conjuntura atual e na motivação acerca das reflexões do conceito de informação abordados na área, em diferentes lugares que balizam a informação de acordo com sua localização e posição, demandando novas conversas, nós e interações, para a ressignificação de termos e conceitos que precisam evoluir.

É nesse sentido que se pode perceber que muito se tem dito sobre a informação, seu conceito, suas funções e aplicabilidades nas sociedades contemporâneas. Isto porque,

conforme Smit (2012, p. 84), “[...] tudo, literalmente tudo, pode ser portador de informação”. Para a autora, há neste tempo contemporâneo, uma explosão ou um caos informacional, que caracteriza a informação, para além de sua onipresença, como um aspecto de não informação. Nas palavras da autora “[...] a onipresença da informação parece já não ser mais portadora de informação alguma: se há informação em toda parte, se tudo pode ser considerado informação, então nada é [...]” (SMIT, 2012, p. 84).

No contexto citado pela autora também se abarca as reflexões, por exemplo, sobre a pós-verdade como um neologismo para a situação em que fatos e análises especializadas têm menos influência na formação da opinião pública do que o apelo às emoções, às credences pessoais e a fatos alternativos. Nessas circunstâncias, o acesso à informação de maneira rápida e interativa, potencializada pela revolução digital e pela *internet*, simultaneamente, pode fazer com que a verdade perca sua importância decisória no debate público, dando lugar a impressões subjetivas, palavras de sensibilização e reações sentimentalistas. É o momento em que a informação passa para um contexto de desinformação e manipulação utilizando-se da *internet* por meio das mídias e redes sociais para disseminação de mentiras, causando enorme instabilidade na confiança e opiniões públicas (ESCOBAR, 2017).

Em situações que demandam essas discussões, percebe-se que o conceito de informação vem se adequando aos acontecimentos sociais e se transformando ao passo que surgem novas teorias que demandam novas aplicabilidades. Essas múltiplas abordagens vêm sendo refletidas no âmbito da CI ao longo do tempo. Isto porque a extensão e diversidade de campos de atuação da CI permitem diferentes olhares para a definição da área, assim como de seu objeto de estudo (SOUZA; STUMPF, 2009).

Dentre essas abordagens, esta investigação procura entender a informação e sua efetividade na conjuntura das políticas de informação. É neste contexto que se aloca o RI, ora por sua coocorrência no mesmo domínio, ora como termos interdependentes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015). Ademais, nesta investigação, consideramos a informação como tudo que pode provocar transformação em estruturas individuais e/ou coletivas (BROOKES, 1980) que podem promover mudanças na aprendizagem e geração de conhecimento pelas pessoas.

A partir desta convicção, o entendimento do termo ‘políticas de informação’ e sua relação com o ‘regime de informação’ se faz necessário, por exemplo, por meio das análises dos termos ‘políticas’ e informação separados. Sobre informação já se teceu

considerações. Sobre políticas resgatamos o conceito abrangente de Japiassu e Marcondes (1996, p. 152-153) quando afirmam que se caracteriza por

[...] tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos. A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas.

Para Castells (2017, p. 57), sendo reflexo de poder, a política deve ser definida como “[...] a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar, assimetricamente, as decisões a outro (s) ator (es) social (is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder”. Nesse caso, “[...] o conceito de ator refere-se a uma variedade de sujeitos da ação: atores individuais, atores coletivos, organizações, instituições e redes”.

Para Freire (2010, p. 166), tanto “[...] o conceito de informação quanto o de política possuem o mesmo sentido de ordem e regulação que, reunidos, formam o conceito de políticas de informação”. A autora apresenta a política de informação como um “[...] conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação”. Nesse mesmo sentido, para Braman (2011, p.3), “[...] a política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias - e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem a criação, processamento, fluxo, acesso e uso de informação”.

De outro modo, corroborativo, o RI é “[...] qualquer tipo de lei, regulação, princípio político ou programa que lida com qualquer forma de coleção, processamento, fluxo e uso de informação” (BRAMAN, 2009). Nesse aspecto, o RI encontra-se no contexto das políticas de informação. Isto pode ser melhor entendido no quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Políticas de Informação: definições e aplicações no contexto de um RI

Política de informação no contexto de um RI	
González de Gómez (1999b) considera a Política da informação...	
1	“[...] um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas quanto explícitas, micro ou macro políticas” (p. 63).

2	direcionada para diferenciar gestão de política de informação em que “[...] uma gestão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio” (p. 71).
3	abordada sob o prisma teleológico, ou seja, com relação a fins, valores e objetivos, designando “[...] as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (p. 71).
4	atua como uma “ação dirigida a consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos”, considerando que] em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação (p. 71).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020), baseado em González de Gómez (1999b)

No entanto, a sinalização de possibilidade da “[...] concorrência dos termos política de informação e regime de informação, num mesmo espaço discursivo, parece agregar imprecisões numa área” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015, p. 2). Para a autora, os dois termos (políticas de informação e regime de informação) podem ser apresentados, “[...] num mesmo domínio de produção de sentido, mantendo relações ora complementares, ora concorrenciais ou, ainda, de substituição”.

Deste modo, segundo Frohmann (1995, p. 5) “[...] um objetivo legítimo e premente da pesquisa em políticas de informação é a perspicácia representação de regimes de informação”, ou seja, como ocorrem origem, estabilização, relações sociais e poder, em suas formas específicas dentro e através deles. Neste trabalho, terá prioridade os dois conceitos coexistindo nos mesmos espaços discursivos visando, “[...] mais rigor e consistência as possibilidades analíticas da abordagem dos regimes de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015, p. 2).

2.1.2 Regime de Informação: conceitos e abordagens na Ciência Informação

O contexto em que foi cunhado o termo regime de informação configura-se sob ambiência do capitalismo informacional na última década do século XX. Naquele contexto, “Alguma coisa estava ‘fora da ordem’, fora da Nova Ordem Mundial”. Esta máxima era comunicada pelo compositor brasileiro Caetano Veloso em seu álbum *Circuladô*, lançado em novembro de 1991 por meio da música “Fora da ordem”

(VELOSO, 1991). Embora enigmática e tratando dos conflitos das grandes cidades como São Paulo, a letra da música informava que o mundo não era mais o mesmo. Nesse sentido, as informações sobre o mundo globalizado sofriam mudanças constantes e substanciais de “regime de verdade” e de poder (FOUCAULT, 1979; BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER, 2017; BRAMAN, 2006; CASTELLS, 2017). Poder, no sentido defendido por Foucault em que não nega a importância do Estado, mas se evidencia que suas afinidades suplantam o plano estatal se fazendo inclusas em toda a sociedade.

Naquele momento, no “Fim do Milênio” (CASTELLS, 1999b) surgia uma ‘Nova Ordem Mundial Multipolar’ em substituição à Bipolar comandada pelos Estados Unidos e União Soviética. Caracterizada pela acentuação da globalização da economia e pela consolidação dos blocos econômicos entre os países, a nova ordem mundial, tinha como vanguarda o bloco que é hoje conhecido como União Europeia. Em tal contexto, anunciava-se nas explanações científicas e na economia das tecnologias digitais, a “[...] nova relevância de um fenômeno antigo” (WERSIG; NEVELING, 1975) e, segundo Unger e Freire, (2008, p. 85), “[...] o regime de informação, com seus sistemas de informação e linguagens documentárias, inicia[va] sua hegemonia sobre o regime industrial, na sociedade contemporânea”.

Com a crise do estatismo industrial e o colapso e fim da URSS, o Capitalismo Informacional (CASTELLS, 1999a), desenvolveu-se. Por conseguinte, acredita-se que, entre outros, o critério de regionalização mundial (externa) tendo sua economia pautada numa estrutura centro (países desenvolvidos) – periferia (países subdesenvolvidos), ponto de partida analítico de Prebisch (1962), contrapôs-se à “[...] regionalização interna enquanto um atributo sistemático da economia informacional/global” (CASTELLS, 1999a p.120).

Neste contexto, Braman (2006) usa o termo "ponto de corte" para demarcar a transição dos Estados de bem-estar social (*Welfare State*), sob doutrina Keynesiana, ou a transição dos Estados Burocráticos ao Estado Informacional. Para a autora seria o surgimento de uma nova forma de poder: o poder informacional (BRAMAN, 2006, 2004; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Já sob abrangência neoliberal, “[...] o poder informacional alterou os materiais, as normas, as instituições, as ideias e os símbolos que são os meios pelos quais outras formas de poder são exercidas, surgiu um novo tipo de sistema, o Estado informacional” (BRAMAN, 2006, p. 4). Por conseguinte, os critérios de regionalização do mundo ilustraram e ainda vem ilustrando os regimes de poder

político e socioeconômico dos Estados Informacionais na sociedade da informação. Para González de Gómez (1999a, p. 2),

[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas.

A sociedade da informação, em seus diferentes espaços geográficos, no final do século XX, vivenciou o intervalo de transformação da então "cultura material" pautada no novo paradigma tecnológico, sobretudo, por meio das TICs (CASTELL, 1999a), e influenciaram a construção do RI do contexto assinalado. Nesse sentido, a informação como dispositivo de poder agrega na formação de tal RI creditado por Braman (2004) como um regime global de informação, alocando suas apreensões em um patamar macro político (internacional).

Para a autora, regime pode ser entendido como quadro normativo e regulatório internacional, com menor rigidez e formalidade que o sistema jurídico. Ele oferece definições operacionais, estabelece uma hierarquia de valores e define regras de negociação e procedimentos. Como regime global de informação, define elementos do poder informacional na ambiência do modo de produção informacional.

Para González de Gómez (2002, p. 34), RI caracteriza-se por

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Destarte, foi diante da supracitada paisagem conjectural que em 1995, Bernd Frohmann estabeleceu a ponte entre o termo ‘Regime de informação’ e a Ciência da Informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2008, p.3) e cunhou o conceito de RI de forma pioneira e explícita (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Frohmann (1995) como baseou-se no conceito de dispositivo e na noção de poder de Foucault, bem como na Teoria Ator-Rede (TAR) ou *Actor Network Theory* (ANT), defendida em destaque por Latour (1999),

Callon (1990) e Law (1992). Destarte, o autor defende que para os estudos da política de informação o conceito de RI caracteriza-se por

[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos (FROHMANN, 1995, p. 2-3, **tradução nossa**).

Sendo assim, Frohmann (1995) sinaliza a comunicação da informação por meio dos nós de redes de informação, com elementos específicos, a exemplo da radiodifusão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos transfronteiras, e as infoestradas emergentes. Deste modo, a exposição da informação é realizada também por meio institucional, em grupos sociais, artefatos científicos, tecnológicos e discursos adentrando, desta maneira, ao conceito de RI.

Deste modo, um aspecto interessante sobre o RI é defendido por Magnani e Pinheiro (2011). Elas observam uma diferença na ênfase no regime global de política de informação de Braman (2004) e no regime de informação cunhado por Frohmann (1995). Braman coloca suas preocupações nas políticas no nível internacional, enquanto, Frohmann enfatiza as relações entre elementos naturais, sociais e discursivos que formam as redes e sistemas de informação, no domínio das especificidades do contexto social. A partir desta observação as autoras afirmam que o RI ou o ‘regime global de política de informação’

[...] são conceitos que vem sendo trabalhados na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação (MAGNANI e PINHEIRO, 2011, p. 596).

Para as autoras, o RI, por não se atrelar à informação em si própria, concebe um conceito estrutural e estruturante para a CI porque se conecta às relações que a informação situa na órbita de interesses de atores e pelo uso pontual de artefatos contemplados pelas suas práticas informacionais mediante políticas de informação estabelecidas.

Delaia (2008, p. 37) afirma que o conceito de RI na CI destaca elementos “[...] das relações diretas e indiretas das e entre as comunidades, instituições, organismos do público ao privado, no que tange às ações de informação”. Neste mesmo pensamento

Bezerra e Pinho (2016, p. 157) afirmam que “[...] o conceito de RI pode ser visto como uma importante ferramenta para análise das relações de uma pluralidade de atores, **práticas e recursos**, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação”.

Frohmann (1995) e González de Gómez (1999b) defendem o RI mediante abordagem mais específica, particular e micro (social). Todavia, para Freire (2013, p. 75), “[...] enquanto o autor aborda os artefatos tecnológicos e a viabilidade do trânsito informacional por e através do meio físico, a autora aborda o RI sob os aspectos político e gerencial”. É nesse sentido que González de Gómez (2012, p. 43) atrela ao conceito de RI a concepção de dispositivo de Michel Foucault, definindo-o como um

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância.

González de Gómez (1999a, 2002, 2003a) ao conceituar RI, define uma trilha construtiva que pode ser aceita como determinações em bloco onde estão definidos os subsídios que arrumam tudo o que torna possível transferir informações nos múltiplos espaços socioculturais. São quatro os elementos de um RI:

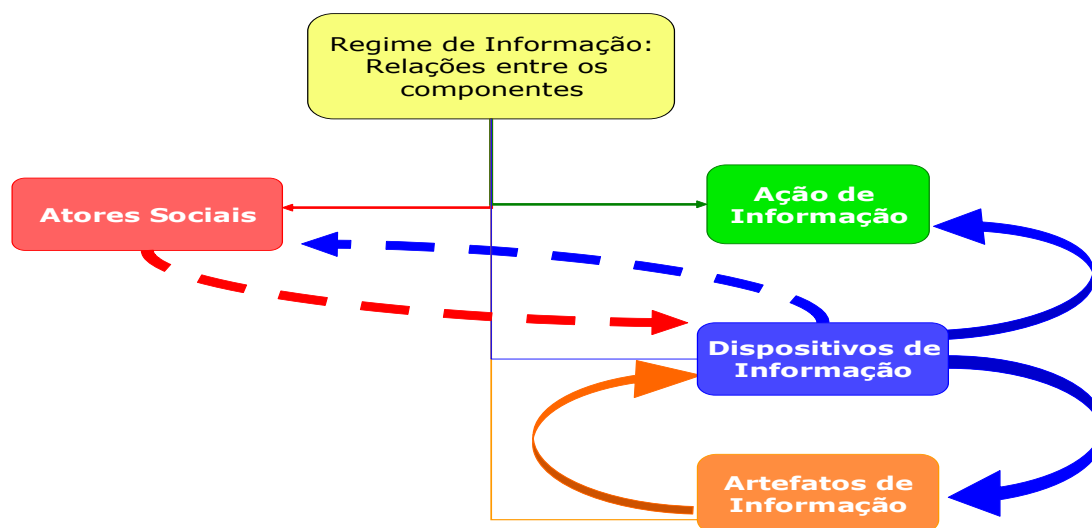
- a) **Atores sociais**, “reconhecidos por suas formas de vida e [que] constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 35). Os atores estão intrinsecamente relacionados às ações de informação, que propõem e desenvolvem no âmbito de um regime de informação.
- b) **Ações de informação** são as modalidades de ação executadas para articulação e relação entre os atores sociais. Agem em conjunto com a finalidade de produzir os resultados idealizados por estes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b);
- c) **Dispositivos de informação**, considerados um mecanismo operacional, ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início, ou ainda, como a autora exemplifica, “um conjunto de produtos

e serviços de informação e das ações de transferência de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a, p. 63);

- d) **Artefatos de informação**, que constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003b).

Saber quem são os atores e como se articulam pode colaborar na melhor distinção de suas ações, dos dispositivos que dispõem e dos artefatos que os condicionam (ARAÚJO, 2014). Delaia e Freire (2010) por meio de sua pesquisa ilustraram as relações entre estes quatro elementos do RI, por meio da figura 2 abaixo:

Figura 2: Relações entre elementos do RI



Fonte: DELAIA; FREIRE, 2008

As autoras ressaltam que o RI “[...] representado é refletido nas demais Unidades de Pesquisa, onde cada uma pode apresentar características, comportamentos, liderança e atuação conforme o ambiente em que está inserido” (DELAIA, 2008, p. 121). Isto sinaliza a comunicação da informação por meio dos nós de redes de informação, conforme Frohmann (1995).

Ademais, as ações de informação, e também as de comunicação, apresentam uma transversalidade econômica, social e cultural, prevista por Zurkowski (1984) e projetada sobre as esferas públicas, na década de 1990. Neste modelo, e enquanto ação de

informação, a informação corresponde a conjunto de estratos heterogêneos e articulados. Estes se manifestam por meio de três modalidades de ação e possíveis atores sociais de um determinado RI, evidenciando os tipos de atividades a serem desempenhadas, assim como suas finalidades, conforme exposto no quadro 4, a seguir:

Quadro 4: Propósito das ações de informação

AÇÕES DE INFORMAÇÃO	ATORES	ATIVIDADES	PARA
Ação de Mediação	Sujeitos sociais funcionais (<i>práxis</i>)	Atividades sociais múltiplas	Transformar o mundo social ou natural
Ação Formativa ou finalista	Sujeitos sociais experimentadores (<i>poiesis</i>)	Atividades heurísticas e de inovação	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação Relacional Inter- Meta-Pós-mediática	Sujeitos sociais articuladores e reflexivos (<i>legein</i>)	Atividades sociais de monitoramento, controle e coordenação	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo

Fonte: González de Gómez (2003a, p. 37)

Analisando os propósitos das modalidades de ação de informação, constata-se que a mediação da informação se constitui como uma ação de interferência denominada, em um sentido mais restrito, de ação de mediação que tem por finalidade transformar o mundo sob o prisma social (BRASILEIRO, 2013). As ações formativas ou finalistas “[...] são aquelas constitutivas de uma ‘forma de vida’, a qual singularizam e diferenciam em relação a outros modos de ação e formas de vida” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p.36). Já a modalidade relacional ocorre quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que, ainda quando de autonomia relativa, dela obtém a direção e fins. Porém, Almeida Júnior (2009) destaca que as finalidades relacionadas às outras duas ações de informação também correspondem àquelas da mediação da informação, num leque maior.

Outrossim, objetivando uma comunicação da informação excelente, as diferentes modalidades de ações de informação são desenvolvidas de acordo com os desígnios propostos e de informação necessária dos atores sociais (usuários de informação) e do contexto do RI existente (BRASILEIRO, 2013), o que corrobora com Unger e Freire (2008, p. 85) em que, nesse contexto, os RI são considerados “[...] substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar ao estágio atual” da sociedade da informação. É nesta realidade que o ser social, tendo

que responder sua nova estrutura e de produção, necessita de suporte informacional, de entendimento, aplicação e efetivação do RI para atender suas demandas e da sociedade.

Nesse sentido, as “[...] possibilidades de aplicação devem ser realizadas a partir de elementos teórico-metodológicos, isto é, de estudos que busquem a aplicação de conceitos, teorias e métodos em torno deste constructo” (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 71). Os autores sinalizam que as condições de tal constructo permitem perceber o real, além dos referenciais teóricos, ou seja, também por meio das reconstruções pragmáticas realizadas nas pesquisas.

Sobre reflexão e utilização do termo regime de informação na CI, Gonzalez de Gómez (2012, p. 50) constata que diferentes autores o usam “[...] como um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder”. Nesse viés, entre outros, várias são as produções, sobretudo por meio de artigos, dissertações e teses. À luz do RI,

[...] podem ser analisados diversos elementos, dentre os quais se destacam os tecnológicos; os estoques de informação; os produtores de informação; os canais de comunicação; os sistemas de recuperação, organização, armazenamento e transferência da informação; as linguagens documentárias; e, principalmente, os seres humanos com suas necessidades informacionais (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 70).

Rocha, Costa e Silva (2018), por exemplo, apresentam artigos publicados sobre Regime de Informação no período de 2002 a 2016 em análise de periódicos científicos da área de Ciência da Informação com classificação Qualis A1, A2, B1 e B2, com base no quadriênio 2013-2016. Sobre os resultados, Rocha, Costa e Silva (2018, p. 272) sinalizam que “[...] a temática Regime de Informação foi oportuna, uma vez que se insere na área da Ciência da Informação e remete à necessidade de uma análise e redefinição dos espaços de informação sob as condições e impactos dos periódicos frente à globalização”.

Ampliando o leque, em levantamento no Portal de Periódicos e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram identificadas dissertações e teses nacionais sobre “Regime de Informação” com defesas no período de 2003 a 2021. Por meio de uma busca avançada, sem filtros, exceto o termo regime de informação entre aspas, foram identificados cinquenta e cinco (55) trabalhos: vinte e seis (26), considerando as duas escritas de RI como assunto; vinte e cinco (26) no resumo; e doze (12) como termos exatos no título. De outro modo, considerando apenas os registros em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, os dados são, respectivamente, vinte e cinco (25),

vinte e cinco (25), quinze (15) e sete (7). Especificando o último filtro de busca, os sete (7) trabalhos, sendo quatro (4) do *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT) e três (3) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), são demonstrados no quadro 5, abaixo:

Quadro 5: Dissertações e teses nacionais sobre Regime de Informação de 2013 a 2021

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	DISSERTAÇÕES	AUTOR	ANO	ESTUDO/TÍTULO
		BRASILEIRO, F.	2013	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB.
		LIMA, J.	2015	Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação.
	TESES	BARBOSA, C.	2019	As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político.
		CAVALCANTI, M.	2014	Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação.
		COSTA, A.	2016	O marco regulatório da indústria do petróleo no Brasil sob o prisma do regime da informação.
		NATHANSOHN, B.	2018	O regime de informação entre o tratamento humanitário e a vigilância para o controle: ecos da gramática global no sistema de refúgio brasileiro.
		BEZERRA, E.	2018	Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba: uma visão a partir do conceito de regime de informação.

Fonte: BDTD, 2020

Silva, Garcia e Loureiro (2017) citam Magnani e Pinheiro (2011), para alertar que a CI tem oferecido trabalhos edificadas, teoricamente, sob a ótica de RI. Nesse sentido, Magnani e Pinheiro (2011, p. 603) apresentaram três diferentes pesquisas “[...] que utilizaram a abordagem do RI como fundamento metodológico e que ilustram diferentes aplicações e interpretações desse conceito por meio de três pesquisas”. Os recortes determinam maior ou menor ênfase em alguns de seus elementos, priorizando o foco e relação informação-poder-política, conforme demonstrado no quadro 6.

Quadro 6: Aplicações do Conceito de RI

Autor	Foco	Informação-poder-política
Silva (2007)	No contexto de um conflito político envolvendo grupos da sociedade e poder público em disputas pelo livre fluxo de informações.	Políticas de informação claramente voltadas para o controle como forma de exercício de poder. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).
Delaia (2008)	Na identificação e análise dos componentes do regime: atores, dispositivos, artefatos e ações de informação.	Políticas de informação reconhecem a informação como uma força para a inovação. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).
Carvalho (2009)	Nos atores, suas características e nas diversas formas de interação entre eles.	Informação como recurso para resolver problemas específicos do arranjo produtivo local (APL).

Fonte: Magnani; Pinheiro (2011), adaptado de Silva, Garcia e Loureiro (2017)

Sob o prisma de Silva, Garcia e Loureiro (2017, p. 10), as três pesquisas comunicam “[...] a identificação e análise dos elementos que constituem o regime e como isso resulta ou condiciona diferentes modos da configuração social, cultural e política nas organizações estudadas”. Desse modo, os autores constatarem que

[...] as instituições têm constituição jurídica distinta e englobam temáticas e contextos informacionais também diversos, o que sugere tratamento da informação diferente em cada uma delas, já que a informação é utilizada ora para o exercício do controle, ora como subsídio para pesquisa ora como recurso estratégico organizacional. Tais pesquisas demonstram que os estudos de regime de informação contribuem para evidenciar o complexo de relações entre atores, instituições, processos e contextos.

De outro modo, Bezerra *et al.* (2016, p. 71) destacam três estudos que ilustram aplicações também exitosas do RI, conforme Quadro 6. Segundo os autores, elas são descritas “[...] a partir de publicações acadêmicas e científicas (artigos, dissertações e teses), os quais evidenciam as práticas dos elementos de regimes de informação em espaços abstratos e físicos em um contexto sociopolítico”. Deste modo, os autores procuram demonstrar determinados aspectos de uma visão global do RI em laboratórios e espaços institucionais (públicos e privados).

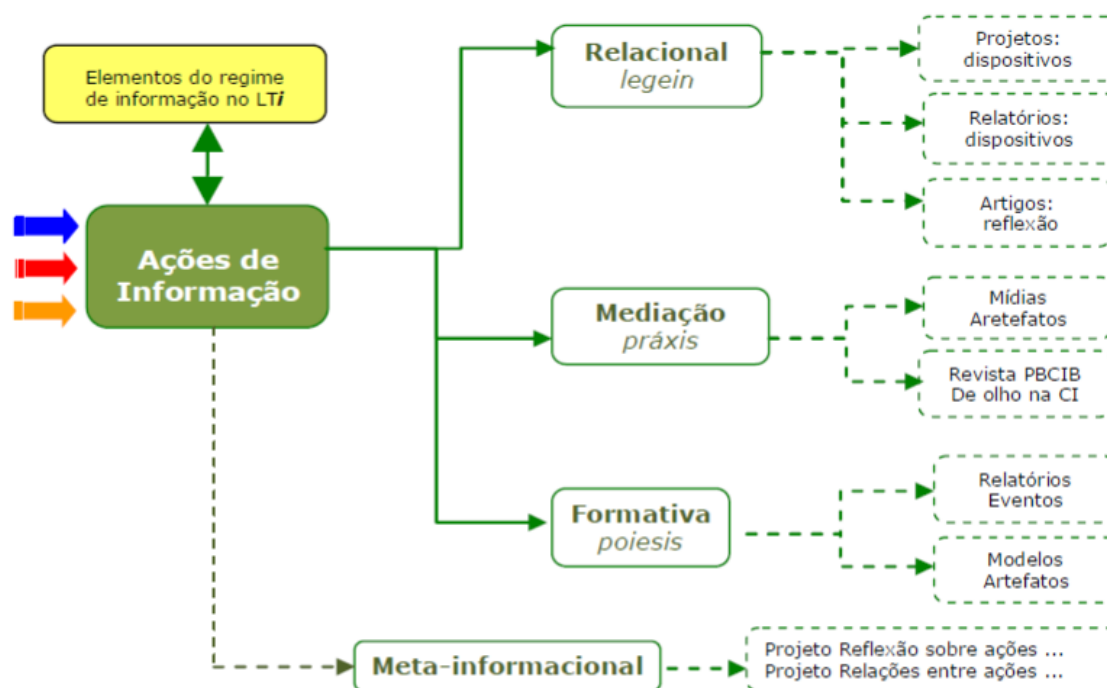
Quadro 7: Exemplos de Aplicações de Regime de Informação

Aplicações	Autores (Ano)	Objetivo	Resultados
No Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi	Freire (2013)	“[...] desenvolver um modelo de ação de informação para produção e compartilhamento de informação e conhecimento na <i>web</i> , como apoio a atividades na área de Ciência da Informação”.	A efetividade desses projetos específicos do LTi por meio das devidas ações de informação perpassa diretamente pela produção e disseminação de conhecimento e por apropriações de informação pelos usuários envolvidos direta e indiretamente no projeto.
Na Embrapa Solos	Delaia e Freire (2010)	Elaborar uma política de gestão de informação para a referida empresa, tomando como base o conceito de regime de informação.	Exemplo da constituição prática do regime de informação dentro do contexto de política de gestão da informação em uma empresa, servindo como contribuição para a evolução de estudos neste âmbito.
No Arranjo Produtivo Local (APL) da comunidade científica vale da eletrônica	Carvalho e Pinheiro (2010)	Verificar como se instaura e como se consolida um regime de informação em torno de um conteúdo informacional em um contexto específico e localizado.	Os valores, a cultura e a identidade são definidas por meio de um regime que é constituído pelos atores envolvidos que, de forma direta ou indireta, determinam padrões adotados.

Fonte: Adaptado de Bezerra *et al.*, 2016

Destarte, Bezerra *et al.* (2016, p. 82) apontam que o bom emprego dos conceitos de RI “[...] nos espaços de informação permitem uma análise transversal das relações entre grupos sociais, sistemas e redes de informação, políticas, regras e normas estabelecidas com as práticas ou ações informacionais adotadas”. No entanto, segundo os autores, não se limitam a espaço, artefato, prática ou ação de informação únicos. Ademais, em decorrência, é possível ponderar que as edificações teóricas e práticas sobre RI admitem múltiplas possibilidades de recorte combinado com o contexto informacional.

Nesse sentido, dentre os três trabalhos supracitados, o caso do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi) apresenta alguns elementos que remetem ao escopo desta investigação, em especial, modalidades de ações de informação e seus níveis de atividades. Freire (2016) apresentou um diagrama descritivo das modalidades de ações de informação em desenvolvimento pela rede de projetos, em nível de pesquisa – ensino – extensão, no Projeto LTi, conforme figura 3, abaixo:

Figura 3: Modalidades de ações de informação no LTI

Fonte: Freire (2016)

Freire (2016, p. 88) argumenta que neste padrão de abordagem, “[...] o campo da Ciência da Informação pode proporcionar recursos teóricos e tecnológicos que promovam as competências necessárias para a socialização da informação”. A autora explica que é aceitável indicar uma ação que permita a adesão desses contextos em um ambiente social no qual os profissionais da informação possam desenvolver ações com aces à gestão de expedientes para agenciar a inclusão na sociedade da informação e do conhecimento. No tocante aos três níveis de atividades do LTI, a autora sinaliza a “[...] conveniência para as pesquisadoras proponentes tecerem, no tear da Ciência da Informação, um padrão que (re) una informação e computação em nível da integração” (Freire, 2016, p. 91), via rede de projetos visando alcançar os seguintes objetivos:

- a) **na pesquisa** – propor, experimentar e avaliar um modelo de ação de informação para promover o compartilhamento de recursos de informação e a comunicação científica sobre a proposta e resultados (eventos, publicações);
- b) **no ensino** – contribuir, de forma propositiva, para qualidade do trabalho acadêmico nas disciplinas curriculares da graduação e pós-graduação;

c) **na extensão** – promover oportunidades para transferência de tecnologias intelectuais, mediante oficinas presenciais e tutoriais *on-line* para competências em informação, bem como prestação de serviços de referência na web (FREIRE, 2016, p. 91).

Nesse sentido, a autora infere que os objetivos propostos ajudaram no mapeamento das modalidades das ações de informação em desenvolvimento no LT*i*, conforme descritas por González de Gómez (2003a; 2003b) e analisadas por Freire (2013).

Portanto, os exemplos de RI selecionados e apresentados acima, demonstram sua possível aplicação, embora sendo também aceitável, como em todo processo, que haja dificuldades para tal já que “[...] um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

É neste cenário que o RI, como aquele que proporciona produção e fluxos informacionais, pode contribuir por meio de seus sujeitos, regras, autoridades, arranjos, dispositivos e processos. Isto porque, segundo Frohmann (1995), sua leitura possibilita identificar múltiplos pontos que permitem intervenções inteligentes e socialmente responsáveis não apenas na política de informação de uma organização, mas em seu desenvolvimento, estabilidade e manutenção. Para o autor, “[...] descrever um regime de informação significa mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995, p.40). Isto pressupõe que descrever um regime de informação de qualquer organização pode contribuir com a quebra de barreiras informacionais apontando aquisição e compartilhamento do conhecimento com vistas a uma cultura colaborativa por meio, por exemplo, das atividades de CoPs.

Todavia, para melhor compreender a implicação de que RI e CoP podem ser termos aliados e se complementarem é necessário que se entenda, também, os aspectos teórico-metodológicos sobre CoPs. Esse é o objetivo da próxima subseção.

2.2 COMUNIDADES DE 2.2.1 PRÁTICA: TESSITURAS E VICISSITUDES

Como demarcado anteriormente, os estudos sobre a CoP alocam-se, dentre outras áreas, no âmbito da CI, mais precisamente, dentro da subárea intitulada ‘gestão da informação e do conhecimento’. Voltam-se para as reflexões acerca da aprendizagem organizacional e geração do conhecimento (ARAÚJO, 2009). Segundo Yang e Wei (2010), a CoP é uma maneira, técnica, ferramenta ou fonte de inovação para operacionalizar a gestão do conhecimento. Sua gênese baseia-se nas ideias de que, por meio dos seus atores, as organizações aprendem e são repositórios de conhecimento; de que quem aprende são os indivíduos; e que o conhecimento está em ampla transformação. Carrega consigo a polissemia sobre seus conceitos e, por este motivo, apresenta características e formas de abordagens distintas (MENDES; URBINA, 2015).

No escopo da CI o termo CoP “[...] obteve ampla aceitação terminológica e teve desdobramentos nas interpretações e nas possibilidades de práticas impulsionadas no contexto das organizações” (MENDES; URBINA, 2015, p. 306).

O termo CoP surge inicialmente no livro de Lave e Wenger (1991) como possibilidade de aprendizagem situada, possibilitando a ‘participação periférica legitimada’, entendida como “[...] o processo pelo qual recém-chegados tornam-se parte de uma comunidade de prática” (LAVE; WENGER, 1991, p. 29). Em 1998, Wenger (estudioso pelo qual essa investigação se baliza) desenvolve o termo sob observações referentes ao impacto da CoP no contexto acadêmico.

Por conseguinte, Mendes e Urbina (2015, p. 321), destacam que Wenger (1998) salienta que só “[...] há comunidades de prática quando os participantes compartilham modos de fazer, experiências, histórias, formas de abordagens de problemas recorrentes, entre outras ações”. Esse fato sugere uma política de aprendizagem colaborativa em que se desenvolvam ideias e gerem conhecimento. Todavia, também é necessária uma política de compartilhamento das informações seguras, organizadas, facilmente acessíveis, com fluxo fluido, constante e contribuinte na construção do conhecimento.

A política de aprendizagem colaborativa e coletiva funda-se no âmbito da própria CoP organizacional ao passo em que elas acontecem, gerando uma cultura ao compartilhamento. Já a política de informação que subsidia a aprendizagem colaborativa precisa ser desenhada e arquitetada, levando em conta o regime cultural informacional da organização para qual é pensada.

Este fato leva ao ímpeto do pesquisador em desenhar o RI do IFPB, conjugando-o aos seus arranjos grupais análogos às COP. Para tanto, seguem os entendimentos teóricos sobre o segundo termo básico desta investigação: a CoP. Esses entendimentos estão balizados sob estudos voltados para a CI.

2.2.1 Abordagens sobre os principais estudos

Na efervescência da sociedade da informação e do conhecimento, no final do século XX foram assinaladas inúmeras mudanças, especialmente, as que envolviam os processos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) ou novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), hoje já conhecidas como Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs¹) que se diferenciam das TICs pela aplicação de elementos digitais (PRADO, 2011; FONTANA; CORDENONSI, 2015).

Com as novas TDICs, registros de redes sociais em seu processo organizacional formal ou informal vem se tornando corriqueiro. Contudo, Ipiranga *et al.* (2005), alertam que uma organização necessita mais do que de redes sociais para sua sustentabilidade. Precisa ser autógena, ou seja, que se produz sem intervenção externa.

Atualmente, teóricos organizacionais aplicam o termo “comunidades de prática” (CoP) (em inglês, *community of practice*) para denominar essas redes sociais autógenas (CAPRA, 2003), geralmente com origem informal. Na CI, inicialmente, foi utilizado pelo teórico organizacional Etienne Wenger, em 1987, no *Institute for Research on Learning*, Palo Alto, Califórnia.

O desenvolvimento das CoP reflete os meios de melhor aproveitar o conhecimento organizacional, sendo definido como um grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tópico, e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada (LAVE; WENGER, 1991).

Com a maturação e sofisticação, as redes informais ou grupos de compartilhamento que surgem e se desenvolvem em meio às estruturas formais organizacionais. Nesse sentido podem ser entendidas como CoPs e podem ajudar a construir uma ‘organização que aprende’ (SENGE, 2017) composta por membros que

¹ Nesta pesquisa trata-se, sobretudo, de TDICs.

adicionam as melhores práticas e acompanham, criativamente, a inovações e desenvolvimento em comunidade, essencialmente, por meio das TDICs.

Uma CoP tem início com uma reunião de pessoas em torno de um tema, para compartilhamento e transmissão de conhecimentos (LI *et al.*, 2009), tendo sido sua concepção oriunda da área da educação. No século XXI as CoPs e suas variantes que contam com a mediação de pessoas por meio da tecnologia, a exemplo das comunidades de prática virtuais (VCoPs), têm conquistado espaço em estudos de outras áreas da ciência, como saúde (MORK *et al.*, 2010), ciência sociais (HUSSLER; RONDÉ, 2007), ciências da informação (CHU; KHOSLA; NISHIDA, 2012), e ciências interdisciplinares (HUI; CHARLES; ALAIN, 2011), com destaque na área de gestão de negócios (JEON; KIM; KOH, 2011). Dentre os fatores que impulsionaram a adoção de CoP no campo da gestão, está incluso o de percepção de que aprendizagens ocorrem no âmbito das organizações, e do seu reconhecimento como fator diferencial para manutenção da competitividade das organizações (WILBERT *et al.*, 2017).

O conceito de CoP nas organizações vem sendo muito cultivado como ferramenta de colaboração e/ou cooperação e, sobretudo, de competitividade, contribuindo para alargar novas competências que tendem a suscitar conveniências estratégicas. Daí serem definidas como pessoas unidas por relacionamentos informais, que compartilham uma prática corriqueira entre seus membros (BROWN; DUGUID, 1991; LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998),

No entanto, as CoP não se destacam apenas nas organizações informais visando facilidades de alocação de soluções e tomadas decisões e junto à disposição de deveres. Elas também focam no emprego de conhecimento compartilhado em sistemas educacionais com estruturas informacionais, recorte deste estudo. Nesse sentido, Ipiranga *et al.* (2005) inferem que as arquiteturas informais seriam muito mais propícias à aprendizagem e ao desenvolvimento de novos conhecimentos, o que sinaliza maiores desafios e dificuldades, [mas não impossibilidades], para estruturas formais, sejam presenciais (real) ou virtuais como, por exemplo, instituições de ensino como o IFPB.

Nos contextos educativos, os pontos de discussão como o real e o virtual em CoPs são fatores de exame e ponderação face às inovações que se colocam aos professores, sobretudo no estágio atual de sociedade da informação (e do conhecimento). A célere declaração e assimilação das TICs/TDICs na educação, admitiu que as CoPs de aprendizagem transcendessem o espaço físico e registrassem conexão no ciberespaço. A concepção do tempo/espaço, das afinidades entre as pessoas e das próprias aprendizagens

alterou-se e o efeito é aparente nas acenadas comunidades ambientadas na Internet (PINTO; OSÓRIO, 2009).

No entendimento de Ribeiro *et al.* (2014), a fundamentação para o uso de CoPs como apoio à educação deriva, sobretudo, dos estudos que despontam que a aprendizagem é um ato social e que no contexto atual da Sociedade do Conhecimento ela passa a ser um procedimento constante, permeando o coletivo, em especial no ambiente profissional.

A Aprendizagem Social é considerada por Woolf (2010) um dos desafios da educação e os “aprendizes sociais”, segundo Wenger (2000), são receptores e produtores de conhecimento com cargos ativos e fluidos. Para Bandura (1977), a Aprendizagem Social funciona como aprendizagem colaborativa via regularidade de contato e agregações entre indivíduos, seja de forma presencial ou, especialmente, mediada por TICs. Já Hart (2009) considera que a Aprendizagem Social é a evolução natural do *e-learning*, potencializando o conhecimento.

Nesse sentido, Lave e Wenger (1991) defende que a aprendizagem engajada em CoPs pode acontecer em todos os lugares da atividade humana. Nessa totalidade, o aprendizado aufere cercanias com foco em práticas sociais. Para Wenger (1998), a aprendizagem social, inerente à natureza humana, desenvolve habilidade, transforma, constrói trajetórias, supera fronteiras, alinha e engaja numa ação recíproca entre o local e o global. Por conseguinte, o autor afirma que o conhecimento se coloca como indissociável das comunidades (como as CoPs) que o criam, usam e transformam.

É neste sentido que Ribeiro *et al.* (2014) acreditam que, sendo produzido de forma colaborativa nas CoPs, o conhecimento responde às necessidades de Educação Permanente em Inovação (EPI), uma vez que essa emerge das práticas no cotidiano dos serviços, é descentralizada, interdisciplinar e provem de demandas dos profissionais.

Para além das questões educacionais, as CoPs são auto-organizadas com o desígnio de permitir a colaboração de membros tanto interna, como externa à organização. Elas, também, “[...] propiciam o veículo e o contexto para facilitar a transferência de práticas exitosas [boas práticas] e o acesso a especialistas, bem como a reutilização de modelos, do conhecimento e das lições aprendidas” (BATISTA, 2012, p. 59).

Destarte, Ipiranga *et al.* (2005, p.3), ressaltam que CoP “[...] envolve muito mais do que o conhecimento técnico ou habilidade associada à obrigação de alguma tarefa”. Os membros estão entrelaçados num contíguo de relacionamentos ao longo do tempo

(LAVE; WENGER, 1991) e comunidades se alargam ao redor de eventos que interessam às pessoas (WENGER, 1998). O caso delas encontrarem-se reunidas em volta de um certo espaço de conhecimento abona um senso de ação anexa e de identidade propícias ao seu funcionamento.

Para funcionar, uma CoP necessita ajustar-se a um repertório de ideais, acordos e memória compartilhados, alargando múltiplos expedientes, tais como ferramentas, documentos, rotinas, vocabulário e símbolos que de um certo modo dirigem o conhecimento produzido pela comunidade, cujos membros são instigados pelo imperativo de apreciar o que os outros sabem. Ipiranga *et al.* (2005) afirmam que as CoPs são definidas pelo conhecimento que geram, em vez da tarefa, característica que as distingue, por exemplo, das equipes de trabalho.

Nesse contexto, pode-se inferir, a priori, que as CoPs podem ser um meio organizacional aplicável cujo funcionamento pode ser exemplificado por meio da revisão de literatura realizada por Lira (2019), no Portal de Periódicos e na Biblioteca Digital Brasileiras de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Sobre esse estudo e implementação de CoPs em diversas organizações, a autora as identificou em variadas áreas do conhecimento: algumas delas em estágio embrionário e outras já implantadas, e as organizou em um quadro relativo ao período de 2004 a 2018. Vejamos no quadro 8 a seguir:

Quadro 8: Estudos de casos sobre Comunidades de Prática - 2004 a 2018

AUTOR	ANO	FONTE	ESTUDO/INSTITUIÇÃO DA CoP
1. SILVA, E. H. V. S. C.	2004	Dissertação PPGEP-UFPE (Eng. Produção)	Criação de comunidades de prática virtuais. Projeto Piloto de GC para o TJPE, utiliza a ferramenta Communis.
2. GOUVÊA, M. T. A.	2005	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Informática, IM/NCE - UFRJ	Um Modelo para Fidelização em Comunidades de Prática, baseado no Marketing de Relacionamento, para estimular a participação em Comunidades de Prática.
3. VIEIRA, N. S.	2006	III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia	CoP da EMBRAPA. Após a reestruturação em 2003 a gestão das Comunidades de Prática está a cargo da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD)
4. GROPP, B. M. C.; TAVARES, M. G. P.	2007	Livro: Trevisan Editora Universitária. SP	Indústria de produtos químicos em São Paulo - SP
5. MARIA, A. S. R. I., <i>et al.</i>	2008	Revista: Organizações & sociedade	Arranjos Produtivos Locais (APL's). Analisaram a CoP criada pela Rede Norte e

			Nordeste de Inclusão Social e Redução da Pobreza (Rede NÓS).
6. MOURA, G. L.	2009	Revista de Administração Pública	Possível caso de CoP, em comparação com outros tipos de arranjos grupais. Estudo de caso sobre empresa de consultoria organizacional V&A - Valença & Associados.
7. CHUERI, L. O. V.; ROSA NETO, J. M.	2009	Revista: Wordpress. https://nosda18.wordpress.com/author/luvilanova/	Resultados positivos de CoP reportados por empresas do setor de Óleo & Gás: Chevron Corporation e Schlumberger.
8. CARVALHO, H. D. P.	2010	Dissertação PPGEP-UFPE (Eng. Produção)	Identificaram-se alguns pontos fortes e desafios na GRH do IBGE/PE, apresenta recomendações a partir dos princípios norteadores de redes e comunidades de prática.
9. FREITAS, D. P. S.	2010	Dissertação PPGEA (Educação Ambiental) Universidade Federal do Rio Grande - RS	Comunidade de Práticas: Análise Multinível em um Grupo de Pesquisa (MIRAR - Mediar, investigar, refletir, aprender, renovar).
10. SILVA, A. M. N. H.	2010	Dissertação PPGCI – UFPB (Ciência da Informação)	Comunidade de prática na biblioteca central do UNIPÊ
11. TAVARES, J. L., <i>et al.</i>	2011	RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro - RJ [www.reciis.icict.fiocruz.br]	Um estudo de implantação de comunidades de prática em um portal institucional. Propõe uma estrutura para dar suporte à criação de CoP no Portal do Observatório OTICS
12. GNECCO JR, L., <i>et al.</i>	2012	Revista REUNA, Belo Horizonte – MG	A pesquisa foi desenvolvida nas quinze comunidades de prática ativas da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE)
13. MINOTTO, A. A. P., <i>et al.</i>	2012	Monografia UFSCar – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	A Comunidade Virtual de Prática - CVP da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
14. FERREIRA, T. B.	2014	Dissertação PPGA – UFPB (Administração)	Desenvolvimento de competências laborais em ambiente de aprendizagem social: estudo de caso com família de rendeiras em Alcaçuz/RN
15. PEDROSA, V. M.	2014	Dissertação PROPAD – UFPE (Administração)	Comunidades de Prática e Processos de Aprendizagem: um Estudo com Coordenadores Técnicos de uma Escola Técnica – Senai-PE
16. MORAES, M. G.	2015	Anais do XVI ENANCIB – João Pessoa – PB	Comunidades de prática e representação da produção da rede de laboratórios da UNIRIO
17. ORSIOLLI, T. A. E., <i>et al.</i>	2015	Anais do XXXIX ENANPAD - Belo Horizonte - MG	Comunidade de Práticas: uma Análise Multinível em um Grupo de Pesquisa em Administração de uma IES Pública
18. MELO, E. S.; ALMEIDA, M. C.	2015	Anais do XVI ENANCIB – João Pessoa – PB	Comunidades de prática e suas características: um estudo na rede de bibliotecas e centros de informação em arte no estado do Rio de Janeiro
19. OLIVEIRA, H. M., <i>et al.</i>	2016	Anais do X Seminário UFPE de Ciências Contábeis. PPGCC-UFPE	Estudo realizado nas reuniões do Sindicato dos Contabilistas do Estado de Goiás – SCESGO
20. RIOS, J. A.; DOS REIS, L. R.;	2018	Obra digital: revista de comunicação	Comunidades de práticas baseadas na web: um estudo de caso no programa profuncionário.

DE SOUZA, C. R. B.			
--------------------	--	--	--

Fonte: Lira, 2019

Por meio desta revisão, a autora percebeu que os estudos sobre CoPs sinalizam para um campo de estudo diversificado, implementado nos diversos tipos de organização, a exemplo de “[...] empresas de grande e pequeno porte, instituições públicas e privadas, bem como em setores de organizações, sindicato, universidade” (LIRA, 2019, p. 123).

Ampliando o leque sobre estudos relacionados às CoPs, a autora, por meio do levantamento na BDTD, identificou as seguintes teses em âmbito nacional, conforme o Quadro 9 a seguir:

Quadro 9: Teses nacionais sobre Comunidades de Prática de 2004 a 2018

AUTOR	ANO	ESTUDO/TÍTULO
1. SILVA, H. F. N.	2004	Criação e compartilhamento de conhecimento em comunidades de prática: uma proposta metodológica
2. SCHOMMER, P. C.	2005	Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade
3. CARVALHO, V.	2007	<i>Mathematics Education and Society</i> (MES): a constituição de uma comunidade de pratica científica internacional
4. CHRISTOPOULOS, P.	2008	A sustentação das comunidades virtuais de aprendizagem e de prática
5. ZACCARELLI, L. M.	2011	Narrativas de aprendizagem em uma comunidade de prática
6. BELINE, W.	2012	Formação de professores de matemática em comunidades de prática: um estudo sobre identidades
7. BRAGA, M. M.	2012	Uma proposta de modelo de plataforma de colaboração para comunidades de prática no ambiente de TV digital
8. LIMA, J. J. M.	2013	Efeitos de comunidades de prática na capacidade absorviva em empresas intensivas em conhecimento
9. SILVA, M. R. C.	2013	Análise do impacto de conjunções de comunidades virtuais de prática na aprendizagem e na (re) construção da prática
10. SANTANA, E. R.	2014	A abordagem da natureza da ciência subsidiada por recursos filmicos em uma comunidade de prática
11. PREVEDELLO, C. F.	2015	Comunidades virtuais de prática no serviço público: quadro teórico para a organização de experiências e apoio à inovação
12. LOPES, S. C.	2017	Comunidade de prática: resolução de problemas profissionais sobre o ensino de relações contextuais

Fonte: Lira, 2019

Após análise das doze teses apontadas no quadro 2, a autora constatou ampliação de estudos sobre a temática CoP “[...] em segmentos, tais como: comunidades científicas, setor organizacional, setor público e ambientes virtuais de aprendizagem (LIRA, 2019, p. 130).

Já no repositório de teses de âmbito internacional, Lira (2019) identificou as seguintes teses que abordaram sobre CoPs, conforme o quadro 10 abaixo:

Quadro 10: Teses internacionais sobre Comunidades de Prática de 2009 a 2017

AUTOR	ANO	ESTUDO/TÍTULO
1. SHOOP, M. C.	2009	<i>Public Service Employees' Experiences in Communities of Practice</i>
2. PINTO, M. S. M.	2009	Processos de colaboração e liderança em comunidades de prática online – o caso da @rcaComum
3. RICHARDSON, A. E.	2012	<i>Explainers' development of science-learner identities through participation in a community of practice</i>
4. ROY, M.	2015	<i>Teacher Preparation and Professional Development: Competencies and Skill Sets for the Online Classroom</i>
5. CONTI, S.	2015	<i>¿Qué desarrollo y qué comunidades? dinámicas asociativas y comunitarias de experiencias colectivas de producción</i>
6. LETELIER LOPEZ, A.	2015	<i>Concepciones sobre interacción social en relación al aprendizaje y desarrollo en docentes de primero básico</i>
7. COX, C.	2016	<i>Understanding District Central Office Curriculum Administrators through Collaboration and Curriculum Leadership</i>
8. RAMOS VERGARA, G. A.	2016	<i>Planificación Estratégica en el Colegio Internacional Rudolf Steiner de Quito, Ecuador</i>
9. GUIMARÃES, T. B. C.	2017	<i>Dynamiques sociales et ajustements stratégiques en contexte d'innovation: analyse de la coopétition dans une communauté de pratique interorganisationnelle au Brésil.</i>

Fonte: Lira, 2019

Como resultado da análise dos estudos de âmbito internacional supracitados, a autora destaca a CoP no setor público, educacional, de forma presencial e virtual, abordando questões sobre

[...] cooperação para inovação, liderança, colaboração, planejamento estratégico de forma colaborativa, competências e habilidades para participar de comunidade de prática *online*, prática social, interação social em relação à aprendizagem, prática educativa, ciência-aprendente, múltiplas formas de aprendizagem, comunidades de prática como método para melhorar a gestão do conhecimento, transferência de conhecimento, inovação e aprendizagem, como também processos de colaboração e liderança em comunidades de prática *online* (LIRA, 2019, p.136).

Diante do exposto sobre CoPs, sua expressiva importância é refletida na comunidade acadêmica, se considerarmos uma busca avançada do termo “comunidades

de prática” em um período ampliado (2004 a 2021) em relação à pesquisa de Lira (2019), é muito expressivo o resultado quantitativo do termo em teses e dissertações nacionais em todas as áreas contempladas na BDTD: 408. Nesse sentido, faz-se necessário uma apresentação dos principais conceitos e discussões de tal ferramenta, visando seu melhor entendimento e aplicabilidade.

2.2.2 Conceitos e discussões

O conceito de CoP não é novo (WENGER, 2001). Jovem é a ocorrência de as organizações empregarem este expediente para aperfeiçoar seu desempenho. Foi treinando e compartilhando experiências e práticas que nasceu a CoP enquanto arcabouço flexível e livre que tem colaborado no processo de superar dificuldades, agenciar a dispersão de melhores práticas, desenvolver destrezas dos funcionários e auxiliar empresas a atraírem e manterem talentos. Mesmo com dificuldades, Wilbert *et al.* (2017, p. 111) destaca que “a aprendizagem por meio de uma comunidade de prática é uma maneira de cultivar a interação, proporcionando benefícios aos indivíduos participantes e fortalecendo os processos de gestão organizacional”.

Todavia, antes de melhor entender o termo CoP buscou-se compreender, primeiramente, os termos ‘comunidade’ e ‘prática’, separadamente. Numa abordagem sociológica, o termo comunidade são ambientes múltiplos (desde a família, a igreja e a escola, passando pela política e negócios) em que Boudon e Bourricaud (2002, p. 76) lhe atribuíram “[...] um sentido que evoca como ‘afinidades eletivas’”. Ou seja, para os autores, comunidade significa um grupo que possuem os mesmos interesses e trabalham para que eles sejam efetivados da melhor maneira. Lazarsfeld e Merton (1965) evocam a comunidade no sentido da homofilia (sentido biológico, semelhança que se deve a uma mesma origem ou a um antecessor comum) para designar um grupo de interesses e gostos, que vai além da adesão por princípios a valores comuns.

Já Durkheim (1967, p. 96) foca a comunidade fundamentada na divisão do trabalho. Para ele o conceito de comunidade está articulado à questão da solidariedade social, pautado na consciência comum dos membros de uma mesma sociedade (DURKHEIM, 1967, p. 96). Para Weber (1974), a comunidade é imaginada como o adendo básico da estruturação das classes e dos partidos, condicionada aos tipos de forças

que agregam os indivíduos: forças econômicas, forças de prestígio, entre outras. Para Lemos (2002), para que haja comunidade, também é preciso que membros do grupo se preocupem com o que consideram seus gostos e interesses comuns.

Segundo os autores supracitados, a noção de “comunidade” é indissociável a lugar de partilha, a uma sensação, a um sentimento de pertencimento e de inter-relacionamento íntimo com determinado agrupamento social. Isto é confirmado por Lave e Wenger (1991, p.98) quando afirmam que o termo comunidade “[...] de fato implica participação em um sistema de atividade sobre o qual os participantes compartilham entendimentos sobre o que estão fazendo e o que isso significa nas suas vidas e para as suas comunidades”. Para os autores, o termo “comunidade” reflete a informalidade presente em muitas CoPs. Ademais, sugerem que as suas fronteiras não sejam funcionais ou geográficas, pois não se tratam de unidades de negócios, mas de redes baseadas na prática e no relacionamento pessoal.

O termo “prática” deriva de praticar, substantivo feminino abstrato que significa: “[...] 1. Ato ou efeito de praticar. 2. Uso, experiência, exercício. 3. Rotina; hábito. 4. Saber provindo da experiência; técnica” (FERREIRA 1999, p. 1622).

Bourdieu (1994, p. 76), sem definição direta e expressa, afirma que é o *habitus* que produz a (s) prática (s). O *habitus*, segundo o sociólogo é, historicamente, construído ao longo do tempo no seio das diferentes comunidades humanas, tornando-se um elemento natural na vivência. Nas palavras do autor, “[...] enquanto produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história”.

Uma prática é algo que dá identidade a um grupo que se organiza a partir dela, sua aprendizagem ocorre por meio das interações entre os atores sociais e os elementos humanos e não humanos, e é resultado de uma dimensão tácita e estética dessas interações (BISPO, 2013, p. 146).

Para Wenger (1998) não há dicotomia entre prática e teoria, podendo a CoP ser definida como um contexto ou lugar onde se alarga, se agencia e se compartilha o jeito de viver (n)o mundo. Conforme essa ponderação, viver é um procedimento contínuo de negociação de sentidos. Mesmo quando comunidades se particularizam em produzir teorias, também, é uma prática (ROCHA, 2001).

Logo, o termo “prática” recomenda que as CoPs estão situadas em práticas que podem ou não satisfazer a uma competência ou emprego incluso de uma organização e

que os membros praticantes se acertam com seus afazeres (ARGYRIS; PUTNAM; SMITH, 1987; LEONARD-BARTON, 1995; SCHON, 1987). Para Schon (1987), o termo carrega consigo a acepção de “conhecimento em ação” o que sugere ser relativo ao aprendizado assim como sua execução.

Wenger (1998) converge com o pensamento de Schon (1987) ao afirmar que a aprendizagem é parte da prática. Desse modo, CoPs consistem-se de membros que são unidos, informalmente e contextualmente, por um interesse compartilhado em aprender e em aplicar uma prática comum que, nesta pesquisa, é considerada como “boa prática”.

Sobre isso Brown e Duguid (1991) afirmam que as CoPs apresentam características homogêneas em que todos seus participantes possuem as mesmas possibilidades e relações de poder. Esta ideia contrasta com as de Lave e Wenger (1991), quando afirmam a existência de conflitos entre os integrantes das CoP, o que traz para elas características bem heterogêneas. Com esse argumento Wenger (1998) alarga seus estudos visando considerar estes aspectos, tornando-se o autor de principal referência sobre a CoP.

Para melhor compreender as abordagens de Wenger (1998), Cabelleira (2007) apresenta na figura 1 a explicação da trajetória do autor, mediante os pensamentos que o influenciaram na construção do conceito de CoP.

Figura 4: Intersecção teórica na construção do conceito de CoP



Fonte: Adaptação de Wenger, 1998

Na figura 4, Wenger (1998) representa a teoria social da aprendizagem como elemento central em seu conceito sobre CoP. Juntam-se a ela mais quatro acentuados referenciais teóricos: no eixo vertical, as teorias da estrutura social, que abordam as formas que influenciam a ação (culturais, discursos e história), e as teorias da experiência situada, abordando as relações interativas das pessoas que influenciam, principalmente, o ambiente (conversa, dinâmica do cotidiano, improvisação, coordenação e coreografia de interacional).

No eixo horizontal, ligado a aspectos da evolução da ação encontram-se

[...] Teorias da Prática Social que expõem à cultivo e cópia de estilos peculiares de se envolver com a totalidade, das atividades cotidianas e colocações da vida real às relações mútuas e interpretações do mundo. Já as Teorias de identidade estão relacionadas à formação social da pessoa, a interpretação cultural do corpo, e a criação e uso de marcadores sociais como ritos de passagem e categorias sociais. Elas remetem a assuntos de gênero, classe, etnia, idade, e outras formas de categorização, associação, e diferenciação em uma tentativa para entender a pessoa como formado por relações complexas de constituição mútua entre os indivíduos e grupos (WENGER, 1998, p.13).

Ademais, complementando os eixos centrais, visando considerar os acontecimentos do ambiente das CoPs, o autor incorporou mais quatro linhas teóricas mantendo a aprendizagem no centro: teorias sobre significado, coletividade, poder e subjetividade (círculos), formando os eixos diagonais.

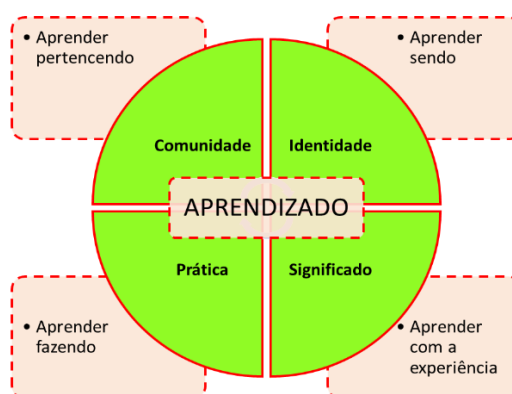
As teorias da coletividade remetem a formação de configurações sociais de vários tipos: do indivíduo (as famílias, comunidades, grupos, redes) para o global (estados, classes sociais, associações, movimentos sociais, organizações). Elas também buscam descrever mecanismos de coesão social pela qual estas configurações são produzidas, sustentadas, e reproduzidas com o passar do tempo (solidariedade, natureza da individualidade como uma experiência da ação) (WENGER, 1998, pp.14-15).

Por fim, o outro eixo diagonal assenta poder entre estrutura social e identidade, e significado entre prática e experiência situada. Nesse caso, as teorias de poder ajudam a abarcar os modelos, confusões e conduções. Segundo Castells (2017), o poder é o processo mais fundamental na sociedade e é definido em torno de valores, instituições e o que é valorizado e institucionalizado. Já as teorias do significado arriscam contrapor os

desenhos pelos quais os membros produzem suas próprias acepções, o nexo entre o que se fala e o que se faz, o sentido conferido às práticas e experiências no trabalho.

Nesse sentido, Cabelleira (2007, p. 7) ressalta que Wenger (1998), “[...] ao invés de explicar a subjetividade através da noção de indivíduo (pela qual a psicologia se orienta), busca explicá-la como a experiência que surge de fora, do comprometimento com o mundo social”. Sendo assim, destaca que “[...] a dificuldade em analisar as Comunidades de Prática reside na sua complexidade, pois envolve ‘cabeça, coração e mãos’, que por sua vez implicam questionamento, interação e perícia” (CABELLEIRA, 2007, p. 5). Como desdobramento, os reunidos agregam identidade, relacionamentos, competência, significados, o sentimento de pertencer e ação. Segundo Wenger (1998), o aprendizado é gerado na prática (aprender fazendo), com o integrante fazendo parte da comunidade (aprender pertencendo), adquirindo significado (aprender com a experiência), e cada um contribuindo de forma diferente, de acordo com sua individualidade/identidade (aprender sendo), conforme demonstrado na figura 5, abaixo.

Figura 5: Temáticas de aprendizado nas CoPs



Fonte: Adaptado de Wenger (1998)

Uma das variantes mais aperfeiçoadas da acepção de CoP está descrita por Wenger; McDermot e Snyder (2002, pp. 4-5) quando afirmam que elas se caracterizam por

[...] grupos de pessoas que compartilham um interesse, um problema em comum ou uma paixão sobre determinado assunto e que aprofundam seu conhecimento e expertise nesta área através da

interação contínua numa mesma base. Estas pessoas não necessariamente trabalham juntas todos os dias, mas se encontram porque agregam valor em suas interações. Como passam algum tempo, juntas, elas compartilham informações, *insights* e conselhos. Ajudam umas às outras a resolver problemas, discutem suas situações, aspirações e necessidades. Elas ponderam pontos de vista em comum, exploram ideais e ações, assim como sondam os limites. Podem criar ferramentas, padrões, desenhos genéricos, manuais e outros documentos – ou podem simplesmente desenvolver uma tácita compreensão do que é compartilhado. Porém elas acumulam conhecimento, tornam-se informalmente a fronteira (do conhecimento) pelo valor que agregam na aprendizagem que encontram juntas. Este valor não é meramente instrumental para o seu trabalho. Resulta também na satisfação pessoal de conhecer colegas que compreendem as perspectivas uns dos outros e de pertencer a um interessante grupo de pessoas. Com o passar do tempo, elas desenvolvem uma perspectiva única sobre seus tópicos bem como formam um corpo comum de conhecimento, práticas e teorias. Elas também desenvolvem relações pessoais e instituem formas de interação. Podem também desenvolver um senso comum de identidade. Elas tornam-se então uma Comunidade de Prática.

Wilbert, Dandolini e Steil (2018), através de revisão sistematizada na base *Scopus*, com a expressão “*communit of practice*” em título de artigos e periódicos para o período 2014-2017, analisaram as transformações conceituais de CoP focado na aprendizagem situada à gestão organizacional. As autoras, a partir das contribuições de CoPs Lave; Wenger (1991) Wenger, Mcdermott e Snyder (2000) Wilbert (2015), estabeleceram categorização dos dados baseados em onze aspectos que caracterizam e podem servir de análise de estudos empíricos: a) expressão empregada pelos autores para definirem CoP (grupo de pessoas, processo, espaço, entidade, rede); b) área do conhecimento ; c) gênese da CoP (espontânea ou iniciada pela organização); d) adesão de membros (voluntária ou mandatória); e) objetivo da comunidade; f) regularidade nas interações de membros; g) percepção de paixão pelo domínio por parte dos membros ; h) existência de engajamento mútuo, empreendimento conjunto e repertório compartilhado entre os membros; i) forma de interação (presencial ou virtual); j) percepção de senso de pertencimento; k) percepção de senso de colaboração.

Os resultados desta pesquisa mostraram que, não obstante as transformações conceituais, há elementos centrais que permanecem intrínsecos ao conceito de CoP, em suas várias abordagens: existência de um domínio como núcleo de atração de pessoas, voluntariedade na adesão, informalidade no funcionamento, existência de empreendimento conjunto, engajamento mútuo e repertório compartilhado (WILBERT; DANDOLINI; STEIL, 2018, p. 102).

De tais aspectos, as autoras destacam cinco elementos centrais na concepção das CoPs, corroborando Wenger (1998): a existência de um domínio como núcleo de atração de pessoas, voluntariedade na adesão, informalidade no funcionamento, existência de empreendimento conjunto, engajamento mútuo e repertório compartilhado. Todavia, Wenger (1998) assinala que uma CoP é uma entidade de pessoas unidas por três dimensões: engajamento mútuo (interação entre os membros que leva à criação de um sentido ou de significado compartilhado do grupo); empreendimento conjunto (trabalho que visa a um objetivo comum); e repertório compartilhado (recursos, os jargões e os termos comuns que servem de meios de negociação entre os membros).

Por conseguinte, esses diferentes aspectos influenciaram no surgimento de várias definições de CoP nas últimas três décadas. Lira (2019), a partir do conceito de Wenger (1991) e os principais conceitos variantes trazidos por ele e/ou outros autores, identificou um conjunto de definições de CoP, apresentado no quadro 11, abaixo. Acrescentamos ao quadro mais quatro definições, o que sinaliza que o conceito de CoP e seu uso está em plena evolução.

Quadro 11: Definições de Comunidades de Prática

AUTOR	ANO	DEFINIÇÕES
Lave; Wenger	1991	Grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um Conjunto de problemas ou uma paixão por um tópico, e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada.
Wenger	2000	Grupos de pessoas que compartilham conhecimento, em um contexto social de interação entre seus membros, a fim de proporcionar aprendizagem, resolução de problemas e desenvolvimento de ideias.
McDermott	2000	Agrupamento de pessoas que compartilham e aprendem uns com os outros por contato físico ou virtual, com um objetivo ou necessidade de resolver problemas, trocar experiências, desvelamentos, modelos padrões ou construídos, técnicas ou metodologias, tudo isso com previsão de considerar as melhores práticas.
Lesser; Storck	2001	Grupo cujos membros se engajam regularmente no compartilhamento e na aprendizagem, baseado em seus interesses comuns.
Wenger	2002	Grupos de pessoas que compartilham uma paixão por algo que eles sabem como fazer e que interagem regularmente para aprender como fazê-lo melhor.

Wenger	2004	Grupo de indivíduos que se preocupa com uma prática específica e aprende como melhorá-la por meio da interação regular entre seus membros.
Garcia	2005	Grupos de pessoas que se ligam em torno de assunto de interesse comum, com o fim de aprender e de ensinar. Esse tipo de associação cria fortes elos, baseados em confiança e companheirismo.
Illera	2007	São organizações que mantêm uma continuidade temporal, mas que sobretudo, se definem pela partilha de uma prática entre os seus diferentes membros.
Christopoulos; Diniz	2008	CoPs consistem-se de pessoas que são unidas informalmente e contextualmente por um interesse compartilhado em aprender e em aplicar uma prática comum.
Pinto; Osório	2009	Constituída por indivíduos que se juntam num espaço determinado, quer seja físico ou no ciberespaço, com vista a partilhar experiências e práticas sobre um determinado tema de interesse que se constitui como identidade da própria comunidade.
Álvares	2010	Grupos de pessoas que se ligam em torno de assunto de interesse comum, com o fim de aprender e de ensinar. Esse tipo de associação cria fortes elos, baseados em confiança e companheirismo.
Hart <i>et al.</i>	2011	Grupo de pessoas que compartilham uma preocupação ou uma paixão por algo que eles fazem, e aprendem como fazê-lo melhor à medida que interagem regularmente.
Batista	2012	Grupos informais e interdisciplinares de pessoas que se unem em torno de um interesse ou assunto em comum.
Duarte; Lira; Lira	2014	Grupos de pessoas e/ou instituições de uma mesma área de conhecimento que compartilham experiências para solucionar problemas, encontrar ideias e melhores práticas, preservar e aprimorar sua capacitação e competência.
Wilbert	2015	Grupo formado por pessoas que informal e voluntariamente se unem para compartilharem conhecimentos sobre um domínio, e discutem problemas, paixões e interesse sobre ele em interações regulares, visando ao aumento de sua própria competência por meio da aprendizagem situada, ou para resolver problemas vinculados ao domínio, para atingir objetivos da organização.
Lira	2019	É formada por grupos de interesse em área comum, que possam, por meio presencial ou virtual, expor ideias e experiências, partilhar problemas e, juntos, encontrar soluções.

Fonte: Lira (2019), ampliado pelo autor (2020)

Em síntese, de acordo com o que foi discutido até aqui, tal cenário corrobora com o destaque de Wilbert, Dandolini e Steil (2018) sobre a afirmação de Omidvar e Kislov (2014) de que nos últimos vinte anos “[...] a teoria de comunidades de prática evoluiu e expandiu em numerosas direções, e reflete a flexibilidade de interpretações na abordagem

e sua popularidade através das disciplinas e setores [de atuação]” (p. 267, **tradução das autoras**). As autoras também citam em sua pesquisa, o artigo *The Evolution of the Communities of Practice Approach: Toward Knowledgeability in a Landscape of Practice - An Interview with Etienne Wenger-Trayner*, em que Omidvar e Kislov (2014) relatam a entrevista com Etienne Wenger-Trayner, que destacou aspectos e inferências sobre a evolução do conceito de CoPs, segundo demonstrado no quadro 12

Quadro 12: Evolução do conceito de CoPs segundo Etienne Wenger-Trayner

Aspectos	Inferências
Relevância das CoPs	A aprendizagem é um fenômeno que decorre da interação social, e a estrutura de CoP é a estrutura social mais simples que oferece condições de interações de aprendizagem entre o indivíduo e a estrutura social.
Ponto de inflexão conceitual de CoPs	Houve transformação de um conceito analítico para um conceito instrumental, onde se descobriu a utilidade do conceito para aplicação na prática.
Críticas da academia com relação à instabilidade e plasticidade do conceito de CoP	Wenger-Trayner vislumbra que está a emergir uma terceira fase da assim chamada “teoria” de CoP
O conceito de CoP é passível de ser adotado em contextos variados	Porém, a essência permanece no fato de que se trata da capacidade social de aprendizagem dos indivíduos

Fonte: Omidvar; Kislov (2014), adaptado de Wilbert; Dandolini; Steil (2018)

Outrossim, as autoras citam o artigo Farnsworth, Kleanthous; Wenger-Trayner (2016), intitulado *Communities of practice as a social theory of learning: A conversation with Etienne Wenger*, e sugere que

As colocações de Wenger-Trayner sugerem que o conceito de CoP apresenta tal plasticidade por apresentar elementos inerentes às interações humanas e a sua capacidade de trabalhar o conhecimento. A atividade de criar e transformar conhecimentos ocorre em todos os contextos onde pessoas se reúnem para trocar ideias, transmiti-las ou buscar por algo diverso do existente (WILBERT, DANDOLINI; STEIL, 2018, p. 111).

Desse modo, faz-se fundamental destacar que as CoPs possuem três características elementares que serão apresentadas a seguir como elementos estruturantes.

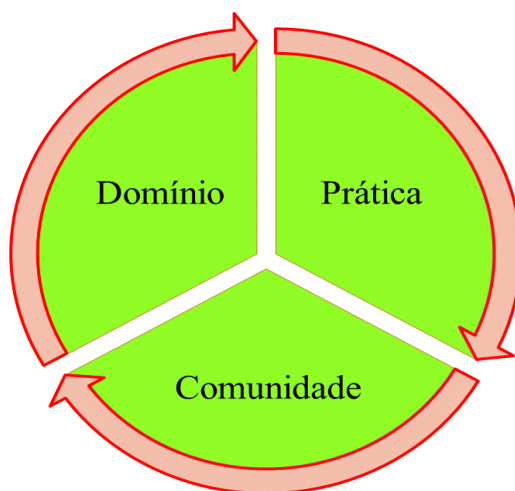
2.2.3 Elementos estruturantes

Em sua constituição básica e de ação, numa CoP podem surgir algumas denominações sinônimas e/ou substitutivas a ela, a exemplo de “comunidades de aprendizagem” porque são pessoas que aprendem, constroem e “fazem” a Gestão do Conhecimento (WENGER, 1998). Segundo Gropp e Tavares (2006, p. 53),

[...] as denominações “comunidades de interesses” e “comunidades de aprendizagem”, por vezes utilizadas em substituição a comunidades de prática, advém justamente da relação de aprendizagem e participação em comunidades. Ou seja, estamos sempre e continuamente aprendendo em constelações de comunidades de prática, que variam desde as mais formais, até as mais fluidas, e se desenvolvem no tecido informal das organizações.

No entanto, segundo Cabelleira (2007) as comunidades de interesse são um termo que se refere a um grupo de pessoas que compartilham e se relacionam em função de um interesse em comum e não por uma prática. Fã-clube, colecionadores de selos, escoteiros são exemplos de comunidades de interesse. Portanto, diferencia-se de CoP. Gropp e Tavares (2006) baseados em Wenger, McDermott e Snyder (2002) também seguem a mesma abordagem quando afirmam que uma CoP se distingue de uma comunidade de interesses ou uma comunidade geograficamente situada porque contemplam três elementos básicos, estruturantes: o domínio, a prática e a comunidade. Esses elementos estão representados na figura 6, abaixo:

Figura 6: Elementos estruturantes de uma Comunidade de Prática



Fonte: Adaptado de Wenger, Mcdermott e Snyder (2002)

De acordo com Wenger, Mcdermott e Snyder (2002), esses três elementos estruturantes tornam possível gerenciar melhor a comunidade, desenhar quais são as atividades adequadas para ela e definir quais as ferramentas a serem utilizadas visando desempenho significativo dos seus membros.

O primeiro elemento estruturante é o **Domínio** que representa a área de interesse compartilhado: a razão de ser da comunidade (LEMOS, 2002; ÁLVARES, 2010). Ele tem como base a afirmação dos seus propósitos e valor aos membros dessa comunidade. “Sem um compromisso claro com um domínio do conhecimento, a comunidade é apenas um grupo de amigos” (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p. 30).

O domínio ajuda a definir a identidade dos membros. Ele define também competências, que distingue os membros de outras pessoas. Ter foco é imperativo para o sucesso de uma CoP. No processo, alguém pode/deve chamar a atenção de quem desvia da prioridade do grupo/equipe. Sem embargo, fazer uma intervenção que garanta a produtividade aqui é o papel do moderador do grupo. Além disso, o domínio é o objeto de discussão. Quando se define o domínio de uma CoP, ele tem um papel a mais além de balizar quais são as conversas: sinaliza para a sociedade qual é o propósito daquela comunidade. É a partir desta sinalização que as pessoas aderem ou não a comunidade. No entanto, também há interface entre comunidades com objetivos aproximados ou até mesmo em meio àquelas com foco distintos.

O segundo elemento é a **Prática** compartilhada pela comunidade. A prática é representada por meio de um conjunto “[...] de esquemas de trabalho, ideias, informações,

estilos, linguagem, histórias e documentos que são compartilhados pelos membros da comunidade. A prática é o conhecimento específico que a comunidade desenvolve, partilha e mantém” (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p. 29). Nesse sentido, é fundamental identificar qual é o tipo de prática que a comunidade desempenha, ou seja, qual é o fazer que esse grupo tem. Sendo assim, com a evolução das comunidades desenvolve-se um repertório satisfatório de recursos como experiências, ferramentas, casos e metas.

No entanto, Ribeiro (2013), baseado num caso de uma CoP de serviço de saúde, afirma que nessas comunidades, os usuários podem surgir com alguns questionamentos:

- **Busca de experiência:** quem já se deparou com essa situação com algum outro usuário? Como foi tratada a questão?
- **Resolução de problema:** Alguém sabe como resolver esse problema de instalação do novo sistema de gestão da assistência farmacêutica?
- **Solicitação de informação:** qual o formulário mais adequado para encaminhar situações de suspeita de violência?
- **Coordenação e sinergia:** Podemos fazer juntos a compra de material de limpeza para conseguir descontos maiores?
- **Discutir desenvolvimento:** o que vocês acham do piloto do novo prontuário eletrônico?
- **Visitas:** Interessante o projeto da sua nova unidade básica de saúde (UBS). Podemos conhecê-la e ver como a equipe opera?

Faz-se perceptível que esses questionamentos, bem como as respectivas respostas, diálogos e seus desdobramentos efetivos contribuem para edificar a voz da comunidade, uma forma de comunicação própria (linguagens, gírias etc.), uma forma de falar que é característica dela. Por conseguinte, registram-se e/ou criam histórias para contar o que aconteceu nesse processo de práticas desenvolvidas pela CoP: como a comunidade evoluiu; como chegaram onde elas estão ou são; como ter e disponibilizar documentos que são compartilhados são exemplos de representar essas práticas (RIBEIRO, 2013).

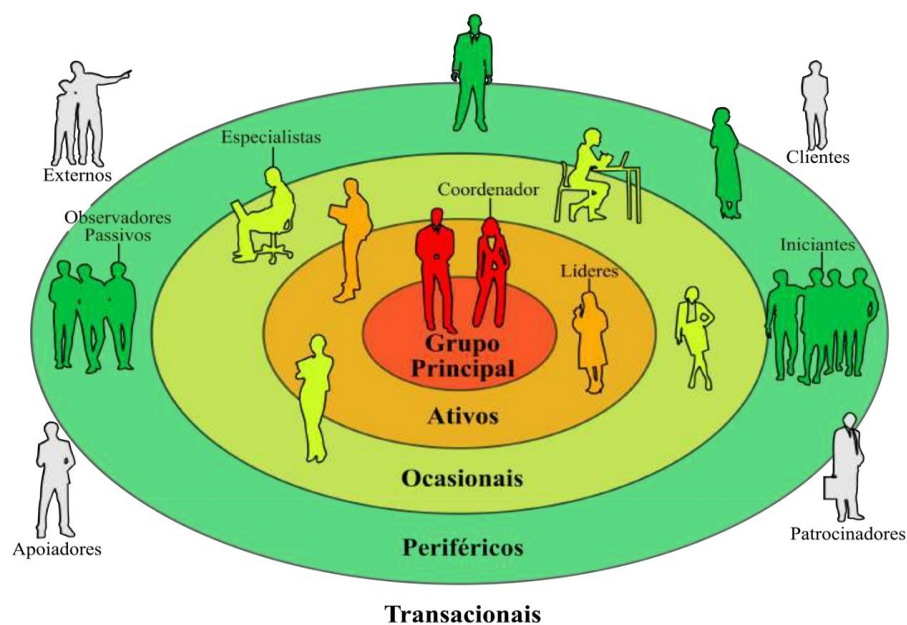
A **Comunidade** é o terceiro elemento estruturante. É composta por seus membros e respectivos relacionamentos, as práticas de compartilhamento e o sentimento de pertencimento ao grupo (LE MOS, 2002; ÁLVARES, 2010). Ao buscar seus interesses, os membros desenvolvem atividades e discussões em conjunto. Eles estabelecem relacionamentos que permitem aprender uns com os outros. Deste modo, as interações entre os membros são essenciais para formar uma comunidade, permitindo-a se identificar

no processo, visto que todo mundo, consciente disto ou não, participa de comunidade(s): família, trabalho, profissão, amigos, religião, política partidária, esporte, pesquisa, lazer (RIBEIRO, 2013).

Em uma CoP, segundo Selbach (2018, p. 56), “[...] a interação que promove aprendizagem, produção e acúmulo de conhecimento a partir de um interesse compartilhado entre pessoas, promove também um vínculo que é criado pelo valor que as pessoas conferem à aprendizagem conjunta”. Não obstante, “[...] esse valor possibilita que, ao longo do tempo, esse grupo de pessoas desenvolva práticas, abordagens e um corpo de conhecimento comum, bem como relações pessoais e formas estabelecidas de interação” (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p. 5). Portanto, o conhecimento de uma comunidade reside tanto nas habilidades e relações entre seus membros quanto nos documentos e instrumentos que materializam aspectos desse conhecimento (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002).

No tocante às relações entre membros, a comunidade, em seus processos de estruturação/consolidação, precisa ter a habilidade de envolver os novatos e/ou observadores. Gropp e Tavares (2006) apontam que tal envolvimento é realizado por meio da absorção do conhecimento codificado e disseminado nos objetos, no espaço de trânsito permitido, no vocabulário e, principalmente, nas trocas e interações realizadas com os outros membros da CoP, diante do fluxo que Lave e Wenger (1991, p. 29) denominam “Participação Periférica Legítima (PPL): o processo pelo qual recém-chegados tornam-se parte de uma comunidade de prática”. A PPL está envolvida em processo de aprendizagem por meio de “[...] uma relação recíproca entre as pessoas e a prática. Isso significa que o movimento dos estudantes em direção à participação total em uma comunidade de prática não ocorre em um contexto estático. A prática em si está em movimento” (LAVE; WENGER, 1991, p. 116).

Não obstante, a comunidade como elemento estruturante demanda, segundo Lave e Wenger (1991, p. 98), “a participação em múltiplos níveis”, ou seja, diferentes níveis de PPL (figura 7) ou localizações e funções desempenhadas pelos membros em uma CoP.

Figura 7: Níveis de PPL em CoP

Fonte: Selbach (2018), adaptado de Wenger-Trayner (2011)

Nesta representação, de acordo com Selbach (2018, p. 59-60), Wenger-Trayner (2011) propõem cinco grandes categorias de associação que, articuladas, potencializam a comunidade como elemento estruturante:

- **Grupo principal:** formado por um grupo relativamente pequeno de pessoas cuja paixão e envolvimento energizam e nutrem a comunidade.
- **Participantes ativos:** esses membros são reconhecidos como profissionais e definem a comunidade (embora possam não ter uma metaconsciência compartilhada sobre o que é a comunidade).
- **Participantes ocasionais:** esses membros participam apenas quando o assunto é de grande interesse, quando têm contribuição específica à CoP, ou quando estão envolvidos em projeto relacionado ao domínio da comunidade.
- **Participantes periféricos:** essas pessoas têm uma conexão contínua com a comunidade, mas com menos envolvimento e autoridade, seja porque ainda são recém-chegados ou porque não têm tanto comprometimento pessoal com a prática. Esse grupo de pessoas pode ser ativo em outros lugares e levar o aprendizado a esses lugares.
- **Participantes transacionais:** são pessoas que não participam da CoP, são *outsiders* que interagem ocasionalmente com a CoP, sem serem membros, para

receber ou prestar serviços ou para obter acesso a artefatos produzidos pela comunidade, tais como suas publicações, seu site ou suas ferramentas.

Portanto, nas três dimensões estruturantes supracitadas, verifica-se “[...] a importância de uma atividade em comum, seu modo de funcionamento e o repertório de recursos comuns desenvolvidos ao longo do tempo” (GROPP; TAVARES, 2006, p. 53). Assim, constata-se as autoras, uma CoP contempla mais que conhecimento técnico e habilidades durante o desempenho de tarefas. Alarga o senso de identidade entre seus membros, reflexo da sua forma de se organizar em função da área do conhecimento escolhida ou atividade praticada, o que pode contribuir no processo de sua identificação nas organizações.

2.2.4 identificação nas organizações

A identificação de CoPs passa pelo saber do que elas tratam, quais são suas paixões e/ou problemas pessoais, de atuação profissional, de lazer, entre outros. Os recursos utilizados para identificar uma CoP depende, sobretudo, de categorias utilizadas do contexto em que ela está inserida.

De acordo com dimensão física, número de membros e funções e/ou natureza como elementos de atuação de uma unidade organizacional, as CoPs podem ser identificadas à medida que se localiza suas fronteiras. Sobre isso Gropp e Tavares (2006) propõem uma atividade recorrente comum, que fornece o compartilhamento de, pelo menos, alguns desses elementos: espaço físico; divisão do tempo; cobrança para o corpo quanto gasto energético, movimentação, higiene, alimentação, vestuário, proteção; conhecimento especializado e vocabulário próprio; situação social em relação a outros grupos. As autoras defendem que este compartilhamento pode originar uma linguagem comum, um senso de pertencimento e uma visão de mundo que possibilita, por sua vez, uma identidade que demarca fronteiras tácitas e repassa a seus novos membros como processo histórico da CoP.

Sobre os elementos, Gropp e Tavares (2006) afirmam que o fato de compartilhar um mesmo espaço físico - ou até mesmo virtual -, por si só, não cria uma inclusão das pessoas em uma CoP, pois ele é apropriado pelos seres humanos de forma cultural. As

definições culturais locais delimitam os espaços permitidos para o trânsito de seus componentes, demarcam diferenças na mobilidade espacial e, consequente, distinção de grupos sociais dentro da organização. Para as autoras, o tempo também pode ser um calibre capital para a identificação de uma CoP. Em uma organização, o fato de um conjunto de trabalhadores compartilharem uma situação de turno, cria uma base de experiência comum e pode criar uma fronteira vivencial bastante nítida na comparação com outras categorias.

Sobre o elemento ‘corpo’, Gropp e Tavares (2006, p. 47), assinala que “[...] além da fala, o corpo comunica-se por inúmeros outros meios: sensações térmicas, olfativas e visuais, transmissões de mensagens carregadas de sentido, embora não codificadas no nível consciente como são os sons”. Os gestos, a exemplo de um olhar ou um aperto de mão, são outra fonte de identificação das fronteiras de CoP das organizações. E sobre o conhecimento especializado e o vocabulário próprio, eles contribuem, também, para identificação de uma CoP. Grande parte do conhecimento especializado de um fazer compartilhado é tácito, não explicitado e/ou inconsciente, embora praticado pelos seus membros. Nesse sentido, [...] podemos dizer que quando aprendemos a usar a língua, ou uma sonda, ou uma ferramenta, e assim nos tornamos conscientes dessas coisas como se fossem nosso corpo, nós interiorizamos essas coisas e vivemos nelas” (POLANYI, 1966, p.148).

Gropp e Tavares (2006) assinalam que um vocabulário faz parte desse conhecimento, incluindo um sentido local, criando uma identidade tão somente para aqueles que integram a CoP. Palavras-chave comuns podem se transformar em senhas que identificam quem está dentro e quem está fora dela. Sendo assim,

[...] um vocabulário adequado é importante porque os conceitos que nós usamos para dar sentido ao mundo direcionam tanto nossa percepção quanto nossas ações. Prestamos atenção ao que esperamos ver, escutamos ou podemos colocar em nosso entendimento e agendas de acordo com nossa visão do mundo (WENGER, 1998, p. 8).

Sendo identificado como tal, esse conhecimento pode representar, sua maior riqueza, entre outras, sendo uma fonte apontadora de potencial. Não obstante, a situação social e de identidade também são elementos contribuintes para identificação de uma CoP, por meio das experiências conexas de um grupo com o seu mundo físico e social como base para a construção social de sua visão de mundo e, dentro dela, sua identidade. Sua experiência vivida em comum no espaço/tempo/corpo cria uma experiência de "nós"

que distingue esse grupo de outros, que não compartilhe essas dimensões do mesmo modo.

No entendimento de Gropp e Tavares (2006) as significações que cunham essas experiências são atribuídas por uma ordem social que não surge de uma CoP única. Se quase nada se origina dessa CoP, a maioria das propostas que podem surgir aparece como imposições de fóruns para dentro com pouca ou nenhuma sintonia com a realidade prática em sua forma de organização.

Para Wenger e Snyder (2001, p.13), as CoPs “[...] diferem de outras formas de organização, de várias maneiras”. As diferenças básicas entre elas e outros três tipos de arranjos grupais, geralmente, identificados em organizações estão, resumidamente, no quadro 13, destacando as particularidades das CoPs.

Quadro 13: Comunidade de Prática e outros arranjos grupais em organizações

	OBJETIVO	PARTICIPANTES	AFINIDADES	DURAÇÃO
COMUNIDADE DE PRÁTICAS	Desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos	Participantes que se auto relacionam	Paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos especializados do grupo	Enquanto houver interesse em manter o grupo
GRUPO DE TRABALHO FORMAL	Desenvolver um produto ou prestar um serviço	Qualquer um que se apresente ao gerente do grupo	Requisitos do trabalho e metas comuns	Até a próxima reorganização
EQUIPE DE PROJETO	Realizar determinada tarefa	Empregados escolhidos por gerentes seniores	As metas e pontos importantes do projeto	Até o final do projeto
REDE INFORMAL	Colher e transmitir informações empresariais	Amigos e conhecimentos do meio empresarial	Necessidade mútuas	Enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato

Fonte: Wenger; Snyder (2001), adaptação de Ipiranga *et al.* (2005)

Os organogramas que detalham a arquitetura organizacional expõem de que modo a organização se observa sob a perspectiva racional e consciente. No entanto, Gropp e Tavares (2006, p. 54) alertam que eles “[...] de forma alguma descrevem o funcionamento e o encadeamento das ações que realizam suas operações no dia a dia. Elas são realizadas pelas diferentes comunidades que interagem de forma diversa da que está no

organograma”. Para as autoras, esse quadro pode ser positivo, levando, por exemplo, à criação de conhecimento e inovação na organização. Elas sinalizam que tratar a organização como uma rede de CoPs em processo de auto-organização permanente, estabelece um modelo dinâmico próximo da realidade, em seus diversos tipos de atividades.

2.2.5 Atividades, desenvolvimento e ciclo de vida

Como surgem as CoPs? Embora muitas delas já existam, talvez não tenham, ainda, representação em seus vários tipos de atividades possíveis e/ou identificado seus estágios de desenvolvimento ou ciclo de vida. A figura 8 expõe nove tipos de atividades em uma CoP apresentados por Wenger (2009) e Ribeiro (2013).

Figura 8: Tipos de atividades em uma CoP



Fonte: Adaptado de Wenger (2009)

As atividades comunitárias podem estar voltadas para *meeting* (encontros), eventos muito importantes para a comunidade, exigindo muito esforço na preparação, avaliação de trabalho, programação, logística e diversas atividades para culminar no evento. Algumas comunidades tem ênfase em encontros regulares. Nesses encontros, os membros assumem atividades a serem desenvolvidas por algum tempo os quais podem ter abrangência espaciais diferentes. Outras comunidades mantêm contato,

permanentemente aberto como seu principal veículo para a aprendizagem. Podem haver outras atividades, mas essas caracterizam e mantêm a comunidade unida.

Há também comunidades focadas em *projects* (projetos) na resolução de problemas específicos ou para produzir artefatos úteis. Os projetos, muitas vezes, são desenvolvidos entre instituições diferentes, regionais, nacionais.

O *access to expertise* (acesso a expertise) tem como principal atividade fornecer acesso a um conhecimento especializado. A identificação dos especialistas em cada tema é de grande importância. Pode ser um grupo de gestores que dão assessoria apresentando o mesmo padrão de comportamento no mundo inteiro. Eles têm projetos muito parecidos que se repetem em instituições diferentes, em países diferentes. Como forma de manter um padrão organizado, quando acaba o projeto, o conhecimento gerado por meio dele é organizado para se tornar acessível para os próximos projetos, ou seja, o conhecimento socializado em um projeto tem que estar disponível para ser socializado com os outros.

Os *Relationship* (Relacionamentos) são **ligações de natureza afetiva, profissional ou de amizade** entre pessoas que se unem com os mesmos objetivos e interesses, envolvendo convivência, comunicação e atitudes que devem ser recíprocas. O objetivo é estabelecer e desenvolver os relacionamentos entre seus membros. São exemplos os pacientes com doenças terminais, mães com dificuldades para ter filhos, entre outros.

É fundamental perceber o *Context* (contexto) em que a CoP está inserida. Por exemplo, o trabalho com catadores de lixo visando melhorar sua produtividade e rendimento por meio da inovação ou descobertas de como agregar valor no processo no qual estão inseridos tem uma importância substancial.

O *Community Cultivation* (cultivo da comunidade) pode ocorrer em insistir em uma CoP prolongadamente, investindo na formação pela instrução, desenvolvendo e valorizando sua memória. Então, há um foco no desenvolvimento da própria comunidade, como nos casos em que a governança democrática é ressaltada ou onde a colaboração e/ou cooperação é um elemento fundamental na dinâmica da comunidade. São exemplos: cultivar comunidade religiosa, associação de bairros, sindicatos. Sobre a iniciação e cultivo de CoP, Wenger, McDermott e Snyder (2002) propôs sete etapas: início do processo e conceitos; definir o contexto estratégico; educar pessoas que se encaixem; suporte de infraestrutura tecnológica; começar a cultivar laços; encorajar o trabalho em grupo; integrar processo e estrutura.

A *Individual Participation* (participação individual) acontece quando valorização individual na comunidade é priorizada. Algumas comunidades dão ênfase a participação de cada membro, por exemplo, representando seu desenvolvimento e permitindo a customização dos espaços. Muitos participam para mostrar seu “saber fazer”. Um exemplo é uma empresa desenvolvedora de sistema em que há um “ranqueamento” das soluções de dúvidas tiradas dos internautas. A priori não há remuneração, mas os melhores ranqueados se qualificam para os empregos no ramo.

A *Content Publishing* (Publicação de conteúdo) é uma atividade por meio da qual podemos publicar ideias e produção, dependendo da forma como é utilizado. Algumas comunidades estão interessadas principalmente em criar, compartilhar e dá acesso a documentos, ferramentas e outros conteúdos. Por exemplo, pode ser edição de revista, de livro, site de quadrinho ou até um veículo de educação, lazer, trabalho, fonte de renda, pesquisa, informação, mobilização, etc.

O *Open-ended Conversation* (Bate-papo) não são, necessariamente, redes sociais, mas meio de conversa permanente sobre determinado assunto a exemplo dos grupos de discussão. Há comunidades que possuem uma missão bem determinada, muitas vezes de interesse público e de cunho transversal, transcendendo os limites das organizações envolvidas na temática.

Para além dos tipos de CoP abordados por Wenger (2009) e Ribeiro (2013), Álvares (2010, p. 43) acrescenta que na CoP, “[...] a prática representa os métodos, os instrumentos, enfim, tudo o que a comunidade pratica para a aquisição do conhecimento” por meio de suas atividades. Nesse sentido, para o autor, as CoPs apresentam alguns tipos de atividades que proporcionam seu estágio de desenvolvimento conforme mostra a figura 9:

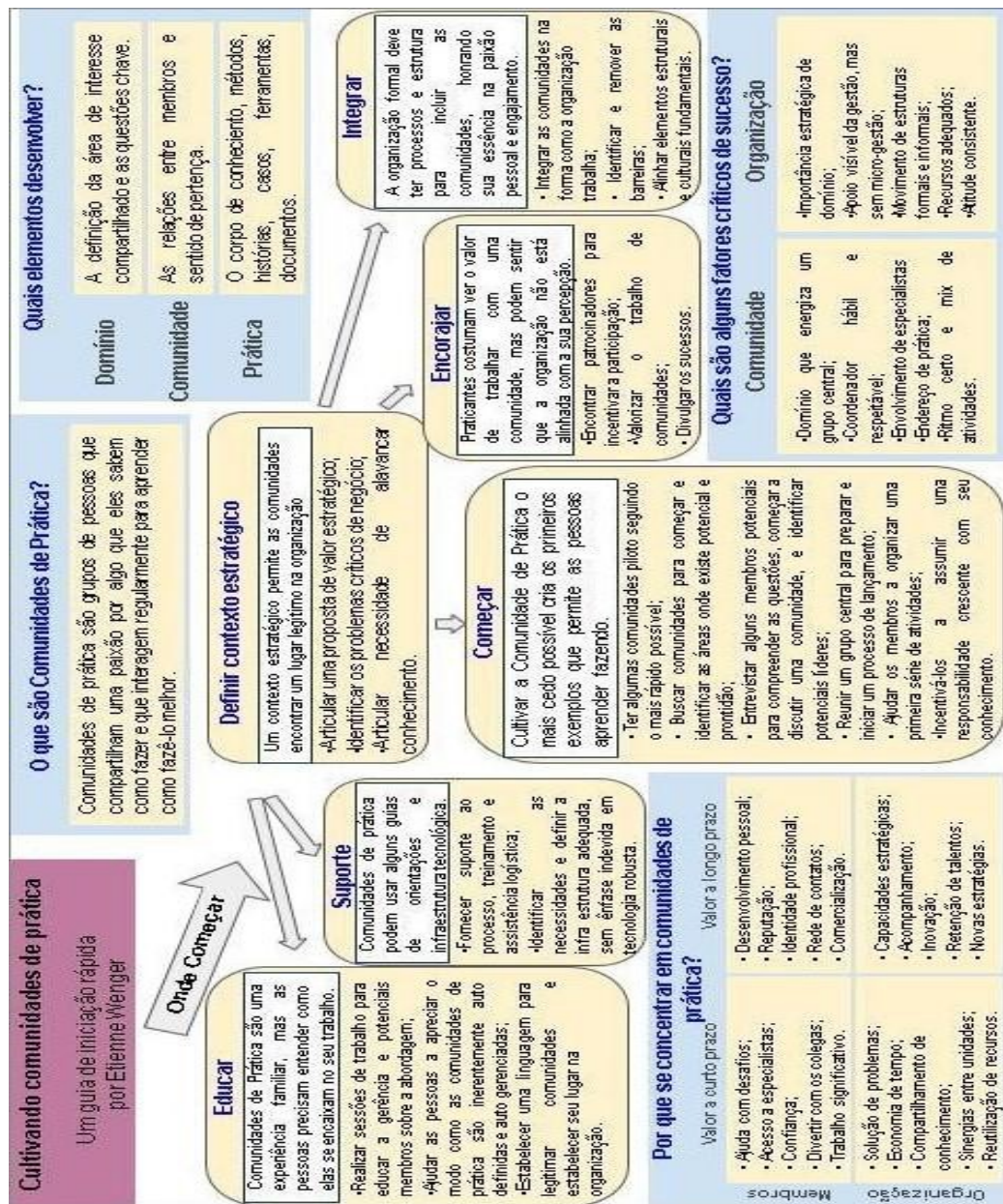
Figura 9: Atividades típicas em Comunidades de Prática

Fonte: Adaptado de Álvares (2010)

De acordo com Álvares (2010) baseado em Wenger (1999), cada comunidade tem seu estilo ou orientação. Isto decorre do padrão de atividades que ela desenvolve, o que resulta num conjunto de ferramentas para dar suporte à sua operação.

Lira (2019) corrobora Fernandes *et al.* (2016) ao destacarem que as organizações que cultivam comunidades de prática por meio de suas atividades típicas aperfeiçoam-se durante o processo de aprendizagem de seus atores, possibilitando ultrapassar inclusive as barreiras geográficas e institucionais que o grupo possa enfrentar. A autora, em sua pesquisa, enfatiza que, para Wenger, McDermott e Snyder (2002), as organizações precisam incentivar a iniciação, desenvolvimento e manutenção de uma CoP, apresentando um modelo que o autor propôs para tal desafio, traduzido por Fernandes *et al.* (2016, p. 46), conforme demonstrado na figura 10.

Figura 10: Cultivar Comunidade de Prática



Fonte: Wenger, McDermott e Snyder 2002, adaptação e tradução Fernandes *et al.*, 2016

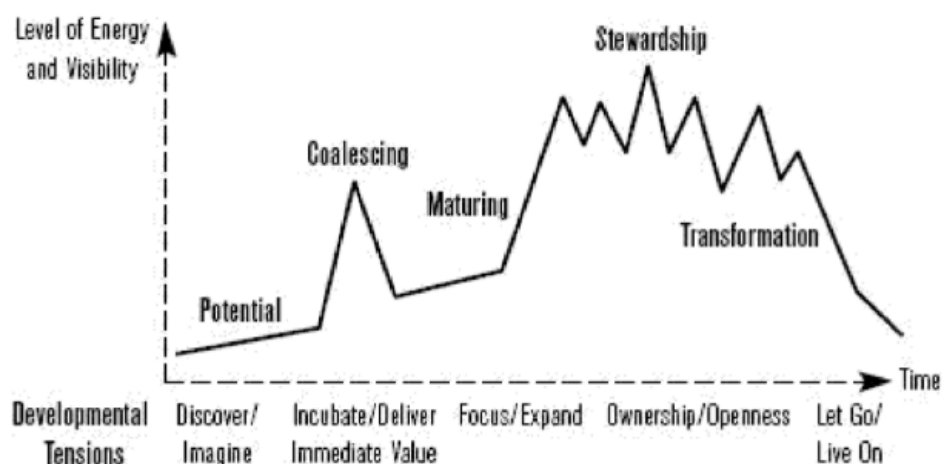
Para Wenger (1999) as atividades ou o conjunto de atividades que ajudam a iniciar e cultivar uma CoP (WENGER, 2002) determinam também o estágio de seu desenvolvimento, como indica a figura 11:

Figura11: Atividades típicas X estágios de desenvolvimento da CoP

Fonte: Wenger (1999)

Como descobrir os pontos comuns e preparar as atividades: encontrar valores e planejar uma comunidade; montar modelos, definir agenda para o aprendizado e lidar com o crescimento; sustentar energia, renovar interesses, educar novatos, encontrar voz e ganhar fluência; e deixar ir o que já não é de interesse, definir legado e manter contato, definem os seguintes desenvolvimentos voltados para o potencial, união, madurez, ativez e dispersão.

Em outras palavras, o estágio de desenvolvimento de CoP em relação à sua dinâmica e funcionamento ao longo do tempo, é chamada por Wenger (1998) de estágios do ciclo de vida das CoPs. Todavia, como funciona o ciclo de vida de uma comunidade, como ela evolui, em quantos e quais estágios? Wenger, Mcdermott e Snyder (2002), apresentaram uma demonstração (figura 12) considerando o nível de vida e visibilidade da CoP em relação ao tempo. Sinalizaram cinco estágios de desenvolvimento: *potential* (potencial), visando descobrir; *coalescing* (coalescência ou união), procurando incubar; *maturing* (maturação), priorizando focar e se expandir; *stewardship* (administração), tendo propriedade e abertura; *transformation* (transformação), gerando dispersão.

Figura 12: Estágios de desenvolvimento da CoP

Fonte: Wenger; McDermott; Snyder (2002)

Fundamentado em esquema produzido por Wenger (1998; 1999; 2002), Álvares (2010, p. 44) acrescenta que “[...] cada estágio é distinguido por processos diversos, por formas de interação variadas e por relacionamentos que se formam” entre seus membros.

Conforme demonstrado, nesses moldes, uma CoP pode evoluir e/ou ser dispersada, mesmo mantendo contato entre seus membros. Havendo o registro de memória de suas atividades, poderá servir de embrião para o surgimento de outras CoPs. Ademais, Lira (2019), baseada em Wenger (1998) e Ipiranga *et al.* (2005), apresenta uma síntese das características de cada estágio por meio das ações de seus membros, conforme o quadro 14, a seguir:

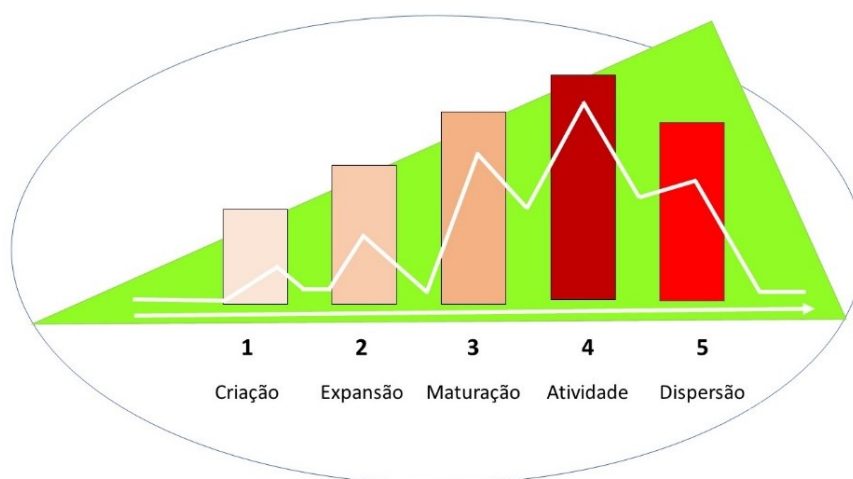
Quadro 14: Estágios e característica da Comunidade de Prática

Ordem	Estágios	Características dos membros
1º	Potencial	Reconhecem-se com necessidades similares
2º	União	Encontram valor pelo envolvimento nas atividades de aprendizado e passam a planejar uma comunidade.
3º	Madura	Encarregam-se de suas práticas e crescem.
4º	Ativa	Sentem-se motivados, energizados e possuem integrantes influentes e respeitados, que está sempre desenvolvendo o grupo por meio de ciclos de atividade.
5º	Dispersa	Percebem não haver mais utilidade sua interação.

Fonte: Wenger (1998) e Ipiranga *et al.* (2005), adaptado de Lira (2019)

De outro modo, embora fundamentado em Wenger (1998) e/ou alterando nomenclatura, Ribeiro (2013) destaca que os estágios de desenvolvimento da CoP correspondem a cinco fases do seu ciclo de vida, conforme demonstrado na figura 13.

Figura 13: Fases do ciclo de vida: perspectiva linear



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020), baseado em Wenger (1998) e Ribeiro (2013)

Sendo assim, a criação é a fase inicial em que são geradas relações entre membros, os quais começam a se encontrar, presencialmente ou mediado por TICs, formando vínculos em redes imprecisas com diálogos, questões e necessidades similares. Ao passo que os membros vão se conhecendo e descobrindo interesses comuns, ocorre o despertar para a preparação e criação de uma comunidade, a priori, motivados por um assunto-foco selecionado, mesmo sem o domínio da CoP estar claramente definido.

A fase de expansão é aquela em que a CoP aumenta a sua abrangência, adicionando novos membros que descobrem o valor do compartilhamento de experiência e conhecimento. Há o convite entre amigos e pessoas que trabalham e/ou se interessam pelo assunto-foco selecionado, além dos especialistas. Então, eles começam a desenhar o que vão ser as aprendizagens e como ocorrerá a interação. Membros se agregam e iniciam uma comunidade por meio de engajamento e atividades de aprendizagem projetando a existência de uma CoP. A expansão pode ocorrer de forma muito rápida ou lenta, dependendo da dinâmica de cada comunidade.

Na fase de maturação advém o amadurecimento em que a comunidade se responsabiliza por suas práticas, estipulam padrões, definem agendas e expande-se. É a fase em que a troca de experiência e conhecimento forma as primeiras práticas que caracterizam a comunidade. A definição do seu padrão de comportamento orienta como as pessoas (membros e/ou observadores) devem atuar nessa comunidade e qual o grau de comprometimento delas com a aprendizagem significativa da CoP. A comunidade a partir daqui existe uma fase (atividade) que pode ser bastante longa ou não.

Todavia, é na fase da atividade que a comunidade está estabelecida e funcionando com seu ritmo definido por meio de ciclos de atividades regulares as quais sustentam a sinergia, renovam interesses, capacitam novatos, encontram a “voz da comunidade” e ganham influência em uma constelação de práticas e socialização de novas experiências. Contando com um conjunto de práticas, já podem ser consideradas uma referência sobre o seu domínio. Não obstante, mesmo sendo a fase estável da comunidade, é comum entrar e/ou sair novas pessoas, muito embora elas possam continuar operando por tempo indeterminado.

Já a fase de dispersão (e/ou transformação) é quando a CoP começa a perder importância para membros os quais vão se distanciando e/ou diminuindo o ritmo de participação. As razões são as mais diversas: sejam porque os interesses divergiram sobre o futuro da CoP inicial ou a mesma deixou de ter utilidade na vida de seus membros. Pode ser que o assunto-foco não interessa mais ou tenha evoluído para outro assunto. Outra possibilidade é a comunidade estacionar e se constituir uma outra comunidade ou ser um embrião de várias outras comunidades. Nesse sentido, Ribeiro (2013) enfatiza, porém, que a dispersão não é proporcional ao tempo de duração de cada fase. Christopoulos e Diniz (2006) apontam que na fase de dispersão, os líderes precisam agir para conservar a importância do tópico da comunidade, apreciar os escopos adquiridos para que a comunidade tenha sustentabilidade.

Na fase final ou de transformação, os líderes e a organização preocupam-se em administrar o conflito entre o senso de propriedade dos membros e a possibilidade de se abrirem a novas ideias. Há, ainda, a preocupação em redirecionar as competências para outra comunidade em atividade, a fim de que não se percam os esforços já despendidos para a geração de inovação para a organização.

Wenger (1998) destaca que, embora os membros não tenham mais engajamento permanente no momento da dispersão, a comunidade pode ser o centro do conhecimento e da gestão do conhecimento a qual tem por foco o conhecimento contido nos indivíduos

e que podem utilizar-se dos recursos da gestão da informação para converter o conhecimento de cada membro da CoP e “[...] difundi-lo de forma adequada, criar, identificar, capturar, armazenar e desenvolver operações que mantenham o conhecimento em constante interação” (LIRA, 2019, p. 66).

Contudo, normalmente, todo o conhecimento gerado e, provavelmente gestado por CoPs, permanece por meio do seu histórico registrado (normalmente, quando em meio virtual), definindo legados de uma memória organizacional. Ademais, mantendo contato entre os (ex) membros, por meio de iniciativa do moderador e/ou alguém com um perfil agregador, inovador e sustentado e/ou com meta sustentável, “[...] formam laços fortes durante a prática, mas não permanecem como comunidade além dela. São efêmeras, mas intensas” (CASTELLS, 2017, p. 415). Do contrário pode servir de embrião para o surgimento de novas CoPs, pois “[...] a perenidade de uma comunidade é definida pelo valor que ela cria para seus membros e não pela conclusão de um projeto predeterminado” (IPIRANGA, 2005, p. 4).

Portanto, o estímulo deve ser constante durante o ciclo de vida das CoPs, evitando redução do ritmo da troca de conhecimentos e da capacitação para a inovação (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2000).

2.2.6 Desafios, inovação e sustentabilidade

De acordo com Johnson (2001), as CoPs resistem, em grande parte, sustentadas pelas comunicações assíncronas, em um fluxo estável, pelas motivações pessoais por pertencer ao grupo e pela própria dinâmica que a comunidade promove para este fim. Deste modo, esta subseção enfatiza o importante desafio de promover, com motivação permanente, o ciclo de atuação do “moderador/e-moderador” diante da necessidade de liderança, centralizada e/ou compartilhada, para um melhor desempenho da CoP em seu funcionamento visando enfrentar seus desafios de aprendizagem e de condições minimamente possíveis de sua sustentabilidade na organização/instituição por meio de mediação colaborativa sustentada na liderança partilhada.

2.2.6.1 Desafios e ciclo de atuação do e-moderador

Em uma CoP, um dos grandes desafios é, provavelmente, mantê-la sustentável em seu funcionamento e obtenção dos objetivos coletivos e individuais de seus membros. Para tanto, alguém entre os membros com motivação e liderança, seja centralizada e/ou compartilhada, precisa assumir este papel.

Numa comunidade, indivíduos se empenham em atividades conexas, auxiliam-se reciprocamente e dividem informações visando, por exemplo, instruir-se sobre algo de interesse coletivo ou resolver um problema em comum. O equilíbrio exitoso dessas atividades pode ocorrer, sobretudo, mediante ação de um moderador. Em uma CoP, moderador é o ator responsável por fomentar as relações e as trocas entre os seus membros, motivado pela máxima de que ‘aprender é um ato social’. O desempenho do mediador é um fator crítico de sucesso para CoP (DIAS, 2008).

Em um ambiente virtual o termo é ‘e-moderador’. A CoP virtual se diferencia das demais por ter a representação explícita desses conhecimentos. Dias (2008, p.6) pontua que

[...] o papel do e-moderador nos ambientes de aprendizagem on-line desenvolve-se, fundamentalmente, através do processo de construção de significados em detrimento dos procedimentos associados à transmissão de conteúdo, tendo como referência uma abordagem construtivista da educação.

Ribeiro *et al.* (2014) aponta que a importância do moderador em uma CoP é muito evidenciada (QUIROZ, 2010; DALE, 2011). Os autores também destacam que são várias as formas de nomear essa atividade: facilitador on-line ou e-moderador (DALE, 2011); tutor (QUIROZ, 2010) e mediação colaborativa (DIAS, 2008). As atividades desse profissional têm sido associadas às funções de regulação da comunidade, de seus conteúdos, tendo o moderador como protagonista e não os alunos. Mas isso pode não ser uma regra geral.

Para Dale (2011) há evidências claras de que uma CoP que conta com um ou mais moderadores é muito mais propensa a ter sucesso do que uma que depende somente da sua auto-organização. Para Quiroz (2010), o tutor deve ter como objetivo guiar o aluno (ou qualquer membro de uma CoP) em direção a uma aprendizagem colaborativa.

A partir da definição das competências desse profissional, das características de um modelo de aprendizagem social usando CoPs e da necessidade de uma boa mediação colaborativa, Ribeiro *et al.* (2014) propõe um *framework* (estrutura) conceitual para desenvolver as formas de capacitação do e-moderador, apresentando uma associação de conceitos inter-relacionados que define uma anotação ideológica de um recurso palpável podendo ser utilizada como um instrumento analítico que baseia um conjunto de regras, formalismos, conceitos e métricas que definem um método ou metodologia de aplicação.

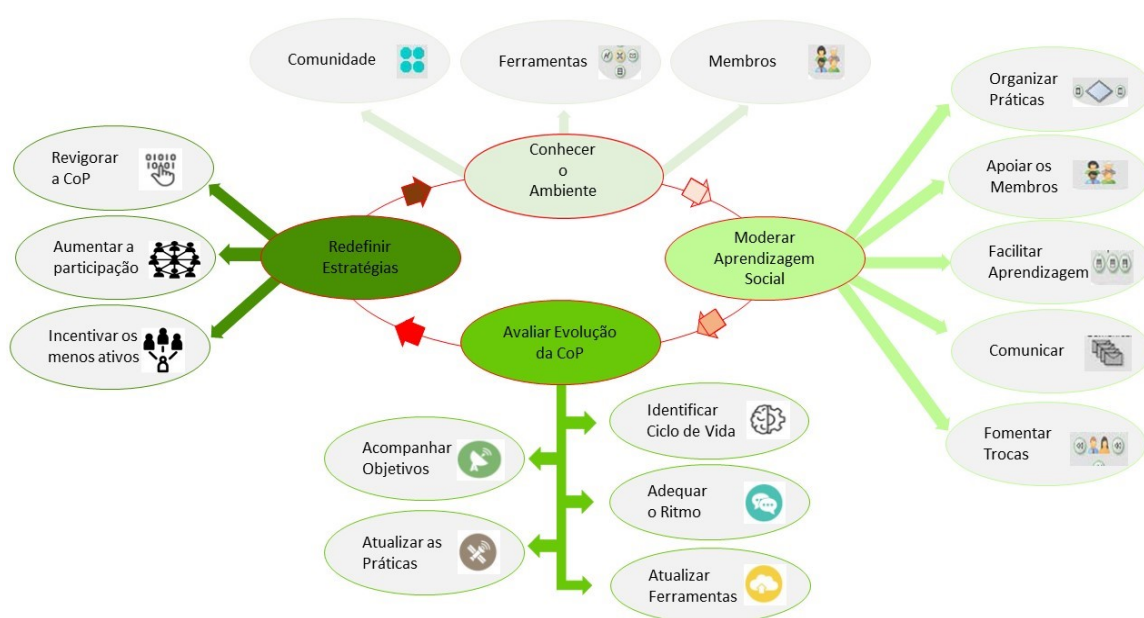
Neste trabalho, Ribeiro *et al.* (2014, p. 5) destaca que o

[...] corpo de conceitos e fatores de desenvolvimento das competências específicas para um e-moderador foi desenvolvido e apresentado na forma de um Ciclo de Moderação em CdPs, composto por 4 etapas, com a finalidade de subsidiar a capacitação desses atores.

O trabalho do e-moderador começa em uma etapa anterior ao início do trabalho de e-moderação propriamente dito, passando pelas etapas de moderação da aprendizagem social, avaliação da evolução da CoP e redefinição de estratégias após essa avaliação.

As etapas constitutivas do processo de moderação das CoP, conforme Figura 14, são: I - conhecer o ambiente; II - moderar processos de aprendizagem social; III - avaliar o andamento processo de evolução da comunidade; IV - redefinir estratégias de acordo com os resultados da avaliação (RIBEIRO *et al.*, 2014).

Figura 14: Ciclo de vida do e-moderador em CoP



Fonte: adaptado de RIBEIRO *et al.* (2014)

- I. **Conhecer o ambiente** em que o moderador está inserido é fundamental para seu desempenho e contribuição para a CoP, sendo a etapa inicial do ciclo de moderação e a anterior ao início da moderação de CoPs, servindo de preparação por parte do futuro moderador. Embora seja inicial, ela não se completa antes do início da moderação, ou seja, a apropriação do ambiente se dará de forma contínua, ao longo de todo o processo. Nessa etapa, o moderador deve conhecer quem são os **membros**, suas características principais e da **comunidade** da qual ele irá moderar, além das **ferramentas** disponíveis nela para uso produtivo (RIBEIRO *et al.*, 2014). **Conhecer os membros** é uma etapa que constitui em identificar quem e quais são os seus interesses e necessidades, procurando traçar o perfil deles. Ribeiro (2013) enfatiza que conhecer o perfil dos membros da comunidade é uma parte importante da preparação do moderador para a sua atuação nessa função, atendendo de maneira mais eficaz às precisões dos mesmos. A idade, formação e a atuação profissional, por exemplo, estão em meio aos distintivos que compõem o perfil dos membros. A participação não é homogênea: há membros que participam mais, outros menos, mas não quer dizer que estes sabem menos. Pode ser, por exemplo, só timidez, cabendo ao moderador criar estratégias para motivá-lo em sua vivência com os demais. A partir da identificação dessas características, o moderador deve adequar a sua linguagem ao público da comunidade (RIBEIRO, 2013). **Conhecer a Comunidade** é uma necessidade *sine qua non*, na qual o moderador deve identificar as seguintes características: o domínio, as práticas e o estilo/orientação da comunidade (WENGER; WHITE; SMITH, 2009). Conhecendo essas características, o moderador estará mais preparado para auxiliar os membros a manter o foco nos objetivos em torno dos quais a comunidade foi criada e a propor estratégias para auxiliá-los a alcançar esses objetivos. **Conhecer as ferramentas** disponíveis, necessárias e adequadas, a exemplo das potencialidades dos recursos tecnológicos para a educação para uso em CoP, é a terceira parte da etapa preparatória para a moderação de comunidades de acordo com as seus predicados singulares. Ribeiro (2013) alerta que o moderador deve ser incentivado a atualizar-se em relação às tecnologias inovativas que dinamize a CoP, buscando auxílio de especialistas quando necessário. O autor ainda relata que o acesso à tecnologia nas CoPs é heterogêneo e desigual. Alguns membros gostam de novidades e experimentam

de tudo e outros vão querer o mínimo possível de atividades por não poderem dedicar mais tempo. Portanto, a CoP tem que ser algo para ajudar.

- II. **Moderar aprendizagem social** da comunidade é uma fase de atividade em que o papel de moderador em CoPs precisa ocorrer de forma eficiente. Segundo Ribeiro *et al.* (2014, p. 6) tendo o conhecimento “do perfil dos membros da comunidade, as características principais da comunidade e as ferramentas disponíveis, o moderador estará melhor preparado para moderar a aprendizagem social”. Nesse sentido, os autores defendem que tal processo ocorrerá quando o moderador for capacitado de acordo com as competências e habilidades demonstrados no quadro 15, abaixo:

Quadro 15: Competências e habilidades para moderar aprendizagem social

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Ser um ponto de apoio para os membros	Mostrar-se disponível/acessível para atender as necessidades dos membros; estabelecer um vínculo com membros da comunidade; tratar as questões dos usuários com atenção, dando respostas adequadas em termos de conteúdo e tempo.
Fomentar as trocas entre os membros da Comunidade	Incentivar: a troca de experiência e conhecimento entre os membros; o trabalho em equipe e a construção conjunta de conhecimento utilizando as ferramentas disponíveis para uso na comunidade; a interação regular por meio de compartilhamento de ideias.
Auxiliar no processo de aprendizagem dos membros	Identificar atividades de aprendizagem importantes para a comunidade; propor atividades de aprendizagem que atendam às necessidades dos membros; instigar a pesquisa; auxiliar a comunidade a criar um clima propício para a aprendizagem, com base no respeito mútuo e na confiança; auxiliar no estabelecimento de prioridades nas atividades a serem desenvolvidas; mediar conflitos entre os membros.
Organizar as práticas	Ordenar, estruturar e sistematizar materiais disponibilizados; organizar documentos que a comunidade compartilha; organizar, estruturar e sistematizar trabalhos em grupo no ambiente virtual; auxiliar na definição da forma de organização das atividades; auxiliar na definição das formas de acesso ao conhecimento e organização das fontes de conhecimento; e trabalhar no sentido de fazer com que a comunidade se torne uma fonte de conhecimento para seus membros.
Comunicar-se clara e eficientemente em Comunidades de Prática	Comunicar-se de forma síncrona e assíncrona com membros da comunidade; comunicar-se com clareza e objetividade; adequar a linguagem utilizada de acordo com perfil dos membros; saber ouvir.

Fonte: Adaptado de Ribeiro *et al.*, 2014

- III. **Avaliar processo de evolução da CoP** é um procedimento regular do moderador visando identificar se as atividades estão/são satisfatórias ou não na linha de evolução desejada pela comunidade. Para isso Ribeiro *et al.* (2014) avulta a importância do moderador e sua capacidade de identificar a etapa do ciclo de vida em que a comunidade se encontra e atuar de acordo; analisar o andamento da

comunidade e agir para um melhor aproveitamento da mesma pelos membros; identificar a adequação das ferramentas utilizadas pela comunidade; identificar se os objetivos da comunidade estão sendo alcançados; identificar oportunidades para sugestão de novas atividades de aprendizagem de acordo com necessidades e interesses dos membros. Ademais, os autores citam Dale (2011) para destacar que o moderador deverá avaliar a "saúde" da CoP durante o seu funcionamento e, se for o caso, redefinindo estratégias de acordo com os resultados da avaliação aplicada periodicamente.

- IV. **Redefinir estratégias de acordo com os resultados da avaliação** faz-se **necessário** caso tenha algo que não esteja legal, fora do padrão previamente estabelecido. Por conseguinte, uma fase de replanejamento poderá ser necessária para redefinir estratégias, sendo assim a quarta e última etapa constitutiva do processo de moderação das CoPs.

Revigorar a CoP, aumentar a participação e incentivar os menos ativos são algumas das estratégias sugeridas (RIBEIRO, *et al.*, 2014; DALE, 2011). Segundo os autores, para revigorar a CoP deve-se postar novos conteúdos e provocar seus *feedbacks* e comentários; para aumentar a participação e incentivar os menos ativos deve-se instigar o contato telefônico e/ou e-mail para membros ausentes e certificar se os membros menos ativos sabem utilizar as ferramentas corretamente. Nesse sentido, vislumbra-se o estímulo de um trabalho permanente de coparticipação.

Destarte, baseado no juízo de valor relativo ao sentido regulador da e-moderação nos ambientes de aprendizagem *on-line*, Dias (2008, p. 4), por meio dos artifícios de instalação e agilidade das atividades propõe “[...] uma nova interpretação das formas avançadas de interação social que ocorrem no âmbito das comunidades de aprendizagem [ou CoPs] através da qual se desenvolve a mediação colaborativa”. O referido autor faz crítica ao abuso de centralismo da e-moderação e sinaliza que a liderança em uma CoP deve ser compartilhada entre os seus membros, por meio de uma mediação colaborativa. Lembra ainda que a função do moderador, nesta abordagem, é mais o de intermediar as contendas e possibilitar o intercâmbio, do que responder, diretamente, todas as demandas.

A mediação colaborativa constitui não só um processo de construção da interação social entre os membros da comunidade, mas também a forma de realização da liderança partilhada dos processos de interação no domínio da elaboração das aprendizagens no âmbito da rede.

Entendemos, nesta perspectiva, que a mediação colaborativa, sustentada na liderança partilhada, constitui um meio facilitador para o acesso e a produção dos objectos e contextos de aprendizagem, e os sistemas de representação do conhecimento colectivo da comunidade (DIAS, 2008, p.7).

A necessidade de reflexão, proposta pelo autor, quanto ao papel do moderador está pautada no fato de haver em curso uma mudança de foco nos ambientes de aprendizagem virtuais [e presencial] no tocante à transmissão de informações para a interação, a colaboração e o conhecimento coletivo. De acordo com Dias (2008, p.4), "[...] a aprendizagem é sustentada pela dinâmica da rede nos contextos de construção colaborativa dos objetos e narrativas de conhecimento da comunidade, e na integração das representações sociais na elaboração de uma prática comum e partilhada". Portanto, pode-se inferir que a função do e-moderador, nesse sentido, deve mudar: de regulador e "líder" da comunidade, no primeiro modelo de ambientes virtuais de aprendizagem, para uma mediação colaborativa, no segundo modelo, em que a liderança é desenvolvida.

São acentuadas as ponderações sugestivas de Dias (2008) no sentido de sinalizar novas possibilidades para a atuação do moderador, além de enfatizar seu papel central. Pode ser necessário construir um novo modelo de estrutura que compreenda todo o processo de moderação, desde a preparação desses profissionais para o exercício das atividades de moderação até a moderação da comunidade propriamente dita e para a avaliação das ações e do andamento da comunidade, por meio de um processo de aprendizagem colaborativa entre os membros da CoP.

Outrossim, a mediação colaborativa ocorre através de práticas de aprendizagem colaborativa que favorecem ambientes multidimensionais, flexíveis, de informações e conhecimentos, de narrativas hipertextuais e de comunicação em rede para atender aos desafios contemporâneos que ora emergem nos distintos âmbitos sociais (DIAS, 2001). Por isso é necessário o entendimento da aprendizagem colaborativa e suas contribuições para a construção do conhecimento dos atores sociais em ambientes colaborativos diversificados, entre eles os da CoP, assim como o entendimento dessas comunidades, de modo que sua demanda e efetividade sociais atendam às necessidades contemporâneas de conhecimento.

Portanto, nesse contexto, reforça-se a necessidade de que o papel de liderança do moderador esteja comprometido não apenas com gestão da comunidade, mas com a mediação colaborativa entre todos os membros da CoP sustentada na liderança partilhada.

Por conseguinte, busca-se promover sua sustentabilidade por meio uma gestão da produção e registro do conhecimento que foi discutido entre seus membros para servir de base para sua melhor atuação e promover as condições ambientais de inovação visando o aprimoramento das atividades da CoP e/ou para superação das dificuldades geradas por elas.

2.2.6.2 CoP como ambiente para inovação

O homem enquanto ator social, distinto de outros animais, busca apurar o jeito de construir as coisas sob aspecto que é, intrinsecamente, humano: o ato de inovar (FAGERBERG, 2009). Godin (2012) conceitua inovação como uma combinação de coisas para produzir outras novas, a partir de uma abordagem criativa. Como membro de uma CoP, o ator social pode potencializar suas viabilidades por meio da inovação.

Sobre as viabilidades da inovação nas CoPs, Christopoulos e Diniz (2006, p. 3) afirmam que elas “[...]constituem-se em condições organizacionais para o desenvolvimento das competências e da inovação pois criam ferramentas, procedimentos para desenvolvimento de aprendizado”. Não obstante, cunham viabilidades e empregam tecnologias que entusiasma a conversação e a organização (SNYDER, 1997) que contribuem para inovação como sendo uma ideia, uma prática ou um elemento entendido como recente pela pessoa (ROGERS; SHOEMAKER, 1971). Na vivência, várias inovações são desdobramentos da experimentação prática ou do singelo ajuste de tecnologias existentes.

Segundo Teza (2018, p. 23) “[...] o estudo da inovação ganhou notoriedade a partir da década de 1980, pois as organizações [...] perceberam que a sua capacidade de inovar afeta fortemente o futuro do negócio”. No ritmo com sua acuidade, um dos aspectos e apreciações alusivas à inovação é a visão multidisciplinar, apresentada por Baregheh, Rowley e Sambrook (2009), que afirmam ser a inovação o processo de várias etapas por meio do qual organizações transformam ideias em novos/melhorados produtos, serviços ou processos, a fim de avançar, competir e diferenciar-se com sucesso em seu mercado.

Em registro no Manual de Oslo,

[...] uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OECD, 2005, p. 46).

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, inovação é definida como "[...] aplicação, em qualquer organização, de novas ideias, tanto relacionadas a produtos, processos e serviços, como à gerência do sistema e ao mercado, por meio do qual a organização opera" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 206). No entanto, seja qual for o conceito seguido, com o acentuado desenvolvimento da tecnologia, usar conhecimento para produzir novos conhecimentos sinaliza uma demanda para promover a inovação (SCARBROUGH, 2003).

Nessa direção, as CoPs são meios adequados para acontecerem inovações pois elas ocorrem com a aplicação prática de uma invenção (TIGRE, 2006). Como diligência, o fluxo de inovação em ambientes ativos como as CoPs, é seu processo de difusão por meio de canais, através do tempo, entre os sujeitos de um sistema social (ROGERS; SCHOEMAKER, 1971). Deste modo, “[...] a difusão alimenta e direciona a trajetória de inovação” (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006, p. 4), entre outras características, a de possibilitar vantagem competitiva em organizações, atraindo pesquisadores para a temática (WILBERT *et al.*, 2017).

Advindo a inovação da recombinação de conhecimentos (DU PLESSIS, 2007) nativos de pessoas que os compartilham, as CoPs, presenciais ou virtuais (VCoPs), auferem lugar e pesquisa quando a finalidade é a inovação. A despeito deste aspecto, há cavidades anexas à agregação de CoPs e VCoPs com a inovação as quais são relativas à dinâmica de seu funcionamento (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002), à sua afinidade com a gestão do conhecimento e/ou compartilhamento do conhecimento (CHU; KHOSLA; NISHIDA, 2012; WOLF; SPÄTH; HAEFLIGER, 2011) e a sua função como instrumento educacional (COOK-CRAIG; SABAH, 2009; NEUFELD; FANG; WANG, 2013) e, no recorte institucional deste trabalho, numa instituição pública de educação, ciência e tecnologia, no caso o IFPB.

No entanto, inovação e setor público apresentam contradições. De acordo com Wilbert *et al.* (2017, p. 113), “[...] as organizações do setor público, raramente, são lembradas quando a temática é inovação”. A alegoria do Estado burocrático e ineficiente talvez possa fazer parte de uma interpretação universal (MAZZUCATO, 2014). No setor

público, por não haver, em tese, ambiente concorrencial, pode existir o impulso de não inovar ou tornar a inovação menos necessária. Todavia, Batista (2012) adverte que a organização pública visa a construção de valor para a sociedade por meio do gerenciamento do conhecimento existente, sendo a sua razão de ser a construção de novos conhecimentos de interesse coletivo.

Em conformidade com Constituição Federal (CF) brasileira, a empresa pública no Brasil explora, economicamente, determinados domínios de interesse coletivo (BRASIL, 1988), com gestão híbrida, ao passo que almeja lucratividade em ambiente concorrencial, também atua como braço governamental em seu papel social, a exemplo dos Correios, da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dentre outros.

Segundo Baregheh *et al.* (2009), os governos também ficam prevenidos quanto às disponibilidades de novos e aperfeiçoados serviços à população. Com isso, as organizações do setor público também buscam inovações, talvez de forma reativa às cobranças dos cidadãos os quais estão conectados com inovações no mercado.

Nesse cenário, uma pesquisa sobre inovação no setor público não é infértil e têm fomento garantido por lei. De acordo Art. 213, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil “[...] as atividades [de ensino,] de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988, p, 125). Sendo assim, as CoPs, em tese, têm suporte para promover inovação viabilizada as interações, sobretudo, mediadas por tecnologia. No entanto,

[...] fomentar a difusão da inovação nas CoPs implica não somente fornecer recursos financeiros para que as competências que abrigam sejam desenvolvidas, mas também suporte organizacional para que se estruturam em todas as etapas de seu ciclo de vida. Nesse sentido, é necessário que a organização estimule o desenvolvimento dos relacionamentos, auxilie os membros a imaginarem como podem obter valor participando da comunidade, ampliando a rede e trocando conhecimento (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006, pp. 4-5).

Não obstante, independentemente de a organização ser pública ou privada, defende-se as CoPs como ambiente ideal para a difusão tecnológica pois é sinalizado que a inovação pode ocorrer em “comunidades de inovação”, efetivando a democratização do processo por meio de institucionalização de rotinas de colaboração [e/ou cooperação]

fundamentadas em projetos que não estejam restritos por constrangimentos rígidos (HIPPEL, 2005). Destarte, Christopoulos e Diniz (2006, p. 13) enfatizam que

[...] em relação à inovação, esta advém da habilidade da organização de aprender em CoPs e do estabelecimento de plataformas que permitam a resolução colaborativa de problemas. A velocidade na entrega de soluções eleva-se em função da facilidade na consulta aos pares quanto às formas de solucionar problemas e o trabalho em equipe eleva a confiança, o que contribui para aumento da frequência de contribuições para a execução dos trabalhos.

Sendo assim, mostra-se o caráter estratégico das CoPs quando contempladas como ferramentas para alinhar a organização, dialogando e resolvendo problemas com os membros, por exemplo, de funções idênticas, porém atuando em distintas áreas geográficas. Ademais, pode-se promover um núcleo para criação de conhecimento na organização (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006), potencializados pelos intercâmbios vivenciados no processo.

Quando esses intercâmbios acontecem, transcendem empecilhos de tempo e espaço e as CoPs passam a ser designadas por VCoPs (*Virtual Communities of Practice*) (WILBERT, 2015), por acolherem o compartilhamento do conhecimento entre seus membros para além das fronteiras hierárquicas (WEISSENBERG; EBERT, 2011), que possibilita um intenso intercâmbio informal para busca de soluções a problemas comuns (BROWN; DUGUID, 1991), as VCoPs têm conquistado espaço na literatura e nas organizações como potencial auxiliadoras em processos de inovação (WILBERT *et al.*, 2017).

Para que as CoPs e/ou VCoPs sejam transformadas em ferramentas de inovação é, portanto, segundo Christopoulos e Diniz (2006, p. 14),

[...] necessário considerar as características de seu ciclo de vida. Considerando-se essas características, deve-se então analisar quais são os principais fatores que interferem na difusão da inovação inter e intra-CoPs [e/ou VCoPs]. A importância de se analisar a difusão está no fato de que a inovação depende da difusão da tecnologia e muitas vezes da coevolução de um conjunto relacionado de inovações pois, na medida em que uma tecnologia se difunde, surge a necessidade de desenvolvimento de um conjunto de outras tecnologias complementares para apoiá-la.

Ademais, os autores destacam que a adoção e uso da tecnologia, permite maior aprendizado e desenvolvimento sobre ela e que as CoPs permitem que a prática inovadora

seja logo adquirida por outras comunidades e organizações nas quais o fomento pode acontecer na configuração motivacional e de reconhecimento do trabalho realizado pelos seus membros. Todavia, eles também colocam em relevo que o fomento nas CoPs não é necessariamente suficiente, devido a dimensões e condicionantes de diferentes naturezas, favoráveis ou desfavoráveis às inovações, a serem considerados nas tomadas de decisão de cada organização em seu processo de difusão de inovação nas diversas fases do Ciclo de vida das CoPs sob perspectiva sustentável.

Embora perceba-se que as teorias referentes à ‘sustentabilidade’ ainda estejam muito enraizadas à imagem de desenvolvimento ambiental sustentável, devido a sua origem terminológica ter conexão original à questão ambiental enquanto natureza física, o processo organizacional de sustentabilidade defendido pelas organizações contemporâneas está baseado na adaptação de suas necessidades ambientais de uso/reuso do conhecimento, utilizado como fonte produtora de desenvolvimento social. Essa capacidade de adaptação faz com que o conhecimento promova a sustentabilidade às organizações, no sentido de utilizar os princípios sustentáveis para efetividade de suas responsabilidades sociais, econômicas e ambientais (BODNAR; FREITAS; SILVA, 2016).

Mesmo não sendo o foco deste trabalho e pensando evitar maiores polêmicas decorrentes da concepção e prática de sustentabilidade, é imperativo destacar que sua possível prática exitosa diante do capitalismo, sistema socioeconômico promotor de desenvolvimento desigual e degradante dos recursos finitos de Gaia, a Mãe Terra, pode ser provavelmente insustentável. Para Barbieri *et al.* (2010), por exemplo, “duradouro” é um termo mais apropriado do que “sustentável” para considerar um plano de mudança da sociedade global, pois, como sustentável não especifica uma dimensão temporal, pode referir-se a qualquer prazo futuro. No entanto, para este trabalho, será mantido a defesa do termo sustentabilidade por ele apresentar horizonte, utópico ou não, a ser alcançado, coletivamente, por exemplo, por meio de ações de informação e da construção do conhecimento organizacional via CoPs.

Para Gray (1989), a construção do conhecimento organizacional, delimitados pelas falas de sustentabilidade na sociedade atual, apontam vinculações com sua gestão, induzindo à potencialização dos procedimentos comunicacionais, basicamente, via TDICs. Ademais, é importante caracterizar a relação entre conhecimento, sua gestão e os processos organizacionais sustentáveis por meio da vertente defendida por Lave e Wenger (1991) voltada para o domínio sustentável da organização. De outro modo, muitas vezes

nas CoPs, o conhecimento edifica-se por meio de contextos práticos-sociais em colaboração e/ou cooperação recíproca, estimulando a aprendizagem informal e natural, integrada ao trabalho cotidiano, formal ou não, e à vida sustentada e/ou sustentável.

Este contexto, de acordo com Barbieri *et al.* (2010 p.147), sinaliza que “[...] isso requer uma nova maneira de encarar a inovação, o que leva à ideia de inovação sustentável, ou seja, um tipo de inovação que contribua para o alcance do desenvolvimento sustentável”, no sentido amplo do termo. Destarte, que ela possa contemplar, no caso deste trabalho, o desafio da CoP de se manter sustentável em sintonia com as demandas da organização, seja no sentido coletivo ou individual dos seus membros em processo inovativo.

Assim, para Barbieri (2007, p. 88), organização inovadora “[...] é a que introduz novidades de qualquer tipo em bases sistemáticas e colhe os resultados esperados”. A expressão “bases sistemáticas” significa a realização de inovações com autonomia, intencionalidade e proatividade. De tal modo, para Barbieri *et al.* (2010 p. 150) “[...] a inovação é um elemento essencial do *modus operandi* dessa organização, o que pressupõe que ela desenvolva continuamente recursos tangíveis e intangíveis para inovar permanentemente”, tornando-se uma organização sustentável, ou seja, aquela que

[...] simultaneamente procura ser eficiente em termos econômicos, respeitar a capacidade de suporte do meio ambiente e ser instrumento de justiça social, promovendo a inclusão social, a proteção às minorias e grupos vulneráveis, o equilíbrio entre os gêneros etc. (BARBIERI, 2007, p. 98-99).

Entretanto, sob princípios holísticos da realidade global, é notório que não basta para as organizações, privadas, públicas ou de economia mista, somente inovar invariavelmente, mas ponderando as três dimensões da sustentabilidade, a saber:

I - dimensão social – preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.); II - dimensão ambiental – preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes; III - dimensão econômica – preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as empresas essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam (BARBIERI *et al.*, 2010 p. 150).

Convictos, os autores sinalizam que o acolhimento a essas dimensões edifica o processo de inovação a um patamar sofisticado e inegável, demandando da organização uma maior diligência para acolher tecnicamente essa condição. Isso sinaliza novas perspectivas para a gestão da inovação (BARBIERI *et al.*, 2010), contemplando de forma especial a tecnologia pois ela define como e se as pessoas participam de questionamentos fecundos porque intervém na celeridade e no atributo do conhecimento que é cambiado (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006).

Destarte, a tecnologia abraçada pelas CoPs precisa promover conversações, motivar participação por meio de funcionalidades intuitivas. Também necessita possibilitar flexibilidade de arcabouço necessário para que as CoPs possam adaptar-se às modificações e obrigações de melhora (SAINT-ONGE; WALLACE, 2003) através do processo de difusão de inovação nas diversas fases do seu Ciclo de vida. Para Tigre (2006), o processo de difusão tecnológica é usualmente analisado a partir de quatro dimensões básicas: (a) direção ou trajetória tecnológica, (b) ritmo ou velocidade de difusão, (c) fatores condicionantes, tanto positivos quanto negativos e (d) implicações econômicas e sociais. Cada uma dessas dimensões interfere de formas diferentes em cada fase do ciclo de vida das CoPs (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006).

Aqui prioriza-se a análise das dimensões direção, ritmo e condicionantes. Para cada uma dessas dimensões, Christopoulos e Diniz (2006), analisam os três fatores que se relacionam com a difusão de uma inovação nas CoPs: fomento à difusão da inovação, mercado e tecnologia, conforme o quadro 16, a seguir:

Quadro 16: Fatores de difusão de uma inovação nas CoPs

A direção	Fomento	É fortemente influenciado pelos seus usuários (HIPPEL, 2005) os quais decidem muitos dos parâmetros de funcionamento das CoPs.
	Mercado	Interfere na decisão dos membros em relação à competência de investir esforços para geração de produtos mais inovadores e procurados pelo mercado.
	Tecnologia	O interesse da organização e dos usuários define o tipo de tecnologia a ser adotada.
O ritmo	Fomento	Em cada fase os usuários decidem em qual competência investir ou desistir, dependendo dos projetos propostos pela empresa e do quanto a organização os estimula e fomenta o desenvolvimento da confiança.
	Mercado	As CoPs atuam na difusão de inovações, atraindo membros de outras comunidades com competências desenvolvidas e que podem se mover de uma para outra CoP que utilize tecnologias similares.
	Tecnologia	Estimulam a colaboração e elevam o ritmo de difusão de novas tecnologias inter e intra-CoPs.

Fatores condicionantes	Econômicos	Fomento: Os condicionantes econômicos tendem a ser favoráveis à inovação nas CoPs.	Mercado: realização de “parcerias para a inovação” com descentralização de recursos.
	Institucionais	Fomento: devido a cultura da organização, o apoio desta é fundamental	Mercado: destaca-se os aspectos de criação e propriedade coletiva.
	Técnicos	Tecnologia: caráter informal e superação dos membros; apoio da organização e estruturação.	

Fonte: Adaptado de Christopoulos; Diniz (2006)

Diante do exposto, para que as competências organizacionais estratégicas se estabeleçam, de forma sustentável, é imprescindível seguir um processo de avaliação das estratégias basilares para desenvolvimento de competências e da geração e difusão da inovação em cada uma das fases do ciclo de vida das CoPs.

Para que as CoPs possam transformar-se em ferramentas de inovação é, portanto, necessário considerar as características de seu ciclo de vida. Considerando-se essas características, deve-se então analisar quais são os principais fatores que interferem na difusão da inovação inter e intra-CoPs. (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2006, p.14).

Nessa abordagem, Christopoulos; Diniz (2006 (p.15) defendem que, “[...] considerando-se os fatores e dimensões apresentadas em cada fase do ciclo de vida das CoPs é possível, para as organizações, adotar um processo que apresente estratégias capazes de transformar as CoPs em verdadeiras ferramentas de inovação”, sob o princípio da sustentabilidade organizacional.

Em resumo, um espaço colaborativo onde os processos comunicacionais devem ser sustentáveis, ou seja, um espaço onde se deve ressignificar informações e conhecimentos com vista à sua reelaboração para inovação dependem, essencialmente, de uma cultura colaborativa em que os fluxos e as produções informacionais possam ser aliados aos processos de aprendizagem e de construção do conhecimento.

Destarte, em resumo, a partir das concepções teórico-metodológica sobre RI apresentadas na subseção anterior é possível inferir sobre cenários de aproximação entre RI e CoP a serem especificados na seção de resultados e discussão deste trabalho. A priori, entende-se o RI como coexistente à política de informação e que ele possibilita um modo de produção informacional que pode interferir nas culturas organizacionais podendo determinar os sujeitos informacionais, os dispositivos e artefatos de informação que, uma vez estabelecidos, podem determinar o modo como o conhecimento é compartilhado. O

RI define sistemas e redes de comunicação da informação e garante seu fluxo de modo a atender determinados objetivos da organização ou de uma cultura.

De acordo com Frohmann (1995), o RI mapeia os processos conflituosos que permitem a estabilização do fluxo informacional e, portanto, em dificuldades na aquisição de novas informações que gerarão possíveis conhecimentos. Ele permeia, além do que já foi dito, analisar os processos informacionais entre grupos sociais, grupos de interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos. Por conseguinte, pressupõe-se que o RI ajuda no compartilhamento realizado nos âmbitos das CoPs, por exemplo, por meio das ações de informação entre seus membros.

Nesse sentido, quando Frohmann (1995, p. 4) define o RI como “[...] conjunto de redes onde as informações são transferidas de seus produtores, por canais determinados, com a mediação de estruturas organizacionais às comunidades específicas ou aos consumidores, também se pode relacioná-lo ao compartilhamento das informações em CoPs. Essa mesma ideia pode ser relacionada às de González de Gómez (1999b, p. 24), quando afirma que RI é

“[...] um conjunto mais ou menos estável de redes sócio comunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos”, configura-se por “[...] plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas; interorganizacionais e intersociais”.

É neste contexto que as CoP podem utilizar-se de ações de mediação que orienta outra ação de informação; ações formativas que são orientadas à informação e ações relacionais que podem intervir em outra ação de informação obtendo-se direção e fins. Tudo isso por meio dos atores sociais que constroem suas identidades através de ações formativas e que se utilizam de dispositivos de informação como mecanismos para transferência da informação e de artefatos que proporcionem melhor fluxo informacional, o que pode levar às construções de novos conhecimentos.

Toda essa ideia fundamenta a investigação numa organização educacional: o IFPB. Ademais, permite que se reflita sobre a relação entre os arranjos grupais análogos às CoPs existentes na instituição voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estes arranjos serão identificados e demonstrados em desenho organizacional e

categorização à luz do regime da informação e será apresentado na seção (4) de resultados e discussão deste trabalho.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O ser humano vem evoluindo no processo de conhecimento sobre aquilo que o cerca por meio da pesquisa, fazendo uso de suas competências. Entretanto, em concordância com Galvão; Pluye; Ricarte (2018, p.5), “vivemos em uma época de problemas complexos [referentes a temáticas diversas] que envolvem sistemas repletos de incertezas sociais e institucionais, para os quais não há clareza sobre a sua natureza e para os quais está se esgotando o tempo para encontrar soluções”. De acordo com os autores, “para lidar com essa complexidade, os desafios para os pesquisadores vão desde a formação de equipes multidisciplinares para partilhar conhecimentos de forma respeitosa até a busca por inovações nas abordagens metodológicas” (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2018, p.5). Então, como conhecemos objetos, sujeitos e fenômenos, em sua complexidade, no mundo que vivemos? Para Maria Cecília Minayo (2003, p. 9), “[...] do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do ‘*homo sapiens*’ com o conhecimento da realidade”. Segundo Antônio Carlos Gil (2008, p. 1), por meio da observação, por exemplo, “[...] o ser humano adquire grande quantidade de conhecimentos”.

Sendo assim, esta pesquisa pode ser caracterizada pela “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 2003, p.15), demonstrando que “pessoas, instituições e as interações envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem e esses esforços produtivos se baseiam em processos de produção de sentido” (FLICK, 2009, p. 29). Ademais, de acordo com Gil (2008), esta é uma pesquisa contemplada nas Ciências Sociais, especificamente, nas Ciências Sociais Aplicadas, nas quais a Ciência da Informação está inserida. Por conseguinte, considera-se que esta pesquisa está enquadrada no paradigma social da informação (CAPURRRO, 2003). Não obstante, segundo Tabosa e Freire (2013), sociólogos como Bourdieu, Castells, Giddens e Latour são citados na literatura da área, sinalizando concretude receptiva ao pensamento sociológico. Isto fortalece, entre outras, as razões desta ser uma pesquisa social, portanto, focada na realidade social dos autores da instituição selecionada.

Pautado nesse argumento, foi realizado o planejamento teórico-metodológico visando elucidação do problema de pesquisa a partir dos quatro eixos temáticos problematizados e correlatos respectivamente aos objetivos específicos que envolvem os

arranjos grupais análogos às CoPs à luz do RI do IFPB, conforme apresentado no Quadro 17.

Quadro 17: Eixos temáticos e suas problematizações

Eixos temáticos	Problematização
1. Aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação.	Quais as contribuições da aproximação conceitual e metodológica entre os termos regime de informação e comunidade de prática sob o prisma da Ciência da Informação?
2. Configuração do Regime de Informação do IFPB.	Qual a importância de se configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos?
3. Arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB.	De que forma a tipificação dos grupais análogos às comunidades de prática pode contribuir com as atividades de gestão de ensino, pesquisa e extensão?
4. Modelo de comunidade de prática à luz do regime de informação.	Há viabilidade de se propor, à luz do seu Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico?

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brasileiro (2017)

É desse parâmetro qualitativo das ciências sociais que foi assinalada a metodologia de pesquisa apropriada para construir teoricamente este trabalho. Nas subseções a seguir são apresentados os elementos que estruturam a opção desta pesquisa: classificação da pesquisa; universo, amostra e sujeitos de pesquisa; procedimentos de coleta de dados; procedimentos para análise dos dados e apresentação dos resultados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação desta pesquisa é apresentada quanto: ao método, à natureza, à abordagem, aos objetivos, e aos procedimentos metodológicos de investigação baseados em Minayo (2003) e Gil, (2008).

Quanto ao **método**, diante do desenho metodológico tripartite (bibliográfico, documental, estudo de caso) explicado a seguir (3.1.1), esta investigação apresenta uma caracterização mista com ênfase no paradigma complexo (MORIN, 2007), esclarecendo que a complexidade faz parte da ciência e da vida cotidiana na qual o indivíduo e/ou o coletivo utiliza(m) suas diversas identidades sociais, tornando-os, dialeticamente, no caso desta pesquisa, um arrebatador contexto de clara complexidade ao tratar de aproximação

conceitual e metodológica e de dois termos (CoP e RI) e aplicando-a ao estudo de caso na comunidade acadêmica de uma instituição complexa de ensino, pesquisa e extensão, o IFPB. Desse modo, fez-se uso do método dedutivo (racionalista), partindo do geral ao particular (GIL, 2008), nas pesquisas bibliográficas e documental, além do procedimento específico da aproximação conceitual e metodológica. O método indutivo (empírico), do particular para o geral (GIL, 2008), foi aplicado ao estudo de caso: combinado ou não com o dedutivo, foi importante para atipificação de arranjos grupais análogos às comunidades de prática (4.3). Não obstante, fez uso também do método dialético (materialismo dialético), de interpretação da realidade (GIL, 2008), quando foram estabelecidas as reflexões necessárias sobre as observações, a partir da análise dos três primeiros eixos temáticos da pesquisa, considerando seus aspectos contraditórios, de quantidade, qualidade e, de negação da negação, para se obter uma síntese por meio da proposição, à luz do seu Regime de Informação do IFPB, de um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico e, assim, atender ao objetivo específico do eixo temático 4.

Em relação à **natureza**, é uma pesquisa aplicada, uma vez que descreveu as características da instituição e dos atores sociais selecionados, buscando gerar conhecimentos para proposição de modelo visando aplicação prática focada na solução de problemas específicos e envolvendo verdades e interesses locais na comunidade acadêmica em foco.

Do que diz respeito à **abordagem**, é uma pesquisa qualitativa, uma vez que se fez fundamental analisar os registros documentais e/ou depoimentos, fatos e ações dos respondentes da pesquisa de campo.

É uma pesquisa exploratória e descritiva no que tange aos seus **objetivos**. Exploratória porque passou por caminhos ainda não explorados buscando a aproximação conceitual e metodológica entre RI e CoP, além de aplicar os resultados dessa aproximação para analisar a realidade informacional da instituição selecionada. Descritiva porque foi realizada uma descrição da trajetória de investigação teórica e das características das ações de informação dos membros dos arranjos grupais análogos às CoPs à luz do RI da instituição selecionada.

3.1.1 Desenho metodológico

O aspecto operacional desta pesquisa foi estruturado em um desenho metodológico tripartite: bibliográfico, documental, estudo de caso. Os procedimentos técnicos da investigação do desenho foram escolhidos e ajustados ao planejamento desta pesquisa pautado nos pressupostos de abordagem qualitativa de Minayo (2003) e Gil, (2008).

A pesquisa bibliográfica, baseada no material já tratado e publicado, a exemplo de livros, artigos científicos, dissertações e teses, “[...] coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse” (MINAYO, 2003, p.53). Sob esse prisma, a pesquisa bibliográfica neste trabalho, a priori, foi norteada pelo atendimento do objetivo específico 1: estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação, sob o prisma da Ciência da Informação.

A pesquisa documental, pautada em “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, Gil (2008, p.28) entende o documento como “[...] qualquer base de conhecimento fixada, materialmente, e disposta de modo que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc.” (FERREIRA, 1996, p. 204). Nesta pesquisa, foram analisados os documentos digitais, percebidos como “[...] uma sequência de *bits* que, captada pelos nossos sentidos com o uso de um computador e um *software* específico, que nos transmite uma informação” (MARCACINI, 1999, p. 3). Nesse sentido, ancorada nos resultados do estudo bibliográfico, a pesquisa documental norteou o atendimento do objetivo específico 2: configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos: ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos.

No que tange ao estudo de caso, “[...] caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p.57), esta pesquisa também é assim caracterizada pois voltou-se a aspectos visando atender ao objeto específico 3 sobre o fenômeno dos arranjos grupais análogos às CoPs da instituição, relacionando-o ao RI e buscou responder aos questionamentos que não foram contemplados por meio das pesquisas bibliográfica e documental. Destarte, o estudo de caso contribuiu no entendimento dos fenômenos individuais, nos processos organizacionais e políticos da instituição em foco. Além disso, ajudou a esclarecer as decisões tomadas nos processos dos estudos exploratório e

descritivo. Especificamente, buscou atender ao objetivo 3: Tipificar os arranjos grupais análogos às comunidades de prática a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DE PESQUISA

Nesta subseção são apresentados o universo, a amostra e sujeitos de pesquisa a título de estabelecer direcionamento de estratégias visando alcance do escopo proposto. O campo foi apresentado e desenvolvido no “Contexto institucional” (Subseção 4.2.1.1).

De acordo com GIL (2008, p. 89), o universo ou população de pesquisa” é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Este estudo tem como universo de pesquisa (população) a comunidade acadêmica do IFPB, especificamente a gerência do tripé acadêmico da instituição, cujos contextos institucional e informacional são apresentados na Subseção 4.2, fundamentados nas pesquisas bibliográfica e documental.

O autor constata que, “[...] de modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-las em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra” (GIL, 2008, p. 89), uma parte do todo, do universo, um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população (GIL, 2008, p. 90).

Nesse modo, os sujeitos de pesquisa do estudo de caso correspondem aos gestores da comunidade acadêmica do IFPB responsáveis pela gestão das atividade de ensino, pesquisa e extensão :pró-reitores(as), diretores(as) sistêmicos(as) e diretores(as)/coordenadores(as) de ensino, de pesquisa e de extensão demonstrados no Quadro 18.

Quadro 18: Participantes/amostra de pesquisa

Ambiente	Participantes	Amostra
Reitoria	Pró-Reitoras e diretores (as) sistêmicos de ensino, pesquisa e extensão	06
Campi	Diretores (as) de ensino e coordenadores(as) de pesquisa e extensão	51

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Nesse sentido, admitindo o universo ou a população de uma pesquisa como um coletivo de indivíduos que compartilham, ao menos, uma característica em comum, o objetivo aqui foi fazer prospecção de indícios e/ou evidências de arranjos grupais análogos às CoPs em face de atividades / ações de informação entre os sujeitos de pesquisa. Estes foram selecionados por serem, em sua maioria, docentes que ocupam (ou ocuparam nos últimos seis anos) a função de gestor sem deixarem de exercer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, embora com carga reduzida. E, nesse sentido, constituiriam uma amostra representativa e significativa da comunidade acadêmica do IFPB como um todo, na reitoria e em seus vinte e um *campi*.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos foram norteados pelos quatro eixos temáticos: **1.** Aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação; **2.** Configuração do Regime de Informação do IFPB; **3.** Arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB; **4.** Modelo de comunidade de prática à luz do regime de informação. Constituintes da problemática/objeto de estudo, os eixos temáticos sinalizaram a condução dos objetivos específicos para o entendimento do objetivo geral.

Primeiramente, baseado no material resultante da pesquisa bibliográfica, foi estabelecido a aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação sob o prisma da Ciência da Informação (eixo temático 1), buscando identificar algumas contribuições resultantes. O traço da relação entre a problematização e o objetivo está demonstrado no quadro 19.

Quadro 19: Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 1

Eixo temático 1	Aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação.
Problemática	Quais as contribuições da aproximação conceitual e metodológica entre os termos regime de informação e comunidade de prática sob o prisma da Ciência da Informação?
Objetivo específico	Estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação, sob o prisma da Ciência da Informação;

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brasileiro (2017)

A pesquisa bibliográfica conceituada como atividade básica oriunda da investigação em material teórico sobre o assunto de interesse (ALYRIO, 2009), pautou-se por uma revisão bibliográfica que auxiliou nas respostas às questões de investigação. Determinou o ponto de partida da investigação voltado à um estudo exploratório, auxiliando o cumprimento dos eixos 1 e 2. Para Alyrio (2009), a pesquisa exploratória é realizada baseada em um problema de pesquisa cujos assuntos com pouco ou nenhum estudo anterior a seu respeito levam a procurar padrões, ideias ou hipóteses a fim de não apenas confirmá-las ou testá-las, mas sim realizar descobertas.

A configuração do Regime de Informação do IFPB (eixo temático 2) foi pautada em aspectos da aproximação conceitual e metodológica do eixo 1, assim como na pesquisa documental da instituição selecionada. O traço da relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 2 está demonstrado no quadro 20.

Quadro 20: Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 2

Eixo temático 2	Configuração do Regime de Informação do IFPB.
Problemática	Qual a importância de se configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos?
Objetivo específico	Configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos: ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos;

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brasileiro (2017)

Já o eixo temático 3 foi baseado na pesquisa documental a partir de indícios de atividades registradas em relatórios da instituição. De acordo com Gil (2009), o estudo documental é uma técnica de investigação qualitativa que se encarrega em recompilar e selecionar informações por meio de leituras e análises de documentos em variados suportes (Livros, revistas e periódicos, documentos, gravações, filmagens, bibliografias etc.)

De forma complementar utilizou-se o estudo de caso a partir de inferências resultantes da prospecção de indícios e/ou evidências sobre os arranjos grupais análogos às CoPs no IFPB, por meio de aplicação de questionário semiestruturado. Para Gil (2008, p. 121), o estudo de caso pode ser considerado “[...] como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, [...]”. A partir desse conceito, é importante

salientar que, dentre os objetivos acima, o correspondente ao eixo temático 3 foi almejado por meio de 11 questões.

As questões abordaram dois tipos de conteúdo sobre: fatos socioinstitucional, com 8 questões fechadas; e padrões de ação dos respondentes visando indícios e/ou evidências para a tipificação dos arranjos grupais baseado em aspectos que os caracterizam como CoPs (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, MCDERMOTT; SNYDER, 2000; WILBERT, 2015), com 7 questões fechadas e 4 abertas e que possam servir de análise de estudos empíricos, considerando seus três elementos estruturantes: o domínio, a prática e a comunidade (WENGER, 2002).

As questões abordaram dois tipos de conteúdo: fatos socioinstitucional, com 8 questões fechadas; padrões de ação dos respondentes visando indícios e/ou evidências para a tipificação dos arranjos grupais baseado em aspectos que os caracterizam como CoPs. Sem o uso do termo comunidade de prática na formulação do questionário, evitando possíveis influências na percepção dos respondentes, as abordagens das questões foram as seguintes: como e em que tipo de ambiente ocorrem os arranjos grupais análogos às CoPs (Questões 1 e 2); as particularidades das CoPs de acordo com Wenger; Snyder (2001) sobre, respectivamente, objetivo, participantes; afinidades; duração (Questões 3, 4, 5 e 6); nas Questões 7, 8 e 9, respectivamente, a frequência de solicitação de contribuições para execução dos trabalhos, de acordo com Christopoulos e Diniz (2006) e resolução de problemas, segundo Wenger (2000), apontando benefício e dificuldade da geração e/ou troca de informações e conhecimentos; indícios de exemplos da prática na instituição (Questões 10 e 11) como sendo uma partilha e manutenção do conhecimento peculiar que a comunidade desenvolve e mantém” (WENGER, 2002; LAVE; WENGER, 1991; WENGER, MCDERMOTT; SNYDER, 2000; WILBERT, 2015).

O traço da relação entre a problematização, o objetivo específico e as perguntas correlatas ao eixo temático 3 estão demonstrados no quadro 21. Para facilitar o entendimento, para bloco de perguntas, foi estabelecido um objetivo específico.

Quadro 21: Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 3

Eixo temático 3	Arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB.
Problemática	De que forma a tipificação dos arranjos grupais análogos às comunidades de prática pode contribuir com as atividades de gestão de ensino, pesquisa e extensão?
Objetivo específico	Tipificar os arranjos grupais análogos às comunidades de prática a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Objetivo específico das questões 1 e 2	Identificar como e em que tipo de ambiente ocorrem os arranjos grupais análogos às CoPs.
Questão 1	Os arranjos grupais no seu segmento ocorrem, principalmente, de maneira: informal; formal; mista; outra alternativa.
Questão 2	Considerando o contexto anterior a pandemia do Novo Coronavírus, você percebia o funcionamento dos arranjos grupais no seu segmento, principalmente, por meio: presencial; remoto; híbrido; outra alternativa.
Objetivo específico das questões 3, 4 5 e 6	Caracterizar os arranjos grupais análogos às CoPs por meio das seguintes particularidades: objetivo, participantes, afinidades e duração.
Questão 3	Os arranjos grupais no seu segmento têm o objetivo de, principalmente: desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos; desenvolver um produto ou prestar um serviço; realizar determinada tarefa; colher e transmitir informações institucionais; outra alternativa.
Questão 4	Os participantes dos arranjos grupais no seu segmento são, principalmente: aqueles que se auto relacionam; qualquer um que se apresente ao gestor/líder do grupo; servidores escolhidos por gestores; amigos e conhecidos do meio institucional; outra alternativa.
Questão 5	Quanto as afinidades, os arranjos grupais no seu segmento são caracterizados por apresentar: paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos especializados do grupo; requisitos do trabalho e metas comuns; metas e pontos importantes do projeto; necessidades mútuas; outra alternativa.
Questão 6	Os arranjos grupais no seu segmento são mantidos: enquanto houver interesse em manter o grupo; até a próxima reorganização; até o final do projeto; enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato; outra alternativa.
Objetivo específico das questões 7, 8 e 9	Apontar frequências, habilidades, benefícios e dificuldades do processo de geração e/ou troca de informações e conhecimentos nos arranjos grupais análogos às CoPs.
Questão 7	Com que frequência você recorre aos membros dos arranjos grupais como fonte de informação e/ou conhecimento? Pelo menos uma vez por: dia; semana; quinzena; mês; semestre; outra alternativa.
Questão 8	Os membros dos arranjos grupais no seu segmento sabem o que, a quem e como solicitar informações com foco na solução de um problema?
Questão 9	Cite um benefício e uma dificuldade da geração e/ou troca de informações e conhecimentos entre membros do seu segmento?
Objetivo específico das questões 10 e 11	Identificar indícios de arranjos grupais análogos às CoPs por meio de exemplos de boas práticas no e entre os segmentos do tripé acadêmico do IFPB.
Questão 10	Cite um exemplo de boa prática de arranjos grupais observadas enquanto gestor(a) do seu segmento.
Questão 11	Cite um exemplo de boa prática de arranjos grupais entre gestores(as) dos segmentos do tripé acadêmico.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brasileiro (2017)

A efetivação do eixo temático 3 levou a dois caminhos importantes, nesta investigação: à pesquisa descritiva e à técnica de análise de conteúdo (AC). De acordo com Forte (2006) a pesquisa descritiva objetiva a resolução do problema de investigação por meio da observação, análises e descrições objetivas e, dentre outras técnicas, a validação de conteúdo. Nesta investigação ela possibilitou a validação dos documentos analisados e a análise das perguntas do questionário aplicado, citado acima.

Sobre a análise de conteúdo ou análise categorial ou temática quantitativa ou

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A técnica foi aplicada, nesta investigação, baseada nos três primeiros eixos temáticos para validação do quarto eixo (Propor, à luz do seu Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico). O modelo está apresentado na subseção (4.4) e explicado, em cada etapa das análises e discussões de cada um dos três eixos, e posteriormente integrados na parte final. O traço da relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 4 está demonstrado no quadro 22 a seguir:

Quadro 22: Relação entre a problematização e o objetivo do eixo temático 4

Eixo temático 4	Modelo de comunidade de prática à luz do regime de informação.
Problemática	Há viabilidade de se propor, à luz do seu Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico?
Objetivo específico	Propor, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brasileiro (2017)

3.3.1 Procedimentos para coleta de dados

A coleta de dados foi realizada seguindo as três fases do desenho metodológico tripartite: bibliográfico (do recorte teórico), documental (do funcionamento) e de estudo de caso (aprofundamento sobre o objeto de estudo). Por conseguinte, ocorreram em três etapas de atividades de coleta de dados concomitantes aos objetivos específicos visando atender ao objetivo geral: analisar à luz do regime de informação, os arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB resultantes de ações de informação na gestão

em/entre ensino, pesquisa e extensão. O quadro 23 com detalha os procedimentos utilizados para coleta dos dados da pesquisa:

Quadro 23: Procedimentos utilizados para coleta de dados

Objetivos específicos	Técnicas	Instrumentos
1- Estabelecer uma aproximação conceitual e metodológica entre as ideias de comunidades de prática e regime de informação, sob o prisma da Ciência da Informação;	Pesquisa bibliográfica	Revisão, análise e inferências
Configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos: ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos;	Pesquisa documental	Análise documental
3- Tipificar os arranjos grupais análogos às comunidades de prática a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição.;	Estudo de caso	Brauseio; Questionário
4- Propor, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico.	Pesquisa tripartite	Análise e inferências dos resultados

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) e na Biblioteca Digital Brasileiras de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscando estudos que tratem sobre RI e CoPs no contexto da CI. Além do mais, também foi valorizado o material sugerido, lido e debatido nas disciplinas do PPGCI/UFPB, sobretudo os que apresentaram conexões teóricas com o escopo desta pesquisa.

No Portal de Periódicos da CAPES a busca foi processada por meio do recurso “modo avançado” e do seguinte filtro: artigo científico disponibilizado na íntegra e publicado em periódico científico revisado por pares. Na BRAPCI, os filtros usados foram: título, palavras-chave, resumo e texto completo. Em ambas as fontes de informação, foi realizada a busca com a inclusão do elemento booleano AND entre os termos, tentando recuperar apenas os registros que tivessem a ocorrência indicada: “comunidade de prática” AND “regime de informação”. No entanto, não foram recuperados trabalhos nesse sentido, o que em primeiro momento, sinalizou espaço existente e horizonte de relevância ao presente estudo. Todavia foi positiva a busca dos termos em separados.

O levantamento bibliográfico foi ampliado mediante consulta aos Anais do ENANCIB (2018-2019), além da Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Sua finalidade foi identificar os estudos teóricos sobre “regime de informação” e “comunidades de prática”, também pesquisando os termos, separadamente.

Já os procedimentos de coleta de dados por meio de pesquisa documental ocorreram a partir da seleção de um documento digital disponível e acessado no portal eletrônico do IFPB: plano de desenvolvimento institucional (PDI), período 2015-2019, escolhido por apresentar sinalizações das atividades práticas da instituição em cinco anos, sendo norteado pelo Planejamento Estratégico Decenal (PLANEDE), período 2016-2025, entendido como vetor de desenvolvimento da instituição.

Atualizações pontuais foram realizadas por meio informações coletadas através do brauseio, (do termo inglês *browsing*), ou seja, navegando, identificando e coletando dados disponibilizados no portal da instituição. No campo científico da Ciência da Informação, Araújo (1994) descreve o brauseio como esse processo de busca e coleta de informação na Internet. Nesta pesquisa, a técnica do brauseio também foi usada na busca de trechos no documento, salvo em *Portable Document Format* (PDF²), por meio do seu recurso de ‘localização’: menu inferior esquerdo, clicando uma vez no botão direito do *mouse*. O brauseio também foi usado no estudo dos relatórios anuais do IFPB, servindo como uma das etapas do estudo de caso.

O estudo de caso foi pautado no paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989) como instrumento de coleta de dados mediante observação de pistas ou indícios. Na CI, o uso do paradigma indiciário foi pautado, por exemplo, em estudos sobre: emergência de produção sobre a temática “responsabilidade social” (FREIRE, 2001); modelo de rede conceitual (WERSIG, 1993); base metodológica para construção de uma epistemologia da área (ARAÚJO, 2006).

Desse modo, a coleta ocorreu por meio de busca de atividades com indícios de arranjos grupais análogos às comunidades de práticas, sendo realizada em duas etapas. A primeira, por meio de brauseio de indícios de atividades típicas de CoPs registradas, anualmente, nos relatórios integrados de gestão (RIG) do IFPB (BRASIL, 2015; 2016; 2017; 2018; 2019e), contemplando a Reitoria e os *Campi*. A segunda, a partir de indícios e/ou evidências identificados na análise das informações dos respondentes do

² Fez-se uso do aplicativo *Adobe Reader Touch* para visualização e interação com documentos PDF

questionário dirigidos aos gestores do tripé acadêmico sobre as ações realizadas na reitoria e *campi*. Estruturado No *Google Forms*, o questionário (Apêndice C) foi composto por dois módulos: o primeiro, com questões socioinstitucionais; o segundo, com 11 questões específicas ao escopo do objetivo específico 3 baseado Wenger e Snyder (2001), sendo 7 delas de múltipla escolha e 4 abertas (quadro 24).

Ressalta-se que o termo ‘arranjos grupais’ foi explicado aos respondentes enquanto a expressão ‘análogos às comunidades de prática’ não foi usada na composição das questões visando evitar influência e/ou dúvida nas respostas. Ademais, não foi coletado a identificação nominal dos respondentes, sem nenhum prejuízo à proposta de pesquisa, cujo aspecto considerado foram as suas ações de informação nos arranjos grupais análogos às CoPs.

Quadro 24: Roteiro para a aplicação do questionário

Módulos	Itens
I- Questões socioinstitucionais	1. Gênero; 2. Faixa etária; 3. Formação acadêmica; 4. Tempo/anos de trabalho; 5. Vínculo; 6. Cargo; 7. Função;
II - Questões específicas sobre arranjos grupais análogos às comunidades de prática direcionadas a gestores dos segmentos do tripé acadêmico da instituição selecionada	1. Maneira de como ocorrem;
	2. Meio de funcionamento;
	3. Objetivo principal;
	4. Características de relacionamento dos participantes;
	5. Afinidades dos participantes com os arranjos;
	6. Manutenção, tempo de funcionamento;
	7. Frequência de uso como fonte de informação e/ou conhecimento;
	8. Saber o que, a quem e como solicitar informações com foco na solução de um problema.
	9. Benefício e dificuldade da geração e/ou troca de informações e conhecimentos entre membros do seu segmento.
	10. Boa prática observada enquanto gestor(a) no segmento
	11. Boa prática entre gestores(as) dos três segmentos

Fonte: Elaboração própria, 2021

O questionário foi aplicado durante os meses de maio e junho de 2021, precedido de três pré-testes: o primeiro, envolvendo a orientadora visando melhor abordagem técnica; o segundo, com uma professora de Português e ex-diretora de desenvolvimento de ensino de um dos *campi* do IFPB, visando analisar os aspectos de estrutura, de síntese e semântica, considerando também o conhecimento dela sobre o campo empírico da pesquisa; o terceiro, envolvendo um diretor sistêmico da reitoria, e dois coordenadores de *campi* da instituição, um de ensino e outro de extensão. Feitos os devidos ajustes, o *link* do questionário foi enviado para 57 gestores via e-mail institucional e grupos de

whatsapp, sendo obtida 21 respostas. Sendo dois questionários descartados por estarem incompletos, os 19 considerados correspondem a 33,33% dos respondentes.

3.3.2 Procedimentos para análise de dados e apresentação dos resultados

A análise de dados coletados³ nas fases do desenho metodológico tripartite foi realizada por meio do método da análise de conteúdo (AC), entendido por Bardin (2011, 47) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos”, ou seja de forma objetiva, é um análise do que está explícito no texto. Baseado nos estudos da autora, nesta pesquisa foi usado a técnica análise categorial ou temática, com viés semântico (de acordo com os significados dos códigos) desmembrando o texto em unidades ou categorias por reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2011). Em um artigo de avaliação da aplicação de AC, Silva e Valentim (2019, p. 327) demonstram “[...] a pertinência e a viabilidade da utilização deste método qualitativo para a coleta e a análise de dados em uma pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente no campo da Ciência da Informação”. As autoras sinalizam que “[...] a técnica ‘Análise Categorical’ apresenta bons resultados em pesquisa qualitativa, devido à possibilidade de realizar interpretações embasadas por inferências” (p. 330).

Desse modo, segundo Bardin (2011), a AC é desenvolvida por meio das seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta pesquisa, de acordo com a autora, os procedimentos das categorias analíticas foram definidos e aplicados considerando o modelo misto, selecionando-as no início e modificando-as em função dos achados em cada etapa da pesquisa. Sendo assim, cada etapa da AC foi considerada em cada uma das três fases do desenho metodológico (bibliográfica, exploratória, descritiva, documental, estudo de caso), em separado, seguida de uma análise do seu conjunto.

Na pesquisa bibliográfica, o material foi organizado na etapa de pré-análise, considerando a aproximação conceitual e metodológica entre os termos “regime de

³ Fez-se uso do aplicativo *Excel* como recurso de interoperabilidade com o *Google Forms*.

informação” e “comunidade de prática”. A exploração do material foi orientada pelos objetivos de pesquisa, dos quais foram elaborados indicadores que nortearam a interpretação dos resultados. Considerando a aproximação conceitual e metodológica entre os dois termos (CoP e RI) como unidade de registro (recorte dado na pesquisa) e a CI como unidade de contexto (compreensão para codificar a unidade de registo), foram definidas as seguintes categorias (e subcategorias) de análise:

- Definições (A. Vanguarda; B. Alternativa);
- Elementos estruturantes do RI (A. Atores sociais; B. Ações de informação; C. dispositivos de informação; D. artefatos de informação);
- Elementos estruturantes da CoP (A. domínio; B. Comunidade; C. Prática);
- Aplicação no RI (A. Ação de informação relacional; B. Ação de informação de mediação; C. Ação de informação formativa);
- Estágios na CoP (A. Potencial; B. União; C. Madura; D Ativa; E. Dispersão).

Na pesquisa documental, da unidade de registro da pré-análise, o PDI e o RIG foram os documentos selecionados cuja exploração serviu para subsidiar, respectivamente, os objetivos específicos 2 e 3. No objetivo 2, a análise do PDI subsidiou os resultados da fundamentação teórica na configuração do Regime de Informação do IFPB, instituição selecionada como unidade de contexto contemplada nas atividades de gestão do seu tripé acadêmico. Então, considerando os quatro principais elementos do RI, segundo González de Gómez (1999a, 2002, 2003a) e o contexto em que eles foram inseridos, neste caso, a comunidade acadêmica do IFPB, foram definidas as seguintes categorias (e subcategorias) de análise:

- Contextos (A. Institucional; B. Informacional);
- Atores sociais (A. Gestores do tripé acadêmico)
- Ações de informação (A. Mediação; B. Formativa; C. Relacional);
- Dispositivos de informação (A. Políticas nacionais; B. Políticas institucionais; C. Programas institucionais; D. Projetos);
- Artefatos de informação (A. Estrutura de TI; B. Serviços de TDICs).

O objetivo específico 3 foi pautado nas atividades ou conjunto de atividades que determinam o estágio de desenvolvimento da CoP (WENGER, 1999). Desse modo, foram definidas categorias (e subcategorias) de acordo com as atividades análogas às CoPs propostas por Wenger (2009) e Álvares (2010), para busca de indícios sobre os arranjos grupais análogos às CoP no IFPB:

- Comunicação (A. E-mails; B. Websites; C. Publicação de conteúdo)
- Relacionamentos (A. Participação individual; B. Bate-papo; C. Encontros; D. Conferências on-line)
- Cultivo da comunidade (A. Contexto; B. Lista de discussão; C. *E-learning*)
- Compartilhamentos (A. Documentos; B. Projetos; C. Acesso a expertises)

No que tange ao estudo de caso, foram contemplados dois procedimentos de apresentação de resultados e análise dos dados coletados. O primeiro, sobre os aspectos de AC, especificamente da análise categorial ou temática do material resultante da pesquisa documental supracitada que serviu para subsidiar o alcance do objetivo específico 3, ou seja, permitiu a sinalização dos indícios de arranjos grupais análogos às CoPs registrados nos RIGs do IFPB. O segundo, como complemento do primeiro, a partir de indícios e/ou evidências identificados (as) nas respostas do questionário, considerado como unidade de registro dividido em duas unidades de contexto. A socioinstitucional, também denominado como categoria, é composta das seguintes subcategorias:

- Socioinstitucional (A. Dados pessoais; B. Dados profissionais)

Na unidade de contexto dos arranjos grupais análogos às CoPs, foram apontadas as seguintes categorias (e subcategorias):

- Funcionamento (A. Como ocorrem; B. Tipo de ambiente)
- Particularidades (A. Objetivo; B. Características dos participantes; C. Afinidades; D. Duração)
- Efetividade (A. Frequências de uso; B. Habilidades; C. Benefícios; D. Dificuldades)
- Indícios de boas práticas (A. Trabalho coletivo; B. Comunicação permanente; C. Prática compartilhada; D. Melhoria nos processos)

Quadro 25: Síntese dos procedimentos da Análise de Conteúdo

Pesquisa Bibliográfica	Procedimentos da Análise de Conteúdo			
	Unidade de registro	Unidade de contexto	Categorias	Subcategorias
	Aproximação conceitual e	Ciência da Informação	Definições	A. Vanguarda B. Alternativa

	metodológica entre os termos CoP e RI		Elementos estruturantes do RI	A. Atores sociais B. Ações de informação C. Dispositivos de informação D. Artefatos de informação
			Elementos estruturantes da CoP	A. Domínio B. Comunidade C. Prática
			Aplicação	A. Ações no RI B. Estágios da CoP
Pesquisa Documental	PDI e RIG	Registros de atividades de gestão do tripé acadêmico do IFPB	Contextos	A. Institucional B. Informacional
			Atores sociais	A. Gestores do tripé acadêmico
			Ações de informação	A. Mediação B. Formativa C. Relacional
			Dispositivos de informação	A. Políticas nacionais B. Políticas institucionais C. Programas institucionais D. Relacional
			Artefatos de informação	A. Estrutura de TI B. Serviços de TDICs
Estudo de caso	RIG, 2015 a 2020	Atividades em uma CoP (WENGER, 2009; Álvares, 2010)	Comunicação	A. E-mails B. Websites C. Publicação de conteúdo
			Relacionamentos	A. Participação individual B. Bate-papo C. Encontros D. Conferências on-line
			Cultivo da comunidade	A. Contexto B. Lista de discussão C. E-learning
			Compartilhamentos	A. Documentos B. Projetos C. Acesso a expertises
	Questionário	Respostas dos gestores do tripé acadêmico do IFPB	Socioinstitucional	A. Dados pessoais B. Dados profissionais
			Funcionamento	A. Como ocorrem B. Tipo de ambiente
			Particularidades	A. Objetivo B. Características dos participantes C. Afinidades D. Duração
			Efetividade	A. Frequências de uso B. Habilidades C. Benefícios D. Dificuldades
			Indícios de boas práticas	A. Trabalho coletivo B. Comunicação permanente C. Prática compartilhada D. Melhoria nos processos

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Por fim, depois da análise categorial com base no material selecionado e/ou coletado e no estudo dos componentes do desenho tripartite, foi realizado o tratamento do conjunto dos resultados por meio de interpretação referencial, reflexão, intuição e

inferências, admitindo ligação entre proposições a partir de outras já aceitas como verdadeiras (BARDIN, 2011). Corroborando Silva e Valentim (2019, p. 337), harmonizou não só os conteúdos registrados nas fontes bibliográficas, nos documentos e pelo questionário, “mas também a análise de informações e fenômenos presentes subliminarmente” no conteúdo das respostas.

3.3.3 Aspectos éticos

Pautado nos aspectos éticos de pesquisa e em seres humanos, este estudo contemplou os seguintes procedimentos: submissão a um comitê de ética; assinatura de termo de anuência institucional; ciência e assinatura de termo de conhecimento livre esclarecido (TCLE).

Inicialmente, via Plataforma Brasil, foi submetida uma proposta à apreciação e anuência do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, sendo aprovada por meio do parecer consubstanciado do CEP, número 4.827.516.

O Termo de Anuência Institucional, assinado pelo Magnífico Reitor do IFPB, deu ciência aos objetivos, métodos e técnicas que foram utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, deixando assegurados os seguintes termos: cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS no 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE, 2012) aprovada no CEP; garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa; que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa; garantia que no caso do não cumprimento dos itens acima, essa anuência poderia ser retirada a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma. Ademais, deixou-se ciente que a referida pesquisa acadêmica, além do uso de documentos oficiais disponíveis no portal eletrônico da instituição, foi realizada por meio de aplicação de questionário junto aos gestores de ensino, pesquisa e extensão do IFPB: pró-reitores (as), diretores (as) sistêmicos (as), na reitoria, e diretores(as)/coordenadores(as), nos *campi*.

Outrossim, por meio do termo de conhecimento livre esclarecido (TCLE) foi solicitado a colaboração de cada gestor selecionado para responder o questionário como

também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar. No mesmo, solicitou-se confirmação da leitura e compreensão do objetivo da pesquisa e foi dada a oportunidade de fazer perguntas e sanar possíveis dúvidas via e-mail ou telefone/*Whatsapp*. Também se fez ciência da participação voluntária e da liberdade para retirar o consentimento e descontinuar sua participação nesta pesquisa a qualquer momento, se assim desejasse.

4 COMUNIDADE DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO: resultados, análises e discussões no contexto das ações de informação no IFPB

Em atendimento ao planejamento teórico-metodológico, visando elucidação do problema de pesquisa a partir dos quatro eixos temáticos problematizados e correlatos, e respectivamente, aos objetivos específicos, serão apresentados nesta seção os resultados em quatro subseções e as análises e discussões no contexto das ações de informação no IFPB pautadas nas reflexões sobre comunidade de prática à luz do regime de informação.

A primeira subseção contemplou a aproximação conceitual e metodológica entre CoP e RI, justificando-a e aproximando suas definições, seus elementos estruturantes, bem como sua aplicação e desenvolvimento. Segunda, a partir da memória secular do IFPB, tratou da construção do desenho do regime de informação da instituição compostos pelos seus elementos: contextos institucional e informacional; atores sociais; ações de informação; dispositivos de informação; artefatos de informação. Na terceira subseção foi o apresentado a tipificação de arranjos grupais análogos às comunidades de prática, norteados pelos seguintes indicadores: indícios nos relatórios anuais de atividades; indícios e/ou evidências nas respostas dos gestores do tripé acadêmico; como ocorrem e em que tipo de ambiente; particularidades: objetivo, participantes, afinidades e duração; frequências de uso, habilidades, benefícios e dificuldades; e indícios de boas práticas nos e entre arranjos grupais análogos às CoPs. Por fim, na última subseção foi proposto um modelo de comunidade de prática à luz do regime de informação do IFPB.

4.1 RI E COP: APROXIMAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA

Os termos em proposta de aproximação estão contemplados no referencial teórico-metodológico da CI em subáreas diferentes, apresentado na seção 2 deste estudo. São termos ‘vizinhos’ que, por exemplo, podem ter aproximação por meio de suas definições, estruturas, evolução, origem etc., facilitada pela polissemia e interdisciplinaridade propostas pela CI. Tais condições possibilitaram apresentar uma perspectiva holística sobre os termos utilizando, apenas, as categorias e subcategorias sinalizadas neste trabalho na seção dos caminhos metodológicos sobre RI e CoP em aproximação: de

definições; dos elementos estruturantes; na aplicação e desenvolvimento. Antes, porém, serão apresentados alguns argumentos teóricos que justificam a proposta da aproximação sinalizada. De tal modo, baseado nas fontes consultadas, pode-se afirmar que inexistem qualquer discussão sobre o contexto de maior aproximação entre os termos discutidos.

4.1.1 RI e CoP: justificando a aproximação

Ao enveredar pela propositura de estabelecer aproximação conceitual e metodológica entre os termos RI e CoP, registra-se que, consultando as três bases de dados para esta pesquisa (Portal de periódicos da CAPES; BRAPCI; BDTD) e considerando todos os seus filtros disponíveis, não foram identificados trabalhos no sentido da aproximação proposta. Então, entende-se que esse fato justifica a necessidade da ação de aproximação de termos e conceitos empregados nas línguas de especialidade, tendo a Terminologia enquanto importante aliada no mecanismo para entendimento de termos técnico-científicos (LLARENA *et al.*, 2017), mas também pela sua aproximação.

Nesse sentido, como vereda inicial, de acordo com Lima e Silva (2007, p. 102), admite-se o conceito como uma elaboração de sentido sobre algo ou tema selecionado e sua definição “[...] é uma síntese, a formalização de certas relações que já estão, de certo modo, compreendidas por parte de quem as formula”. Desse modo, segundo Castro, Aguiar Júnior e De Caro (2011 p. 858) “[...] aquisição não guarda um fim em si mesma”. E, sendo assim, segundo os autores, “os conceitos são ferramentas que utilizamos para pensarmos o mundo e a nós mesmos, para agirmos no mundo e interagirmos com ele e com os outros”, o que sinaliza possíveis resignificação e/ou aproximação com outros conceitos num processo contínuo de melhoramento.

Ademais, Vygotsky (2001, p. 154), afirma que um conceito “[...] sempre exerce uma função de comunicar, assimilar, entender e resolver algum problema” gerando aprendizagem, por exemplo, via conceitos científicos. Estes, quando sistematizados, faz-se necessário o reconhecimento de suas particularidades para melhor utilizá-los em circunstâncias apropriadas, desenvolvendo formas específicas de falar sobre e com o mundo, sinalizando significados e relações com outros conceitos (CASTRO; AGUIAR JÚNIOR; DE CARO, 2011).

Não obstante, Fontana (1996, p. 13), destaca que “[...] os conceitos têm história. Carregam consigo as marcas e as contradições do momento histórico em que se desenvolveram e consolidaram os movimentos de reelaboração e de rearticulação no jogo das forças sociais” das quais dois sujeitos, pelo menos, são fundamentais na análise conceitual e a “[...] palavra é o território comum do locutor e do interlocutor, ponte lançada entre o eu e os outros” (BAKHTIN, 1997, p. 113).

Na CI, segundo Melo e Bräscher (2014, p. 68), “[...] a análise conceitual é uma das etapas da representação temática da informação e consiste, basicamente, na identificação, compreensão e seleção de conceitos que possam representar o conteúdo”. E a análise conceitual é pré-requisito para possível aproximação entre conceitos. Sem o objetivo de discutir os diferentes posicionamentos filosóficos e científicos sobre o conceito, para as autoras, as “[...] relevantes contribuições sobre a natureza do conceito vieram dos estudos teóricos da autora Ingetraut Dahlberg, numa visão orientada para a abordagem positivista, e de Birger Hjørland, que tem um posicionamento mais voltado para o pragmatismo” (MELO; BRÄSCHER, 2014, p. 70). Elas destacam que para Hjørland (2009), os conceitos são significados dinamicamente construídos e negociados que classificam o mundo de acordo com os interesses e teorias.

Outrossim, buscou-se também contemplar as abordagens do pensamento complexo pois “[...] Ele é capaz de contextualizar e globalizar, mas pode, ao mesmo tempo, reconhecer o que é singular e concreto” (MORIN, 2007, p.76). Assim, o pensamento complexo não é o oposto ao pensamento simplificado, mas sim o incorpora, pois, “[...] a ação é o reino concreto e às vezes vital da complexidade” (MORIN, 2007, p.81).

Nesse sentido, o autor descreve a ação como estratégia, o que permite a partir de uma atitude inicial prever várias diferentes ações que podem e devem ser alteradas em função de novas informações ou reações. Ademais, destacando o elemento ‘ação’ na aproximação dos dois conceitos em análise, pode-se inferir que há complexidade/simplificação nas ações de informação dos atores sociais por meio de dispositivos e artefatos em um RI, bem como nas ações dos membros de uma CoP durante seu estágio de desenvolvimento ou ciclo de vida.

Não obstante, sobre a vereda do aspecto metodológico proposto, Morin (2007) destaca ser importante que a pesquisa possa se utilizar de teoria, metodologia, epistemologia, sendo aberta para trocas e mantendo-se coerente. O autor define este conceito de *scienza nuova* e afirma que ela deverá sempre estar incorporando unidade,

diversidade, rupturas. Por conseguinte, infere-se que, ponderando sobre procedimentos mais sistemáticos e fazendo uso do raciocínio lógico e métodos científicos na aproximação CoP/RI, há sinalizações de melhores procedimentos para discutir sobre questão de interesse, visando transformar as práticas entre esses dois conceitos, resultando num problema mais esclarecido, passível de investigação (GIL, 2008). Nesta pesquisa, reafirmamos que entre outras aproximações possíveis entre RI e CoP, selecionamos as sobre definições, elementos estruturantes, aplicação e desenvolvimento.

4.1.2 Aproximação de definições

Admite-se o conceito como uma elaboração de sentido sobre algo ou tema selecionado e sua definição enquanto significados, dinamicamente, construídos e negociados que classificam o mundo de acordo com os interesses e teorias (HJORLAND, 2009). Sob esse prisma estão apresentados, no Quadro 26, definições de vanguarda enquanto explicação dos significados dos conceitos de RI e de CoP e os elementos de aproximação entre eles. Apresentam-se, também, destaques de palavras/elementos (subcategorias) de significados aproximáveis.

Quadro 26: RI e CoP: elementos comuns de aproximação

Definições de vanguarda		Elementos de aproximação
RI	CoP	RI / CoP
[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos (FROHMANN, 1995, p. 2-3, tradução nossa).	Grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tópico e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada (LAVE; WENGER, 1991).	- Produtores específicos de informação, consumidores ou usuários específicos de informação ou grupos de pessoas com necessidades informacionais em comum. - Necessidades de informações semelhantes; preocupação com problemas ou paixão com temas semelhantes. - Utilização de estruturas organizacionais ou bases continuadas para compartilhamento de informação. - Interação por meio de canais de produtores específicos e/ou em bases continuadas
Definições alternativas		Elementos de aproximação

RI	CoP	RI / CoP
[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).	Grupos de pessoas e/ou instituições de uma mesma área de conhecimento que compartilham experiências para solucionar problemas, encontrar ideias e melhores práticas, preservar e aprimorar sua capacitação e competência (DUARTE; LIRA; LIRA, 2014, p. 292).	- Definem-se os sujeitos e organizações, grupos de pessoas e/ou instituições. - Trabalha aspectos de uma formação social e/ou área de conhecimento. - Definem-se os meios de interação e distribuição e compartilham experiências. - Definições de padrões de excelência e modelos de sua organização assim como as ideias e melhores práticas de aprendizagem. - Definições de meios e recursos preferenciais de informação e voltam-se para preservar e aprimorar a capacitação e competências.

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

A partir dos destaques nas definições de vanguarda, infere-se que pode haver maior aproximação entre os dois termos: os produtores específicos, consumidores ou usuários específicos, atores sociais no RI, podem ser os grupos de pessoas que compartilham CoP; a informação, dispositivo no RI, pode tratar de preocupação, problemas ou paixão por um tópico no domínio da CoP; as estruturas organizacionais, dispositivos e artefatos no RI, podem ser a base continuada na CoP; e os canais, artefatos no RI podem ser o meio de interação na CoP entre seus membros.

De outro modo, considerando os elementos aproximativos, entre outras identificadas na literatura, a exemplo de Freire (2018) sobre RI e Lira (2019) sobre CoP, cenários de aproximação também podem ser observados: os sujeitos e/ou organizações, atores sociais no RI podem ser os grupos de pessoas e/ou instituições, a comunidade em si, na CoP; a formação social dos atores no RI podem refletir na área de conhecimento de interesse dos membros, o domínio na CoP; a interação e distribuição de informação entre os atores sociais no RI equivalem, na CoP, a momentos em que seus membros compartilham experiências; os padrões de excelência das ações de informação no RI podem ser reflexos de ideias e melhores práticas entre os membros na CoP; e os recursos preferenciais de informação, dispositivos no RI, podem ser contribuintes no processo de preservação e aprimoramento da capacitação e competência dos membros durante os estágios de desenvolvimento da CoP.

4.1.3 RI e CoP: aproximação dos elementos estruturantes

Conforme esquematizado na figura 15, a proposta de aproximação dos elementos estruturantes de RI e CoP podem ter como elo as ações de informação, por elas servirem de articulação entre os atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais, aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003a; FREIRE, 2018). As ações de Informação no RI, consideradas em determinados contextos (SANTOS, 2020), são praticadas por seu atores sociais que usam e/ou criam dispositivos e artefatos de informação cujas relações podem ser desenhadas e descritas (DELAIA, 2008). Embora elemento teórico contemplado no RI, as ações de informação ocorrem, também, em CoP por serem um exemplo de forma de vida, ambientada em seu domínio por meio da prática em comunidade. Na CoP, por exemplo, as contribuições dos membros (o legado) sendo registradas, podem compor sua memória e constar nos repositórios das organizações/instituições para possíveis consultas futuras.

Figura 15: RI e CoP: aproximação dos elementos estruturantes



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Nesse sentido, considerando que o foco das CoPs é o conhecimento e que as ações de informação contribuem para a criação de tal conhecimento, pode-se inferir que cenários de aproximação entre os elementos estruturantes de RI e CoP são possíveis: atores sociais reconhecidos por suas formas de vida (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) e fazendo uso de dispositivos e artefatos de informação podem executar ações de informação no domínio de uma CoP; isto pode ocorrer por meio de práticas que favorecem a criação de conhecimento em comunidade; e, entre outras ações, numa CoP, os modos de fazer, as experiências vivenciadas, as histórias contadas e as formas de abordagens de problemas recorrentes (WENGER, 1998) podem ser práticas executadas no domínio de uma comunidade que, fazendo uso de dispositivos e artefatos de informação podem compartilhar ações de informação dos atores sociais do RI e, assim, contribuir na construção do conhecimento.

4.1.4 RI e CoP: aproximação na aplicação e desenvolvimento

Como proposta de aproximação na aplicação e desenvolvimento dos dois termos, acredita-se na possibilidades de alguns cenários de estágios, considerando um aspecto teórico-metodológico de “[...] produção e compartilhamento de informação e conhecimento [...] na área de Ciência da Informação” (FREIRE, 2013, p. 71). Todavia, das práticas dos elementos de RI (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003; FREIRE, 2013; 2018; BEZERRA *et al.*, 2016), aqui são evidenciadas as modalidades das ações de informação (relacional, de mediação, formativa) durante os estágios de desenvolvimento (potencial, união, madura, ativa, dispersão) em uma CoP (WENGER, 1998; 1999).

Nesse sentido, infere-se que a ação de informação relacional pode ocorrer de forma articulada e reflexiva nos cinco estágios de desenvolvimento da CoP, embora com menor incidência no estágio de dispersão, quando os membros percebem redução ou fim da utilidade de sua interação. No que tange à ação de informação de *mediação*, atrelada aos fins e à orientação de outra ação, pode ser percebida através dos seguintes estágios: potencial, quando os membros se reconhecem com necessidades similares; de união, quando encontram valor pelo envolvimento nas atividades de aprendizado e passam a planejar uma comunidade. A ação de informação *formativa*, por outro lado, pode desenvolver-se a partir dos estágios em que a CoP está madura, crescendo e

encarregando-se de suas práticas, e ativa, quando seus membros sentirem-se motivados, energizados, influentes e respeitados, desenvolvendo o grupo por meio de ciclos de atividades.

Destarte, considerando a abordagem apresentada diante dos objetivos propostos, inicialmente, inferiu-se que pode ocorrer uma aproximação conceitual e metodológica entre os termos RI e CoP. A maior proximidade pode ocorrer por meio de inferências sobre suas definições, elementos estruturantes, aplicação e estágios de desenvolvimento.

Entre outras inferências, destaca-se: a aproximação nas definições, os produtores específicos, consumidores ou usuários específicos; atores sociais no RI podem ser os grupos de pessoas que compartilham na CoP; os elementos estruturantes podem ter como elo as ações de informação, por elas servirem de articulação entre os atores sociais/grupos de pessoas mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação; da aplicação e desenvolvimento foram evidenciadas a aproximação das modalidades das ações de informação (relacional, mediação, formativa) durante os estágios de desenvolvimento (potencial, união, madura, ativa, dispersão) em uma CoP.

Portanto, sendo pioneiro e necessitando continuidade visando seu aprimoramento, a realização deste estudo de aproximação conceitual e metodológica justifica-se como pré-requisito para o alcance do escopo deste trabalho pautado na perspectiva de se entender as CoPs à luz do RI. Desse modo, especificamente, foi importante para contribuir com os três objetivos seguintes desta pesquisa, ou seja, desenhar o RI do IFPB, tipificar seus arranjos grupais análogos às CoPs, estudados em separado e, fazendo uso dos elementos de aproximação supracitados, propor um modelo de CoP que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico.

4.2 IFPB: MEMÓRIA SECULAR E DESENHO DO REGIME DE INFORMAÇÃO

O diálogo com novos estudos sobre regime de informação, fundamentado no referencial teórico, seção 2, expõe a reconfiguração do modelo proposto por Santos (2020) no qual insere um novo elemento (contextos) em sua composição e descreve suas relações a partir dos elementos propostos por Delaia (2008). Este novo modelo é a opção nessa pesquisa. Por conseguinte, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos documentos institucionais (BRASIL, 2015a; 2016a; 2017; 2018; 2019e), o quadro 27, resume a categorização dos cinco elementos do regime de informação, conforme exposto teoricamente, e que foram detalhados na sequência à luz do campo de pesquisa da CI, bem como da aplicação ao estudo de caso do IFPB.

Quadro 27: Categorização dos elementos do Regime de Informação

Categorias	Detalhamento
Contextos	Institucional: memória, perfil administrativo e acadêmico; Informacional: tecnologia; transparência; política de acesso e uso; Dos arranjos grupais: gestão de ensino, pesquisa e extensão
Atores sociais	Comunidade acadêmica; Produtores de informação; <u>Usuários de informação:</u> Gestores/as do tripé acadêmico
Dispositivos de informação	Políticas Nacionais; Políticas Institucionais; Programas Institucionais; Projetos.
Artefatos de informação	Serviços e produtos de informação; Conteúdos disponibilizados; Mecanismos de busca e acesso
Ações de informação	Práticas formais e informais de compartilhamento de informação e geração de conhecimentos; Interação entre atores

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021), adaptado de Carvalho (2009) e Santos, 2020

No caso desta pesquisa, o contexto institucional é constituído de recortes de memórias registradas em seus documentos institucionais bem como do perfil administrativo e acadêmico. O contexto informacional tem enfoque na Informação da instituição cujo fluxo se beneficia da estrutura tecnológica, da transparência e da política de acesso e uso. Com a definição do desenho do RI, o contexto dos arranjos grupais será contemplado na subseção 4.3.

4.2.1 Contextos institucional e informacional

Um contexto enquanto relação de dependência entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância faz-se fundamental para compreensão da realidade. Fica tácito que uma conjuntura considerando elementos histórico, social, cultural, econômico, geográfico e político é importante para melhor compreensão da realidade circundante e sinaliza uma inter-relação de circunstâncias que influenciam os elementos do regime de informação. Tais contextos (institucional e informacional) e os quatro elementos do RI (atores sociais, ações de informação, dispositivos de informação e artefatos de informação), foram considerados, identificados e explicados a seguir.

4.2.1.1 Contexto Institucional

No contexto institucional é considerado a memória secular do IFPB via perfil administrativo e acadêmico e de sua própria informação para demonstrar o regime de informação da instituição.

Ao evocar a importância da memória institucional no processo de (in) formação do ser social durante sua formação educacional e/ou profissional, Nora (1993) evidencia, também, a relevância dos documentos institucionais com valor de prova, estudo e memória que remetem à lembrança das coisas, das ações, das informações, em grupos e coletividades distintas.

Baseada no pensamento de Nora (1993) foi sinalizado o entendimento dos registros documentais da memória do IFPB, que o instituem como uma organização educacional. A descrição desta instituição foi realizada por meio de pesquisa documental, refletindo o registro de uma “[...] ‘memória social’ ou ‘memória coletiva’, que aborda o fenômeno da memória como decorrência da interação no meio social, assumindo, dessa forma, propriedades coletivas” (MAURY, 2011, p. 23) educacionais.

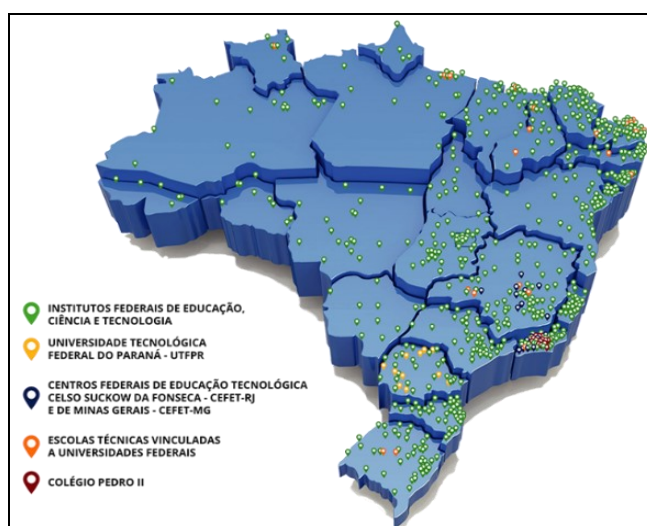
Embora a nomenclatura ‘Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)’ tenha completado onze anos em 2020, a origem das informações sobre sua memória está ambientada nas primeiras décadas do Brasil Republicano, especificamente durante a República Velha (1889-1930). Naquele momento histórico, o contexto da formação para o trabalho foi um recurso amplamente usado pela classe dirigente do país como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”, conforme recorte de memória descrito em seu PDI/2015-2019 (BRASIL, 2015a).

Era um cenário social dinâmico e em transição, sob a propriedade do capital agrário-exportador e, ainda plantando as primeiras sementes do capitalismo industrial nacional, estava, pelo menos, há seis décadas do início da atual fase do sistema socioeconômico dominante: o capitalismo informacional. Ademais, era moldado fortemente pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Nesse contexto de restrições, inclusive de circulação de informações na sociedade, a educação profissional foi institucionalizada também como ferramenta de controle social (BRASIL, 2015a).

Criado em 23 de setembro de 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha (1909-1910), o qual se tornaria patrono da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira de acordo com a Lei nº 12.417/2011 (BRASIL, 2011), o atual IFPB, hoje se caracteriza por uma reconhecida instituição de ensino técnico e tecnológico. Ele é parte da denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) cujo Conselho Nacional (Conif) é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência.

Atualmente a RFEPCT é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (661 unidades), incluindo dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), Colégio Pedro II, Universidade Federal Tecnológica do Paraná e 22 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, abrangendo todo território nacional, conforme demonstrado na figura 16, a seguir:

Figura 16: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: MEC, 2019

Em sua concepção original, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba foi uma das 19 "Escolas de Aprendizes Artífices", então destinadas ao ensino profissional primário e gratuito para os "desafortunados" no Brasil ao final da primeira década do século XX. Apresenta um importante papel na história da educação profissional brasileira caracterizando-se como embriões da organização do ensino profissional e técnico do país.

No Estado da Paraíba, ao longo desse período centenário, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (EAAPB), de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” popularmente conhecido como “Escola Industrial Federal da Paraíba”, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), de 1999 a 2008 e, atualmente, IFPB, com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Figura 17: IFPB: histórico das denominações e marcas

Histórico da 1ª a 5ª Denominações	6ª Denominação/Marca Institucional	7ª Denominação/Marca Institucional	8ª Denominação/Marca Institucional
EAA...	ETFPB	CEFET-PB	IFPB
			
Setembro de 1909 a Junho de 1968	Junho de 1968 a Março de 1999	Março de 1999 a Dezembro de 2008	A partir de 29 de Dezembro de 2008(*)

Fonte: BRASIL, 2018a

Originalmente instalada na capital, João Pessoa, à época Parahyba do Norte, de acordo com a figura 18 abaixo, a instituição funcionou em três prédios: no prédio 1, com as duas primeiras denominações, com a terceira no prédio 2 e com as demais no prédio 3, até os dias atuais.

Figura 18: Prédios de funcionamento do “IFPB”

Fonte: Candeia (2013), BRASIL (2015a)

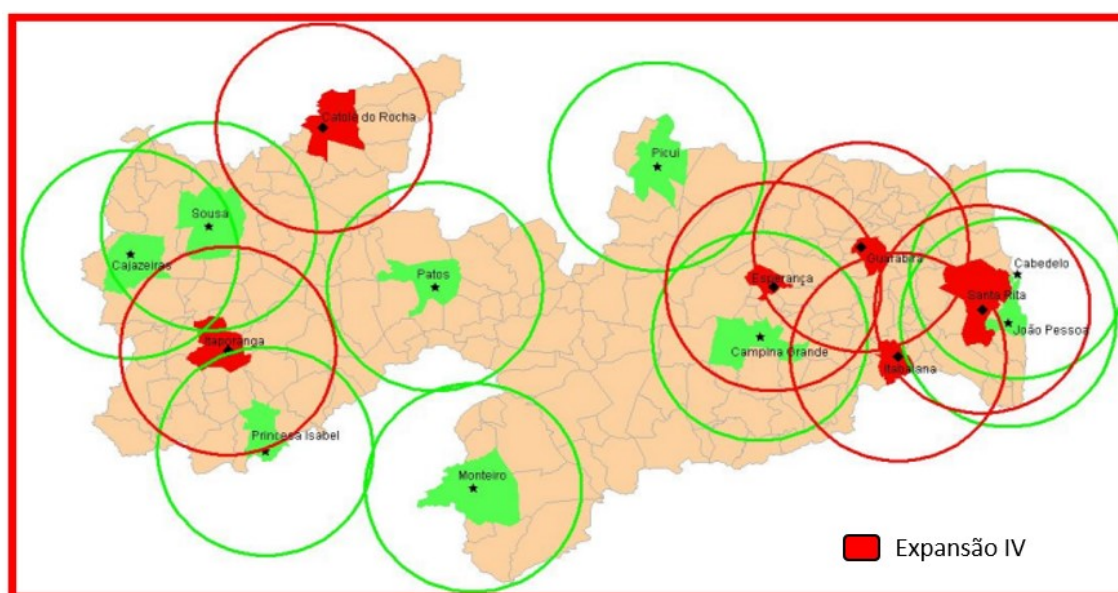
Ainda como ETEFPB, no ano de 1995, a Instituição interiorizou (Fase I) suas atividades por meio da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UNED). Enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão em suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade-Sede, com o Núcleo de Educação Profissional (NEP), que funcionou na Rua das Trincheiras, em João Pessoa-PB. Como CEFET-PB, em 2007, ocorreu a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UNED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo (BRASIL, 2015a). Nesse caminho,

[...] a sanção da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitou a presença dos institutos multicampi em todos os entes federados, viabilizando a proliferação regional e a interiorização sem elevação significativa dos custos administrativos (BRASIL, 2015a, p. 17).

Contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional (Fase II) do Governo Federal, até 2010, o IFPB implantou mais cinco *campi* no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regionais: Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo, associados aos *campi* de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa (Escola Agrotécnica) que foi incorporada ao antigo

CEFET, proporcionando a criação do Instituto (BRASIL, 2012). No Triênio 2014-2016, contemplados no Plano de Expansão (Fase III), são implantados 06 (seis) novos *Campi* nas cidades de Guarabira, Itaporanga, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, ampliando as oportunidades educacionais por meio de um total de 15 *campi*, conforme demonstra a figura 19.

Figura 19: Abrangência do IFPB no Estado após a Expansão III



Fonte: IFPB (2012)

Assim como ocorreu com as Fases I, II e III, a quarta fase, expansão IV do IFPB, ainda em curso, está munido de estudo que consiste, de acordo com os Arranjos Produtivos Locais, em nortear a viabilidade de implantação de cursos para todos os seus *campi*, contribuindo para o alcance da missão institucional em fazer desenvolver a região a partir das potencialidades locais. Ademais, delineia estratégias para implantação de outras unidades no espaço paraibano: Cabedelo Centro, João Pessoa/Mangabeira, Pedras de Fogo, Areia, Soledade, Santa Luzia. Assim, junto aos *campi* já existentes e ao recém criado Polo de Inovação, são 22 unidades promovendo a educação no território paraibano.

Desde sua criação e doravante, o IFPB busca informar e sedimentar seu perfil institucional guiado pela missão, visão e valores almejados:

Missão: ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. **Visão:** ser uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável beneficiando a sociedade, alinhado às regionalidades em que está inserido. **Valores:** Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais; Desenvolvimento Humano – Fomentar o desenvolvimento humano, buscando sua integração à sociedade por meio do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social (BRASIL, 2015a, p. 11, grifo nosso).

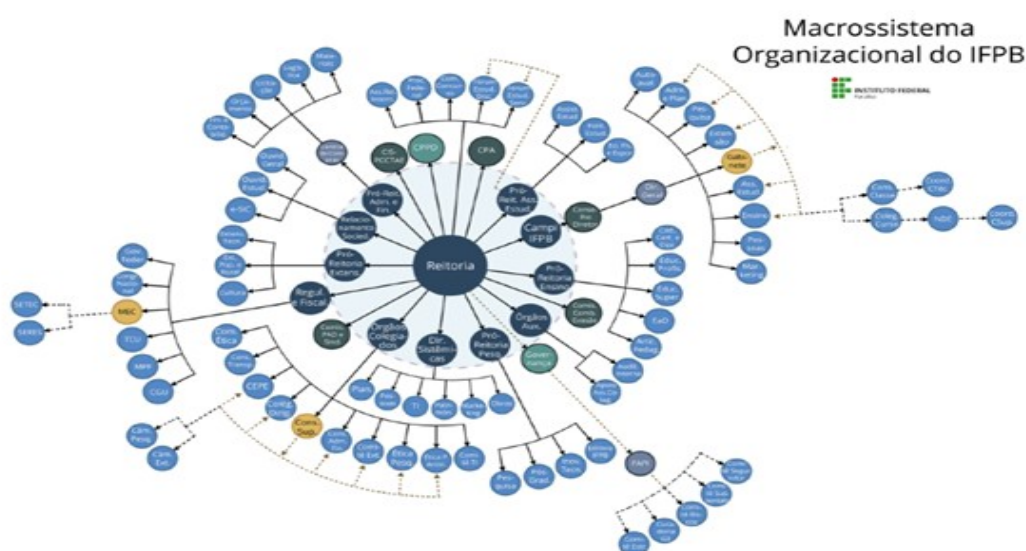
Nessa perspectiva o IFPB faz uso de normas infralegais relacionadas à sua gestão e estrutura: “Estatuto - consoante Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015; Regimento Geral; - Planejamento Estratégico Decenal (PLANEDE); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI); Regimento Interno dos Campi; e, Normas Acadêmicas e/ou administrativas aprovadas por Resoluções do Conselho Superior” (BRASIL, 2019e, p. 16).

Sobre o planejamento estratégico e governança, o IFPB vem aprimorando seu processo de gestão ao longo dos últimos anos, principalmente a adoção do PDI, vigência 2015-2019, como instrumento de gestão e planejamento institucional, tendo como referência o marco normativo do Decreto nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006) e, mais recentemente, a Lei nº 11.892/2008. Tal processo tem sido fortalecido desde 2016 com a conclusão do estudo do planejamento estratégico decenal do PLANEDE IFPB (2025). O PLANEDE não substitui o PDI; logo, o complementa. Por meio dele busca-se efetivar a gestão estratégica a longo prazo no âmbito educacional, subsidiado pelos seguintes referenciais estratégicos:

1) Termo de Acordo de Metas e Compromissos, celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e os Institutos Federais, para os fins de estruturação, organização e atuação, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008; 2) Plano de Gestão da Reitoria; 3) Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; 4) Plano Nacional de Educação – PNE; 5) Plano Plurianual 2012-2015 c/c PPA 2016-2019; 6) Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; 7) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, como documentos norteadores no estabelecimento de prioridades de curto, médio e longo prazos e na formulação de objetivos estratégicos para o direcionamento da atuação do IFPB (BRASIL, 2018, p. 24).

Sob esse prisma, a instituição faz uso de administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), conforme disposto em seu Regimento Geral (IFPB, 2017). É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e apresenta estrutura macrossistema organizacional centrado na reitoria conforme demonstra a figura 20.

Figura 20: Macrossistema Organizacional do IFPB⁴



Fonte: Brasil (2019e)

De outro modo, conforme relatório anual de gestão (RAG) de 2019, a Instituição pode, ciente das suas limitações,

desenvolver estratégias e oportunidades que estejam dentro dos seus limites de intervenção. Nesse sentido, o estudo do planejamento estratégico do IFPB identificou o Mapa de Contexto da gestão institucional do IFPB para fins de cuidar de problemas prioritários, com base em evidências que se repetem nas percepções da comunidade acadêmica do IFPB. (BRASIL, 2019e).

⁴ A Figura 20 objetiva demonstrar apenas o desenho concêntrico do IFPB, tendo a reitoria como centro.

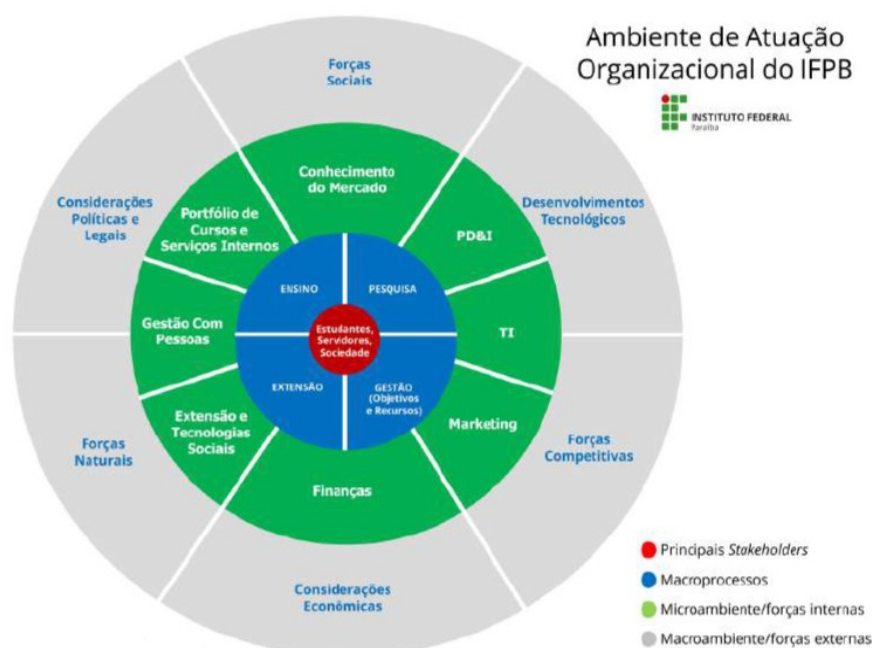
Ademais, também pode apresentar perspectivas e abordagens em seu mapa estratégico, visando uma projeção exequível de suas responsabilidades institucionais, segundo demonstra a figura 21, abaixo:

Figura 21: IFPB: perspectivas e abordagens do mapa estratégico

Perspectiva	Abordagem
Financeira	Desempenho Econômico
	Gestão Ambiental
	Responsabilidade Social
Pessoas e Liderança Com Pessoas	Desempenho Econômico
	Gestão Ambiental
	Responsabilidade Social
	Comportamento
Processos Internos	Desempenho Econômico
	Gestão Ambiental
	Responsabilidade Social
	Estrutura
	Tecnologia
Perspectiva Inovação e Aprendizagem	Comportamento
	Desempenho Econômico
	Gestão Ambiental
	Responsabilidade Social
Sociedade	Tecnologia
	Desempenho Econômico
	Gestão Ambiental
	Responsabilidade Social

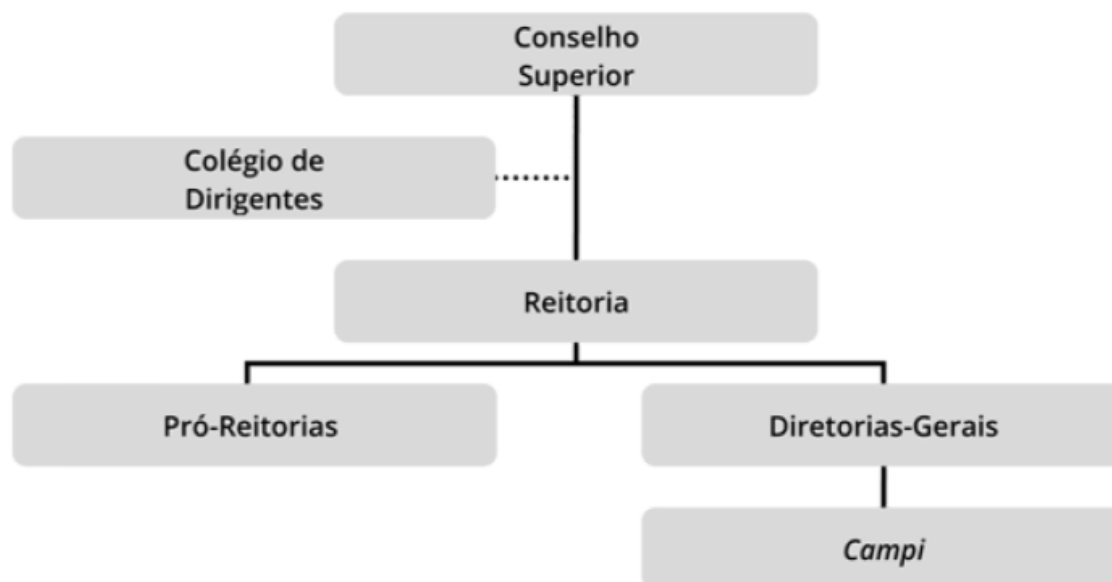
Fonte: Brasil, (2019)

No Mapa/Ambiente de Atuação Institucional (Figura 22) são demonstradas suas forças exógenas (influências externas) umbilicadas às forças endógenas (influências internas), além de destacar os principais *stakeholders* e os macroprocessos. Também sinalizam que os gestores institucionais devem lidar e nortear suas ações para alcançar as expectativas de materialização do planejamento estratégico ao longo do decênio 2015-2025, no caso desta pesquisa, porém com recorte temporal 2014-2019, pautado no período do último PDI.

Figura 22: Ambiente de Atuação Organizacional do IFPB

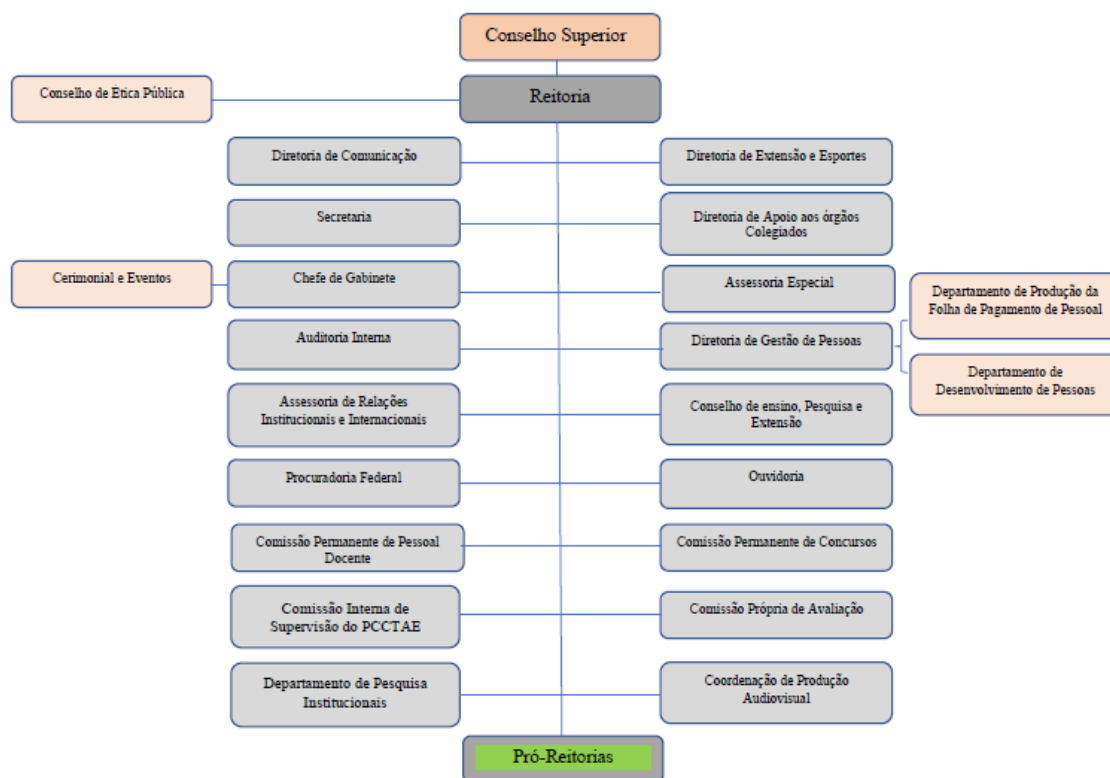
Fonte: Brasil (2019e)

Conforme o Art. 11, de sua Lei e criação, os Institutos Federais [têm] como órgão executivo a Reitoria e suas Pró-Reitorias, Diretores-Gerais dos *Campi*, orientados pelos dois principais órgãos colegiados, o Conselho Superior (CONSUPER) e o Colégio de Dirigentes (CODIR), de acordo com a figura 23.

Figura 23: Macro Organograma do IFPB

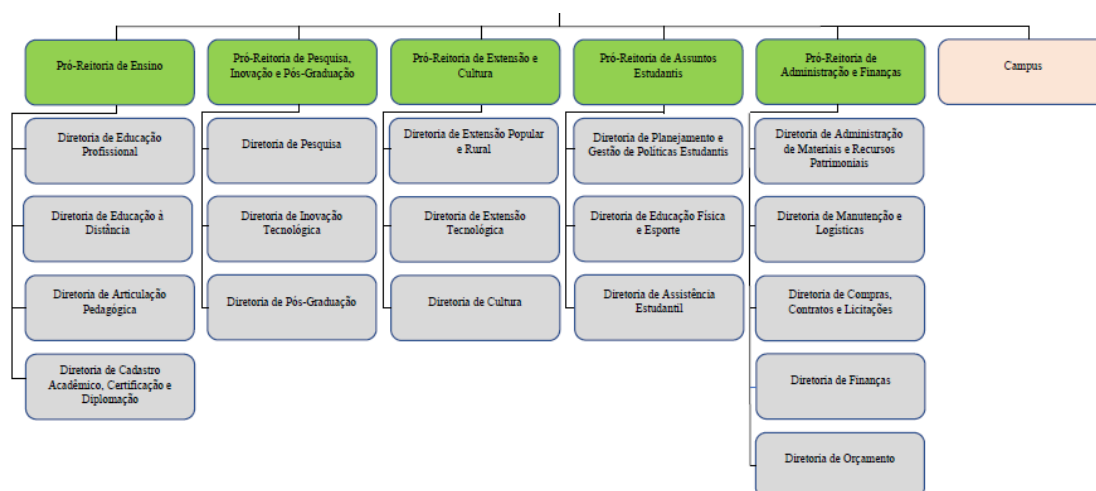
Fonte: BRASIL, 2018

Sob os prismas administrativo e acadêmico, a instituição apresenta órgãos colegiados que, a exemplo dos dois primeiros, também realizam reuniões periódicas a exemplo do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) à nível de reitoria, envolvendo representantes de todos os *campi*, eleitos por seus respectivos pares (técnicos, docentes e discentes) visando elaborar, aprovar e executar políticas de ensino, pesquisa, inovação e pós-graduação, bem como de extensão e cultura. Regido por normas superiores, o conselho diretor de cada campus (CDC) encaminha decisões sobre cada unidade com a participação decisória de atores sociais sua comunidade acadêmica e membros da sociedade civil organizada. Estas e outras funções e órgãos colegiados estão demonstrados no organograma registrado no PDI 2015-2019 (IFPB, 2015), conforme a figura 24.

Figura 24: Organograma institucional e acadêmico do IFPB

Fonte: Adaptado de Brasil, 2015a

As cinco Pró-Reitorias são as seguintes: Ensino; Administração e Finanças, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; e Assuntos Estudantis. A figura 25 apresenta a configuração do organograma, atualizado pelo autor em abril de 2021, a partir das informações acessadas no portal eletrônico da instituição.

Figura 25: Organograma institucional e acadêmico: Pró-Reitorias do IFPB

Fonte: IFPB (2015a), atualizado como resultado de pesquisa, 2021

Por meio dos seus atores sociais, a instituição faz seus registros de (ações) informação no RAG, Atas de reuniões dos três órgãos colegiados (CONSUPER, CODIR; CEPE) (BRASIL, 2019c), bem como no portal eletrônico institucional, subdividido em quatro portais específicos: da Transparência; do Estudante; do Servidor; do Ti. Nele também estão ambientados catorze sistemas de Tecnologia de Informação (TI), além de acessos de Comunicação e de Webmail, todos desenvolvidos pela Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTI/IFPB). O repositório institucional é o exemplo mais recente de registro e disponibilização de informação.

Outrossim, o IFPB equipara-se às universidades federais no tocante à regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior. Sendo uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, é especializada em contemplar os aspectos humanísticos, conjugando conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica (BRASIL, 2015a).

Ademais, atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no apoio às necessidades científico-tecnológicas de outras instituições da região. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba: gradualmente, vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (BRASIL, 2015a). Com essa envergadura,

o IFPB vem ampliando sua atuação no espaço geográfico paraibano, conforme demonstrado na figura 26 a seguir:

Figura 26: Localização da atuação do IFPB



Fonte: Brasil (2019e)

O IFPB, em consonância com o proposto de sua criação e na Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), apresenta um projeto pedagógico flexível buscando produzir e reproduzir os conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, de modo a proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igual. Reforçando a busca dessa meta, o instituto possui uma política de assistência estudantil destinada, prioritariamente, aos estudantes em condições de vulnerabilidade social por meio de auxílios, “[...] visando ao estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na Instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros” (BRASIL, 2015a, p. 174). Desse modo, possibilita a oportunidade de permanência e conclusão do curso em tipos e níveis diferentes.

Nesse sentido, priorizando o processo de verticalização do ensino e aprendizagem, oferece oportunidades ascendentes nos seguintes níveis: técnico de nível médio e subsequente; tecnológico de nível superior em licenciaturas, Bacharelados e de pós-

graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (embora ainda incipiente). Também oferta programas de formação inicial e continuada (FIC), Proeja e Mulheres Mil, e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2015a). Por conseguinte, essa estrutura envolve um expressivo grupo de atores, conforme demonstra os dados da figura 27, revisados em 19/08/2020 via sistema de gestão estratégica (SGE-IFPB) (BRASIL, 2019e).

Figura 27: IFPB em números



Fonte: Brasil (2019e)

Diante do exposto sobre o IFPB e, vislumbrando a complexidade de sua expansão num cenário da contemporânea sociedade da informação, justifica-se a importância de identificar e mapear os elementos do Regime de Informação da instituição cuja missão envolve uma complexa e ampla gama de atividades com fluxo crescente. Ademais, o papel de entender a informação em seu processo de funcionamento e de expansão fez-se emergente, sobretudo em um cenário atual de hiperinformação e desinformação conjugados, no caso brasileiro, a um momento institucional debilitado supostamente pelas crises política, econômica e sanitária nesse final da segunda e início da terceira década do Século XXI. Todavia, antes de demonstrar desenho do Regime de Informação do IFPB será apresentado a seguir como ocorre a disponibilidade, acesso e uso da informação por meio da estrutura tecnológica da instituição.

4.2.1.2 Contexto Informacional

Em tempos de sociedade da informação, fica cada vez mais cristalino que, em termos de *Big Data*, vivenciamos “[...] um cenário em que dados são produzidos em

grandes volumes, são processados de forma cada vez mais veloz, assim como possuem suas fontes e formatos variados” (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 33). Entendendo a informação como significado desses dados, seu volume exponencial incita os fenômenos sociais e é por eles incitado (SILVA; TOMAÉL, 2007). Nesse contexto, os processos decisórios, por exemplo, de pessoas e organizações/instituições privadas, públicas ou, a exemplo do IFPB, dependem da informação para o seu melhor desenvolvimento por meio de estrutura tecnológica capaz de disponibilizar seu acesso e uso. Destarte, o IFPB, de acordo com os registros em seus principais documentos, sobretudo o PDI (IFPB, 2019), sinaliza a percepção de importância estrutural da informação na instituição enquanto: gestão, recurso, ferramenta e sistema; tratamento e organização; disponibilidade, acesso fácil e rápido e seguro; base de dados e repositório.

No passado, ainda enquanto CEFET-PB, seu PDI, período 2005-2009, já visava elaborar projetos de sistemas de informação, “[...] administrar e manter sistemas de informação e alimentar e construir sistema de informação gerencial, [...] desenvolver formas de análise de dados de maneira a gerar informação útil em tempo hábil” (BRASIL, 2006 p. 58) além de “[...] estabelecer ações para gestão da tecnologia da informação e conhecimento (p. 40)”, inclusive instituindo adesão à conexão dos sistemas de informação de cada curso e/ ou setor. Por conseguinte, sinalizou-se, desde então, uma preocupação com a qualificação profissional sobre temática informacional ao criar um Curso de Especialização em Gestão de Segurança da Informação (BRASIL, 2006) e, no PDI/2015-2019, contemplando como cursos de pós-graduação *lato sensu* em Segurança da Informação (BRASIL, 2015a). Ademais, tendo as TIC/TDIC como suporte, também contemplou o ensino à distância (EAD), sendo hoje uma realidade:

Nos termos do artigo 1º do Decreto 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005, a educação a distância caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL 2015a, p.81).

Tendo como referência a quantificação das metas estabelecidas em seu PDI/2015-2019, norteado por princípios educacionais postos em sua Missão Institucional, o IFPB deliberou os grandes objetivos indicados para a ativa implantação, concretização e extensão da pesquisa científica e tecnológica, da inovação tecnológica e da Pós-

Graduação dos quais se destaca o objetivo 16: “[...] utilizar sistemas e ambientes que favoreçam a comunicação entre pesquisadores, professores e dirigentes, por meio de tecnologias da informação e convergências de mídias digitais (IFPB, 2015, p.87), além de considerar estrutura física de informação, de laboratório e de estudos para o efetivo desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação tecnológica no IFPB, visando, assim, consolidar as práticas exitosas do tripé acadêmico.

Deste modo, as políticas de ensino, [pesquisa] e de extensão do IFPB devem levar em conta as oportunidades de ações conjuntas e definir mecanismos de integração, tendo sempre em foco que, na sociedade do conhecimento, necessita-se induzir o aprendizado permanente, desenvolver o espírito investigativo, difundir a cultura científica e tecnológica, ampliar as condições de acesso e uso das tecnologias da informação, além de incentivar o envolvimento do setor de comunicação social na cobertura de assuntos em ciência e tecnologia (BRASIL, 2015a, p.91).

Nessa direção, no tocante às diretrizes gerais do ensino, institui uma política de formação inicial e continuada (FIC) para os profissionais da Instituição (BRASIL, 2015a, p. 74) e defende que uma “[...] política de extensão deve reafirmar as atividades de extensão como processo acadêmico” (BRASIL, 2015a, p. 93). E, por fim, de forma interativa, enfatiza que o “[...] desenvolvimento da política de pesquisa na instituição tem como referência os [...] objetivos e estratégias (BRASIL, 2015a, p. 129) que ampliem horizontes de conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que permitam extrapolar a aptidão específica e campo de atuação profissional de toda sua comunidade acadêmica.

Para tanto, o IFPB investe em estrutura de Tecnologia da Informação visando promover o “[...] desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital” (IFPB, 2015, p.143). Nesse caminho, assessorado pelo Art. 94 do RG, a Diretoria de Gestão de Tecnologia (DGT) “[...] é o órgão sistêmico responsável pela política de tecnologia da informação em todo o IFPB e [que] tem a finalidade de desenvolver, manter e gerenciar recursos relacionados a *software* e *hardware*” (IFPB, 2017, p. 42), tendo, hierarquicamente, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), a função de comunicar o que está acontecendo por meio de uma informação avaliativa, permitindo inovações em decisões quando necessárias.

A dimensão da gestão da TI pode ser ilustrada pelas informações do Relatório Integrado de Gestão (RIG) de 2018 o qual destaca os principais sistemas de informações

em funcionamento cuja interoperabilidade é conectada ao Sistema Unificado de Administração (SUAP). Embora contemple outros, aqui será feito um recorte a este sistema que atende as demandas específicas do tripé acadêmico por meio do sistema Suap Educacional (SUAP-Edu)

Suap – Ensino: sistema responsável pelo gerenciamento do controle acadêmico e pela administração escolar integrado à plataforma SUAP. Pública), que possui um conjunto abrangente de funcionalidades relacionadas aos docentes, discentes, coordenadores de curso e controle acadêmico do IFPB.

Suap – Pesquisa e Extensão: sistema responsável por gerenciar projetos de pesquisa, extensão e cultura do IFPB. As principais funcionalidades vão desde a criação dos editais, seleção, avaliação, acompanhamento, controle de gastos, e certificado final. O sistema também está integrado à plataforma SUAP (IFPB, 2019 p. 381)

Há também outros sistemas, conforme a figura 28. Eles foram criados e são mantidos pelos servidores do quadro efetivo do IFPB, exceto o Sistema de Gestão Acadêmica Integrado (Q-acadêmica), um sistema de integração de registros de atividades pedagógicas, que foi adquirido pela instituição e vem sendo substituído pelo sistema endógeno SUAP-Edu.

Figura 28: Sistemas de Informação IFPB



Fonte: <https://www.ifpb.edu.br/>

As melhorias e correções de falhas são demandadas e priorizadas por grupos de trabalhos de cada área, formalizados através de portaria, em que as equipes de desenvolvimento agrupam estas mudanças as quais são entregues no decorrer de um ciclo quinzenal (BRASIL, 2019a).

Para o objetivo deste trabalho, o da Biblioteca é um dos sistemas que pode servir como exemplo. O da Biblioteca Nilo Peçanha, do Campus João Pessoa, serve de referência para os outros *campi* (BRASIL, 2015a). Ele serve como norte para amparar e difundir formas de conhecimento pertencentes a um conjunto global da informação por meio, além do acervo físico, de uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet, que podem ser acessadas no Setor Biblioteca Virtual. A Biblioteca faz uso de um sistema de classificação do acervo e de sistema de gerenciamento da informação no qual o Sistema de Controle Bibliográfico (SISCOBI), foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do IFPB do *Campus* João Pessoa (BRASIL, 2015a).

Esse perfil de desenvolvimento tecnológico endógeno, provavelmente, favorece a necessidade de “[...] planejar, dirigir, avaliar e executar as políticas de TIC em todo o Instituto, em articulação com as Pró-Reitorias e as Direções Gerais (DG) dos *campi*” (BRASIL, 2015a, p. 42). Ademais, potencializa a gerencia de políticas institucionais e de setores que sejam responsáveis pela elaboração material de divulgação das ações das Pró-Reitorias junto à DTI, para comunicação no portal do IFPB (2020a) na página oficial da instituição na internet⁵ (BRASIL, 2015a), fortalecendo, assim, a relação com a política de comunicação institucional, a exemplo da Ouvidoria.

A Ouvidoria é um órgão de assessoria à Reitoria para intermediar a relação entre a Administração, os servidores e público externo, garantindo o acesso a informação, através do estabelecimento de um canal permanente de comunicação e de encaminhamento das questões inerentes a administração pública (BRASIL, 2015a, p. 180).

O RG em seu Art. 64. contempla a Ouvidoria Estudantil, por meio de canal permanente e visa estreitar a relação entre a Administração e o corpo discente,

⁵ <https://www.ifpb.edu.br/>

contemplando familiares e/ou responsáveis. Ademais, o IFPB “[...] possui como canal de comunicação com a sociedade o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) Nº 12.527/2011 e regulamentado pelo Decreto Nº 7.724, de 26 de maio de 2012” (IFPB, 2019, p. 66) no qual pode se disponibilizar informações ao cidadão que as solicitarem. O documento oficial está disponível para comunidade no Portal da Transparência do IFPB, menu: Acesso à Informação: Carta de Serviço ao Cidadão ou diretamente no link⁶: Outra forma de contato com a unidade de informação é por meio de e-mail⁷ ou contato telefônico⁸ (IFPB, 2019). Destaca-se, ainda, a publicação do Plano de Dados Abertos - PDA do IFPB, biênio 2019-2020, aprovado pela portaria nº 2781/2018/IFPB (BRASIL, 2018) disponível por meio do *link*: <http://www.ifpb.edu.br/ti/cgti/documentos/plano-de-dados-abertos>. Ademais, a Diretoria-Geral de Comunicação e Marketing (DGCOM) é um setor sistêmico responsável pela divulgação dos assuntos institucionais e pelo atendimento aos profissionais dos veículos de comunicação convencionais. A DGCOM também divulga informações administrativas e acadêmicas para o público interno e externo por meio das mídias sociais (IFPB, 2019).

Portanto, por meio do perfil exposto, entende-se que essas informações primárias retratam o IFPB como uma das instituições responsáveis pela produção do conhecimento científico e tecnológico no Brasil. Outrossim, elas são resultantes da memória de ações da comunidade acadêmica, em suas diferentes denominações e contextos, nos últimos 112 anos, registradas em seus documentos institucionais e/ou, mais recentemente, disponibilizados em seu portal na *web*. Estes fatores podem contribuir potencialmente para uma melhor dinâmica do fluxo informacional em regime de informação cujo desenho será demonstrado a seguir.

4.2.2 Atores sociais

Retomando o que foi apresentado na fundamentação teórica, seção 2, os atores sociais são “reconhecidos por suas formas de vida e [que] constroem suas identidades

⁶ <http://www.ifpb.edu.br/sic/>

⁷ sic@ifpb.edu.br

⁸ (83) 3612-9704

através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 35).

O desenho da apresentação dos atores sociais e dos outros três elementos/categorias do regime de informação do IFPB foi feito por meio de convenções de formas e cores para a representação de cada elemento e linhas e setas para apontar as relações de ligação, interferência, influência e elo entre eles, como proposto no modelo original (DELAIA, 2008; SANTOS 2020), conforme demonstrado na figura 29.

Figura 29: Legenda da representação gráfica do modelo de Regime de Informação

	Contextos		Exemplos
	Atores Sociais		Relações entre os elementos
	Artefatos de informação		
	Dispositivos de informação		
	Ações de informação		

Fonte: adaptado de Delaia (2008); Santos (2020)

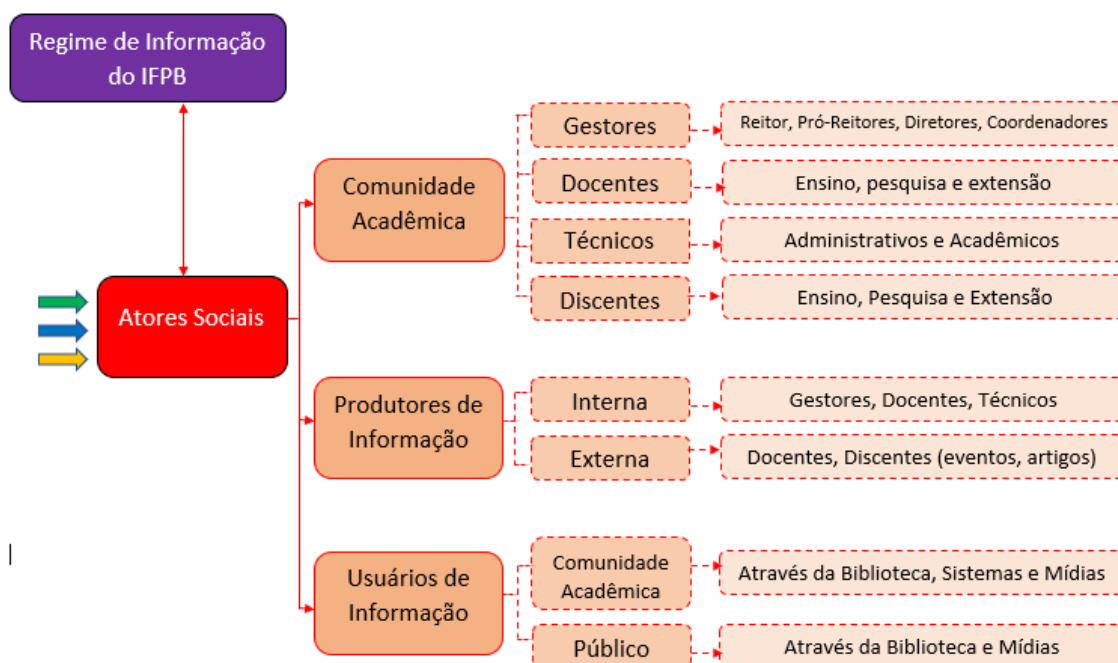
Assim como Delaia (2008) e Santos (2020), ressaltamos nesta pesquisa que a localização e ordem dos elementos não aponta uma relação de hierarquização no RI do IFPB. Dos desenhos e explicação relacional dos seus componentes, iniciemos com os atores sociais.

Os atores sociais do RI do IFPB praticam ações de informação, fazendo uso e/ou criando dispositivos e artefatos de informação (setas coloridas). Considerando os contextos institucional e informacional, na figura 30 é demonstrada sua constituição: a comunidade acadêmica, os produtores de informação e os usuários de informação.

A comunidade acadêmica é formada por gestores (reitor, pró-reitores, diretores e coordenadores), docentes e discentes que atuam no ensino, pesquisa, inovação e pós-graduação e extensão e cultura, técnicos administrativos e acadêmicos. Os produtores de informação atuam nas áreas interna (gestores, docentes, técnicos) e externa (docentes e discentes por meio, por exemplo, de eventos e publicação de artigos). Já os usuários de

informação são constituídos da comunidade acadêmica como um todo, através do acesso às bibliotecas físicas e virtual, sistemas e mídias, e o público em geral via biblioteca e mídias, principalmente o portal eletrônico da instituição.

Figura 30: Atores Sociais do RI do IFPB,



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021), adaptado de Delaia (2008) e Santos (2020)

Como recorte para o campo empírico deste estudo, os atores sociais são os gestores de ensino, pesquisa e extensão, os pró-reitores e diretores sistêmicos (reitoria) e diretores/coordenadores (*campi*). Estes, fazendo uso de dispositivos e artefatos de informação, promovem ações de informação por meio dos arranjos grupais análogos a CoP.

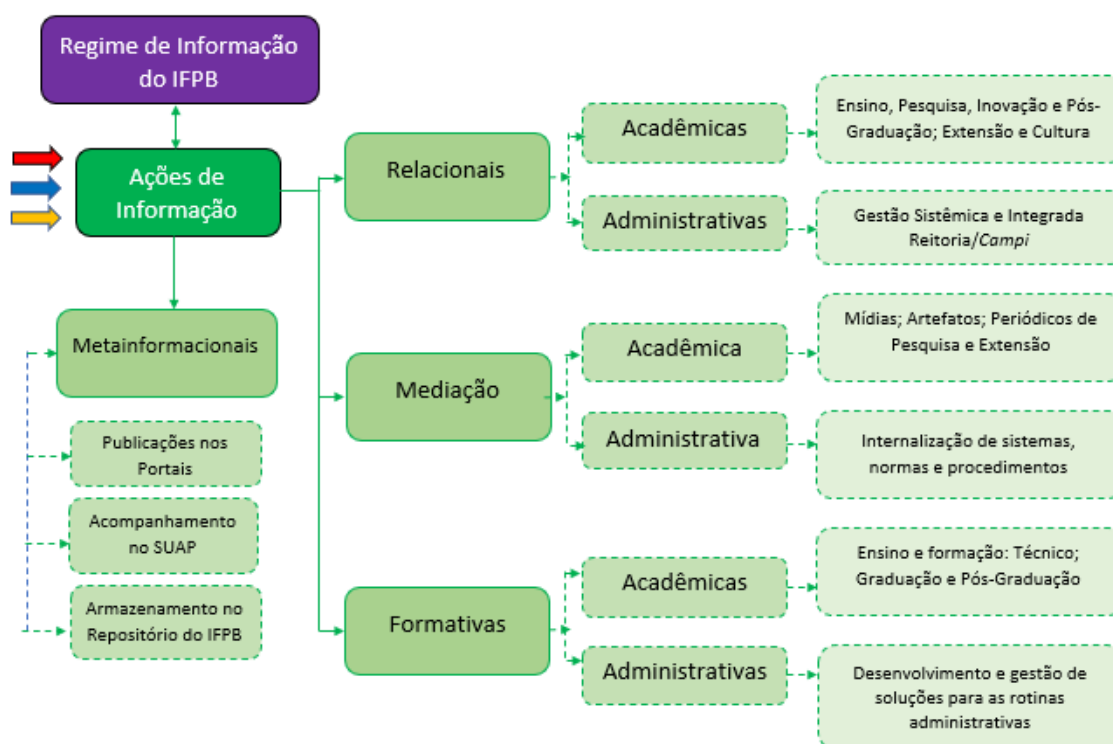
4.2.3 Ações de Informação

Os atores sociais estão intrinsecamente relacionados às ações de informação, que propõem e desenvolvem no âmbito de um regime de informação. Reciprocamente, as

ações de informação são as modalidades de ação executadas para articulação e relação entre os atores sociais. Agem em conjunto com a finalidade de produzir os resultados idealizados por estes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b).

Considerando os contextos institucional e informacional, na figura 31 é demonstrada as ações de Informação no RI do IFPB praticadas por seu atores sociais que usam e/ou criam dispositivos e artefatos de informação (setas coloridas), são apresentadas em duas frentes: as metainformacionais (publicações nos portais; acompanhamento de processos no SUAP; armazenamento no repositório) e as da tríade (relacionais; mediação; formativa) de ações acadêmicas e administrativas. As ações acadêmicas são as de: ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação, extensão e cultura (relacionais); mídias, artefatos, periódicos de pesquisa e extensão (mediação); ensino e formação: técnico integrado e subsequente, graduação e pós-graduação (formativas). Já as ações administrativas contemplam: gestão sistêmica e integrada entre a reitoria e os *campi* (relacionais); internalização de sistemas, normas e procedimentos (mediação); desenvolvimento e gestão de soluções para as rotinas administrativas (formativas).

Figura 31: Ações de Informação do RI do IFPB



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021), adaptado de Delaia (2008) e Santos (2020)

Neste estudo, o recorte foi pautado nas ações de informações acadêmicas dos atores sociais destacados anteriormente (gestores de ensino, pesquisa e extensão) que, fazendo uso de dispositivos e artefatos de informação, contribuem com o fluxo informacional por meio do arranjos grupais análogos às CoP.

4.2.4 Dispositivos de Informação

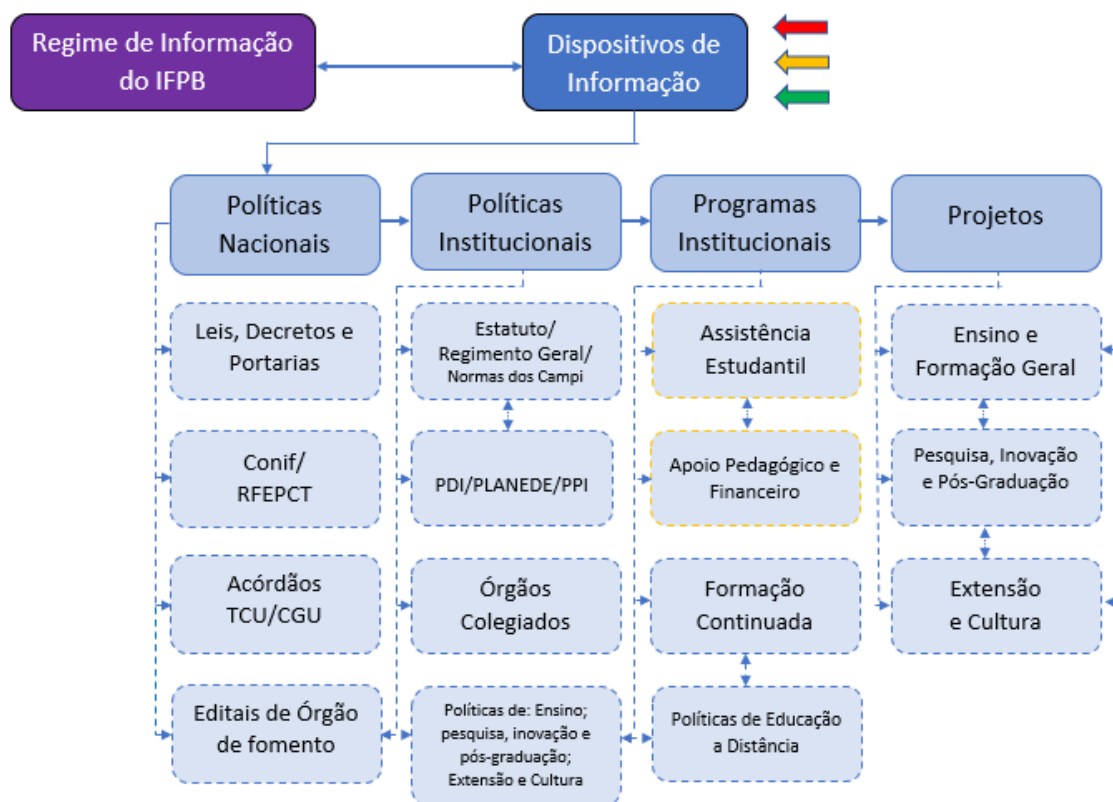
Os dispositivos de informação são considerados um mecanismo operacional, ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início, ou ainda, como González de Gómez (1999, p. 63) exemplifica, “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação”. E, como tal, grande contribuinte para o fluxo informacional em um RI. Os dispositivos devem vir antes dos artefatos porque eles os precedem devido às regras que os criam.

Considerando os contextos institucional e informacional, na figura 32 é demonstrado os dispositivos de informação do RI do IFPB, subtendendo as ações de Informação praticadas por seu atores sociais que usam e/ou criam artefatos de informação (setas coloridas). Os dispositivos são desenhados em quatro frentes, hierarquicamente constituídas, porém interdependente em sua efetivação institucional: políticas nacionais; políticas institucionais; programas institucionais; projetos.

As políticas nacionais são pautadas por meio das leis, decretos e portarias ministeriais, pelo órgão colegiado nacional (Conif) e pela rede federal (RFEPCT), por possíveis acórdãos dos órgãos de controle (TCU/CGU) e, por exemplo, pelos editais de algum órgão de fomento, passíveis de promoverem políticas de ensino; pesquisa, inovação e pós-graduação; extensão e cultura enquanto políticas institucionais. Estas, por princípio legal, são registradas no estatuto, no regimento geral e nas normas do IFPB. As projeções de futuro institucional estão inseridas nos planos de desenvolvimento estratégicos (PDI/PLANEDE) e político-pedagógico (PPI) as quais são dinamizados e/ou corrigidos pelas decisões dos órgãos colegiados (CONSUPER; CODIR; CEPE; CDC). Entre os programas institucionais, são destacados os seguintes: assistência estudantil; apoio pedagógico e financeiro; formação continuada; política de educação a distância.

Por fim, mas não menos importante, são os projetos de ensino; pesquisa, inovação e pós-graduação; extensão e cultura.

Figura 32: Dispositivos de Informação do RI do IFPB



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021), adaptado de Delaia (2008) e Santos (2020)

O recorte, neste estudo, foi pautado no dispositivos de informação, com viés acadêmico, usados pelos atores sociais (gestores de ensino, pesquisa e extensão), juntamente com os artefatos de informação em suas ações de informação por meio do arranjos grupais análogos a CoP.

4.2.5 Artefatos de Informação

Retornando a González de Gómez (2002, 2003b), os artefatos de informação, constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação. E, como tal, grande propulsor tecnológico do fluxo informacional em um RI.

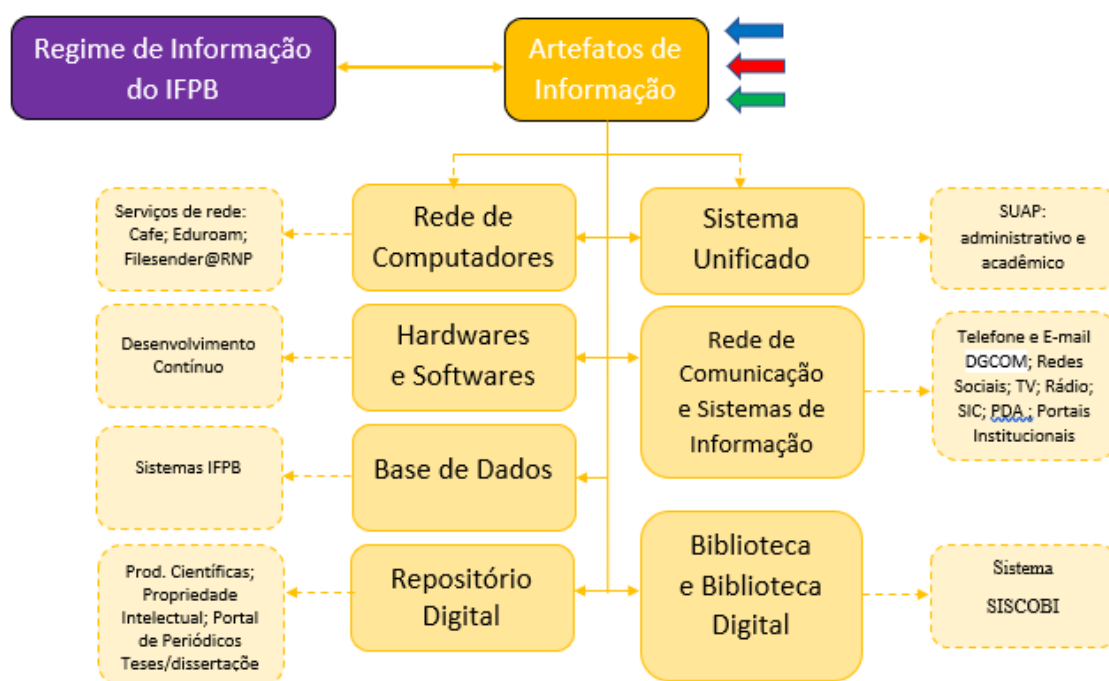
Considerando os contextos institucional e informacional apresentados anteriormente, na figura 33 é demonstrado os artefatos de informação do RI do IFPB, subentendendo as ações de Informação praticadas por seus atores sociais que usam e/ou criam dispositivos de informação (setas coloridas). Os artefatos do RI do IFPB são desenhados em sete frentes: rede de computadores; *hardwares* e *softwares*; bases de dados; (administrativos e acadêmicos) conectados por meio de serviços de rede; repositório digital; sistema unificado; rede de comunicação e sistemas de informação; biblioteca e biblioteca digital.

A rede de computadores procura proporcionar estrutura para que os recursos de informação sejam compartilhados rapidamente, com segurança e de forma confiável por meio de serviços de rede, a exemplo de serviços de rede: Cafe; Eduroam e Filesender@RNP. Os *hardwares* e *softwares*, fundamentais para o funcionamento das redes de computadores, estão em processo de desenvolvimento contínuo para atendimento das demandas administrativas e pedagógicas. Por conseguinte, as bases de dados tornam possível o funcionamento dos sistemas do IFPB, sobretudo os endógenos; repositório digital, que armazena os dados da propriedade intelectual e as produções científicas no portal de periódicos teses/dissertações. O sistema unificado é possível por meio do SUAP que otimiza ações administrativas e acadêmicas. Já a rede de comunicação e os sistemas de informação apresentam-se diversificados via telefone, e-mail institucional, redes sociais, TV, rádio, SIC, PDA, portais institucionais, além das ações da DGCOR.

Embora não haja administração centralizada, as Bibliotecas dos campi IFPB fazem uso de sistemas de classificação do acervo (CDU e AACR-2) e de gerenciamento da informação, o Sistema de Controle Bibliográfico (SISCOBI), desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFPB do Campus João Pessoa (BRASIL, 2015). Por fim, de forma ainda incipiente, bibliotecas de alguns *campi* também utilizam o Koha, um sistema de licença aberta que permite o gerenciamento integrado das diversas

bibliotecas do IFPB. Ademais, dinamiza serviços à comunidade (consulta ao acervo e a renovação de empréstimos) de forma on-line,

Figura 33: Artefatos de Informação do RI do IFPB



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021), adaptado de Delaia (2008) e Santos (2020)

Os artefatos de informação, como recorte neste estudo, são aqueles que propulsores tecnológicos do fluxo informacional em um RI com foco acadêmico. São os usados pelos atores sociais (gestores de ensino, pesquisa e extensão), juntamente com os dispositivos, em suas ações de informação por meio dos arranjos grupais análogos às CoPs.

À guisa de conclusão desta subseção, foi possível estabelecer a categorização dos cinco elementos do RI, conforme exposto teoricamente à luz do campo de pesquisa da CI. Ademais, a aplicação estudo do caso (parte da pesquisa documental) fundamentou o desenho do RI do IFPB na sua totalidade funcional como comunidade acadêmica. O recorte de um RI a partir da gestão do seu tripé acadêmico foi contemplado na subseção 4.4, considerando a tipificação dos arranjos grupais análogos às comunidades de prática

a partir de registros de ações de informação sobre gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição (subseção 4.3).

4.3 TIPIFICAÇÃO DE ARRANJOS GRUPAIS ANÁLOGOS ÀS COMUNIDADES DE PRÁTICA

Nesta subseção são apresentados os resultados, análises e discussões sobre o eixo temático 3: arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB. Esta demanda foi atendida em duas frentes: indícios de atividades registradas por meio de pesquisa documental em relatórios anuais do IFPB; indícios e/ou evidências sobre os arranjos grupais análogos às CoPs da instituição a partir da análise das respostas do questionário aplicado.

4.3.1 Indícios nos relatórios anuais de atividades

A partir do encadeamento das ligações entre a problemática da pesquisa e os indícios extraídos dos documentos selecionados, buscou-se formular explicações para uma anotação coerente dos fatos por meio das atividades/ações de informação registradas nos relatórios, sendo possível recolher indícios, tanto em dados como em informações acerca de parcela do objeto de estudo.

Desse modo, o objetivo específico 3 foi pautado nas atividades análogas às CoPs propostas por Wenger (1998; 2009) e Álvares (2010) e, por meio de brauseio em documentos salvos em PDF, foram identificados indícios nos relatórios anuais integrados de gestão da instituição, período 2015-2019, nos arranjos grupais análogos às CoP no IFPB. Para tanto, definiu-se as categorias (e subcategorias): comunicação (e-mails; websites de publicação de conteúdo); relacionamentos (participação individual; bate-papo; encontros; conferências on-line); cultivo da comunidade (contexto; lista de discussão; *e-learning*); compartilhamentos (documentos; projetos; acesso a expertise.). Desse modo, especificou-se indícios em atividades de gestão do tripé acadêmico.

Nos registros e período considerados, a comunicação é possibilitada pelos seguintes canais: e-mail institucional, extensivo a todos os servidores para atendimento de demandas solicitadas, as quais também ocorrem via memorando com acompanhamento de possíveis dúvidas por telefone institucional e/ou mensagens no privado ou em grupos de *whatsapp*; disponibilização e/ou consultas em site institucional (Portal do IFPB, Portal do Servidor, Portal do Estudante, Portal da TI, Portal da Transparência) sites de notícias locais e sites diversos e páginas na internet; publicação de conteúdos a exemplo de resoluções, normas e procedimentos, editais, plano de dados abertos, produção técnico-científica do IFPB em revistas próprias (pesquisa e de extensão), e em site institucional.

Os indícios de atividades de relacionamentos estão sinalizados na participação individual: possibilidade da participação do cidadão na gestão pública visto que qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar pedidos de acesso à informação por meio do Portal da Instituição; embora não haja registro de “bate-papo” nos relatórios, está subentendida como uma importante atividade informal com contribuições nas ações formais; os encontros podem ser exemplificados pela promoção e/ou participação em eventos de reconhecido relevo para as áreas de ensino, pesquisa, inovação e extensão; além das conferências on-line de qualificação e aperfeiçoamento, existem aquelas das demandas diárias da gestão do tripé acadêmico.

O cultivo da comunidade se dá por meio de atividades que consideram: o contexto em que as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em escala local, regional, nacional e internacional, refletindo o uso do saber em intervenções sociais; lista de discussão sobre gestão acadêmica, atividades sistêmicas, quadro-diagnóstico da micropolítica da instituição, início, avaliação e/ou fechamento de cursos, temáticas centrais de ensino, pesquisa, inovação e extensão; o *e-learning*, em crescimento, registra a ampliação de polos e outras atividades que resultaram na obtenção do conceito 5 na avaliação do INEP/MEC (2019) em Educação a Distância (EaD).

Ademais, no que se refere aos registros de prática de compartilhamentos, estão em destaque: compartilhamento de documentos, inclusive os documentos oficiais do IFPB emitidos por meio do SUAP e/ou disponibilizados no portal eletrônico da instituição para acesso e compartilhamento; o compartilhamento de projetos, especialmente com foco em desenvolvimento pedagógicos (de ensino), de pesquisa, de inovação e de extensão e cultura; o acesso a expertise das atividades, serviços de tecnologia digital, informação e ao conhecimento produzidos na instituição, registrados nos relatórios e disponíveis no

repositório, bem como no compartilhamento de experiências de ensino, pesquisa e extensão, reflexo, por exemplo, das atividades em laboratórios e o acúmulo de capital intelectual na instituição. O quadro 28 resume o conjunto desses indícios.

Quadro 28: Síntese de indícios de atividades típicas de CoPs no IFPB (I)

Categoria	Subcategoria	Registros nos Relatórios Anuais de Gestão dos Campi (2015 a 2020)
Comunicação	E-mails	Demandas solicitadas via e-mail e memorando; acompanhamento de possíveis dúvidas por telefone e e-mail;
	Websites (<i>sites*</i>)	Disponibilização e/ou consultas em site institucional, sites de notícias locais e sites diversos e páginas na internet;
	Publicação* de conteúdo	Publicações: resoluções, normas e procedimentos; editais; Plano de Dados Abertos; produção técnico-científica do IFPB em revistas próprias (pesquisa e de extensão); site institucional;
Relacionamentos	Participação* individual	Participação do cidadão na gestão pública permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação por meio do Portal da Instituição;
	Bate-papo	SEM REGISTRO
	encontros* (eventos*)	Promoção e/ou participação de eventos de reconhecido relevo para as áreas de ensino, pesquisa, inovação e extensão;
	Conferências <i>On-line*</i>	Serviços <i>On-line</i> direcionados aos usuários da biblioteca digital; reuniões, treinamentos e palestras;
Cultivo da comunidade	Contexto	Ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos contextos local, regional, nacional e internacional que reflitam o uso do saber em intervenções sociais;
	Lista de discussão	Sobre: gestão acadêmica; atividades sistêmicas; quadro-diagnóstico da micropolítica da instituição; início, avaliação e/ou fechamento de cursos; temáticas centrais de ensino, pesquisa, inovação e extensão;
	<i>E-Learning</i>	Ampliação de polos e outras atividades que resultaram na obtenção do conceito 5 na avaliação do INEP/MEC (2019) em Educação a Distância (EaD);
Compartilhamentos	Compartilhamento de documentos	Documentos oficiais do IFPB emitidos por meio do SUAP e/ou disponibilizados no portal eletrônico da instituição para acesso e compartilhamento;
	Compartilhamento de projetos	Desenvolvimento de projetos pedagógicos (de ensino), de pesquisa, de inovação e de extensão e cultura;
	Acesso a expertise	Acesso às atividades, serviços de tecnologia digital, informação e ao conhecimento produzidos na instituição, sinalizados nos relatórios e disponíveis no repositório; compartilhamento de experiências de ensino, pesquisa e extensão; de laboratórios e de capital intelectual.
*Alternativa usada quando o brauseio do termo sugerido pelos autores não obteve registro nos relatórios.		

Fonte: Adaptado de Wenger (1998; 2009); Álvares (2010); IFPB (2015, 2016, 2017, 2018, 2019e, 2020)

Outrossim, admitindo-se as atividades supracitadas como ações de informação registradas nos RIG do IFPB, os dados encontrados e registrados no Quadro anterior, foram representados como mais um indício em direção a credibilidade aos resultados da aproximação conceitual e metodológica em ter CoP e RI (Subseção 4.1) Especificamente, entende-se que os elementos estruturantes de RI e CoP podem ter como elo as ações de informação, por elas servirem de articulação entre os atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais, aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003; FREIRE, 2018). O quadro 29 apresenta indícios no âmbito do registro das atividades/ações de informação (tríade: relacionais; mediação; formativa) acadêmicas nos relatórios da instituição.

Quadro 29: Atividades/ações de informação e seus indícios nos relatórios

Atividades/ações de informação	Categoria	Subcategoria
Mediação	Compartilhamentos	Compartilhamento de documentos; Compartilhamento de projetos; acesso a expertise
Formativas	Cultivo da comunidade	Contexto; Lista de discussão; <i>e-Learning</i>
Relacionais	Relacionamentos	Participação* individual; Bate-papo; encontros* (eventos*); Conferências <i>On-line</i> *
	Comunicação	<i>E-mails</i> ; <i>websites (sites*)</i> ; Publicação* de conteúdo
*Alternativa usada quando o brauseio do termo sugerido pelos autores não obteve registro nos relatórios.		

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Nesse sentido, pode-se inferir que os resultados desses dois procedimentos indiciários sinalizaram a relação proximal de evidências sobre arranjos grupais análogos às CoPs, pois tais atividades/ações de informação, embora sejam registros formais (nos relatórios) de grupos de atores sociais da instituição, os mesmos podem, segundo Wenger (1998) contribuir com uma das características das CoP: informalidade no seu funcionamento baseado no interesse compartilhado em aprender e em aplicar uma prática comum. Por conseguinte, buscou-se outros indícios para demonstrar possíveis evidências das existências de arranjos grupais análogos às CoPs no sentido de corroborar Wenger (1998) quando assinala que uma CoP é uma entidade de pessoas unidas por três dimensões: engajamento mútuo, empreendimento conjunto e repertório compartilhado.

Por meio da análise das respostas do questionário aplicado, a próxima subseção buscou atender essas e outras demandas correlatas, inicialmente, as questões socioinstitucionais dos respondentes, seguida das questões específicas do objeto desse estudo.

4.3.2 Índícios e/ou evidências nas repostas dos gestores do tripé acadêmico

Os resultados exibidos relativos a primeira parte do questionário, caracterizam o perfil socioinstitucional dos respondentes enquanto sujeitos de pesquisa (gênero, faixa etária, formação acadêmica, faixa de anos trabalhados na educação, no geral e, especificamente o IFPB, vínculo, cargo e função). O quadro 29, preenchido de acordo com a ordem de recebimento das respostas, concentra o panorama geral dos dados coletados e organizados sobre as questões socioinstitucionais dos 19 respondentes.

Quadro 29: Perfil socioinstitucional dos sujeitos de pesquisa

Respondentes	Gênero	Faixa etária	Formação acadêmica	Faixa de anos de trabalho na/no		Vínculo	Cargo	Função
				Educação	IFPB			
R 01	F	38 a 47	Dr.	11 a 20	0 a 10	DE	D	CEC
R 02	M	28 a 37	Dr.	11 a 20	0 a 10	DE	D	DDE
R 03	M	38 a 47	Me	0 a 10	0 a 10	T40	T	CEC
R 04	F	48 a 57	Dr.	21 a 30	21 a 30	DE	D	PR
R 05	F	18 a 37	Me	0 a 10	0 a 10	DE	D	CEC
R 06	M	28 a 37	Me	0 a 10	0 a 10	DE	T	CPI
R 07	F	28 a 37	Me	0 a 10	0 a 10	DE	D	CPI
R 08	M	38 a 47	Me	11 a 20	0 a 10	DE	D	CPI
R 09	M	28 a 37	Dr.	0 a 10	0 a 10	DE	D	DS
R 10	F	48 a 57	Dr.	21 a 30	21 a 30	DE	D	DDE
R 11	M	48 a 57	E	21 a 30	0 a 10	DE	D	CEC
R 12	F	38 a 47	Dr.	0 a 10	0 a 10	DE	D	CEC
R 13	F	28 a 37	Dr.	11 a 20	0 a 10	DE	D	DS
R 14	F	38 a 47	Dr.	11 a 20	11 a 20	DE	D	DDE
R 15	M	38 a 47	E	11 a 20	11 a 20	T40	T	DDE
R 16	M	48 a 57	E	0 a 10	0 a 10	DE	D	DDE
R 17	F	28 a 37	Me	0 a 10	0 a 10	T40	T	CEC
R 28	M	38 a 47	Me	0 a 10	0 a 10	DE	D	DDE
R 19	F	28 a 37	Dr.	0 a 10	0 a 10	DE	D	CPI

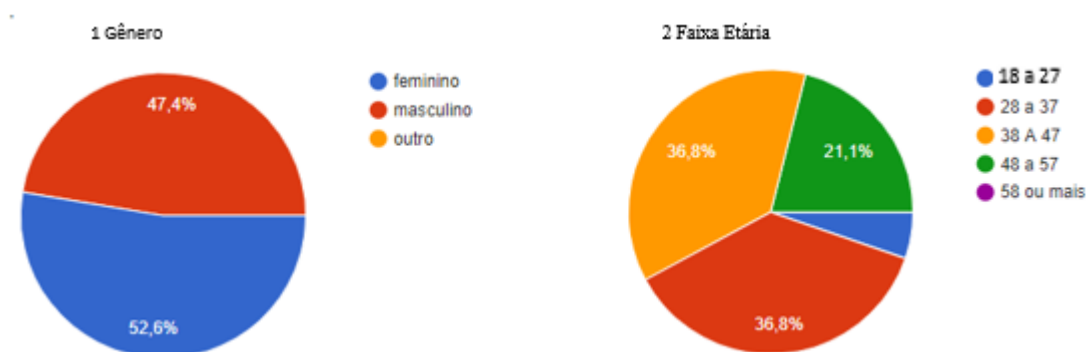
Legenda: respondentes (R); outro (O), feminino (F), masculino (M); aperfeiçoamento (A), especialização (E), mestrado (Me), doutorado (Dr.); carga horária semanal (T20 ou T40), dedicação exclusiva (DE); técnico (T), docente (D); diretor(a) de desenvolvimento de ensino (DDE); coordenador(a) de pesquisa e inovação (CPI) coordenador(a) de extensão e cultura (CEC); diretor(a) sistêmico (a) (DS), pró-reitor(a) PR)

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

A priori, sobre o aspecto geográfico de uma instituição que atua com 21 *campi* localizados em 19 municípios do território paraibano, ressalta-se que os sujeitos de pesquisa, em sua totalidade estavam separados fisicamente no momento que enviaram suas respostas, embora realizassem suas atividades por meio remoto. Esta situação foi decorrente de medidas protetivas de combate à crise sanitária decorrente da pandemia do coronavírus. Isso sinaliza que as relações sustentadas por meio de TDICs via internet podem viabilizar as atividades da comunidade acadêmica, incluso arranjos grupais análogos às CoPs, superando limites territoriais, mesmo se tratando de uma situação emergencial.

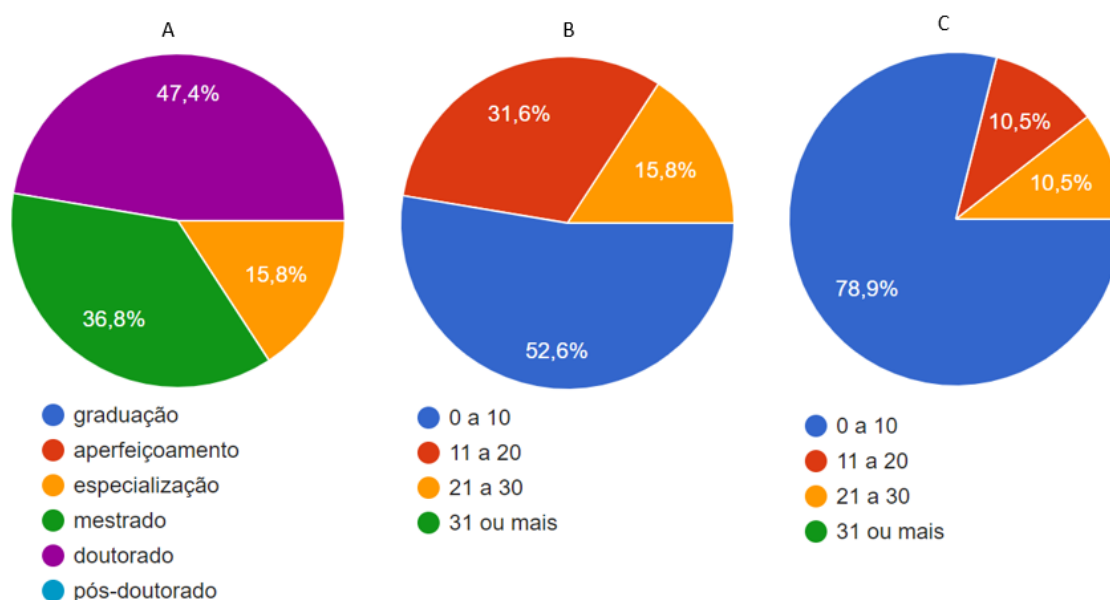
Embora os dados demonstrem equilíbrio, a maioria dos respondentes é do gênero feminino (52,6%) e está na faixa etária entre 28 e 47, conforme apresentado, respectivamente, nos gráficos 1 e 2.

Gráficos 1 e 2: Gênero e Faixa Etária



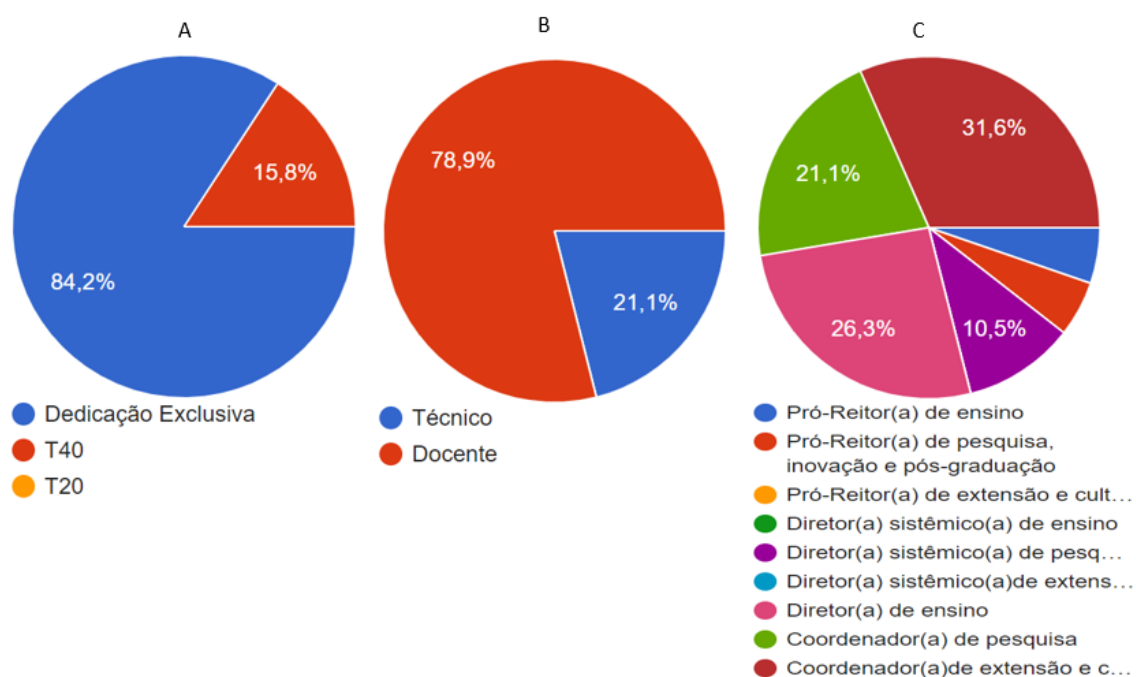
Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Apresentados em conjunto, a formação acadêmica (Gráfico 3A), o tempo em anos de trabalho na área da educação (Gráfico 3B) e, especificamente, no IFPB (Gráfico 3C), seja como gestor, técnico, docente ou outra função, refletem expressiva qualificação já que todos os respondentes possuem pós-graduação, sendo a maioria formada por doutores (47,4%). Ademais, apresenta sinalização de renovação no quadro, inclusive de gestores do tripé acadêmico, visto que a maior parte trabalha na instituição há 10 anos, no máximo. Isso é um reflexo das contratações de novos servidores para atender as demandas da expansão da RFEPCT em todo o país, conforme descrito na subseção 4.2.

Gráficos 3A, 3B e 3C: Formação acadêmica e tempo de trabalho

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

No tocante ao vínculo ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Gráfico 4A), 84,2% dos respondentes são de dedicação exclusiva, o que sinaliza maior possibilidade de envolvimento com as demandas da instituição. Destes, 78,9% têm o cargo de docente (Gráfico 4B), contribuindo assim com a perspectiva de se ter melhor leitura sobre as ações de informação no tripé acadêmico da instituição porque os sujeitos de pesquisa atuam, simultaneamente, como docentes e gestores. Das 9 funções especificadas no gráfico 4C, 31,6% dos respondentes são coordenadores(as) de extensão e cultura, seguido de diretores de desenvolvimento de ensino (26,%) e coordenadores de pesquisa (21,1%), isto considerando a função atual ou exercida por mais tempo nos últimos 6 anos, conforme justificado na subseção 3.2. No geral, baseado nesses dados, supõem-se que os respondentes são dotados, minimamente, de competências de informação capaz de dinamizar seu desempenho profissional na sociedade da informação e, desse modo, fazer uso/parte de arranjos grupais que atendam as demandas por meio de um melhor fluxo informacional na instituição.

Gráficos 4A, 4B e 4C: Vínculo, cargo e função

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Com base no exposto pelos resultados, é possível constatar que as questões socioinstitucionais caracterizam os servidores do IFPB de forma eclética face aos elementos considerados.

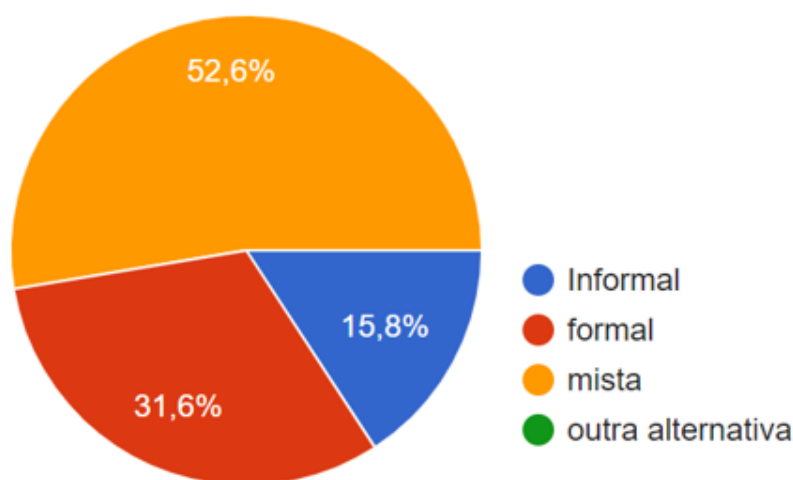
A seguir, são apresentados, analisados e discutidos os resultados qualitativos da segunda parte do questionário com base na análise de conteúdo (AC) e de acordo com o eixo temático 3. Fundamentado na aproximação de suas abordagens, dividiu-se as 11 (onze) questões em 4 grupos, visando uma compreensão das características dos arranjos grupais análogos às CoPs: como ocorrem e em que tipo de ambiente (Questões 1 e 2); características: objetivo, participantes, afinidades e duração (Questões 3, 4, 5 e 6); frequências, habilidades, benefícios e dificuldades (Questões 7, 8 e 9); indícios de exemplos de boas práticas na instituição (Questões 10 e 11). Nas questões de 1 a 10, a abordagem foi relativa à ação do respondente em seu segmento de atuação como gestor.

4.3.2.1 Como ocorrem e em que tipo de ambiente

Com o objetivo de identificar como e em que tipo de ambiente ocorrem os arranjos grupais análogos às CoPs, as respostas das Questões 1 e 2 do questionário permitiram acesso aos resultados apresentados a seguir.

Na Questão 1, a maioria dos respondentes (52,6%) aponta que a maneira como ocorrem os arranjos grupais no segmento do tripé acadêmico é, principalmente, mista (formal e/ou informal), seguido da formal (31,6%) e informal (15,8%), conforme demonstrado no Gráfico 5. Visto que, geralmente, têm origem informal (CAPRA, 2003), pode-se inferir que as CoPs também possam contribuir para desenvolver um produto ou prestar um serviço como ocorre num grupo de trabalho formal (WENGER; SNYDER, 2001).

Gráfico 5: Como ocorrem os arranjos grupais

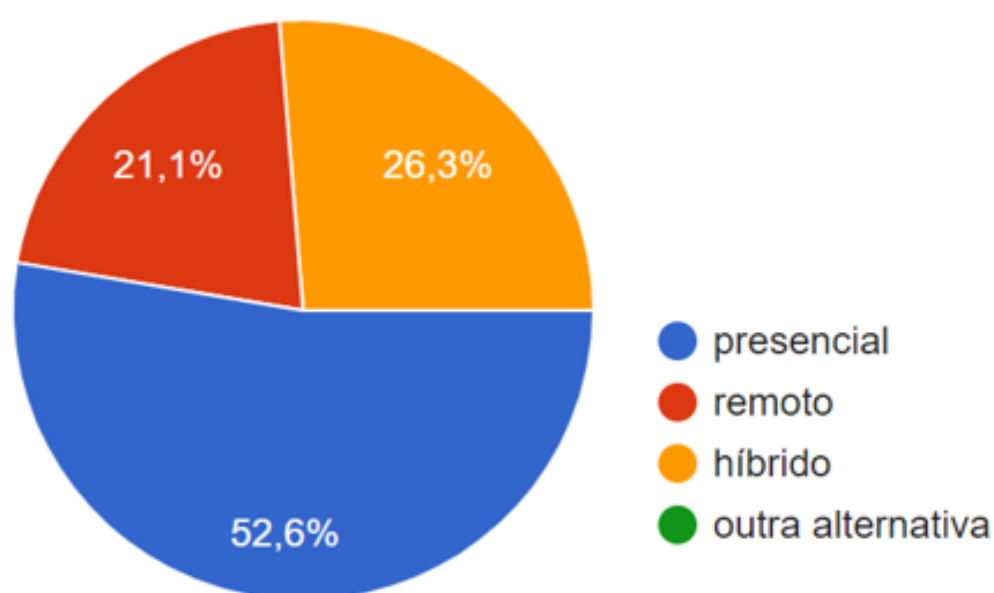


Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

No tocante a Questão 2 – “Considerando o contexto anterior à pandemia do Novo Coronavírus, você percebia o funcionamento dos arranjos grupais no seu segmento, principalmente, por meio: (presencial, remoto, mista ou outra alternativa?)”, 52,6% apontam o meio presencial, seguido pela mista (26,3%) e o remoto (21,1%). De outro modo, admitindo também como remoto a metade do presencial (26,3%),

somando-a com o percentual do remoto das respostas, pode-se inferir que este meio misto (sendo, assim 52,6%), que era uma alternativa potencial antes da crise sanitária, pode se consolidar no atual momento e/ou no pós-pandêmico como alternativa ambiental de funcionamento dos arranjos grupais, inclusive aqueles possivelmente análogos às CoPs.

Gráfico 6: Ambiente de funcionamento dos arranjos grupais



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

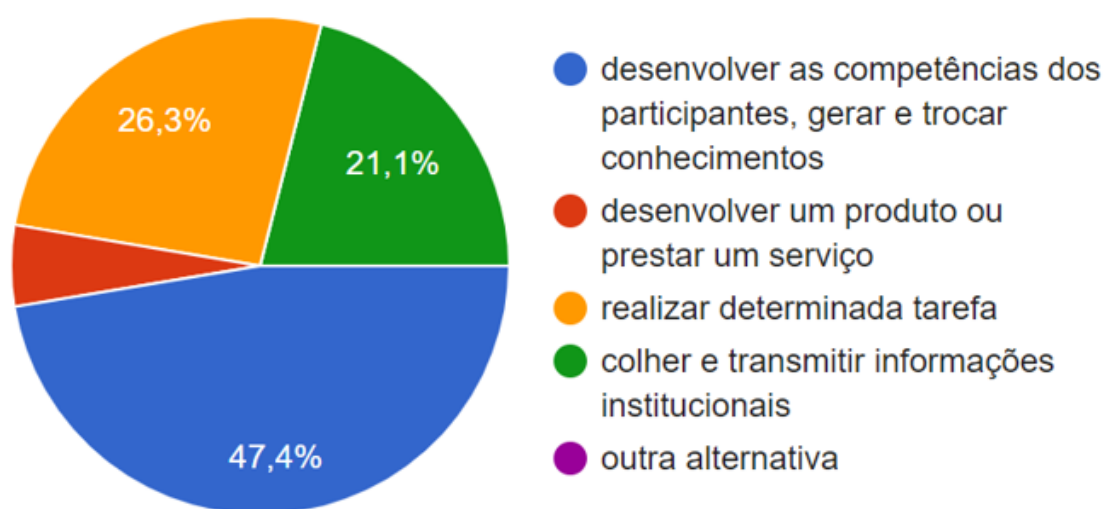
Considerando que os arranjos grupais ocorrem mais de forma mista (formal e/ou informal) e seu ambiente de funcionamento mais comum é o presencial, seguido pelo híbrido (presencial e/ou remoto), pode-se inferir que tais indícios análogos às CoPs são parte da realidade da gestão do tripé econômico do IFPB. Todavia, mesmo não configurando uma evidência, corrobora Lave e Wenger (1991) ao afirmarem que a aprendizagem engajada em CoPs pode acontecer em todos os lugares da atividade humana.

4.3.2.2 Particularidades: objetivo, participantes, afinidades e duração

Os resultados a seguir são apresentados com o objetivo de caracterizar os arranjos grupais análogos às CoPs por meio de particularidades (objetivo, participantes, afinidades e duração) solicitadas nas questões 3, 4, 5, e 6. Após análise das sugestões do pré-teste do questionário, foi dada a possibilidade de se marcar mais de uma alternativa nas questões 5 e 6.

Na Questão 3, sobre o objetivo principal dos arranjos grupais, a alternativa “desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos” obteve o maior percentual das respostas (47,4%), seguida pela de “realizar determinada tarefa”, com 26,3%. Em penúltima, “colher e transmitir informações institucionais” (21,1%) e, por último, “desenvolver um produto ou prestar um serviço” obteve apenas 5,2%, conforme demonstrado no gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7: Objetivo principal dos arranjos grupais

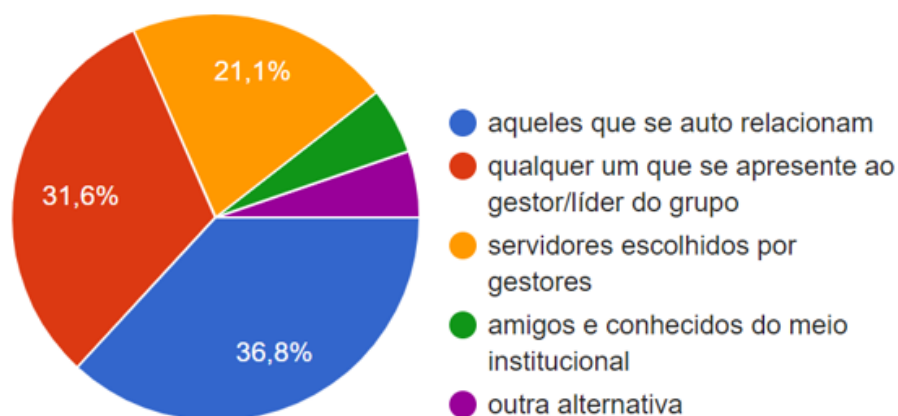


Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Na questão 4, sobre as características dos participantes dos arranjos grupais, a alternativa “aqueles que se auto relacionam” obteve maior percentual de respostas (36,8%), embora equilibrado com “qualquer um que se apresente ao gestor/líder do grupo”, com 36,1%. Já a alternativa “servidores escolhidos por gestores” obteve o

terceiro percentual (21,1%), seguido de “amigos e conhecidos do meio institucional” e “outra alternativa”, com 5,25% das respostas, conforme demonstrado no gráfico 8

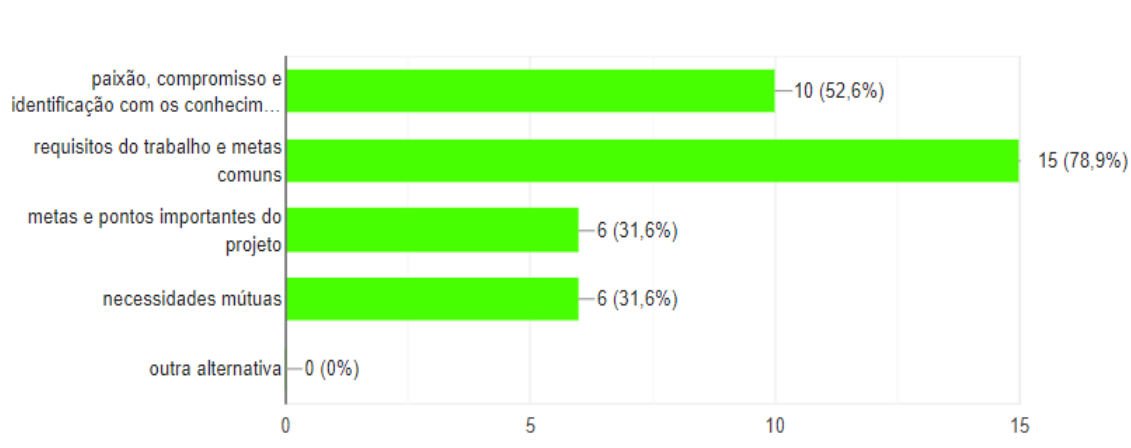
Gráfico 8: Características dos participantes dos arranjos grupais



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Já na questão 5, sobre as afinidades nos arranjos grupais, a alternativa referente a “requisitos do trabalho e metas comuns” obteve maior percentual (78,9%). Todavia, a que se refere a uma CoP, ou seja, “paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos especializados do grupo”, obteve o segundo maior e significativo percentual (52,6%). As alternativas “metas e pontos importantes do projeto” e “necessidades mútuas” obtiveram, cada uma, 31,6% das respostas, conforme demonstrado no gráfico 9 abaixo.

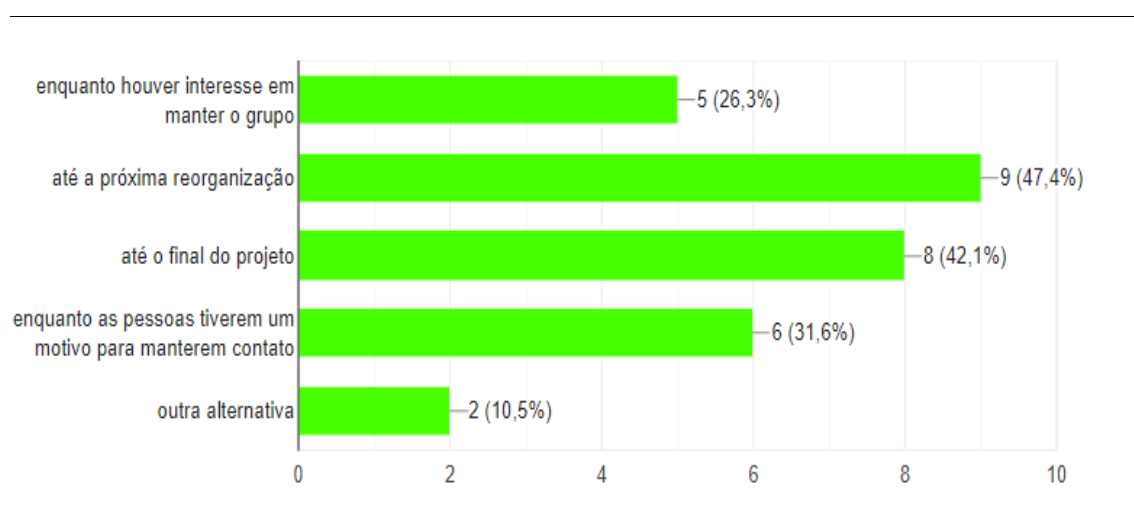
Gráfico 9: Afinidades nos arranjos grupais



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

No tocante à questão 6, sobre a manutenção dos arranjos grupais, a alternativa que representa a duração de uma CoP “enquanto houver interesse em manter o grupo” obteve o quarto percentual (26,3%) das respostas, sendo superada pelas alternativas “até a próxima reorganização (47,4%), “até o final do projeto” (42,1%), e “enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato (31,6%). “Outra alternativa” obteve 10,5%, conforme demonstrado no gráfico 10.

Gráfico 10: Manutenção dos arranjos grupais



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

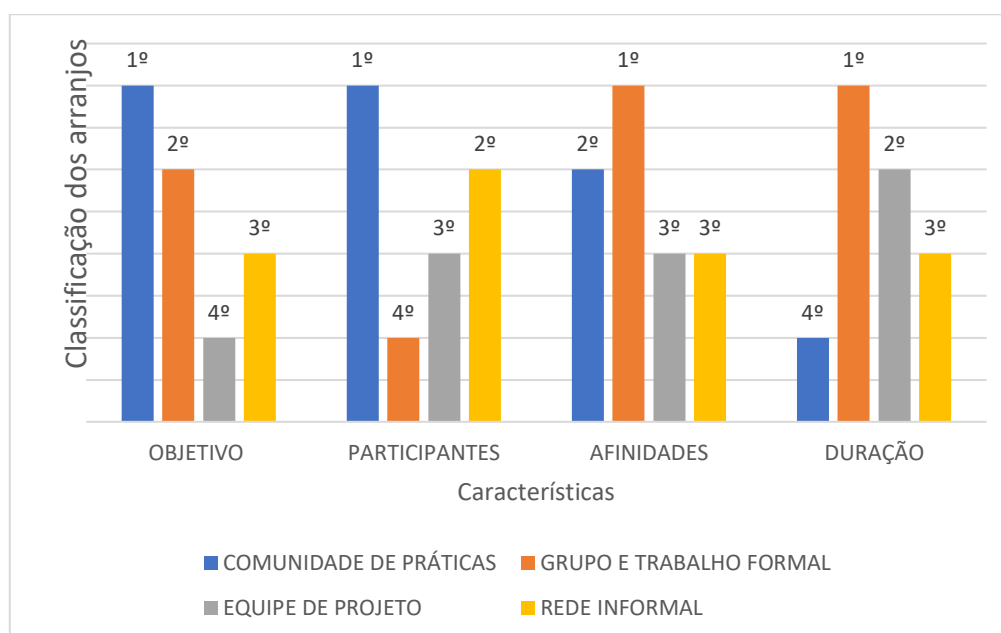
Outrossim, concentrando e analisando as respostas das Questões 3, 4, 5, e 6 (Tabela 1) buscou-se confirmar indícios de arranjos grupais análogos às CoPs a partir das características que definem uma CoP e outros tipos de arranjos organizacionais (WENGER; SNYDER, 2001). Embora todas as respostas não possam comprovar a existência de CoPs, pode-se inferir que elas confirmam as dimensões, engajamento, reflexão e alinhamento (WENGER, 2001), fazendo-se presentes nas práticas, de acordo com as percepções dos respondentes, mesmo que eles não tenham, em nenhuma resposta, denominados suas ações em grupo como sendo uma comunidade de prática.

Tabela 1: Relação arranjos/características conforme percepção dos respondentes

ARRANJO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	AFINIDADES	DURAÇÃO
COMUNIDADE DE PRÁTICAS	47,4% Desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos.	36,8% Participantes que se auto relacionam.	52,6% Paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos especializados do grupo.	26,3% Enquanto houver interesse em manter o grupo.
GRUPO E TRABALHO FORMAL	5,2% Desenvolver um produto ou prestar um serviço.	36,1% Qualquer um que se apresente ao gestor/líder do grupo.	78,9% Requisitos do trabalho e metas comuns.	47,4% Até a próxima reorganização para desenvolver um projeto ou tarefa.
EQUIPE DE PROJETO	26,3% Realizar determinada tarefa.	21,1% Servidores escolhidos por gestores.	31,6% As metas e pontos importantes do projeto.	42,1% Até o final do projeto.
REDE INFORMAL	21,1% Colher e transmitir informações institucionais.	5,2% Amigos e conhecimentos do meio institucional.	31,6% Necessidades mútuas	31,6% Enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato.
OUTRO	0%	5,2%	0%	10,5%

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022, adaptado de Wenger e Snyder (2001) e Ipiranga *et al.* (2005)

Destarte, considerando a classificação dos arranjos grupais conforme percepção dos respondentes (Gráfico 11), pode-se inferir que os indícios mais evidentes sobre a existência de CoPs entre os gestores do tripé acadêmico do IFPB estão explícitos nas características “objetivo” e “participantes”, os quais obtiveram os maiores percentuais das respostas, seguido da característica de “afinidade”, com registro significativo, colocando -a em segundo lugar. Entretanto, entre as quatro características apresentadas, a característica “duração” da CoP obteve a última colocação. Ademais, há de se registrar que o arranjo “grupo de trabalho formal” obteve a primeira colocação nas características “afinidades” e “duração”, sinalizando um contraponto (não uma negação) às CoPs, marcada por engajamento informal (LAVE; WENGER, 1991). Em síntese, percebe-se uma disponibilidade clara de ações formais potencializadas por práticas informais de arranjos grupais visando, entre outros interesses, a solução de problemas de gestão das demandas do tripé acadêmico no IFPB.

Gráfico 11: Classificação dos arranjos grupais conforme percepção dos respondentes

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Considerando que o termo CoP não foi usado na formulação do questionário, conforme comentado na metodologia da pesquisa (seção 3), acredita-se que as percepções dos respondentes foram preservadas em suas apreensões sobre os objetivos, participação e da razão de afinidade como parte e perspectiva de maior duração do arranjo grupal. Por conseguinte, inferir que há indícios de arranjos grupais análogos às CoPs ganha força, sendo mais um passo no sentido de se evidenciar seu uso pelos respondentes corrobora Wenger (1998) quando salienta a existência de CoPs em ações como compartilhamento, modos de fazer, experiências, histórias e formas de abordagens de problemas recorrentes, mesmo que não tenham consciência da denominação de tal prática, pois, como afirma Gropp e Tavares (2006, p. 53), “[...] estamos sempre e continuamente aprendendo em constelações de comunidades de prática, que variam desde as mais formais, até as mais fluidas, e se desenvolvem no tecido informal das organizações”.

4.3.2.3 Frequências de uso, habilidades, benefícios e dificuldades

Com o objetivo de apontar as frequências de uso, habilidades, benefícios e dificuldades do processo de geração e/ou troca de informações e conhecimentos nos arranjos grupais análogos às CoPs, as respostas das questões 7, 8 e 9 do questionário permitiram acesso aos resultados apresentados a seguir.

Na questão 7 - “Com que frequência você recorre aos membros dos arranjos grupais como fonte de informação e/ou conhecimento” -, a alternativa “pelo menos uma vez por semana” obteve o maior número de respostas (13), seguida por recorrência quinzena (2) e mês (2), além de “por dia” (1) e “outra alternativa” (1). Este registro de frequência semanal dominante na solicitação de ajuda aos membros dos arranjos grupais como fonte de informação e/ou conhecimento sinaliza estímulo e/ou engajamento e corrobora Wenger, Mcdermott e Snyder (2000) ao defenderem que o estímulo deve ser constante durante o ciclo de vida das CoPs, evitando redução do ritmo da troca de conhecimentos e da capacitação para a inovação.

Gráfico 12: Frequência de uso dos arranjos grupais como fonte



Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Sobre a questão 8 – “Os membros dos arranjos grupais no seu segmento sabem o que, a quem e como solicitar informações com foco na solução de um problema?” – as

respostas que apontam habilidades dos membros no segmento dos 19 respondentes (R) são quase 100% afirmativas, sendo apenas uma “às vezes”, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Frequência de uso e habilidades nos arranjos grupais

Síntese das ideias centrais da Análise de Conteúdo	Resultados quantitativos	
	19 Resp.	100 %
A – Normal, sem ressalvas	12	63,1
B – Normal, com ressalvas de intensidade e habilidades	6	31,6
C - Às vezes	1	5,3

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

As respostas “sim”, considerando aspectos de intensidade, foram apontadas pelos respondentes como sendo “normal”, sem e com ressalvas, e “às vezes”. As “normal” sem ressalvas correspondem a 63,1% das respostas e, 31,6%, apontaram ressalvas relativas à intensidade, experiência e irregularidade dos membros em suas ações nos arranjos grupais ao solicitar informações com foco na solução de um problema. Sendo assim, os respondentes apontaram que o percentual e a frequência de uso dos arranjos grupais em relação a intensidade são: “sempre recorrem a coordenação” (R1); “em sua maioria” (R18). No que tange as habilidades, “a partir das experiências” (R5) dos membros, o R10 destaca que os “arranjos são prioritariamente compostos por conhecedores dos processos” e, quando não, as “informações são esclarecidas dentro do próprio arranjo grupal” (R19), ou até “quando não o sabem, perguntam para os membros [mais experientes] onde e como buscar fora do arranjo grupal” (R13). Apenas um respondente apontou “às vezes” (R12).

Portanto, a frequência de uso e habilidades nos arranjos grupais corrobora Lira (2019, p.136) quando ela destaca que é preciso ter “competências e habilidades para participar de comunidade de prática”.

Sobre a questão 9 - “Cite um benefício e uma dificuldade da geração e/ou troca de informações e conhecimentos entre membros do seu segmento” -, dos 19 respondentes 5 não apontaram benefícios e 1 apontou que não percebeu dificuldades no processo especificado. Todavia, mostrou-se os resultados da análise de conteúdo sobre as respostas

(e/ou fragmentos) das categorias “benefícios” (19) e “dificuldades” (18), conforme demonstrado nas tabelas 3 e 4.

Os benefícios são demonstrados por meio de 5 categorias: domínio do segmento (I); agilidade na resolução dos problemas (II); comunicação, troca/compartilhamento (III); Organização dos conhecimentos e processos acadêmicos (IV); Padronização das ações (V), conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Benefícios nos arranjos grupais análogos às CoPs

Síntese das ideias centrais da Análise de Conteúdo	Resultados quantitativos	
	19 Resp.	100%
I- Domínio do segmento	2	11
II - Agilidade na resolução dos problemas	7	37
III- Comunicação, troca/compartilhamento	6	32
IV - Organização dos conhecimentos e processos acadêmicos	1	5
V - Padronização das ações	3	16

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Com 11% das respostas, a ideia da categoria “domínio do segmento” (I) está implícita, pois na instituição “nós conhecemos a nossa área de atuação, suas características, demandas” (R13).

Tendo 37% das respostas, a “agilidade na resolução dos problemas” (II), “de forma rápida” (R5), contribuem para “facilitar o cumprimento de metas em comum” (R7) na instituição, além de “favorecer resultados mais efetivos” (R8). Os respondentes R9 e R10) acreditam que tendo “pronta agilidade na resposta” demandada, “podemos auxiliar os colegas com mais facilidade e rapidez” (R13) e, assim, “antecipar e solucionar problemas” (R19).

Já o processo de comunicação e troca/compartilhamento (III), com 32% das respostas, está substanciado positivamente pela afirmação de que “sempre há comunicação entre os membros” (R1) do (s) segmento (s) e, desse modo, “a troca pode favorecer resultados” (R8) satisfatórios, sobretudo porque aponta a existência de um “fácil relacionamento” (R12) entre os atores sociais envolvidos. Ademais, o “compartilhamento de documentos ou informações específicas” (R16) e de “experiências e soluções” (R19), contribuem na formação/aprimoramento de novos gestores, como

declara o R19: “essa foi uma contribuição particularmente importante quando iniciei minhas atividades na coordenação de pesquisa”.

A “organização dos conhecimentos e processos acadêmicos” (IV), presente em 5% das respostas é demandada a implantação de uma “plataforma [ou aplicativo] que seja acessível para consultas autônomas” (R14). Todavia, já está ocorrendo um aperfeiçoamento por meio do SUAP, sistema emergente de grande importância nos meios administrativo e acadêmico da instituição. Ademais, quando esses intercâmbios acontecem, transcendem empecilhos de tempo e espaço e as CoPs passam a ser designadas por VCoPs (WILBERT, 2015), por acolherem o compartilhamento do conhecimento entre seus membros para além das fronteiras hierárquicas (WEISSENBERG; EBERT, 2011), podendo as CoPs e/ou VCoPs serem transformadas em ferramentas de inovação, segundo Christopoulos e Diniz (2006).

Por fim, a “padronização das ações” (V) “[...] institucionais” (R2) é sinalizada numa perspectiva de “alinhamento das informações” (R18) como condição potencializadora para execução de “melhores práticas” (R18) de geração e/ou troca de informações e conhecimentos entre membros dos segmentos do tripé acadêmico do IFPB.

Portanto, os benefícios nos arranjos grupais análogos às CoPs relatados - com destaque para “agilidade na resolução dos problemas - refletem e corroboram com Wilbert *et al.* (2017, p. 111) ao destacar que “a aprendizagem por meio de uma comunidade de prática é uma maneira de cultivar a interação, proporcionando benefícios aos indivíduos participantes e fortalecendo os processos de gestão organizacional”.

Já as “dificuldades” são demonstradas por meio de 4 categorias: carências (I); faltas (II); excessos (III); e perdas (IV), conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4: Dificuldades nos arranjos grupais análogos às CoPs

Síntese das ideias centrais da Análise de Conteúdo	Resultados quantitativos	
	18 Resp.	100 %
I - Carências	3	17
II - Faltas	8	44
III - Excessos	2	11
IV - Perdas	5	28

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Com 17% das respostas, as “carências” (I) no processo dos arranjos grupais foram admitidas pelos membros no sentido de que “a maior dificuldade ainda é a limitação de acesso às tecnologias da comunicação” (R15). Sendo assim, mesmo se tratando de uma instituição de educação, ciência e tecnologia, ainda há “dificuldade em utilizar novas tecnologias” (R5). Além dessas carências tecnológicas, também foi sinalizada outra de natureza operacional, caracterizada por dificuldades de “concentração e foco nos problemas” (R18) cujas soluções são demandadas pela instituição em tempo hábil, eficiente e eficaz.

Ademais, com maior percentual de respostas (44%), algumas “faltas” (II) também foram apontadas como dificuldades no processo, sobretudo àquelas que demandam informação e conhecimento: “falta de regularidade” (R6) e de “(...) maior participação nos processos de trocas de informações e conhecimentos” (R3); “falta de informação ou de como realizar determinada tarefa” (R16); “[falta de] disseminação da informação” (R17). De acordo com o R14, estas ocorrem devido à falta de “implantação [de uma plataforma] que seja acessível para consultas de forma autônoma” e sirva de ferramenta para “dirimir dúvidas [e] otimizar o desenvolvimento das ações” (R11), compensando a “falta de tempo por sobrecarga de trabalho” (R4) e combatendo a falta de posturas que não tenham o princípio de “garantir o debate respeitoso com a opinião do outro” (R7).

Os 11% das respostas sobre apontamento dos “excessos” (III) estão contemplados no fato de que “há grande demanda simultânea” (R10) na instituição. Não obstante, a “burocracia” (R12) também é apontada como conjunto de regras em excesso.

Correspondente a 28%, as respostas sobre “perdas” (IV) sinalizam preocupação com o que é perdido durante o fluxo informacional na instituição, inclusive com “a rotatividade de profissionais [que] compromete a manutenção e aprimoramento dos arranjos” (R8) no sentido de “dispor as informações de forma adequada, evitando que o excesso leve à perda ou ao esquecimento de alguma” (R9) delas. Outrossim, “muitas vezes as informações que circulam informalmente são perdidas com a saída de um gestor”. Não obstante, “por vezes, essas informações não são registradas e recorrentemente pergunta-se novamente a mesma informação. Talvez isso ocorra pela facilidade de ter a fonte sempre acessível” (R13). Desse modo, “parece que estamos sempre recomeçando, mesmo em uma Instituição centenária como o IFPB” (R2). Nesse sentido, o R2 aponta a ausência de um “banco de informações”, mesmo havendo ações efetivas em grupo por meio de aplicativos: “apesar de ser um recurso muito acessível e

comum, o *Whatsapp* dificulta a organização das informações e discussões. As vezes diferentes assuntos acabam sendo abordados de forma simultânea e as informações mais relevantes se perdem” (R19).

Portanto, de acordo com Wenger (2001), as dificuldades apresentadas nos arranjos grupais análogos às CoPs no IFPB são inerentes do próprio processo e sua superação pode ocorrer com treinamento e compartilhamento de experiências e práticas. Por conseguinte, podem originar uma CoP enquanto arcabouço flexível e livre que colabore na superação de dificuldades durante o ciclo de vida da comunidade.

4.3.2.4 Índícios de boas práticas nos e entre arranjos grupais análogos às CoPs

Como o objetivo de identificar indícios de arranjos grupais análogos às CoPs por meio de exemplos de boas práticas no e entre os segmentos do tripé acadêmico do IFPB, as respostas das questões 10 e 11 do questionário permitiram promoção aos resultados apresentados a seguir por meio da AC realizada a partir das sínteses das ideias centrais.

Desse modo, os indícios de boas práticas nos arranjos grupais no segmento são demonstradas por meio das seguintes categorias: trabalho coletivo (I), comunicação permanente (II), prática compartilhada (III), melhoria nos processos (IV), conforme demonstrado na (Tabela 5).

Tabela 5: Índícios de boas práticas nos arranjos grupais no segmento

Síntese das ideias centrais da Análise de Conteúdo	Resultados quantitativos	
	20 Resp.	100 %
I - Trabalho coletivo	7	35
II - Comunicação permanente	6	30
III - Prática compartilhada	3	15
IV - Melhoria nos processos	4	20

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

Com maior percentual das respostas (35%), a categoria “trabalhos coletivos” (I) evidencia a importância do fazer colaborativo nas ações de gestão através de “realização

de reuniões periódicas” (R3) e “[...] de acompanhamento dos projetos em execução” (R1) com foco no “trabalho em equipe e buscando o mesmo propósito” R17. Desse modo, a “realização de eventos sistêmicos com equipe bem integrada” (R4), a exemplo de “organização da semana de ciência e tecnologia do campus, feita de forma coletiva com ampla participação dos coordenadores dos projetos” (R7), colabora com “o desenvolvimento de projetos em conjunto, envolvendo áreas diversas” (R8) e pode culminar na “construção coletiva de produtos e processos” (13).

A importância da “comunicação permanente” (II), categoria com 30%, pode ser contemplada na resposta do R19: “como boa prática dos arranjos grupais destaco a comunicação frequente, sem grandes lacunas de contato”. Assim sendo, existe “canal permanente via mídias sociais com os coordenadores das ações de [pesquisa] extensão e cultura (...)” (R3), como também um “(...) grupo no *Whatsapp* apenas com os diretores de ensino (R2), nos quais é possível promover a “divulgação das informações e acompanhamento do trabalho realizado pelos pares” (R11) e, pautado no “diálogo” (R12) entre eles, torna-se possível contribuir com a “melhoria continua no processo de comunicação” (R18) na instituição.

Os 15% das respostas sobre “prática compartilhada” (III), principalmente os “(...) de experiências” (R14), “[...] tem acontecido para solucionar problemas específicos ou de forma espontânea pelos integrantes sempre que produzem ou vivenciam algo na gestão que pode contribuir para [com] os demais” (R19). No caso específico do ensino, o R2 destacou que, por meio de grupos de *Whatsapp* e/ou e-mail institucional “são compartilhadas as experiências dos 21 *Campi* e as dúvidas a partir da interação dos DDEs”.

Já os 20% das respostas da categoria “melhoria nos processos” (IV), em síntese, estão cogitadas enquanto “amadurecimento de forma coletiva e decisões colegiadas” (R14) que podem “facilitar os trabalhos” (R5) e manter o “fluxo de processos em dia” (R6), potencializado, por exemplo, por “ajustes para padronização das operações de inclusão de documentos via SUAP, atualização dos sistemas para catálogo centralizado de tutoriais com ações e operações no âmbito da Pesquisa/IFPB” (R9).

No que diz respeito à relação entre os segmentos do tripé acadêmico, na tabela 6 são demonstradas as boas práticas nos arranjos grupais considerando as mesmas categorias por segmento (Tabela 6). Ressalta-se que 4 respondentes não citaram exemplos alegando as seguintes razões: “desconheço” (R2); “não lembro” (R5); “Não conheço” (R6); “Não tenho tempo suficiente no cargo para ter condições de responder esta

questão” (R8). Todavia, fazendo uso de códigos ou fragmentos, 17 respostas foram consideradas para análise.

Tabela 6: Boas práticas nos arranjos grupais entre os segmentos

Síntese das ideias centrais da Análise de Conteúdo	Resultados quantitativos	
	17 Resp.	100 %
• I - Trabalho coletivo	8	47
• II - Comunicação permanente	2	12
• III – Prática compartilhada	3	18
• IV - Melhoria nos processos	4	24

Fonte: Resultado de pesquisa, 2022

A categoria “trabalho coletivo” (I), com 47%, ratifica a importância da prática em comunidade sinalizada por depoimentos de ações pautadas na integração e/ou interação. Assim sendo, o R19 declara: “em relação ao tripé acadêmico, destaco a integração dos gestores dos diferentes pilares em situações de planejamento e elaboração de projetos que trarão grande retorno para o campus”. Não obstante, “a organização da semana de ciência e tecnologia do campus, feita de forma coletiva com ampla participação dos gestores que compõem o tripé” (R7) e o “evento Encontro de Gestores da Reitoria do IFPB [que] foi bem relevante (R9) são outras declarações de integração. Sob o prisma da interação, ou seja, com maior envolvimento, o “trabalho com um objetivo comum” (R12), bem como a existência de “grupos de trabalho para criação de documentos institucionais” (R16) reforçam o processo interativo entre os gestores a exemplo de “engajamento em conseguir recursos para o desenvolvimento dos projetos planejados” (R17). No que corresponde ao processo simultâneo de integração/interação, foram destacados dois exemplos: as “reuniões frequentes com todos os gestores” (R1); a “participação dos 3 segmentos na comissão responsável pelo enfrentamento aos efeitos da pandemia da COVID-19 no âmbito do campus” (R3).

A categoria “comunicação permanente” (II), 12% das respostas, está contemplada nos exemplos de “reuniões que são permitidas com vídeos, via *Whatsapp* até para 4 pessoas” (R10), bem como o “[...] de atividades nas disseminação dos resultados” (R18).

Quanto a categoria “prática compartilhada” (III), 18% das respostas apontaram exemplos de “compartilhamento de boas experiências” (R14): “o compartilhamento diário de documentos e decisões em participação em editais nacionais (R10); o “compartilhamento de informações acompanhado de empreendimento de esforços coletivos para atingir fins comuns da macro política institucional” (R12).

E, no que está relacionado aos 24% das respostas correspondentes a categoria “melhoria nos processos” (IV), as “políticas que envolvem a tríade ensino, pesquisa e extensão tem sido resolvido pelos grupos [...]” (R10) de gestores. Nesse sentido, inferiu-se que tal processo ocorre a partir das resoluções do CONSUPER discutidas no “CEPE, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, atualmente existente no IFPB (R15)” na busca de “alinhamento das propostas” (R18) norteadoras para o desenvolvimento colaborativo, a exemplo prático da elaboração de “editais conjuntos” (R4).

Desse modo, os indícios de boas práticas de arranjos grupais no e entre os segmentos, com destaque para o “trabalho coletivo”, convergem com o pensamento de Schon (1987) e Wenger (1998) ao afirmarem que a aprendizagem é parte da prática. E que, desse modo, “boas práticas” em CoPs dependem de membros que são unidos, informalmente e contextualmente, por um interesse compartilhado em aprender e em aplicar uma prática comum em benefício da comunidade.

Portanto, de forma geral, pode-se inferir que os indícios apresentados sobre arranjos grupais análogos a CoPs na comunidade acadêmica do IFPB, especificamente pelos gestores do tripé acadêmico, são ainda mais expressivos que aqueles apresentados na síntese de indícios de atividades típicas de CoPs no IFPB (I). E, considerando as particularidades, por exemplo, sinalizados por Wenger; Snyder (2001) observou-se que registros dos respondentes do questionário são similares e/ou correspondentes aos sinalizados pelos autores supracitados, corroborando tal constatação do uso de atividades análogas às de CoPs: objetivo (47,4%), participantes (36,8%), afinidades (52,6%), duração (26,3%). Ademais, todas as (sub) categorias, independentemente da posição, apresentaram elementos evidentes, conforme demonstrado no quadro 30.

Quadro 30: Síntese de indícios de atividades típicas de CoPs no IFPB (II)

CATEGORIAS		Subcategorias / Elementos com evidência decrescente		
FUNCIONAMENTO	Como ocorrem 1º Mista 2º Formal 3º Informal	Tipo de ambiente 1º Presencial 2º Híbrido 3º Remoto	-	-
	Objetivo 1º Desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos 2º Desenvolver um produto ou prestar um serviço 3º Realizar determinada tarefa 4º Colher e transmitir informações institucionais	Características dos participantes 1º Aqueles que se auto relacionam 2º Qualquer um que se apresente ao gestor/líder do grupo 3º Servidores escolhidos pelos gestores 4º Amigos e conhecidos do meio institucional	Afinidades 1º Requisitos do trabalho e metas comuns 2º Paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos 3º Metas e pontos importantes do projeto 4º Necessidades mútuas	Duração 1º Até a próxima reorganização 2º Até o final do projeto 3º Enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato 4º Enquanto houver interesse em manter o grupo
PARTICULARIDADES	Frequências: uso de pelo menos uma vez por: 1º Semana 2º Quinzena 3º Mês 4º Dia	Uso e Habilidades 1º Normal, sem ressalvas 2º Normal, com ressalvas de intensidade e habilidades	Benefícios 1º Agilidade na resolução dos problemas 2º Comunicação, troca/compartilhamento 3º Padronização das ações 4º Domínio do segmento 5º Organização dos conhecimentos e processos acadêmicos	Dificuldades 1º Faltas 2º Perdas 3º Carências 4º Excessos
EFETIVIDADE	Na gestão em cada segmento do tripé acadêmico			
	1º Trabalho coletivo	2º Comunicação permanente	3º Melhoria nos processos	4º Prática compartilhada
	Na gestão entre os segmentos do tripé acadêmico			
	1º Trabalho coletivo	2º Melhoria nos processos	3º Prática compartilhada	4º Comunicação permanente

Fonte: Resultado de pesquisa 2022

No entanto, mesmo com todos os indícios apresentados, com base na pesquisa bibliográfica a partir de Wenger (1998, 2002), Wenger e Lave (1991), Wenger e Snyder

(2001), Lira (2019), entre outros, pode-se inferir que os resultados da pesquisa documental e de estudo de caso não nos permitem afirmar que existem comunidades de práticas no contexto das atividades de gestão do tripé acadêmico do IFPB, de acordo com análise realizada. Entretanto, a constatação do termo “comunidade de prática” no mapa estratégico do PLANEDE (2015 a 2025), sendo relatado no RIG (BRASIL, 2018; 2019e; 2020), bem como a identificação de atividades análogas a esse arranjo grupal, pode ser um incentivo para seu início e cultivo, a partir das contribuições de Wenger, McDermott e Snyder (2002).

Nesse sentido, uma comunidade de prática pensada para os gestores do tripé acadêmico do IFPB tem, segundo Lira (2019, p. 218) “o condão de oferecer um espaço apropriado ao compartilhamento e à aprendizagem em conjunto daqueles que estão inseridos em grupo, atraídos por assuntos de interesse e influenciados (in) formalmente pelos quatro elementos estruturantes do Regime de Informação da instituição, sobretudo das ações de informação. Ademais, o desenvolvimento de uma CoP requer adequações para o grupo que está sendo idealizado a partir de aspectos revelados no ambiente estudado que não foram contemplados pelo modelo de Wenger e Snyder (2001) sobre arranjos grupais.

Portanto, a partir dessa lacuna, visualizando adequação para se iniciar e cultivar adequadamente uma CoP no ambiente estudado, justificou-se o quarto e último objetivo específico desta pesquisa a ser apresentado na próxima subseção: Propor, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal e contribua com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico.

4.4 PROPOSTA DE MODELO DE COMUNIDADE DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO DO IFPB

Ao propor um modelo de comunidade de prática para o IFPB, considerando seu regime de informação, admite-se que por meio dele, de acordo com Luís Fernando Sayão (2001), pode-se representar características da realidade de determinado campo de estudo. Um modelo “é antes de mais nada uma representação de um recorte da realidade, que, de acordo com a sua função utilitária e por meio do seu modo de expressão, sua estrutura e

suas igualdades e desigualdades em relação ao seu original, tenta comunicar algo sobre o real” (SAYÃO, 2001, p. 86).

Todavia, o autor ressalva que mesmo sendo aproximações subjetivas, portanto, sem contemplar a totalidade das observações e mensurações associadas, os modelos são válidos por permitir o aparecimento de aspectos fundamentais da realidade pesquisada. Ademais, em seu processo de construção, “algumas características da realidade, que não se referem diretamente aos objetivos buscados, são desprezadas ou abandonadas, em função da maior inteligibilidade ou facilidade de compreensão” (SAYÃO, 2001, p. 83). Corroborando Sayão (2001), Brasileiro (2017, p. 194) enfatiza que “a construção de um modelo envolve a seleção de determinados elementos da realidade que são considerados relevantes para quem modela, em detrimento daqueles julgados como menos relevantes para o objeto a ser representado”.

Nesse sentido, o modelo proposto busca, especialmente, representar os aspectos fundamentais da realidade elencada, especificamente aqueles que estruturam o processo envolvendo um fenômeno informacional relacionado com a perspectiva de considerar a natureza informal de CoPs à luz do regime de informação do IFPB, que contribuam com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico da instituição.

Nesta pesquisa, foram selecionados os elementos considerados edificantes para a construção do modelo, estabelecendo relações diretas com o objeto a ser representado e tendo por base os três primeiros eixos temáticos sinalizados na metodologia da pesquisa (seção 3): Aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação; Configuração do Regime de Informação do IFPB; Arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB.

Os elementos do primeiro eixo foram selecionados, basicamente, conforme problematização pautada nas contribuições da aproximação conceitual e metodológica apresentada, sendo contemplada no referencial teórico-metodológico da CI. Apresentada na Subseção 4.1, o viés da aproximação contemplou: sua justificativa (LLARENA *et al.*, 2017; LIMA; SILVA, 2007; CASTRO; AGUIAR JÚNIOR; DE CARO, 2011; VYGOTSKY, 2001; BAKHTIN, 1997; BRÄSCHER, 2014; MORIN, 2007; GIL, 2008); suas definições (HJORLAND, 2009; FREIRE, 2018; LIRA, 2019); seus elementos estruturantes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003; FREIRE, 2018; SANTOS, 2020; DELAIA, 2008; WENGER, 1998); sua aplicação e desenvolvimento (FREIRE, 2013; 2018; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003; BEZERRA *et al.*, 2016).

Entre outras inferências, as aproximações contribuíram para confirmação de que produtores específicos de informação, consumidores ou usuários específicos de informação ou grupos de pessoas com necessidades informacionais em comum, no caso os gestores do tripé acadêmico, demandam necessidades de informações e/ou preocupação com problemas ou paixão com temas semelhantes. Outrossim, a utilização de estruturas organizacionais ou bases continuadas para compartilhamento de informação entre os gestores ocorrem num processo de interação por meio de canais de produtores específicos e/ou em bases continuadas (FROHMANN, 1995; LAVE; WENGER, 1991).

No caso da aproximação dos elementos estruturantes de RI e CoP, considerando que o foco das CoPs é o conhecimento e que as ações de informação contribuem para a criação de tal conhecimento, pode-se inferir que cenários de aproximação entre os elementos estruturantes de RI e CoP são possíveis. Destarte, elos das ações de informação servem de articulação entre os atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais, aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003; FREIRE, 2018).

A aproximação na aplicação e desenvolvimento foi importante contribuinte para evidenciar que as modalidades das ações de informação (relacional, de mediação, formativa) durante os estágios de desenvolvimento (potencial, união, madura, ativa, dispersão) em uma CoP (WENGER, 1998; 1999) podem correr com sustentabilidade informacional: admite-se que o legado informacional gerado até a dispersão pode permitir a continuidade de uma CoP ou ser embrião de uma nova, inclusive com outro domínio e práticas.

Os elementos do segundo eixo foram selecionados mediante importância de se configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos (subseção 4.2), sendo contribuinte para esta pesquisa a categorização dos cinco elementos do RI, conforme exposto teoricamente à luz do campo de pesquisa da CI, além da aplicação do estudo de caso (parte da pesquisa documental) que fundamentou o desenho do RI do IFPB na sua totalidade funcional como comunidade acadêmica, ambiente onde é proporcionado a produção e fluxos informacionais. Sendo assim, a leitura da RI do IFPB pode contribuir com a identificação de múltiplos pontos que permitem intervenções inteligentes e socialmente responsáveis não apenas na política de informação de uma organização, mas em seu desenvolvimento, estabilidade e manutenção (FROHMANN, 1995). Ademais, pode contribuir com a quebra de barreiras

informacionais apontando aquisição e compartilhamento do conhecimento com vistas a uma cultura colaborativa por meio, por exemplo, das atividades de CoPs.

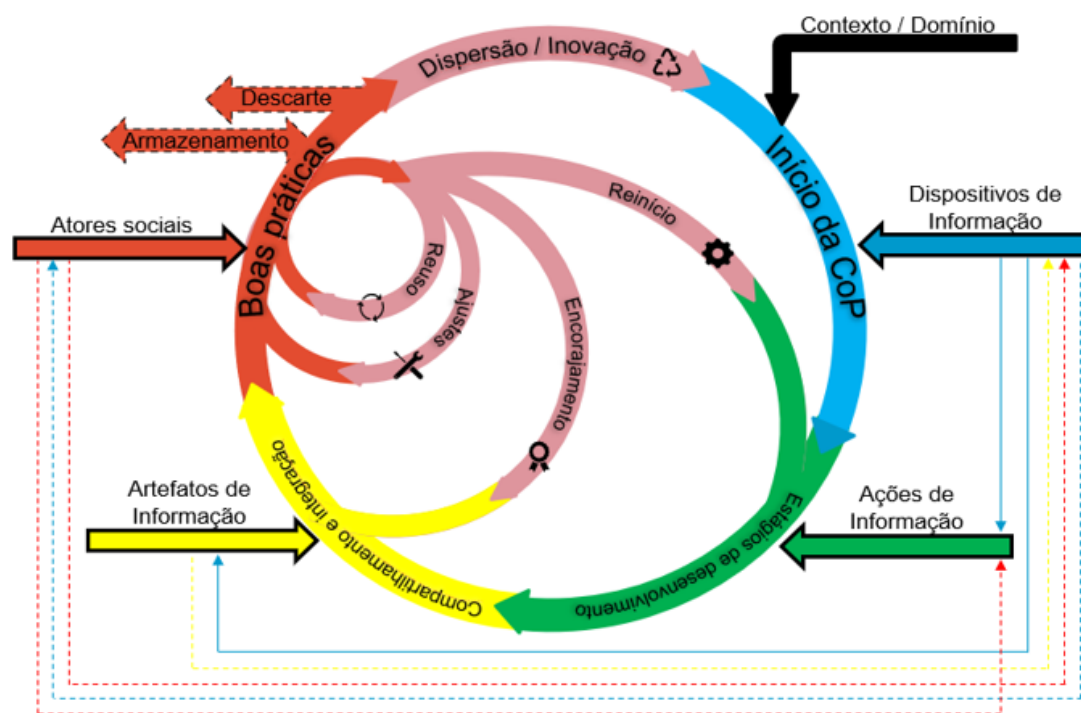
Os elementos do terceiro eixo foram selecionados baseado na importância das contribuições da tipificação dos arranjos grupais análogos às comunidades de prática (WENGER; SNYDER, 2001), por meio das ações de informação de gestão de ensino, pesquisa e extensão da instituição pesquisada. As lacunas identificadas, visualizando adequação para se iniciar e cultivar adequadamente uma CoP no ambiente estudado.

Relacionados com os três eixos temáticos, sob fundamentação teórico-metodológica apresentada, todos os elementos selecionados para a construção do modelo de comunidades de prática à luz do regime de informação do IFPB permitem uma compreensão aproximada da realidade sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, de acordo com Sayão (2001, p. 83), os modelos sendo “factíveis de evolução e de assegurar a percepção de outros aspectos não imaginados antes de sua elaboração”, corrobora Brasileiro (2017, p. 199) ao afirmar que “elementos selecionados neste momento e contexto podem ser ampliados, reconstruídos ou, até mesmo, questionados em estudos futuros – orientados por outras perspectivas – que venham a se aproximar do mesmo objeto”.

Desse modo, sendo um aspecto aproximado da realidade, o modelo proposto **não** tem a ambição de abranger a totalidade. De outro modo, sob o prisma do pensamento complexo (MORIN, 2007), que possibilita contextualizar e globalizar, o modelo se propõe, ao mesmo tempo, reconhecer o que é singular e concreto no estudo de caso. Enfim, com base nessas considerações, apresentamos a figura 34, que representa a nossa proposta de modelo⁹ de comunidades de prática à luz do regime de informação do IFPB:

⁹ Sob o princípio da sustentabilidade, o desenho do modelo proposto foi inspirado no conceito de Economia Circular que “propõe uma transição da produção linear, para um modelo focado na reinserção de resíduos no ciclo produtivo” (OLIVEIRA; SILVA; MOREIRA, 2019, p. 273). Por analogia, na pesquisa considera-se que na fase de dispersão dos estágios de desenvolvimento (WENGER, 1999), os líderes precisam agir para conservar a importância do tópico da comunidade, apreciar os escopos adquiridos para que uma CoP tenha sustentabilidade (CHRISTOPOULOS e DINIZ, 2008) em seu **ciclo** de vida (WENGER, MCDERMOTT E SNYDER, 2002) ou possa, por meio de seus registros, contribuir com sua manutenção, inovação ou servir de embrião para o surgimento de outras.

Figura 34: Modelo de comunidades de prática â luz do regime de informação do IFPB



Fonte: Dados de pesquisa, 2022

Considerando a aproximação conceitual e metodológica entre RI e CoP (Seção 4.1), bem como o desenho do RI do IFPB (Seção 4.2) e a identificação de indícios de arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB (Seção 4.3), o modelo apresentado propõe-se a explicar como pode ser estruturado e/ou incentivado o início e cultivo de CoPs que contemple sua natureza informal e seja contribuinte de demandas formais da instituição. Sobre o seu funcionamento, considera-se o sentido horário sob perspectiva de possível sustentabilidade no seu ciclo o qual pode ser norteado pelos fluxos dos cinco elementos do RI (linhas coloridas contínuas e tracejadas) e articulado em movimento circular com as cinco dimensões/etapas selecionadas: **1.** Início da CoP (dispositivos de informação); **2.** Estágios de desenvolvimento (ações de informação); **3.** Compartilhamento e integração (artefatos de informação); **4.** Boas práticas (atores sociais); **5.** Dispersão/inovação (contextos/domínios).

A priori, os contextos/domínio são o ponto zero. Admite-se os contextos, um dos elementos de RI (SANTOS, 2020) e o domínio, um dos elementos estruturantes da CoP, como pontos de partida (e de chegada, após dispersão/inovação) do movimento circular do modelo proposto. Os **contextos** institucional e informacional enquanto exemplos de relação de dependência entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância faz-se fundamental para compreensão da realidade pesquisada. No caso do **domínio**, área de interesse compartilhado e núcleo de atração de pessoas, trata-se sobre a gestão do tripé acadêmico sob o princípio da indissociabilidade de seus segmentos: ensino, pesquisa e extensão. Despertar a paixão pela prática desse princípio pode ser um indicativo de fortalecimento da CoP.

A dimensão **Início da CoP** (1) pressupõe um conhecimento básico dos membros por meio, por exemplo, de um guia de iniciação rápida (WENGER, 2002) visto que os indícios identificados sinalizam essa necessidade. Desse modo, os membros dos arranjos análogos às CoPs poderão, por exemplo: educar-se sobre a proposta, entendendo conceitos, significados e quais elementos desenvolver; saber por onde começar, como obter suporte e entender porque se concentrar na comunidade; aprender a definir o contexto estratégico, encorajamento e integração, inclusive em organizações formais, mas honrando sua essência na paixão pessoal e engajamento. Não obstante, em paralelo ou como necessidade edificante, os membros podem estudar modelos específicos, a exemplo das dimensões de CoP da Contabilidade Pública em instituição federal (LIRA, 2019). Esse processo pode ser dinamizado via **dispositivos** de informação (concatenado com os outros elementos do RI), por ser um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início, contribuindo com o fluxo informacional e a forma de vida da comunidade, apoiados em TICs, podem potencializar os estágios de desenvolvimento da CoP.

Os **estágios de desenvolvimento** (2) (potencial, união, madura, ativa, dispersão) em uma CoP representam a segunda etapa no modelo por ser estratégico na busca da possível sustentabilidade. Entende-se que desde o início o grupo deve saber aonde se quer chegar, inclusive refletindo sobre a possibilidade de dispersão dos membros e o fim da comunidade, como também de inovação da(s) etapa(s) e /ou do processo como um todo. Desse modo, as **ações de informação** (relacional, de aprendizado e mediação, formativa), podem ocorrer de forma articulada e reflexiva nos estágios: a relacional pode acontecer em todos os estágios; a de mediação pode ocorrer no estágio, potencial, quando os membros se reconhecem com necessidades similares e de união, quando encontram valor

pelo envolvimento nas atividades e passam a planejar uma comunidade; formativa pode desenvolver-se na fase madura, crescendo e encarregando-se de suas práticas, e ativa, quando seus membros sentirem-se motivados, energizados, influentes e respeitados, desenvolvendo o grupo por meio de ciclos de atividades cujas informações e experiências compartilhadas podem promover melhor integração entre os membros.

O **compartilhamento e integração** (3) constituem a terceira etapa de desenvolvimento do modelo, embora tais características possam ser percebidas em outras fases. As práticas de compartilhamento como um dos três elementos estruturantes da CoP e o sentimento de pertencimento, podem favorecer a integração do grupo. Numa instituição formal, como a do IFPB, deve-se ter processos e estrutura para incluir as CoPs na forma que ela trabalha, identificando e removendo barreiras, além de alinhar elementos estruturais e culturais fundamentais, embora respeitando possível paixão pessoal e forma de engajamento. Contudo, é necessária uma política de compartilhamento das informações seguras, organizadas, facilmente acessíveis, com fluxo fluido, constante e contribuinte na construção do conhecimento. Uma política de aprendizagem colaborativa e coletiva, fundada no âmbito da própria CoP organizacional, gerando uma cultura ao compartilhamento, também pode ser contribuinte. E, nesse sentido, o entendimento do RI da instituição é fundamental, pois tem como principal objetivo a gestão de políticas de informação voltada, especificamente, para ações de informação, considerando como elementos essenciais os sujeitos, as tecnologias, a cultura organizacional, suas abordagens e as relações que propiciam o compartilhamento, a construção do conhecimento e a efetividade dos processos da organização. Desse modo, os **artefatos de informação**, enquanto modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem e informação, podem ser uma fermenta fundamental nesse processo de compartilhamento e integração da CoP em seu estágio de amadurecimento e entrega de boas práticas.

As **boas práticas** (4) dos **atores sociais**, membros da comunidade, estão sinalizadas na proposta para ocorrer na quarta etapa, embora seja normalmente possível que também ocorram nas demais, pois o processo de aprendizagem colaborativa é/deve ser contínuo, sobretudo numa instituição de ensino complexa como o IFPB. Nessa etapa, os atores sociais constroem suas identidades através de boas práticas a exemplo de ações formativas que, fazendo uso de dispositivos de informação como mecanismos para transferência da informação e de artefatos que proporcionem melhor fluxo informacional, novos conhecimentos podem ser construídos e compartilhados. Tomando como

referência a opinião dos respondentes do questionário, gestores do tripé acadêmico, o trabalho coletivo, a comunicação permanente, a prática compartilhada, e a melhoria nos processos refletem bem a importância de se manter estabilizado o fluxo informacional para o compartilhamento regular de boas práticas visando maior sustentabilidade da comunidade. Todavia, ciente de possível dispersão e/ou inovação da CoP, os seus membros devem preocupar-se com o processo seletivo de **descarte** ou de **armazenamento** (em arquivos pessoais e/ou da comunidade, portais, SUAP e repositório) do legado informacional da comunidade.

Na última etapa, a de **dispersão/inovação** (5), considerando a atualização dos contextos institucional e informacional do RI da instituição, bem como do domínio da CoP, estabelecidos antes da primeira etapa, o futuro da comunidade será pautado considerando informação, de acordo com Braman (2006), como um insumo em qualquer tomada de decisão, de produção ou processo burocrático que, no caso do IFPB, os gestores do tripé acadêmico podem aprender fazer uso de tal recurso construído coletivamente. Em caso de dispersão, momento de perda de importância para membros que vão se distanciando e/ou diminuindo o ritmo de participação, o importante é definir legado e manter contato para possível retomada sob o mesmo domínio ou outro que desperte maior paixão: é preciso deixar ir o que já não é de interesse. Todavia, movidos pela utopia sustentável, os líderes precisam organizar ações de **inovação** (ou transformação), no sentido de implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado para conservar a importância do tópico da comunidade e apreciar os escopos adquiridos pela comunidade para sua sustentabilidade. Sendo assim, a inovação/transformação pode ocorrer em quatro etapas complementares (no modelo, círculos internos, dos menores para os maiores): **reusar** o legado decorrente do fluxo informacional de boas práticas; por meio de e-moderação dos líderes, pode-se identificar os fatores críticos de sucesso e executar os devidos **ajustes**; estimular o **encorajamento** da comunidade, edificando boas práticas que melhoram o processo de compartilhamento e integração/interação dos membros; promover o **reinício** (in)formal das atividades, ou seja, mantendo a natureza informal da CoP, mas otimizando as demandas formais, retornando ao ciclo e estabelecendo melhoramento nos estágios de desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta pesquisa foi a de analisar, à luz do regime de informação, os arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB resultantes de ações de informação na gestão em/entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, especificamente, foram definidos e alcançados, em nossa avaliação, quatro objetivos concatenados com o escopo da pesquisa e ancorado nas reflexões sobre Ciência da Informação em seu objeto, a informação – admitida neste trabalho, sobretudo, como recurso em qualquer tomada de decisão, de produção ou processo burocrático - vem se adequando aos acontecimentos sociais e se transformando ao passo que surgem novas teorias que demandam novas aplicabilidades. Sob este viés, foram estabelecidas ponderações sobre os olhares múltiplos e abrangentes com vistas ao regime da Informação, bem como as tessituras e vicissitudes sobre comunidades de prática: seus conceitos e discussões; seus elementos estruturantes; sua identificação nas organizações; as atividades, desenvolvimento e ciclo de vida; os desafios, inovação e sustentabilidade; os desafios e ciclo de atuação do e-moderador; a CoP como ambiente para inovação.

Resgatando o primeiro dos quatro pressupostos que, concomitantemente, nortearam os quatro questionamentos (problemática) desta investigação, pode-se inferir que houve contribuições por meio da aproximação conceitual e metodológica entre os termos Regime de Informação e Comunidades de Prática sob o prisma da Ciência da Informação. Inicialmente, admitindo regime de informação como qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos, e comunidades de prática como grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tópico e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada, foi estabelecida uma aproximação conceitual e metodológica entre os dois conceitos sob o prisma da Ciência da Informação. Diante da pesquisa bibliográfica levantada, percebeu-se que, embora os conceitos de regime de informação e de comunidades de prática estejam contemplados, em separado, nas pesquisas da Ciência da Informação, respectivamente, nas subáreas economia política da informação e gestão da informação e do conhecimento, a aproximação conceitual e metodológica do mesmo se fez/faz emergente.

Por conseguinte, considerando a consulta às bases de dados para esta pesquisa e o uso dos filtros descritos no procedimentos metodológicos e, não sendo identificados

trabalhos no sentido da aproximação proposta, de forma original, vislumbra-se grande potencial a ser explorado, inclusive quando se pretende investigar o fluxo informacional em arranjos grupais (informais) para realização de demandas formais em uma instituição de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, sendo pioneiro, a realização deste estudo de aproximação justificou-se como pré-requisito para o alcance do escopo deste trabalho, contemplando a aproximação de definições, dos elementos estruturantes, bem como da aplicação e desenvolvimento dos dois conceitos. Todavia, como de praxe, necessita de continuidade visando seu aprimoramento.

Em seguida, considerando a segunda questão norteadora, pode-se inferir que a importância de se configurar o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos principais foi demonstrada no sentido de contribuir para um melhor entendimento do fluxo funcional e informacional da instituição. Desse modo, foi configurado o Regime de Informação do IFPB por meio de desenho e descrição dos seus elementos (contextos; ações de informação, atores sociais, dispositivos e artefatos), ciente de que tal descrição significa identificar conflitos e processos, estabilizações provisórias entre grupos sociais, interesses, discursos e artefatos científicos e tecnológicos. O Regime de Informação IFPB foi pautado na memória secular da instituição, arcabouço dos contextos institucional, de grande complexidade em processo de expansão no espaço geográfico paraibano num cenário da contemporânea sociedade da informação, e informacional, sendo uma das instituições responsáveis pela produção do conhecimento científico e tecnológico no Brasil. Seus registros são disponibilizados em documentos institucionais (físicos) e/ou, mais recentemente, em seu portal na web, no SUAP e em repositório próprio. Por meio de pesquisa documental, constatou-se que os atores sociais são formados pelos gestores, produtores e usuários da informação que praticam ações de informação relacionais, de mediação, formativas e metainformacionais, fazendo uso de dispositivos de informação a exemplo de políticas nacionais, política e programas institucionais, e projetos na comunidade acadêmica que tem a sua disposição uma considerável estrutura de artefatos de informação: rede de computadores; hardware e software; base de dados; repositório digital; sistema unificado; rede de comunicação e sistemas de informação; bibliotecas físicas e digitais. Desse modo, pode-se inferir que esses elementos podem contribuir potencialmente, mediante uso qualificado, para uma melhor dinâmica do fluxo informacional conforme foi demonstrado no desenho no RI do IFPB.

Respondendo a terceira questão norteadora, pode-se inferir que tipificação dos arranjos grupais análogos às comunidades de prática podem contribuir de forma, minimamente, dinâmica e sustentável, com as atividades de gestão de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, foram identificados indícios nos relatórios anuais de atividades de 2015 a 2020: embora se tratando de ações informais, elas foram identificadas por meio de registro de conhecimento especializado e vocabulário próprio e CoP. Ademais, também foram identificados indícios e/ou evidências nas repostas dos gestores do tripé acadêmico, sendo analisadas algumas características: como ocorrem e em que tipo de ambiente; quais as particularidades (objetivo, participantes, afinidades e duração); com que frequências de uso, habilidades, benefícios e dificuldades; boas práticas nos e entre arranjos grupais análogos às CoPs. Como resultado das análises, percebeu-se que, embora os indícios tenham sido significativos, não foi identificada evidência incontestável de comunidades de prática de acordo com os autores pesquisados. Com o desdobramento de tal constatação, foi assertiva a decisão de propor um modelo que contemplasse os achados nos arranjos grupais e preenchesse as lacunas observadas, a exemplo da relação (arranjos/características) em que, conforme percepção de 26,3% dos respondentes, a duração de um arranjo análogo à CoP ocorre enquanto houver interesse em manter o grupo, indicador que também justifica medidas que promovam a sua sustentabilidade. Ademais, não foram identificados ambientes/meios apropriados ao compartilhamento e à aprendizagem em conjunto daqueles que estão inseridos em grupo.

Nesse sentido, respondendo a quarta e última questão norteadora, por meio das informações coletadas e analisadas, constatou-se a necessidade de se propor um modelo híbrido (informal/ formal; presencial/virtual) de Comunidades de Prática baseado nas ações de informação no IFPB à luz do seu Regime de Informação que contemplasse sua natureza informal e contribuísse com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico. Destarte, o modelo foi proposto para ser exequível com princípio sustentável, portanto, cíclico e aberto à inovação/evolução que assegure a percepção de outros aspectos e/ou elementos não imaginados antes de sua elaboração, mas que venham a se aproximar do mesmo objeto, mesmo orientado por outras perspectivas, inclusive a de possível dispersão dos membros/atores sociais que o colocaram/colocará em funcionamento. Desse modo, considerando os contextos institucional e informacional (sinalizado no desenho do RI do IFPB), o modelo visa explicar como pode ser estruturado e/ou incentivado o início e cultivo de CoPs que contemple sua natureza informal e seja contribuinte de demandas formais da instituição,

no caso do recorte desta pesquisa, das ações de informação entre os gestores do tripé acadêmico.

No modelo, o ciclo do seu funcionamento no sentido horário, sob perspectiva de possível sustentabilidade, simboliza que o tempo é importante para que os membros possam ser norteados pela dinâmica dos fluxos dos cinco elementos do RI e, assim, movimentar as cinco dimensões/etapas selecionadas. Assim sendo, o início da CoP, bem como o seu cultivo, pode acontecer com o uso dos dispositivos de informação acessíveis na instituição, qualificando os estágios de desenvolvimento por meio de ações de informação que dinamizem o compartilhamento e integração do grupo via artefatos de informação. Por conseguinte, as boas práticas dos atores sociais envolvidos podem ser facilitadas e potencializadas, evitando a dispersão e/ou possibilitando a inovação a partir da resignificação dos contextos e domínios considerados inicialmente. Ademais, para evitar a dispersão e/ou promover a inovação, as ações de reuso, ajustes, encorajamento e reinício das etapas, foram consideradas também como boas práticas retroalimentáveis.

Perante o exposto, acredita-se que a proposta de modelo supra apresentada pode servir como orientação e/ou ferramenta de trabalho na instituição selecionada e em outras correlatas ao aspecto da gestão do tripé acadêmico. Pode também servir como recurso metodológico em estudos com objeto correlato aos conceitos aqui aproximados - comunidade de práticas e regime de informação -, bem como às suas respectivas subáreas na Ciência da Informação: gestão da informação e do conhecimento; economia política da informação. Isso porque o modelo com movimento cíclico e aberto sinaliza a possibilidade sustentável das boas práticas colaborativas na CoP iniciada ou em cultivo, podem dinamizar o RI da instituição, sobretudo as ações de informação da gestão do tripé acadêmico.

Por conseguinte, considerando as respostas das questões norteadoras e o problema central da pesquisa - como arranjos grupais análogos às Comunidades de Prática à luz do regime de informação do IFPB podem dinamizar o processo de aprendizagem colaborativa mediado por ações de informação sobre atividades de gestão em ensino, pesquisa e extensão da instituição? – conclui-se que a tese pode ser confirmada, ou seja, à luz do Regime de Informação do IFPB, um modelo de comunidade de prática que contemple sua natureza informal, pode contribuir com as demandas formais da instituição por meio de ações de informação de gestores do tripé acadêmico. Desse modo, conclui-se que as demandas poderão ser atendidas com o ciclo de funcionamento do modelo proposto, desde o início da comunidade de prática na instituição objeto, assim como em

outras instituições. De modo semelhante, o cultivo da CoP pode acontecer com o uso dos dispositivos de informação acessíveis, qualificando os estágios de desenvolvimento por meio de ações de informação que dinamizem o compartilhamento e integração dos membros do grupo via artefatos de informação. Ademais, concluiu-se que as boas práticas dos atores sociais envolvidos podem ser facilitadas e potencializadas, evitando a dispersão e/ou possibilitando a inovação a partir da ressignificação dos contextos e domínios considerados inicialmente.

Ressalta-se, porém, que a pesquisa apresentou algumas limitações metodológicas no que diz respeito à compreensão do funcionamento *in loco* dos arranjos grupais, ficando limitado às pesquisas documental e de estudo de caso via aplicação do questionário. As restrições da realidade pandêmica tornaram inviável a prática de outros instrumentos de coleta de dados: observação direta, entrevistas ou o uso de grupo focal para ampliar o entendimento das práticas nos referidos arranjos grupais. Não obstante, a qualidade e objetividade dos documentos consultados, sobretudo os Relatórios Integrados de Gestão, bem como da opinião dos respondentes do questionário, contribuíram de forma significativa para o atendimento dos objetivos deste trabalho.

Outrossim, a pesquisa abre veredas para que outros estudos sejam realizados no sentido de aprimoramento e/ou inovação dos quatro eixos temáticos: ampliar teoricamente a aproximação conceitual e metodológica entre os termos comunidades de prática e regime de informação, considerando as peculiaridades de suas subáreas na Ciência da Informação; promover o conhecimento, reflexão e uso da configuração do Regime de Informação do IFPB visando melhor fluxo informacional na comunidade acadêmica com e para além da gestão do tripé acadêmico; provocar a emergência, identificação e paixão de arranjos grupais análogos às comunidades de prática no IFPB; agendar, inicialmente, a apresentação do modelo de comunidade de prática à luz do regime de informação juntos aos gestores respondentes do questionário, como princípio de retorno dos resultados, bem como a quem interessar.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, 2009, v. 2, nº 1, p. 89-103.

ÁLVARES, L. M. A. R. **Telecentros de informação e negócios como veículo de educação corporativa nas microempresas e empresas de pequeno porte**. 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ARAÚJO, C. A. Á. de. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57- 79, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, 2010.

ARAÚJO, C. A. Á. de. Correntes Teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, n. 3, v. 38, 2009. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/21662>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ARAÚJO, E. A. de. Por uma ciência formativa e indiciária: proposta epistemológica para a Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 11, n. esp., jan./jun. 2006.

ARAÚJO, V. M. R. H. de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico conceitual. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

ARGYRIS, C.; PUTNAM, R.; SMITH, D. M. **Action science**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

AZEVEDO, G. C; SERIACOPI, R. **História**. São Paulo: Ática, 2007.

BANDURA, A. **Social Learning Theory**. New York: General Learning Press, 1977.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **ERA**; São Paulo, v. 50, n. 2; abr./jun. 2010 • 146-154. ISSN 0034-7590. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/10.1590_s003475902010000200002.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C; SIMANTOB, M. **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo, Atlas, 2007.

BARBOSA, C. **As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político**. Dissertação (Mestrado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BAREGHEH, A.; ROWLEY, J.; SAMBROOK, S. Towards a multidisciplinary definition of innovation. **Management Decision**, v. 47, n. 8, p. 1323-1339, 2009.

BATISTA, F. F. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a administração Pública Brasileira**: como implementar a Gestão do Conhecimento para produzir resultados em benefícios do cidadão. Brasília: IPEA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital Brasileiras de Teses e Dissertações (**BDTD**) O que é a BDTD., 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em : 20 fev.2022.

BEZERRA, E. P. **Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba**: uma visão a partir do conceito de regime de informação. Tese (Doutorado). UFPB (CCSA). João Pessoa, 2018.

BEZERRA, E.P.; SILVA, Z. C. G. da; GUIMARÃES, Í. J. B.; SOUZA, E. D. de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016.

BEZERRA, E. P.; PINHO, J. A. S. Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 154-164, maio/ago. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/40734>. Acesso em: 15 out. 2020.

BEZERRA, A; CAPURRO, R; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 371-380, novembro 2017. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4073>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BISPO, M. de S. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 132-161, nov./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n6/07.pdf>. Acesso em 15 jul. 2019.

BODNAR, Z.; FREITAS, V. P.; SILVA, K. C. A epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum. **Revista Brasileira de Direito**, 12(2): 59-70, jul.-dez. 2016.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. Ed. Ática. São Paulo, 2002.

BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, v. 1, p. 1-5, 2011.

BRAMAN, S. Information and Politics: paradigmatic changes in the contemporary research field. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA “POLÍTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS”, 2009, Rio de Janeiro. [Trabalhos apresentados]. Rio de Janeiro: **IBICT**, 2009. p. 1-36.

BRAMAN, S. **The Change of the State. Information, Policy and Power**. Cambridge: Massachusetts: MIT, 2006.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004. p. 12-37, Cap. 2. Disponível em: <people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Portal Eletrônico**. João Pessoa-PB 2020a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Portal da Transparência**. João Pessoa-PB 2020b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Carta de Serviço ao Cidadão**. João Pessoa-PB 2020c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/sic/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Relatório Integrado de Gestão**. João Pessoa-PB 2020d. Disponível em: [file:///C:/Users/dell/Downloads/ifpb-relatorio-de-gestao-2020%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/dell/Downloads/ifpb-relatorio-de-gestao-2020%20(1).pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Conselho Superior - CONSUPER. **Atas**. João Pessoa-PB, 2019a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/atas-das-reunioes/2019a>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Atas**. João Pessoa-PB 2019b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/cepe/atas-das-reunioes/2019b>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Atas do Colégio de Dirigentes - **CODIR**. João Pessoa-PB 2019c. Disponível

em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/atas-das-reunioes/2019>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal eletrônico**. Brasília, 2019d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Relatório Integrado de Gestão**. João Pessoa-PB 2019e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2019.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Relatório Integrado de Gestão**. João Pessoa-PB 2018a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2018.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. **PORTARIA**, Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE. Brasília, 2018b.

BRASIL. **PORTARIA** 2781/2018, 23 de novembro de 2018 Aprovar o Plano de Dados Abertos - PDA, biênio 2019-2020. João Pessoa, 2018c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Regimento Geral**. Resolução nº 144-CS, de 11 de agosto de 2017a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb/view>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Relatório Integrado de Gestão**. João Pessoa-PB 2017b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2017.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Relatório Integrado de Gestão**. João Pessoa-PB 2016. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/2015>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Conselho Superior. Plano de Desenvolvimento Institucional-**PDI**. João Pessoa, PB, 2015a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Estatuto**. Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015b. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/institucional/documentos/Estatuto.pdf/view>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Relatório Integrado de Gestão. João Pessoa-PB 2015c. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/2015.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL **Decreto** Nº 7.724 de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011b, dispõe sobre o acesso a informações. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação** Nº 12.527/2011 DE 18 de novembro de 2011. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução** n o 466, de 12 de dezembro de 2012 b. Brasília, 2012 [citado 2014 mar 11]. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html Acesso em 04 jan. 2021.

BRASIL. **Lei** nº 12.417, DE 9 DE JUNHO DE 2011. Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. **Lei** nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET). **PDI** - CEFET-PB. 2006. João Pessoa/PB. Disponível: [file:///C:/Users/dell/Downloads/PlanoDesenvolvimentoInstitucional PDI%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/dell/Downloads/PlanoDesenvolvimentoInstitucional%20(2).pdf). Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto** Nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto** n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. LEI Nº 9394/96 – **Lei** de Diretrizes e Bases da educação nacional – **LDB**. 1996. Capítulo V. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais VIRTUAIS**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFPB, João Pessoa, 2017. 228 f. :if.-

BRASILEIRO, F. S. **O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFPB, João Pessoa, 2013.

BROWN J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: Toward a unified view of working, learning, and innovation. **Organization Science**, v.2. n. 1, Feb. 1991.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, Amsterdã, v. 2, n. 3-4, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555158000200502>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CABELLEIRA, D. M. Comunidades de Prática – Conceitos e Reflexões para uma Estratégia de Gestão do Conhecimento. XXXI Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

CALLON, M. Society in the making: The study of technology as a tool for sociological analysis. In: **The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology**, Eds Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hughes, and Trevor J. Pinch, 81-103. Cambridge, Mass. and London: MIT Press. 1990.

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909 – 1942)**. Tese (Doutorado). UFPB, João Pessoa, 2013.

CAPRA, F. Complexity and management. 2003. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.Br/fsm4/fsm/00000068.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA, EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, Belo Horizonte, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

CARVALHO, A. M. A. **Conformação de um regime de informação: a experiência do Arranjo Produtivo Local de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí - Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, A. M. E.; PINHEIRO, M. M. K. A conformação de um regime de informação em um arranjo produtivo local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_7270450494_0018614.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1 - 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, M. **Fim do Milênio**: economia, sociedade e cultura, v. 1 - 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTRO, M. E. C.; AGUIAR JÚNIOR, O.; DE CARO, C. M. A formação de conceitos científicos: reflexões a partir da produção de livros didáticos. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 4, p. 855-871, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/VbVPNR4Zd6rvsB6DR7kNrFQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CAVALCANTI, M. **Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação**. Tese (Doutorado) Escola de comunicação – Eco - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, 2014.

CHU, M-T; KHOSLA, R.; NISHIDA, T. Communities of practice model driven knowledge management in multinational knowledge based enterprises. **Journal of Intelligent Manufacturing**, v. 23, p. 1707-1720, 2012.

CHRISTOPOULOS, T. P. **A sustentação das comunidades virtuais de aprendizagem e de prática**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CHRISTOPOULOS, T. P.; DINIZ E. H. Comunidades de Prática Como Ferramentas de Inovação. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação tecnológica. **Anais...** Gramado, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON507.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

COOK-CRAIG, P.G.; SABAH, Y. The Role of Virtual Communities of Practice in Supporting Collaborative Learning among Social Workers. **British Journal of Social Work**, n. 39, p. 725- 739, 2009.

COSTA, A. **O marco regulatório da indústria do petróleo no Brasil sob o prisma do regime da informação**. Tese (Doutorado) IBICT , Rio de Janeiro, 2016.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Briquet de Lemos / Livros. Brasília -DF, 2008.

DALE, S. **The Role of the Facilitator in Building and Sustaining Communities of Practice**. 2011. Disponível em: <http://steve-dale.net/2011/09/19/the-role-of-the-facilitator-in-building-and-sustaining-communities-of-practice/>. Acesso em 10 jul. 2019.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA solos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**,

v.15, n.3, p.107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

DIAS, P. Da e-moderação à mediação colaborativa nas comunidades de aprendizagem. **Educação, Formação e Tecnologias**, v. 1, n.1, p. 4-10, mai. 2008. Disponível em: <https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/17>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

DIAS, P. **Comunidades de Conhecimento e Aprendizagem Colaborativa**. Comunicação apresentada no Seminário Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 22 e 23 de julho de 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/168738332/Comunidades-de-Conhecimento-e-Aprendizagem-Colaborativa>. Acesso em: 27 fev. 2019.

DU PLESSIS, M. The role of knowledge management in innovation. **Journal of Knowledge Management**, v. 11, n. 4, pp. 20-29, 2007.

DUARTE, E.N; LIRA, S. L.; LIRA, W. S. Gestão do conhecimento: origem, evolução, conceitos e ações. In: DUARTE, E. N.; LLARENA, R. A. S.; LIRA, S. L. (Org.). **Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a inteligência organizacional**. João Pessoa: PB, Editora UFPB, 2014

DURKHEIM, E. **De la División del Trabajo Social**. Buenos Aires: Ed. Schapire, 1967.

ESCOBAR, M. V. M. Crença, emoção e identidade: por que reagimos mal a refutações? **Revista SimplesMente**. 2017. Disponível em: <http://revistasimplesmente.com.br/crenca-emocao-e-identidade-por-que-reagimos-mal-a-refutacoes/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FARIAS, M. G. G.; VARELA, A. V.; FREIRE, I. M. Construção e acionamento de um modelo de mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92630>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FARNSWORTH, V.; KLEANTHOUS, I.; WENGER-TRAYNER, E. Communities of practice as asocial theory of learning: A conversation with Etienne Wenger. **British Journal of Educational Studies**, v. 64, n. 2, p. 139-160, 2016.

FAGERBERG, J. Innovation, a guide to the literature. In: Fagerberg, J.; Mowery D. C.; Nelson, R. R. **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2009.

FERNANDES, F. R. *et al.* Comunidades de prática: uma revisão bibliográfica sistemática sobre casos de aplicação organizacional. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Paraná, v. 5, n. 1, p. 44-52, jul. 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/46691/28744>. Acesso em: 03 maio 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v5i1.46691>.

FERREIRA, A. B. H.. **Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLUXOINFO. [S. l.], 2020. Ciência da Informação. Disponível em: @fluxoinfo. Acesso em: 29 jun. 2020.

FONTANA, F. F.; CORDENONSI, A. Z. TDIC como mediadora do processo de ensino-aprendizagem da arquivologia. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 101-131, jul./dez. 2015.

FONTANA, R. C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: AutoresAssociados, 1996.

FORTE, S. H. A. C. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza. 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, I. M. Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1010/1399>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FREIRE, I. M. Dinâmica das ações de informação no regime de informação do laboratório de tecnologias intelectuais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XVIII ENANCIB. **Anais...** 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104732>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FREIRE, I.M. Rede de comunicação no Regime de Informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – Lti. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 248-257, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/29311>>. Acesso em: 10 abr. 2019

FREIRE, I. M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologia Intelectual – LTI. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013.

FREIRE, I. M. A utopia planetária de Pierre Lévy. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 122-132, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/340>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FREIRE, I. M. A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico. 2001. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FROHMANN, B. Talking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In: **H. A. O.; D. B. W. (Eds.) Proceedings of the 23rd Annual**

conference of the Canadian Association for Information Science, Jun., p. 7–10, Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em: <http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmman 1995.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, Pierre; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GINZBURG, C. Introdução. In: GINZBURG, C. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Cap. 2, p. 11-15.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GODIN, B. Innovation Studies: The Invention of a Specialty. **Minerva**, v.50, pp. 397 421, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria N. Políticas e regimes de informação. In: GARCIA, Joana C. R.; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2015. v. 2, p. 321-351. Versão prévia, sem revisão.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** São Paulo, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003b. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/123>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004. Acesso em: 10 abr. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2, 1999a. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200001. Acesso em: 16 out. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999b.

GRAY, B. **Collaborating: Finding Common Ground for Multiparty Problems**. San Francisco, California: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1989.

GROPP, B. M. C; TAVARES, M. G. P. **Comunidade de prática: gestão de conhecimento nas empresas**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2006.

HART, J. From e-learning to social learning - **Learning& Skills Group Conference**. 2009. Disponível em <http://www.c4lpt.co.uk/articles/el2sl.html>. Aceso em 11 jan.. 2020.

HJORLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HIPPEL, V. **Democratizing Innovation**, MIT Press, April, 2005.

HOUAISS. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUI, K. Y.; CHARLES, R.; ALAIN, L. **Transom: a model for collaborative innovation in a community of practice for public transport system HYS**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SMART AND SUSTAINABLE CITY, January 2011, Shangai, 2011.

HUSSLER, C.; RONDÉ, P. The impact of cognitive communities on the diffusion of academic knowledge: evidence from the networks of inventors of a French university. **Research Policy**, v. 36, n. 2, p. 288-302, Mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - (BDTD). O que é a BDTD. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em 20 fev.2022.

IPIRANGA, A. S. R. *et al* . Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p. 01-17, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400009. Acesso em: 06 dez. 2019.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JEON, S.-H.; KIM, Y.-G.; KOH, J. Individual, social, and organizational contexts for active knowledge sharing in communities of practice. **Expert Systems with Applications**, v. 38, n. 10, p. 12423-12431, Sept. 2011.

JOHNSON, C. MA survey of current research on online communities of practice, Internet and Higher Education (pp. 45-60): **Pergamon - Elsevier Science Inc.** . 2001

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. 15-25 p.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems Practice**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LAZARSFELD. P.; MERTON, R. K. Friendship as a social process. In: Gouldner, A.W. **Stander and Leadership. Leadership and democratic action**. Russel & Russel. New York, 1965.

LEMOS, C. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Sulina, Porto Alegre, 2002.

LEONARD-BARTON, D. **Wellsprings of Knowledge**. Boston: Harvard Business School Press, 1995.

LI, L. C.; GRIMSHAW, J. M.; NIELSEN, C.; JUDD, M.; COYTE, P. C.; GRAHAM, I. D. Use of communities of practice in business and health care sectors: a systematic review. **Implementation Science**, v. 4, p.11-19, 2009.

LIMA, J. **Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2015.

LIMA, M. E. C. C.; SILVA, N. S. **A química no ensino fundamental: uma proposta em ação**. In: ZANON, L. B.; MALDANER, O. A. (Orgs.). **Fundamentos e propostas de ensino de química para a educação básica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 89-107.

LLARENA, R. A. S.; DUARTE, E. N.; LIRA, S. L.; SILVA, A. K. A. Estudo Terminológico do Termo Gestão do Conhecimento. **Anais... XVIII ENANCIB**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/610/1194>. Acesso em: 02 ago.2019.

LIRA, S. L.; DUARTE, E. N. Comunidade de prática como estratégia de gestão do conhecimento na contabilidade pública de universidades federais do brasil. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/124149> . Acesso em: 11 maio 2021.

LIRA, S. de L. **Modelo de comunidade de prática com foco em gestão do conhecimento no ambiente contábil público de universidades federais brasileiras**. 250 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2011, p. 593-610. Disponível em: <http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/viewFile/392/320>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MARCACINI, A. T. R. O documento eletrônico como meio de prova. In: _____. **Infodireito**. UFSC, 1999. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13948-13949-1-PB.htm>. Acesso em: 8 nov. 2019.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/341>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MAURY, T. C. **Preservação da Memória Institucional na Administração Pública: o caso do Ministério do Meio Ambiente – MMA**. Dissertação de Mestrado. UNB. Brasília - DF, julho de 2011.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.67-80, jan./abr., 2014.

MENDES, L.; URBINA, L. M. S. Análise sobre a produção acadêmica brasileira em comunidades de prática. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 4, pp. 305-327, Outubro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v19nspe3/1415-6555-rac-19-spe3-00305.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MINAYO, M. C.de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORK, B. E. *et al.* Challenging expertise: on power relations within and across communities of practice in medical innovation. **Management Learning**, v. 41, n. 5, p. 575-592, Aug. 2010.

NATHANSOHN, B. **O regime de informação entre o tratamento humanitário e a vigilância para o controle: ecos da gramática global no sistema de refúgio brasileiro**. Tese (Doutorado). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, 2018.

NEUFELD, D.; FANG, Y.; WANG, Z. Community of Practice Behaviours and Individual Learning Outcomes. **Group Decision Negotiation**, v.22, p. 617-639, 2013.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 10, p. 7-28, dez. 1993.

OECD. Oslo Manual-Guidelines for collecting and interpreting innovation data. **Organisation for Economic Cooperation and Development**, OECD, 2005.

OMIDVAR, Omid; KISLOV, Roman. The Evolution of the Communities of Practice Approach: Toward Knowledgeability in a Landscape of Practice - An Interview with Etienne Wenger-Trayner. *Journal of Management Inquiry*, v. 23, n. 3, p. 266–275, 2014.

PINTO, M. S. M.; OSÓRIO, A. J. Liderança em Comunidades de Prática Online – Estratégias e Dinâmicas na @rcaComum. **Anales de la Universidad Metropolitana**. Vol. 9, Nº 1 (Nueva Serie), 2009.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

PRADO, F. L. **Metodologia de Projetos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de La America Latina y algunos de sus principales problemas. **Boletín Económico de America Latina**. Santiago de Chile. VII (I), 1962.

QUIROZ, J. El rol del tutor en los entornos virtuales de aprendizaje. **Innovación Educativa**, v. 10, n.52, p. 13-23, jul-set, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179420763002>. Acesso em 10 jul. 2019

RIBEIRO, A. C. L.; STEDILE, N. L. R.; SILVA, J.L.T. da.; RIBEIRO, A. M. Formação de moderadores de CdP: o caso da Educação Permanente dos profissionais do Sistema Único de Saúde. **CINTED - Novas Tecnologias na Educação**. v. 12 n. 2, dezembro, 2014.

RIBEIRO, A. M. et al. Tutorial Comunidade de Práticas. Caminhos do Cuidado. **Youtube**. 17 mar. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TgaLJ2S11PQ&list=RDCMUC-KbVO9Xqj47g3eCYP_KoOw&index=2. Acesso em 12 mar. 2019.

ROCHA, M. M.V.; COSTA, J.H. L. da; SILVA, A. K. de A. A produção de conhecimento sobre Regime de Informação nos periódicos em Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 255-275, set./dez. 2018.

ROCHA, C. T. C. **A informação via artefatos tecnológico-computacionais nas comunidades de prática**: os faróis do saber de Curitiba. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba. 2001.

RODRIGUES, C. Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 20, p. 70-83, dez. 2010.

ROGERS, E. M; SHOEMAKER, F. F. **Communication of Innovations: A cross cultural approach**. New York: Free Press, 1971. 476 p.

SAINT-ONGE; WALLACE. **Leveraging Communities of Practice for Strategic Advantage**. MA: Butterworth-Heinemann, 2003.

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 383p.

SANTOS, R. N. R. dos. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2020. 160 f. : il. color.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Tradução de Ana Maria P. Cardoso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SAYÃO, L.F. Modelos teóricos em ciência da informação; abstração e método científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001.

SCHON, D. A. **Educating the reflective practitioner**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

SCARBROUGH, H. Knowledge management, HRM and the innovation process. **International Journal of Manpower**, v. 24, n. 5, p. 501-516, 2003.

SELBACH, H, V. **Letramento acadêmico e participação periférica legítima em uma comunidade de robótica**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2018. 183 f.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 32. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

SILVA, E.; VALENTIM, M. L. P. Avaliação da aplicação do método "análise de conteúdo" em pesquisa sobre processos de gestão da informação e do conhecimento como subsídios para a geração de inovação. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 326-355, 2019. DOI: [10.5433/1981-8920.2019v24n1p326](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p326) Acesso em: 07 jun. 2021.

SILVA, T. E.; TOMAÉL, M.I. A gestão da informação nas organizações. **Inf. If.**, Londrina, v.12, n.2, jul./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/1806-5816-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

SILVA, E. M. da; GARCIA, J. C. R.; LOUREIRO, J. M. M. Regime de Informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação. **Revista Gestão Pública-PE**, 2017. Disponível em: <http://hdl.randle.net/123456789/2412>. Acesso em: 25 ago 2020.

SMIT, J.W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012

SNYDER, W.M. **Communities of Practice: Combining Organizational Learning and Strategy Insights to Create a Bridge to the 21st Century**, Organization Development & Change, Thunderbird Business School, MA, Aug, 1997.

SOUZA, R. F.; STUMPF, I. R. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 41-58, 2009.

TABOSA, H. R.; FREIRE, G. H. A. Contribuições de Wilson e Wersig para a inteligência metodológica na ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 14, n. 5, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7904>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TEZA, P. **Fatores determinantes da adoção de métodos, técnicas e ferramentas para inovação**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2018. 403 p.

TIGRE, P.B. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. RJ: Editora Campus, 2006.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008.

VÁSQUEZ EGUSKIZA, J. M. Prólogo. In: RIVERO RODRIGO, S. **Claves y pauta para comprender e implantar la gestión del conocimiento: um modelo de referência**. Madrid: Fundación de la Escuela de Ingenieros de Bilbao/SOCINTEC, 2002.

VELOSO, C. "Fora da Ordem". **Estúdios Polygram**, LP e CD, Rio de Janeiro, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEISSENBERG, M. A.; EBERT, D. Stitching an organisation's knowledge together communities of practice as facilitator for innovations inside na affiliated group. In: HOWLETT, R. **Innovation through Knowledge Transfer**. 2010. Berlin: Springer-Verlag, 2011. p. 245-252.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WENGER, E.; TRAYNER, B **Levels of participaion**: (slides). Disponível em: <http://wenger-trayner.com/resouces/slide-forms-of-participation>: Acesso em: 02 nov. 2020, 2011.

WENGER, E. Communities of practice and social learning systems. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 225-246, 2000.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning as a social system. Presented in Toronto, Apr. 1999. Unpublished paper.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, E.; WHITE, N; SMITH, J.D. **Digital Habitats**: Stewarding Technology for Communities. CPsquare, 2009, 227 p.

WENGER, E. Knowledge management as a doughnut: Shaping your knowledge strategy through communities of practice. Ivey **Business Journal**, January/February 2004, 1-8.

WENGER, E.; McDERMOTT, R. A.; SNYDER, W. **Cultivating communities of practice**: A guide to managing knowledge. Harvard Business Press, 2002.

WENGER, E.; SNYDER, W. M. Comunidades de prática: a fronteira organizacional. In: HARVARD BUSINESS REVIEW (Org.). **Aprendizagem organizacional**. Tradução Cássia Maria Nasser. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 187-219, 1975.

WILBERT, J. K. W.; DANDOLINI, G. A.; STEIL, A. V. Transformações conceituais de comunidades de prática: da aprendizagem situada à gestão organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. Especial, p. 102-117, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105747>>. Acesso em: 10 out. 2020.

WILBERT, J. K. W. et al. O uso de comunidades de prática virtuais (vcops) para fins de inovação segundo percepção de seus membros. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 109-125, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/33055>. Acesso em: 10 jan. 2020.

WILBERT, J. K. W. **Características de VCoPs que influenciam processos de inovação**: estudo de caso em uma empresa pública brasileira. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento) – UFCS. Florianópolis, 2015.

WOLF, P.; SPÄTH, S.; HAEFLIGER, S. Participation in intra-firm communities of practice: a case study from the automotive industry. **Journal of Knowledge Management**, v.15, n. 1, p. 22-39, 2011.

WOOLF, B.P. (org). **A Roadmap for Education Technology**. Global Resources for Online Education (GROE). 2010.

YANG, C.L., WEI, S.-T.; Modelling the performance of CoP in knowledge management. **Total Quality Management**, v. 21, n. 10, p.1033–1045, 2010.

ZURKOWSKI, P.G. Integrating America's infostructure. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 35, n. 3, p.170-178, 1984.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
 EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI)**
 Doutorado em Ciência da Informação
<http://plone.ufpb.br/ppgci>



APÊNDICE A – Comunicado da pesquisa à instituição

João Pessoa, 22 de setembro de 2020

Ao
 Magnífico
 Prof.º Cícero Nicácio do Nascimento Lopes
 Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Prezado Senhor:

Venho através deste, comunicar a V. Mag.^a a realização de um estudo junto à comunidade acadêmica desta secular e renomada instituição de educação, Ciência e Tecnologia. Informo que o mesmo, iniciado em 2018 por meio de pesquisa bibliográfica e documental (disponibilizados no portal da instituição), é parte essencial para o desenvolvimento e conclusão de minha tese de doutorado cujo projeto de qualificação foi aprovado no último 15 de setembro pelos membros da banca do PPGCI/UFPA.

O objetivo do estudo é **Analisar à luz do Regime de Informação, as ações de informação em arranjos grupais análogos a “comunidades de prática” sobre gestão em ensino, pesquisa e extensão ambientados no IFPB como campo empírico.** Sendo assim, a tese de doutoramento proposta também fará uso de coleta de dados por meio, questionário (Google Forms), entrevistas e/ou grupo focal (Google Meet) a fim de validar (ou não) dados e informações bibliográfica e/ou documental. O contato inicial com os atores sociais selecionados será via e-mail institucional, identificado via Sistema Unificado de Administração (SUAP).

Desta forma, gostaria de obter o apoio e colaboração desta Instituição para o progresso desta pesquisa, visto que os resultados pretendidos poderão contribuir com a Ciência da Informação e a subsidiar a melhoria do fluxo e sustentabilidade de informação (e conhecimento) para boas práticas da comunidade do IFPB em seu tripé acadêmico.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Marco Antonio Almeida Llarena

Doutorando, matrícula nº 20181012681

Informações para contato:

Telefone: (83) 9 9666 0006

e-mail: llarenaifpb@gmail.com

Profª Dra. Isa Maria Freire

Orientadora

e-mail: isafreire@globo.com

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido -TCLE

Termo de Conhecimento Livre Esclarecido

Prezado (a)

Esta pesquisa é conduzida por mim, Marco Antonio Almeida Llerena, docente EBTB do quadro efetivo do IFPB (matrícula 1886229) e doutorando em Ciência da Informação do PPGCI/UFPA (matrícula nº 20181012681), sob a orientação da Profª Dra. Isa Maria Freire e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFPA), via Plataforma Brasil. Ademais, tem o Termo de Anuência Institucional assinado pelo Reitor do IFPB.

Após pesquisa bibliográfica e documental, essa fase de estudo de caso é essencial para o desenvolvimento e conclusão da tese, cujo projeto de qualificação foi aprovado em 15 de setembro de 2020 pelos membros da banca. O objetivo do estudo é analisar à luz do Regime de Informação, as ações de informação em arranjos grupais análogos às “comunidades de prática” relativas a gestão em ensino, pesquisa e extensão ambientados no IFPB como campo empírico.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar. O contato foi selecionado via Portal IFPB e/ou SUAP. O questionário será via Google Forms e as respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. O seu feedback será valioso e muito apreciado sob o prisma da Ciência da Informação e do desenvolvimento institucional. Não será recolhido identificação nominal nem contato telefônico ou e-mail.

Confirme que leu e compreendeu o objetivo da pesquisa e que lhe foi dada a oportunidade de fazer perguntas e sanar possíveis dúvidas via e-mail ou telefone/Whatsapp. Sua participação é voluntária, ficando livre para retirar o seu consentimento e descontinuar a sua participação a qualquer momento.

Ao concordar em participar da pesquisa, você terá até quinze (15) dias para responder o questionário e enviá-lo ao pesquisador a partir da data de seu recebimento via e-mail institucional e/ou Whatsapp. Do contrário, será entendido e respeitado como NÃO respondente. Entre em contato, caso precise de mais informações sobre o estudo: e-mail: llarenaifpb@gmail.com; celular/Whatsapp: 83 99666 0006.

Atenciosamente

Marco Antonio Almeida Llerena
Pesquisador Responsável

Autorização:

Autorização:

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

(Continua...)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI)
 Doutorado em Ciência da Informação
<http://plone.ufpb.br/ppgci>



Pesquisa acadêmica junto aos pró-reitores(as), diretores(as) sistêmicos(as) e diretores(as)/coordenadores(as) de ensino, de pesquisa e de extensão do IFPB

Termo de consentimento

Prezado (a)

Esta pesquisa é conduzida por mim, Marco Antonio Almeida Llerena, docente EBTB do quadro efetivo do IFPB, matrícula 1886229, e doutorando em Ciência da Informação do PPGCI/UFPA, matrícula nº 20181012681, sob a orientação de Isa Maria Freire, Profª Dra. em Ciência da Informação.

Após pesquisa bibliográfica e documental, essa fase de estudo de caso é essencial para o desenvolvimento e conclusão da tese cujo projeto de qualificação foi aprovado em 15 de setembro de 2020 pelos membros da banca do PPGCI/UFPA. O objetivo do estudo é Analisar à luz do Regime de Informação, as ações de informação em arranjos grupais análogos a “comunidades de prática” sobre gestão em ensino, pesquisa e extensão ambientados no IFPB como campo empírico.

O contato foi selecionado via sistemas SUAP-Edu. O questionário será via Google Forms e as respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. O seu feedback será valioso e muito apreciado sob o prisma da Ciência da Informação e do desenvolvimento institucional. No texto final, os respondentes não serão identificados por nome.

Entre em contato se precisar de mais informações sobre o estudo: e-mail: llarenaifpb@gmail.com; celular/Whatsapp: 83 99666 0006.

Confirmando que li e compreendi o objetivo da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de fazer perguntas e sanar possíveis dúvidas via e-mail ou telefone/Whatsapp. Entendo que a minha participação é voluntária e que eu sou livre para retirar o meu consentimento e descontinuar a minha participação nesta pesquisa a qualquer momento

- ☐ Sim
- ☐ não

Concordo em participar da pesquisa e tenho ciência que, a partir da data de recebimento do questionário via e-mail institucional, terei até quinze (15) dias para respondê-lo e enviá-lo ao pesquisador. Do contrário, serei entendido como NÃO respondente.

- ☐ Sim
- ☐ não

**Dados gerais do consultado
e
vínculo institucional**

Gênero

- ☐ masculino
- ☐ feminino
- ☐ outro

Faixa etária

- ☐ 18 a 37
- ☐ 28 a 37
- ☐ 38 a 47
- ☐ 48 a 57
- ☐ 58 ou mais

Formação acadêmica

- ☐ Graduação
- ☐ Aperfeiçoamento
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ pós-doutorado

Anos de trabalho na área da educação

- ☐ 0 a 10
- ☐ 11 a 20
- ☐ 21 a 30
- ☐ 31 ou mais

Anos de trabalho no IFPB

- ☐ 0 a 10
- ☐ 11 a 20
- ☐ 21 a 30
- ☐ 31 ou mais

Vínculo ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT

- ☐ dedicação exclusiva
- ☐ T40
- ☐ T20

Cargo

- ☐ Docente
- ☐ técnico

Função

- ☐ pró-reitor(a) de ensino
- ☐ pró-reitor(a) de pesquisa, inovação e pós-graduação

- pró-reitor(a) de extensão e cultura
- diretor(a) sistêmico(a) de ensino
- diretor(a) sistêmico(a) de pesquisa, inovação e pós-graduação
- diretor(a) sistêmico(a) de extensão e cultura
- diretor(a) de ensino
- coordenador(a) de ensino
- coordenador(a) de pesquisa, inovação e pós-graduação
- coordenador(a) de extensão e cultura

QUESTÕES DE 1 A 11

PALAVRA-CHAVE NESTE QUESTIONÁRIO

Arranjos grupais: iniciativas coletivas visando boas práticas de experiência compartilhada de informações e/ou conhecimentos que podem promover novas abordagens, foco e solução para os problemas identificados em organizações/instituições (WENGER; SNYDER, 2001).

QUESTÃO 1 - Os arranjos grupais no seu segmento ocorrem, principalmente, de maneira:

- informal
- formal
- mista
- outra alternativa

QUESTÃO 2 - Considerando o contexto anterior a pandemia do Novo Coronavírus, você percebia o funcionamento dos arranjos grupais no seu segmento, principalmente, por meio:

- presencial
- remoto
- híbrido
- outra alternativa

QUESTÃO 3 - Os arranjos grupais no seu segmento têm o objetivo de, principalmente:

- desenvolver as competências dos participantes, gerar e trocar conhecimentos
- desenvolver um produto ou prestar um serviço
- realizar determinada tarefa
- colher e transmitir informações institucionais
- outra alternativa

QUESTÃO 4 - Os participantes dos arranjos grupais no seu segmento são, principalmente:

- aqueles que se auto relacionam
- qualquer um que se apresente ao gestor/líder do grupo
- servidores escolhidos por gestores
- amigos e conhecidos do meio institucional
- outra alternativa

QUESTÃO 5 - Quanto as afinidades, os arranjos grupais no seu segmento são caracterizados por apresentar:

	paixão, compromisso e identificação com os conhecimentos especializados do grupo	requisitos do trabalho e metas comuns	metas e pontos importantes do projeto	necessidades mútuas	outra alternativa
Linha 1	☐	☐	☐	☐	☐

QUESTÃO 6 - Os arranjos grupais no seu segmento são mantidos:

	até a próxima reorganização	enquanto houver interesse em manter o grupo	até o final do projeto	enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato	outra alternativa
Linha 1	☐	☐	☐	☐	☐

QUESTÃO 7 - Com que frequência você recorre aos membros dos arranjos grupais como fonte de informação e/ou conhecimento? Pelo menos uma vez por:

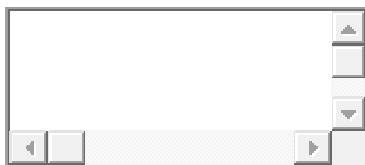
- dia
- semana
- quinzena
- mês
- semestre
- outra alternativa

QUESTÃO 8 - Os membros dos arranjos grupais no seu segmento sabem o que, a quem e como solicitar informações com foco na solução de um problema?

A sua resposta

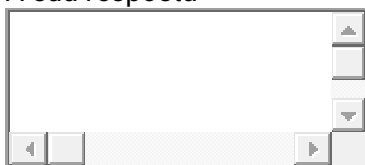
QUESTÃO 9 - Cite um benefício e uma dificuldade da geração e/ou troca de informações e conhecimentos entre membros do seu segmento?

A sua resposta



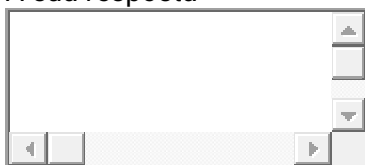
QUESTÃO 10 - Cite um exemplo de boa prática de arranjos grupais observadas enquanto gestor(a) do seu segmento.

A sua resposta



QUESTÃO 11 - Cite um exemplo de boa prática de arranjos grupais entre gestores(as) dos segmentos do tripé acadêmico.

A sua resposta



Submeter

ANEXOS

ANEXO A: Termo de anuência institucional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

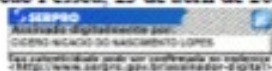
O IFPB está de acordo que o pesquisador **Marco Antonio Almeida Llerena**, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), desenvolva sua pesquisa intitulada **COMUNIDADES DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO: ações de informação no Instituto Federal da Paraíba**, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação da Profª. Drª Isa Maria Freire, vinculado(a) ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS nº 466/2012;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, essa anuência poderá ser retirada a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

A referida pesquisa acadêmica, além do uso de documentos oficiais disponíveis em nosso portal eletrônico, será realizada por meio de aplicação de questionário junto aos gestores de ensino, pesquisa e extensão do IFPB: pró-reitores(as), diretores(as) sistêmicos(as), na reitoria, e diretores(as)/coordenadores(as), nos campi.

João Pessoa, 23 de abril de 2021



Reitor: Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

ciccro@ifpb.edu.br

ANEXO B: Parecer do Conselho de ética/ CCS/ UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADES DE PRÁTICA À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO:
ações de Informação Integradoras do tripé acadêmico no Instituto Federal de da
Paraíba

Pesquisador: MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46688621.9.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.827.516

Apresentação do Projeto:

Projeto de Tese Doutoral do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Doutorado em Ciência da Informação/CCSA/UFPB. O presente estudo será realizado através de uma pesquisa de enfoque qualitativo, com procedimentos bibliográficos, documental, e estudo de caso, sendo uma pesquisa descritiva e exploratória.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar à luz do Regime de Informação, ações de Informação de arranjos grupais analógicos às "Comunidades de Prática" resultantes de gestão em /entre ensino, pesquisa e extensão ambientada no campo do IFPB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:Essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Benefícios: contribuições à Ciência da Informação e ao desenvolvimento Institucional do IFPB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De comum acordo com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a documentação de praxe.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.827.516

Recomendações:

Divulgar resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, Informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1750881.pdf	10/05/2021 19:27:11		Acelto
Orçamento	Orcamento.pdf	10/05/2021 19:25:02	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Outros	Certidao_qualificacao.pdf	10/05/2021 19:24:09	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia.pdf	10/05/2021 19:21:45	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	pdf_PROJETO.pdf	10/05/2021 19:17:30	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	pdf_TCLE.pdf	10/05/2021 19:14:14	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Outros	Questionario_Marco.pdf	10/05/2021 19:10:59	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_TRABALHO.pdf	10/05/2021 19:03:15	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_CCSA.PDF	10/05/2021 18:59:03	MARCO ANTONIO ALMEIDA LLARENA	Acelto

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.027.515

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 05 de Julho de 2021

Assinado por:

Elliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br